

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALESSANDRA WEISS FERRAZ DE OLIVEIRA

O SUBCAMPO DO ESPORTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE PROJETOS
SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL EM CURITIBA/PR

CURITIBA

2024

ALESSANDRA WEISS FERRAZ DE OLIVEIRA

O SUBCAMPO DO ESPORTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE PROJETOS
SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL EM CURITIBA/PR

Tese de doutorado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação Física Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior.

CURITIBA

2024

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

Oliveira, Alessandra Weiss Ferraz de.

O subcampo do esporte social: uma análise de projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR. / Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira. – Curitiba, 2024.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas.
Programa de Pós-Graduação em Educação Física.

Orientador: Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior.

1. Voleibol. 2. Gerenciamento de projetos. 3. Esportes – Aspectos sociais. 4. Esportes - Curitiba (PR). 5. Voleibol – Treinamento. I. Marchi Júnior, Wanderley, 1964-. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Educação Física. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO FÍSICA -
40001016047P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO FÍSICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ALESSANDRA WEISS FERRAZ DE OLIVEIRA** intitulada: **O SUBCAMPO DO ESPORTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL EM CURITIBA/PR**, sob orientação do Prof. Dr. WANDERLEY MARCHI JR, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Junho de 2024.

Assinatura Eletrônica
28/06/2024 16:02:46.0
WANDERLEY MARCHI JR
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
28/06/2024 15:57:07.0
RENATO FRANCISCO RODRIGUES MARQUES
Avaliador Externo (ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE -
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
29/06/2024 08:46:08.0
GILMAR FRANCISCO AFONSO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO
PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
24/08/2024 13:16:25.0
FERNANDO MARINHO MEZZADRI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar sempre ao meu lado e aos meus avós, que espiritualmente, têm me dado força e sabedoria para encarar cada desafio deste doutoramento.

Ao meu esposo, Elismar, me faltam palavras para descrever o quanto a sua presença foi fundamental em cada etapa desse processo. Quando resolvemos encarar este desafio e juntos conquistamos o sonho da minha vida profissional. Esta conquista também é sua! À você, meu eterno agradecimento, pela nossa convivência, cumplicidade e amor. Obrigada por secar as minhas lágrimas e por nunca deixar que eu desistisse.

Agradeço aos meus pais, Anna Edith e Antonio Henrique e as minhas irmãs pelo incentivo e pelo apoio incondicional. Andressa e Flávia obrigada pela escuta, pelo acolhimento e por estarem comigo em todos os momentos, durante as fases difíceis foram o meu porto seguro. Mãe agradeço por todo o conhecimento e pelas palavras de carinho, pela paciência, e por ter provocado em mim o gosto pela docência, você é o exemplo que carrego em meu dia a dia. Pai, muito obrigada por estar sempre presente – desde quando decidi treinar no Rexona e depois quando passei no concurso para professora. O seu incentivo faz a diferença em minha vida, obrigada por acreditar em mim.

Aos outros membros da minha família, meu cunhado Sidney agradeço as palavras de incentivo e conforto. Ao meu afilhado Théo e sobrinha Letícia por fazerem os meus dias mais felizes. E a família que ganhei durante o doutorado, minha sogra Lidia, meu sogro Arlindo, minhas cunhadas Elisangela e Elisandra, minha afilhada Eloah e a todos os meus sobrinhos, meu muito obrigado pelo carinho.

Agradeço de maneira especial o professor Dr. Wanderley Marchi Júnior pela oportunidade, ensinamentos, exemplo profissional e principalmente pela compreensão, ajustando-se, sempre que necessário, ao tempo de amadurecimento e aprendizado de cada orientando. Por meio desse processo, aprendi a enfrentar os desafios, reconhecer minhas dificuldades e assumir uma postura profissional – saber onde está e onde se deseja chegar. Afinal, mais importante do que alcançar o “brilhantismo” é reconhecer o processo. Sou grata pelo seu olhar cuidadoso!

Aos professores que fizeram a diferença em minha vida. Agradeço pelo ensinamento do voleibol e pelo processo formativo como professora de Educação Física. Vocês são exemplos que levo comigo, obrigada pelo apoio, escuta e acolhimento. Ao professor Josmar Coelho do Instituto Compartilhar, responsável pelos primeiros passos no voleibol e por fazer crescer em mim o desejo de ser professora. Ao professor Dr. Márcio José Kerkoski por abrir os caminhos de um sonho – ser pesquisadora na área do voleibol e, principalmente por me incentivar a pesquisa acadêmica. Ao professor Dr. Gilmar Francisco Afonso por aceitar o desafio de ser meu orientador no Mestrado e minha Banca no Doutorado. Entre outros professores que estiveram no meu dia a dia, como a professora Lindamir, Emmanuelle e Carla, da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude, agradeço pelas palavras de conforto, pelo carinho, pelo conhecimento compartilhado e principalmente pela amizade.

Os agradecimentos se estendem aos professores que participaram desta pesquisa. Obrigada por partilharem suas experiências profissionais e por fazerem a diferença na vida de crianças e adolescentes. Vocês fazem parte desta construção investigativa. A partir da pesquisa científica novas políticas públicas podem ser desenvolvidas e outras possibilidades criadas no cenário do esporte social.

Aos demais professores que gentilmente aceitaram participar do meu Exame de Qualificação e como membros da minha Banca de Defesa, professor Dr. Gilmar Francisco Afonso, professor Dr. Renato Francisco Rodrigues Marques, professor Dr. Fernando Renato Cavichioli, professora Dra. Ana Paula Cabral Bonin Maoski e professor Dr. Fernando Marinho Mezzadri, obrigada pela partilha de experiências e pela apreciação do meu trabalho.

Aos colegas do Centro de Pesquisa em Esporte Lazer e Sociedade – CEPELS da Universidade Federal do Paraná – e ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, deixo o meu agradecimento e gratidão pela oportunidade de compartilhar o tempo e o conhecimento. Este trabalho é resultado da contribuição de todos vocês, Igor, Daniel, Bruno, Dilson, Narayana, Letícia, Jéssica, Duilio, Taíza, Tainá, Luiz, Isabella, Thiago, Vinicius, Kelwin e todos aqueles que estiveram conosco neste tempo, muito obrigada!

Por fim, agradeço aos colegas do Departamento de Lazer – da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – pelo apoio e compreensão durante este processo formativo.

Os sujeitos não sabem, propriamente falando, o que fazem, e que o que fazem tem mais sentido do que eles sabem (ORTIZ, 2003).

RESUMO

O voleibol nos projetos socioesportivos da capital paranaense recebe a atenção de instituições, que ao se relacionarem com os agentes no campo contribuem para dar sentido e significado a sua existência. Esses significados, costumeiramente, são sentidos pelos agentes responsáveis em conduzir o processo de ensino-aprendizagem na prática com crianças e/ou adolescentes. Isso nos leva a crer que o funcionamento dos projetos se encontra intercambiado aos interesses de cada instituição socioesportiva brasileira. Deste modo, o objetivo deste estudo é analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura e na funcionalidade dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR e qual papel exercem na construção do sentido do voleibol no subcampo investigado. A metodologia utilizada teve característica qualitativa e como estratégia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Contamos com a participação voluntária de dois professores de cada projeto socioesportivo de voleibol. A entrevista semiestruturada foi realizada com os(as) professores(as) mais experientes e os mais recentemente incorporados em cada projeto, totalizando seis professores de Educação Física que atuam no Projeto AVP Social de Voleibol, Projeto Leões do Vôlei e Vôlei em Rede. Além disso, entrevistamos a coordenação ou a chefia imediata. Durante a análise do conteúdo resgatado na pesquisa de campo e nos documentos, realizamos o tratamento das informações contidas nas mensagens utilizando a técnica de análise de conteúdo e, como suporte para a análise das entrevistas, o processo de codificação do software ATLAS.TI em consonância com os conceitos de Pierre Bourdieu. Verificou-se que o esporte nos projetos tende a ser vinculado a diferentes possibilidades e práticas onde se reporta: o esporte educacional, rendimento, lazer e formação, entre outras manifestações não mencionadas na legislação, como social, de assistência social e saúde. Quando se refere à formação e ao rendimento esportivo, subentende-se que admite o livre acesso, a permanência e a qualidade de um serviço gratuito equivalente ao privado, dado que nos permite refletir sobre a existência de uma lacuna entre o esporte implementado em diversos espaços públicos, e o esporte de rendimento ofertado, em grande parte, na rede privada. Em se tratando do voleibol, esses aspectos foram marcantes e se encontram enraizados no desenvolvimento sócio-histórico dessa modalidade, como o acesso restrito de uma classe socioeconômica aos clubes esportivos, a existência de projetos de acesso público que buscam equilibrar essa balança social e a equidade daquilo que é ofertado nesses ambientes. Nas entrevistas, observou-se que a crença no serviço ofertado na instituição, principalmente nos benefícios sociais, mantém a relação entre professores, coordenadores e o projeto. Em suma, cada instituição acaba desenvolvendo o esporte a sua maneira quando se trata de uma política pública, de órgãos não governamentais se relacionando com o poder público. Um dos fatores a ser considerado é a ausência de um meio legal, que estruture de maneira integrada ações coordenadas, visto que as normas, sejam elas explícitas ou implícitas, dentro dessas instituições desempenham um papel crucial na orientação dos projetos e nas ações dos professores e coordenadores.

Palavras-chave: Projeto socioesportivo. Voleibol social. AVP Social de Voleibol. Leões do Vôlei. Vôlei em Rede. Sociologia do esporte. Pierre Bourdieu. Teorias dos Campos.

ABSTRACT

Volleyball in socio-sports projects in the capital of Paraná receives the attention of institutions, which, by relating to the agents in the field, contribute to giving meaning and significance to its existence. These meanings are usually felt by the agents responsible for conducting the teaching-learning process in practice with children and/or adolescents. This leads us to believe that the functioning of the projects is intertwined with the interests of each Brazilian socio-sports institution. The aim of this study is therefore to analyse how agents and institutions (private, public, non-governmental) interrelate and interfere in the structure and functionality of socio-sporting volleyball projects in Curitiba/PR and what role they play in constructing the meaning of volleyball in the subfield under investigation. The methodology used was qualitative and the data collection strategy was bibliographical, documentary and field research. We had the voluntary participation of two teachers from each socio-sporting volleyball project. Semi-structured interviews were carried out with the most experienced teachers and those most recently incorporated into each project, totalling six Physical Education teachers who work in the AVP Social Volleyball Project, the Leões do Vôlei Project and Vôlei em Rede. We also interviewed the coordinators or immediate supervisors. During the analysis of the content retrieved from the field research and the documents, we processed the information contained in the messages using the content analysis technique and, as support for analysing the interviews, the coding process of the ATLAS.TI software in line with Pierre Bourdieu's concepts. It was found that sport in the projects tends to be linked to different possibilities and practices where it refers to: educational sport, performance, leisure and training, among other manifestations not mentioned in the legislation, such as social, welfare and health. When it refers to sports training and performance, it is implied that it admits free access, permanence and the quality of a free service equivalent to the private one, which allows us to reflect on the existence of a gap between the sport implemented in various public spaces, and the performance sport offered largely in the private network. In the case of volleyball, these aspects were striking and are rooted in the socio-historical development of this sport, such as the restricted access of a socio-economic class to sports clubs, the existence of public access projects that seek to balance this social balance and the equity of what is offered in these environments. In the interviews, it was noted that the belief in the service offered at the institution, especially the social benefits, maintains the relationship between teachers, coordinators and the project. In short, each institution ends up developing sport in its own way when it comes to public policy, non-governmental organisations working with the public authorities. One of the factors to be taken into account is the lack of a legal framework that structures coordinated actions in an integrated manner, since the rules, whether explicit or implicit, within these institutions play a crucial role in guiding projects and the actions of teachers and coordinators.

Keywords: Social sports project. Social volleyball. AVP Social de Voleibol. Leões do Vôlei. Vôlei em Rede. Sociology of sport. Pierre Bourdieu. Field Theories.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Mapa Mental da pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo.....	44
FIGURA 2 - Figueiredo e Projeto de Anistia.....	63
FIGURA 3 - Cartaz Anistia sem restrições	63
FIGURA 4 - Propaganda serviço do SESC	66
FIGURA 5 - A XIV Olimpíada Comerciária de Porto Alegre, desfile de abertura em 1976	69
FIGURA 6 - Atlântica-Boavista, um seguro para o atleta	74
FIGURA 7 - Atletas de voleibol financiados pelo Projeto Olímpico Atlântica-Boavista	75
FIGURA 8 - Esporte na escola	77
FIGURA 9 - Disposições que influenciam a constituição do esporte social	105
FIGURA 10 - Disposições investigadas no voleibol social	106

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Resumo da pesquisa	40
QUADRO 2 - Exemplo de codificação/ análise de dados.....	52
QUADRO 3 - Projetos de voleibol no Brasil	108
QUADRO 4 - Os sentidos e significados nos projetos sociais de voleibol	119
QUADRO 5 - Categorias de análise do esporte	123
QUADRO 6 - Vôlei em Rede traços sociologicamente pertinentes	217
QUADRO 7 - Leões do Vôlei traços sociologicamente pertinentes	221
QUADRO 8 - AVP Social de Voleibol traços sociologicamente pertinentes	224
QUADRO 9 - Análise documental plano de trabalho Vôlei em Rede	225
QUADRO 10 - Análise documental Leões do Vôlei e Emanuel Rego	229
QUADRO 11 - Análise documental Veredas Formativas Leões do Vôlei.....	233
QUADRO 12 - Análise documental Projeto AVP Social de Voleibol	236
QUADRO 13 - Análise das entrevistas Vôlei em Rede	240
QUADRO 14 - Análise das entrevistas Leões do Vôlei	244
QUADRO 15- Análise das entrevistas AVP Social de Voleibol	248
QUADRO 16 - Análise das entrevistas coordenador Vôlei em Rede	253
QUADRO 17 - Análise das entrevistas coordenadores Leões do Vôlei	256
QUADRO 18 - Análise das entrevistas coordenador AVP Social de Voleibol	262

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACM	Associação Cristã de Moços
APECI	Associação Pró-Esporte e Cidadania
APM	Associação Paulista de Medicina
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
AVP	Associação de Voleibol do Paraná
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoas de Nível Superior
CND	Conselho Nacional de Desporto
CAFE	Centro Acadêmico de Educação Física
CBC	Comitê Olímpico de Clubes
CBV	Confederação Brasileira de Voleibol
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
DED	Departamento de Educação Física
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECCE	Esporte, Cidadania, Cultura e Educação
ECF	Esporte Clube Futuro
ENEFF	Encontro Nacional de Estudantes de Educação Física
EPT	Esporte Para Todos
EUA	Estados Unidos da América
EVb	Escola de Vôlei Bernardinho
IC	Instituto Compartilhar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MEEF	Movimento dos Estudantes de Educação Física
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MREF	Movimento Renovador da Educação Física
NIV	Núcleo de Iniciação de Voleibol
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
OSC	Organização da Sociedade Civil
PEME	Programa Especial de Módulos Esportivos
PIM	Programa Irmão Menor
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PNED	Plano Nacional de Educação Física e Desporto
PRIESP	Programa de Iniciação Esportiva
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SEED	Secretaria Estadual de Educação
SEED	Secretaria de Educação Física e Desportos
SESI	Serviço Social da Indústria
SESC	Serviço Social do Comércio
SME	Secretaria Municipal de Educação
SMELJ	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude
SMS/PMC	Secretaria Municipal da Saúde da Prefeitura Municipal de Curitiba
SCS/UFPR	Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná
SUEPT	Subsecretaria de Esportes Para Todos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRJ	Universidade Federal de Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIJUÍ	Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
VR	Vôlei em Rede

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 METODOLOGIA.....	41
2 DA EDUCAÇÃO FÍSICA AO ESPORTE SOCIAL: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE	54
2.1 DA CONSTITUIÇÃO DOS PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS E SOCIOESPORTIVOS.	55
2.2 OS INTERVENIENTES NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DA PRÁTICA DOCENTE: DO EDUCACIONAL AO SOCIAL.....	57
3 ANÁLISE DA ESTRUTURA ESPORTIVA BRASILEIRA: O SENSO PRÁTICO NOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL	89
3.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O VOLEIBOL: DA ORIGEM À INSERÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO.....	95
3.2 O SUBCAMPO DO VOLEIBOL SOCIAL: UM CAMINHO METODOLÓGICO POSSÍVEL PARA A ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOESPORTIVOS	104
3.2.1 Entre demandas e ofertas: a incursão do voleibol nos projetos sociais esportivos.....	107
3.2.2 Dos sentidos e significados à possível constituição de um <i>habitus</i> nos projetos sociais de voleibol	117
3.2.3 Projetos sociais de voleibol: capitais, disputas e o valor no jogo	125
4 O VOLEIBOL NOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS EM CURITIBA/PR: A DELIMITAÇÃO DE UM SUBCAMPO	132
4.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO VÔLEI EM REDE ..	133
4.2 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO LEÕES DO VÔLEI	137
4.3 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO AVP SOCIAL DE VOLEIBOL.....	139
5 VÔLEI EM REDE, LEÕES DO VÔLEI E AVP SOCIAL DE VOLEIBOL: O SENTIDO PRÁTICO DOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS	142
5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	142
5.1.1 Dados documentais do Projeto Vôlei em Rede	143
5.1.2 Dados documentais do Projeto Leões do Vôlei.....	146
5.1.3 Dados documentais do Projeto AVP Social de Voleibol	149
5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS	151
5.2.1 Das entrevistas com os professores do Projeto Vôlei em Rede	151

5.2.2 Das entrevistas com os professores do Projeto Leões do Vôlei.....	154
5.2.3 Das entrevistas com os professores do Projeto AVP Social de Voleibol.....	158
5.2.4 Das entrevistas com os Coordenadores dos Projetos.....	161
6 SOBRE O <i>MODUS OPERANDI</i> DOS PROJETOS DE VOLEIBOL SOCIAL.....	168
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTO INSTITUCIONAL.....	194
APÊNDICE 2- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA.....	197
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COORDENAÇÃO/ CHEFIA IMEDIATA.....	200
APÊNDICE 4 - TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE SOM DE VOZ PARA PESQUISA.....	203
APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSOR(A))	204
APÊNDICE 6 – ROTEIRO DE ENTREVISTA (COORDENAÇÃO/CHEFIA IMEDIATA).....	207
APÊNDICE 7 – PARECER CONSUBTÂNCIADO DO CEP SCS/UFPR	210
APÊNDICE 8 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO VÔLEI EM REDE.....	217
APÊNDICE 9 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO LEÕES DO VÔLEI.....	221
APÊNDICE 10 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO AVP SOCIAL DE VOLEIBOL.....	224
APÊNDICE 11 – ANÁLISE DOCUMENTAL VÔLEI EM REDE.....	225
APÊNDICE 12 – ANÁLISE DOCUMENTAL LEÕES DO VÔLEI.....	229
APÊNDICE 13 – ANÁLISE DOCUMENTAL VEREDAS FORMATIVAS LEÕES DO VÔLEI	233
APÊNDICE 14 – ANÁLISE DOCUMENTAL AVP SOCIAL DE VOLEIBOL.....	236
APÊNDICE 15 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS VÔLEI EM REDE.....	240
APÊNDICE 16 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS LEÕES DO VÔLEI	244
APÊNDICE 17 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS AVP SOCIAL DE VOLEIBOL...248	
APÊNDICE 18 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DO COORDENADOR VÔLEI EM REDE	253
APÊNDICE 19 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES LEÕES DO VÔLEI	256

APÊNDICE 20 – ANÁLISE DA ENTREVISTA DO COORDENADOR AVP SOCIAL DE VOLEIBOL	262
--	------------

1 INTRODUÇÃO

O sistema das instituições e dos agentes que têm relação com o esporte tende a funcionar como um campo, segue-se que não se pode compreender diretamente o que são os fenômenos esportivos em um dado momento em um dado ambiente social relacionando-os diretamente com as condições econômicas e sociais das sociedades correspondentes: a história do esporte é uma história relativamente autônoma, que, apesar de ser marcada pelos grandes eventos da história econômica e política, tem o seu próprio ritmo, as suas próprias leis e evoluções, as suas próprias crises, enfim a sua cronologia específica (Bourdieu, 2019, p. 166-167).

A partir dessa breve menção, Pierre Bourdieu¹ em “Como é possível ser esportivo?” revela o fenômeno esportivo como um espaço relativamente autônomo dotado de uma lógica interna e também de uma história que precisa ser considerada além dos aspectos econômicos e sociais em que está inserido. Ao partir desse pressuposto, para submergir na particularidade dos projetos sociais de voleibol em Curitiba/PR, torna-se necessário considerar o esporte na sociedade e a sua relativa autonomia e compreender o movimento incorporado pelos agentes e instituições que disputam posições e tomadas de posições na articulação com outros espaços (social, político e educacional) e constituem o subcampo do voleibol social (Bourdieu, 2004).

Pensar sobre as articulações presentes no voleibol social², entretanto, requer um olhar crítico sobre o passado dos esportes nos projetos sociais. Nesta perspectiva, na sociedade brasileira, a vinculação dos projetos, ora educacional ora esportivo³, à resolução de problemas político-sociais redefiniu os objetivos e fins alcançáveis pela prática esportiva em função das necessidades oriundas de um

¹ Filósofo e sociólogo que revolucionou os estudos etnográficos das décadas de 60 e 70, publicou trabalhos em diversas áreas da educação à antropologia e ficou conhecido por investigar os mecanismos de conservação e reprodução das desigualdades sociais (Ferrari, 2008; Frazão, 2020).

² Entende-se aqui o voleibol social como sendo a prática esportiva realizada nos projetos sociais de voleibol, denominados também projetos socioesportivos, projetos esportivos ou de âmbito social, realizados em espaços públicos, privados ou ONGs, assim como atribui-se ao esporte social aquele praticado nos diversos projetos sociais, mas que contém diferentes manifestações esportivas. Ressalta-se que a intenção na utilização do termo “voleibol social” ou “esporte social” se refere ao processo de consagração que o esporte ou o voleibol passam ao serem inseridos nos projetos sociais. Mais do que um conceito isolado, envolve relações, estratégias, uma crença, um *habitus* a ser investigado.

³ Os projetos sociais envolvendo o esporte estiveram relacionados a duas políticas distintas, as políticas públicas educacionais e as esportivas, por vezes, foram costumeiramente chamados de projetos socioeducacionais e projetos socioesportivos (Linhaes, 1996).

momento social, de uma determinada história⁴. Conforme nos aproximamos da história do esporte, se torna possível perceber que as demandas sociais, próprias do desenvolvimento das sociedades, provocam mudanças nas regras e na estrutura esportiva - seja no lazer, no rendimento, no espetáculo (Elias, 2001; Afonso, 2011; Marchi Jr, 2015), ou no esporte social. Isso ocorre sem que altere a sua essência ou o objetivo principal da prática, serve a um propósito e atinge uma necessidade específica, que pode ser social, econômica, educacional ou política, nem sempre em concordância com o público-alvo ou grupo de praticante às quais se destinam as modalidades.

Entre as décadas de 1970 e 1990, os primeiros projetos sociais esportivos⁵ vieram impulsionados pelo movimento de abertura política e democrática das relações sociais e políticas, um momento marcado por significativa transformação na sociedade brasileira (Linhares, 1996; Gonçalves; Ferreira, 2013; Cunha, 2017). Neste processo de transição do regime militar para o democrático algumas mudanças foram percebidas, principalmente, no papel de atuação do Estado⁶, que passou a descentralizar as suas ações e discursos em função das diferentes demandas sociais, nas quais envolviam a inserção de políticas públicas voltadas ao acesso de todos os brasileiros a educação, a saúde e a prática de atividades esportivas (Rodrigues, 2008; Godoy, 2013; Cunha, 2017).

Para exemplificar, no regime militar, especificamente durante o governo Médici⁷, foram desenvolvidas diversas iniciativas nas áreas econômica, social e

⁴ Para a compreensão da história de uma determinada prática esportiva é preciso considerar que a constituição desse campo depende de uma filosofia esportiva esta é uma filosofia política do esporte, seja pela prática desinteressada do amadorismo ou pela possibilidade de “formar caráter”. Inscrita em forma de necessidade social, essa filosofia é socialmente constituída, principalmente quando envolve o reconhecimento e a ajuda do Estado, que encontra no esporte uma oportunidade para impor seus serviços políticos de incentivo e gestão para acumular e manter um capital (Bourdieu, 2019).

⁵ No âmbito federal, o pioneiro foi o programa RECRIANÇA (1986-1999) e no âmbito privado, o PRIESP (1978 - 1988) (Zaluar, 1994).

⁶ Estado entendido como uma organização que controla o uso da força que, desde os primórdios, tem sido o órgão máximo de controle. Segundo Castor (2000), o Estado chegou antes da nação e aqueles que o representam são considerados tutores, mentores e preceptores. Para Bourdieu (2012), o Estado é o campo do poder, o chamado campo “administrativo” ou também entendido como campo da função pública. O Estado tem papel fundamental quando tratamos da lógica interna dos projetos sociais, visto que influencia na política (Castanheira, 2008), e foi pelas demandas sociais e políticas que surgiram os primeiros projetos sociais esportivos. Portanto, pode ser compreendido como órgão máximo e, de maneira ampla, contempla as entidades públicas.

⁷ Presidente Emílio Médici assumiu em 1969 e continuou por quatro anos no governo, foi o ápice do silenciamento das forças de oposição, o cerceamento das liberdades públicas e o aumento nas

educacional do país. O chamado “milagre econômico” não apenas ampliou o processo de industrialização, elevando a concentração de renda, como criou o Plano de Integração Social (PIS), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), o Projeto Rondon, entre outros projetos, inclusive de âmbito esportivo e contou com a visibilidade política que poderia atrair determinado público (Navarro, 2020). Isso também fez crescer a desigualdade na distribuição de renda, pois acreditava-se que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios (Câmara dos Deputados, 2020). Segundo a Câmara dos Deputados (2020, sem paginação), o denominado “crescimento do bolo”⁸ corroborava com a fala do presidente: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”.

As consequências do regime militar foram observadas nos anos seguintes, com a chamada crise do capital⁹, que ocasionou o desemprego, a precarização trabalhista e educacional e atingiu a realidade de crianças e adolescentes desamparadas em níveis de escolarização e em diversas formas de violência.

Em decorrência do regime militar, que permaneceu durante o primeiro governo civil¹⁰, denominado período de “tutela” militar, as forças armadas no início dos anos de 1990 ainda mantinham uma posição politicamente preeminente¹¹ (Castro; De Araújo, 2001). Neste período, a intervenção Estatal respondia às próprias exigências do interior da estrutura política, pois havia resquícios do regime militar direcionando suas ações aos movimentos de defesa, ordem e disciplina da nação. Os produtos de disputa no espaço político envolviam a percepção e expressão daquele mundo social (Bourdieu; 1989; Cunha, 2017), até então, limitado

denúncias de violação dos direitos humanos. Médici foi apoiador da tortura e intensificou a censura de livros e periódico, além de fazer uso da propaganda televisiva com o slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, “País que vai para frente”, “Ninguém segura este país” (Câmara dos Deputados, 2020).

⁸ O crescimento do bolo foi pauta de discurso do Ministro da Fazenda Delfim Netto e tinha como lógica a tese de que era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional, ou seja do setor privado, nacional e imperialista, antes de repartir os benefícios do desenvolvimento com os assalariados. E com a centralização estatal, se mantinha os salários congelados, impedindo qualquer manifestação por direitos trabalhistas (Gonçalves; Ferreira, 2013).

⁹ A chamada crise do capital pode ser compreendida como o aumento dos financiamentos externos a longo prazo na economia brasileira, dependência da poupança compulsória doméstica e da poupança externa, além de as interrupções abruptas nesses financiamentos elevando os juros que conduziram à estagnação da economia e à hiperinflação (Carneiro, 2002).

¹⁰ A Nova República começava com a confiança recíproca entre o presidente eleito e os militares, o presidente José Sarney procurou manter boas relações e, também, os cargos militares.

¹¹ Após o regime militar, muitos militares tinham receio de ser alvo de atos de revanchismo, ou seja, que pudessem ser incriminados judicialmente sobre os seus atos cometidos durante a ditadura. Para assegurar uma “proteção” política, ficaram por mais tempo em cargos e funções políticas durante o governo civil (Castro; De Araújo, 2001).

a um grupo que dispunha de acesso restrito à distribuição de opiniões na esfera política, mas que já encontrava certa resistência de determinadas classes no poder.

Diante da necessidade de um Brasil “mais democrático” e da intensificação dos movimentos reivindicatórios visando a garantia dos direitos sociais (Navarro, 2020), as políticas públicas em diferentes áreas surgiram para assegurar à sociedade o acesso aos direitos constitucionais. Elas contaram com o apoio financeiro e participativo do terceiro setor¹² na implementação de algumas ações, como a criação de projetos socioeducativos e socioesportivos voltados à criança e ao adolescente nas esferas federal, municipal e estadual (Linhaes, 1996) - isto é, em detrimento de sua funcionalidade. Segundo Navarro (2020), desde os anos de 1975 o governo militar passou a investir na promoção do esporte de massa, adotando a Campanha Nacional de Esclarecimento Desportivo (CNED), a Campanha Mexa-se e a Campanha Esporte Para Todos (EPT).

As políticas públicas direcionadas à criança e ao adolescente nas mais diversas áreas ganharam visibilidade na agenda pública, pois a ideia de cidadania nas pautas dos novos conteúdos políticos era inadiável: “a sociedade começava a se posicionar em busca de caminhos alternativos mais democráticos” (Linhaes, 1996, p. 160; Cunha, 2017). Para exemplificar, as crianças tiveram participação ativa na proposta Criança, prioridade nacional¹³ em 1987, que discutia os direitos dessa fase da vida. Em outras ocasiões, vários grupos de estudantes estiveram presentes, principalmente durante as sessões de trabalhos da Constituinte (Plenarinho, 2018).

No âmbito das políticas de impacto social, conforme apontado por Caron (2018), o esporte passou a ser reconhecido como um elemento capaz de contribuir para o desenvolvimento das comunidades. Nos anos de 1980 a 1990, ele esteve na interface entre duas políticas distintas: as políticas públicas educacionais e as políticas públicas esportivas, em princípio, com atividades extracurriculares no ambiente escolar “o esporte, em cada escola, não podia ser mais do que o

¹² Segundo Caron (2018), o terceiro setor existe para garantir os direitos básicos de maneira satisfatória, suprimindo algo que o primeiro setor (Estado) não conseguiu atingir. São conhecidas como associações, entidades sem fins lucrativos e instituições.

¹³ O processo de construção da nova Constituinte foi realizado com a participação popular à emenda Criança, prioridade nacional, levada pelas próprias crianças de vários estados à Brasília, com 250 mil assinaturas de eleitores somado ao abaixo assinado de mais de um milhão de assinaturas de crianças e adolescentes. À frente do movimento estava o educador, poeta e filósofo Deodato Rivera (Prioridade Absoluta, 2021).

‘agrupamento instantâneo’ dos melhores do futebol, do basquete, do atletismo, etc.” (Linhaes, 1996, p. 164).

Nesta época, as leis e políticas de organização do esporte na sociedade apresentavam dificuldades de implementação e eram limitadas a uma perspectiva específica, com muitos recursos destinados ao esporte de rendimento, como observado por Godoy (2013). Além disso, deixavam de garantir a aplicabilidade de ações em prol do esporte social e provocaram uma série de questionamentos sobre o esporte formal, não formal, e sua função social nas aulas de Educação Física. Contudo, nos eventos, congressos e seminários científicos as discussões balizadas repercutiam apenas sobre a problemática do sistema esportivo escolar e de alto rendimento, sem mencionar o contexto social (Linhaes, 1996). Adicionalmente, falhavam em assegurar a viabilidade de ações voltadas para o esporte social.

O debate sobre essa questão continua atual, entretanto a importância do esporte social como continuação do esporte escolar e um caminho para o esporte de alto rendimento começa a ser delineada nas discussões balizadas sobre o cenário esportivo brasileiro¹⁴. Mesmo que careçam de definições claras, já se encontra refletida na Lei nº 14.597, a Lei Geral do Esporte (2023), que estabelece a responsabilidade de cada ente federativo em relação à prática esportiva em diferentes níveis.

Sobre os dispostos da Lei Pelé¹⁵ (1998) e do Marco Constitucional de 1988, parece ser uma tarefa difícil dissociar o entendimento do esporte social com as ações educacionais realizadas no contexto extracurricular (Kravchychyn *et al.*, 2019). Quando essas leis foram promulgadas o país se encontrava em plena redemocratização, naquele momento o esporte e a escola eram reconhecidos como

¹⁴ A Lei Geral do Esporte pode ser acessada pelo link: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2023-2026/2023/Lei/L14597.htm. A lei traça o caminho do esporte brasileiro entre as disposições apresentadas nos níveis da prática esportiva. É possível perceber que os projetos sociais esportivos podem ser inseridos em ambos os níveis indicados de prática, o que supostamente propicia um universo de possibilidades sem que existam delimitações para o funcionamento do esporte social, já que pode ser orientado para a qualidade de vida, desenvolvimento integral, para o lazer, bem-estar, hábitos saudáveis, cidadania, aprendizagens básicas e especializadas. Ressalta-se, ainda, que o esporte social é direcionado, especificamente, para pessoas em vulnerabilidade social, com deficiência, em regime prisional, idosas e em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outros segmentos de demanda de atenção social especial, porém se relacionamos à prática dos diferentes projetos sociais esportivos espalhados pelo Brasil, veremos um retrato diferentes desse apresentado na legislação, que será apresentado na sequência.

¹⁵ Discorreremos mais sobre a Lei Pelé nas próximas páginas.

elementos capazes de sanar as dificuldades sociais e transformarem vidas. Segundo aponta Camargo, Santos e Silva (2022), apesar de o Brasil possuir uma legislação nacional que cite o esporte, lazer e as condições para uma vida digna, a realidade encontrada nos projetos é bem diferente daquela mencionada na legislação. Tornando-se objeto de investigação as relações que se estabelecem entre a prática em si, os efeitos que vão além da prática e os significados gerados por ela (Camargo, Santos & Silva, 2022).

Com a homologação da Constituição Federal de 1988¹⁶, somada aos movimentos internacionais de ressignificação do “Esporte Para Todos”¹⁷ e a aprovação das leis de amparo à criança e ao adolescente (Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Crianças e do Adolescente (ECA)), as práticas esportivas formais e não-formais de promoção social ingressaram nas agendas políticas, timidamente nas propostas governamentais educacionais e assistenciais, redimensionou as suas funções e significados (Cunha, 2017) em favor da qualidade de vida, bem-estar, ocupação de tempo livre, combate do uso de drogas e formação de cidadãos (Rodrigues, 2008).

A partir das políticas públicas, nesta “janela de oportunidade”, o Estado vinculou a abertura dos projetos sociais esportivos à assistência social e à formação para a cidadania e adquiriu um cunho socioeducativo (Rodrigues, 2008; Cunha, 2017). Assim, o esporte social vinculado à área da educação estabelecia um vínculo duradouro, atraindo os interesses de iniciativas privadas e não governamentais¹⁸ (ONGs). Até o dado momento, percebe-se o entendimento da prática esportiva apenas como objeto de suporte para suprir as necessidades da sociedade, sem considerar o fato de o esporte social conter significados, intencionalidades e funcionalidades em desenvolvimento.

¹⁶ No artigo 227 que dispõe do Direito à Educação, Cultura, Desporto, e Lazer e com o artigo 217 de reconhecimento do esporte como direito de todos e dever do Estado.

¹⁷ Carta Europeia do Esporte para Todos foi um movimento em prol da participação voluntária da população e crítica à primazia do esporte educacional e de alto rendimento.

¹⁸ As Organizações Não Governamentais ou Organização da Sociedade Civil (OSC) como instituições jurídicas do terceiro setor, vieram restabelecer o equilíbrio social devido à ineficiência do Estado. Na lógica neoliberal (interferência mínima da atuação do Estado), as organizações não governamentais passaram a ser representantes das questões sociais e, conseqüentemente, afastaram as problemáticas referente aos direitos sociais das esferas políticas e econômicas. A sociedade civil passou a não reivindicar seus direitos, mas a se organizar para resolvê-los (Caron, 2018).

Nesta época, vários projetos sociais esportivos e educacionais foram abertos no país fora do ambiente escolar. Entre eles, podemos citar o Programa Privado de Iniciação Esportiva da Fundação Roberto Marinho (PRIESP - 1978 a 1988) que “tinha como objetivo preparar futuros atletas e desenvolver o gosto pelo esporte nas camadas mais pobres da população” em colaboração com o órgão público (Zaluar, 1994, p. 45). O PRIESP significou para a comunidade a ocupação do tempo livre de crianças e adolescentes, lazer e o enriquecimento das relações sociais. Já para os professores a sua função estava associada ao ensino do esporte propriamente dito (com o uso da técnica e de regras próprias da modalidade).

Para Zaluar (1994), esses diferentes objetivos relacionados aos projetos geraram alguns conflitos de entendimento entre os participantes envolvidos (professor, aluno e pais), pois havia alunos que buscavam o lazer e o aprendizado inicial dos esportes bem como aqueles que almejavam alcançar a carreira esportiva como atletas. Não obstante, o projeto cumpria apenas com o objetivo de aprendizagem do esporte, posto que existiam dificuldades financeiras para oportunizar a continuidade e alcance dos grandes clubes para a tão sonhada profissionalização no esporte. Ademais, o trabalho realizado neste projeto priorizava a técnica esportiva centralizando a aprendizagem nos fundamentos das modalidades. Ambas as situações mencionadas causavam o desinteresse e o abandono da prática esportiva (Zaluar, 1994).

Posteriormente, o projeto foi assumido pelo Estado e substituído pelo Programa RECRIANÇA, em 1987, associado a uma entidade prioritariamente pública coordenada pela equipe do Ministério da Previdência Social e executado pelas prefeituras de algumas cidades brasileiras, como em Curitiba no subprograma Programa Irmão Menor (PIM), reunia atividades de recreação com técnicas artesanais e ensino profissionalizante, logo, não se restringia ao esporte. O programa, com o objetivo de oportunizar o esporte de maneira recreativa e educativa.

Segundo Zaluar (1994), existia uma preocupação veemente entre os estudiosos da época na associação entre o esporte e a pedagogia, transformando-o em um veículo de apêndice da política de Estado, o que poderia significar o fim do esporte no seu caráter social. Todavia, a concepção de esporte nos projetos sociais não se dava de maneira consensual, nem na formulação do projeto, nem na prática

dos educadores. Nesse cenário, o esporte social foi incorporado à área da Educação, possivelmente na política educacional e adquiriu inúmeros significados: ocupação do tempo livre, entretenimento da sociedade, lazer comunitário, saída profissional para jovens pobres etc. (Zaluar, 1994). O seu significado e a essência da prática esportiva social foram direcionados por diferentes frentes e incorporados às intenções do Estado para a resolução dos problemas sociais como algo relativamente bom e puro capaz de solucionar todas as questões sociais provenientes de outros setores (Caron, 2018).

Nesta perspectiva, o Estado assumiu o papel de financiador dos projetos sociais incorporando o viés educacional para suprir as dificuldades sociais apresentadas pelo elevado índice de criminalidade, exclusão e violência vividas pela sociedade de maneira geral. De acordo com Pereira (2015, p. 10), a permanência do Estado como órgão balizador da política social estava atrelada ao cenário de insucesso da “política do bem-estar social, a redemocratização, juntamente com o fracasso escolar”, ocasionados pelo rápido crescimento econômico do país e pelo êxodo da população rural para os grandes centros urbanos.

Nesse processo de centralização estatal havia a dificuldade de dissociar o esporte da perspectiva escolar e do rendimento, possivelmente pela ausência de diálogo entre as propostas implementadas e as demandas da comunidade, como também das tribulações que envolviam a intenção de autonomia para o terceiro setor.

Somente no início dos anos de 1990 - passados cinco anos do término do regime Militar no país - se intensificou o processo de desenvolvimento dos projetos sociais esportivos voltados aos segmentos sociais isolados e o aumento de empresas privadas ou organizações não governamentais envolvidas com a “causa”, como podemos observar na seguinte menção:

[...] é na década de 1990 que se observa uma considerável expansão dessas iniciativas, processo impulsionado, em grande parte, pela incorporação da pobreza na agenda social brasileira e pela proliferação das organizações não governamentais orientadas pela perspectiva de promover oportunidades aos jovens de camadas pobres. A cidadania aparece como eixo central dessas iniciativas, associada à ideia de estimular formas de inclusão social do público-alvo, que em suas realidades vivenciam carências e problemáticas em diversos aspectos da vida em sociedade (Cunha, 2017, p. 11).

O esporte social, contudo, ainda se estabelecia nos ambientes educacionais e incorporava outras políticas, de assistência social e de saúde, na busca de atingir a população com menor acesso aos bens culturais, principalmente crianças e adolescentes. Isso porque as políticas voltadas a este público-alvo eram pauta nas assembleias (Plenarinho, 2018) e a escola se tornava uma instituição para o possível alcance de todos. Essa centralização do esporte, como complemento educacional supostamente corroborava para o direcionamento das políticas públicas, das iniciativas privadas e não governamentais, à área educacional.

Conforme disposto na Lei nº 6.251/75, que regulamentava a prática esportiva no Brasil, as dimensões do esporte asseguravam o direito a prática apenas para uma parcela da população e com o intuito de democratizar o acesso. Colocando em exercício os direitos constitucionais, otimizou-se o esporte nas políticas de Estado com o sancionamento da Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico), que instituiu normas gerais sobre o desporto. Posteriormente, com algumas modificações a Lei 9.615 de 24 de março de 1998 (Lei Pelé) redimensionou o esporte em três manifestações: esporte educacional, esporte de participação e esporte de alto rendimento.

A última atualização da Lei Pelé compreendeu a inserção do esporte formação (recentemente incluído pela Lei nº 13.155, de 2015, no capítulo VI das “Alterações na Legislação”). Da mesma maneira, o investimento de iniciativas privadas, principalmente no meio futebolístico, descentralizava as ações do Estado sob os projetos sociais esportivos (Linhaes, 1996), “materializando na legislação o reconhecimento do esporte como direito social e o dever do Estado de fomentar práticas esportivas formais e não formais¹⁹”. Isso significa a inclusão de indivíduos com menos aptidão física ou técnica nas atividades físicas por meio do esporte educacional e do esporte participação (Kravchychyn, 2014, p. 33).

Com o aumento na participação democrática da população e a diminuição da ação do Estado sobre as iniciativas sociais, surgiu a oportunidade para a melhoria dos indicadores de desenvolvimento social do país (Castanheira, 2008). Entretanto, a lógica do mercado pela conquista da liberdade econômica em uma

¹⁹ Prática esportiva não-formal, segundo a Lei Pelé, são aquelas caracterizadas pela liberdade lúdica de seus praticantes, já a prática formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática esportiva de cada modalidade.

nação com frágeis condições financeiras priorizou o esporte de alto rendimento e deixou de centralizar suas ações em prol do esporte social – a liberdade econômica pouco esteve atrelada à educação, à infância e à cidadania (Linhaes, 1996).

Além disso, na Educação Física, existia forte influência do Movimento Renovador (MREF)²⁰ ocorrido na década de 1980, com destaque às discussões balizadas sobre a identidade da área que acabava por gerar escassas reflexões, inclusive de ordem política, com posições diversas e polarização extrema na área do esporte (Caparroz, 2005). Somado a esse período de transição, apesar do ingresso de outras leis que propiciaram certa autonomia para as instituições privadas e públicas na organização do esporte brasileiro, o que se tinha ainda era a centralização nas mãos do Estado (Mezzadri; Sonoda-Nunes, 2021). Em síntese, apesar de algumas conquistas em forma de lei, o esporte atravessava entraves na área da Educação Física e na política brasileira em redemocratização.

Mediante o exposto, as transformações sociais, políticas e educacionais nos anos de 1980 e 1990 deram visibilidade às políticas sociais, com as leis de amparo à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social. Contudo, o esporte “como atividade de lazer, que possui valor em si mesmo e constitui um direito de todos” e dever do Estado passava por um processo de redirecionamento entre as demandas públicas e privadas, entre os projetos educacionais e esportivos (Linhaes, 1996, p. 186; Cunha, 2017). Este processo tinha o intuito de garantir os direitos sociais, a continuidade ou consolidação da prática em conformidade com as demandas provenientes da sociedade.

Durante os anos de 1990 e início dos anos 2000, com a abertura significativa do esporte em outros segmentos sociais da política pública do país, e com a redemocratização em plena ascendência, acentuaram-se as ações governamentais e as políticas-econômicas de valorização da lógica privada. Isso permitiu o investimento de atletas renomados em iniciativas de caráter social como ONGs, Fundações e/ou Empresas (Rodrigues, 2008; Cunha, 2017). Houve a multiplicação

²⁰ O Movimento Renovador da Educação Física discutia o paradigma da aptidão física, muito utilizada pelo regime militar. Em suma, o movimento foi importante para a ruptura da influência das instituições médicas e militares, isto é, a Educação Física passou a ser pensada além dos fatores biologicistas e higienistas, porém ainda carecia de conhecimentos para além dessas áreas e se baseava apenas nas teorias críticas educacionais que culminavam com o processo de redemocratização do país (Silva, 2021).

no número de projetos sociais esportivos, o que mostrou o impacto da Lei Zico e Pelé sobre a descentralização das responsabilidades dos entes municipais e estaduais nos projetos sociais (Kravchychyn, 2014).

Com o escopo de favorecer as classes menos privilegiadas a partir de projetos socioeducativos financiados em partes pelo governo o esporte social significou:

Ferramenta de inclusão social dirigida a crianças e adolescentes pobres, tanto de organizações privadas quanto governamentais, se insere na maioria das vezes enquanto fator preventivo sob a concepção de desviar os beneficiados dos caminhos da ociosidade, dos riscos de violência, dependência e tráfico de drogas, e evasão escolar. Ou seja, das realidades constantes inerentes à maioria das comunidades pobres brasileiras (Cunha, 2017, p. 59).

Ressalta-se que, em 2002, ações direcionadas ao esporte, ao desenvolvimento e à paz, foram discutidas pelo Secretário Geral das Nações Unidas em uma Força Tarefa que reuniu diversas agências, entre elas: Organização das Nações Unidas para a Educação e a Cultura (UNESCO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras. Além da Força Tarefa, em 2003, foi publicado um relatório intitulado “Esporte para o Desenvolvimento e a Paz: Em Direção à Realização de Metas de Desenvolvimento do Milênio” e definido o ano 2005 como sendo o Ano Internacional de Esporte e da Educação Física, o que mobilizou a visibilidade de diversos setores no fomento de ações direcionadas ao esporte (Trindade, 2017).

Segundo consta no chamado relatório da Força Tarefa, diversas ações concretas foram executadas, porém o esporte ainda precisava ser incorporado à agenda do sistema das Nações Unidas como um direito humano que, por vezes, parecia esquecido. Esse documento apresenta o esporte em diferentes perspectivas, do educacional ao lazer, citando inúmeras demandas que ultrapassam a própria prática esportiva, entre elas: a cura de doenças não-contagiosas, diminuição da violência e do uso de drogas, redução da gravidez em adolescentes e maior desempenho acadêmico. Ademais, reflete sobre o uso do esporte nos setores públicos e privados, apresentando possibilidades econômicas para um país (Nações Unidas, 2013).

Além desse documento, na Agenda 2030 que idealiza o Desenvolvimento Sustentável da ONU, o esporte ingressa como um instrumento potente no combate às vulnerabilidades sociais, como um instrumento para o desenvolvimento e a paz entre os povos (Freitas *et al.*, 2022).

Em princípio, observa-se que o esporte social significou para a sociedade civil, para o Estado e para a rede privada e não governamental o caminho em direção à resolução das problemáticas sociais. Buscou-se no esporte um sentido que pudesse combater as consequências de uma sociedade desigual, embora tenha permitido, efetivamente, a abertura de um espaço propício para a disputa de diferentes iniciativas, seja para o engajamento de uma marca ou de um agente popularmente conhecido, até mesmo, para o benefício de um determinado campo, como o educacional.

Neste contexto descrito acima, surgem os projetos sociais de voleibol no país. Especificamente na cidade de Curitiba/PR, o primeiro projeto social esportivo de voleibol surgiu no ano de 1997, o Centro Rexona de Excelência de Voleibol idealizado por Bernardinho²¹ e conhecido atualmente como Vôlei em Rede. O Centro iniciou suas atividades como uma autarquia serviu de “inspiração” para o projeto Vila Olímpica do governo e, posteriormente, em 2003, como uma ONG chamada Instituto Compartilhar de Voleibol (IC).

O segundo projeto social de voleibol ingressante na sociedade curitibana foi o Leões do Vôlei – Voleibol com Educação²², e teve como “padrinhos” do projeto socioeducacional os ex-jogadores Emanuel²³ e Giba²⁴. Iniciou em 2008 com a parceria entre a Empresa Matte Leão, atual Leão Alimentos e Bebidas da Coca-Cola, e a Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) (Leão Alimentos e

²¹ Bernardo Rocha de Rezende participou como atleta na posição de levantador nos Jogos Olímpicos de Moscou (1980) e Los Angeles (1984). Em Seul foi auxiliar de Bebeto de Freitas (1988) na seleção masculina. Em 1994, foi para a Itália e se desenvolveu como técnico de voleibol retornando para assumir a equipe feminina. Em 2001, o carioca assumiu a equipe masculina e levou o Brasil a mais quatro pódios olímpicos em 2004, 2008, 2012 e 2016 (COB, 2020).

²² O nome “Leões do Vôlei” tem relação com a empresa Leão Alimentos e Bebidas, parceira do projeto.

²³ Emanuel Fernando Scheffer Rego é o único ex-jogador brasileiro de vôlei de praia que competiu em cinco Jogos Olímpicos. O curitibano é o maior vencedor do Circuito Mundial com dez títulos, sendo eleito o melhor jogador da década de 1990 pela Federação Internacional de Vôlei (FIBV) (COB, 2020).

²⁴ Gilberto Amauri Godoy Filho (GIBA) é um ex-jogador multicampeão pela Seleção Brasileira de Voleibol. O londrinense foi convocado para a seleção masculina em 1990 e mudou-se com a família para Curitiba. Giba conquistou o prêmio de melhor atleta nos anos 2004, 2006 e 2007 (COB, 2020).

Bebidas, 2018). Em 2012, foi ampliado com a inserção da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba (SMELJ) que renomeou o projeto para Leões do Vôlei.

O terceiro projeto social de voleibol é o AVP Social de Voleibol criado em 2011 pela Associação de Voleibol do Paraná (AVP), idealizado por professores voluntários com o intuito de suprir a necessidade de jovens interessados em continuar a prática do voleibol acima dos 17 anos (AVP, 2020). O projeto social esportivo contou com a estrutura física do Governo do Estado do Paraná, com a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte da Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC), com o apoio do Instituto Compartilhar e de algumas iniciativas privadas (Cruz, Salvini, Marchi Jr., 2020).

Neste contexto histórico brasileiro, o esporte social começou a ganhar espaço na sociedade, na política e na educação, e possibilitou o alcance de inúmeros objetivos a fim de suprir as demandas sociais. O seu funcionamento, ou o sentido de existir, esteve/está vinculado aos agentes envolvidos nas diversas instituições promotoras do desenvolvimento social do país, seja no ambiente escolar ou nos espaços públicos, entre a educação e o rendimento.

A prática esportiva, especificamente o voleibol, se tornou, com o passar do tempo, um meio para a diminuição da distância social. Com o ingresso de instituições públicas, privadas e não governamentais engendrando recursos para o aumento do capital cultural. Em outras palavras, seriam competências não aprofundadas na escola como a arte, determinados esportes e práticas que resultam em domínios importantes para a familiaridade com a cultura social.

No Brasil, o voleibol foi adotado como meio de propaganda de uma nova modalidade esportiva americana - importamos um esporte norte-americano e seus respectivos traços culturais (Marchi Jr, 2001). Além disso, segundo Marchi Jr. (2001), houve momentos de ruptura na história do voleibol brasileiro e um deles envolve o processo de espetacularização e mercantilização do esporte. A partir da década de 1990, o objetivo da massificação esportiva deixou de ser a prática da modalidade com o intuito formativo dos cidadãos e passou a atender a necessidade de mercado, com eventos e espetáculos a fim de ampliar o número de consumidores e espectadores.

De acordo com a lógica proposta por Pierre Bourdieu, porém, compreende-se que o acesso a determinados objetos e convenções sociais podem ser meios para minimizar a distinção social causada pela má distribuição de bens de consumo, tanto no aspecto econômico como no cultural e físico. É possível proporcionar alguns benefícios simbólicos, por exemplo, a obtenção de alguns bens culturais relacionados à saúde, beleza, força, promoção social e, até mesmo, ao pertencimento a grupos específicos (Bourdieu, 2017). Isso torna viável, por meio da participação em atividades sociais comuns (prática de atividade física e esportiva, grupos de artesanato local, entre outros) a integração dos sujeitos à sociedade.

No entanto, quando se trata de ações intermediadas pelo Estado, instituições privadas e ONGs no desenvolvimento do esporte, o capital cultural proporcionado pela sua prática na esfera social nem sempre é sinônimo de sucesso ou alcance dos objetivos propostos (Linhaes, 1996). Mas objeto de disputa entre os agentes e instituições acerca de suas funções. Essas ações produzem e reproduzem novos significados e intenções em direção a diferentes contextos sociais, principalmente como produto de consumo que permite acessar e distribuir o capital simbólico, dado a oportunidade associada à obtenção dos valores sociais e da profissionalização. De fato, é preciso reconhecer que:

Na história dos esportes, podemos destacar momentos em que eles foram identificados como instrumentos disciplinadores da juventude, responsáveis pela construção do conceito de cidadania travestida pelo espírito nacionalista e pelo civismo, elementos de dispersão do movimento estudantil, elitizadores e selecionadores de determinada parcela da população que preenchia os requisitos de performance física em detrimento da capacidade intelectual e, finalmente, uma mercadoria. Como tal, o esporte pode refletir as inter-relações da estrutura econômica, política e ideológica da sociedade capitalista (Marchi Jr, 2001, p. 5).

O esporte social ganha um espaço interessante, visto que tem atrelado à sua prática múltiplos objetivos, como apontado por Stigger e Thomassim (2013, p. 2):

Os projetos sociais integraram-se ao padrão de ação social vigente, e passaram a ser disseminados como alternativa a partir do próprio Estado, ao invés de configurarem-se apenas como um tipo de prática social complementar e acessória à ação estatal. A consolidação desta perspectiva é verificada não apenas por um aumento significativo do número de projetos existentes, mas por um monumental aumento dos discursos públicos sobre estes projetos.

A discussão envolvendo a ação e os interesses do Estado sobre os projetos sociais esportivos têm apresentado centralidade na rede científica, principalmente nos estudos sobre o sentido dessas ações e as relações sociais desenvolvidas pelos órgãos competentes (Stigger; Thomassim, 2013). Segundo Trindade (2017), não há um consenso sobre os benefícios dos programas sociais que permita falar efetivamente de inclusão e de outras demandas sociais. Em contrapartida existe uma crença romantizada sobre o esporte na orientação de muitos programas. Segundo Canales-Lacruz e Cao (2018), esses discursos e crenças surgem do imaginário social que percebe o esporte como transformador de vidas, sem apresentarem medidas efetivas para o alcance dos objetivos propostos²⁵.

Por vezes se estabelece um debate de cunho ideológico que se refere as interpretações sobre o bem-estar social e o papel do Estado na promoção de políticas sociais, ou então, para a diminuição da pobreza, violência e desigualdade social (Trindade; Almeida; Marchi Jr, 2019). Segundo Stigger e Thomassim (2013, p. 3), tratar o projeto social esportivo apenas como “modelo dominante” para a ação social, ou como desdobramento das relações dominantes, “não tem sido suficiente para inferir o sentido que estas ações adquirem”, visto que depende de ações intersetoriais e preventivas que ressaltem a compreensão do esporte nesses ambientes e, assim, suas contribuições específicas (Trindade; Almeida; Marchi Jr, 2018).

Não entraremos, porém, neste campo de investigação. Afinal, o estudo sobre o processo de ressignificação do esporte social ultrapassa o caminho burocrático dos interesses políticos na construção dos projetos e redimensiona o olhar para a estrutura que norteia o trabalho dos profissionais envolvidos no desenvolvimento efetivo e prático das ações sociais, ao passo que seja possível visualizar o subcampo do esporte social como um espaço dotado de um sentido, de uma história e de um *habitus*. Como diria Ortiz (2003, p. 65-66):

A parte das práticas que permanecem obscuras aos olhos de seus produtores é o aspecto pelo qual elas são objetivamente ajustadas a outras

²⁵ Além desses autores, o sociólogo norte-americano Jay Coakley também constrói reflexões críticas sobre as crenças inerentes ao esporte no que ele chama de “Grande Mito Esportivo”.

práticas e estruturas; o próprio produto desse ajustamento está no princípio da produção dessas estruturas.

O interesse, portanto, sobre o processo de redirecionamento e ressignificação do esporte no campo social incorpora a definição de um fenômeno dinâmico em constante mudança, provido de uma história e entendido na contemporaneidade como sendo polissêmico:

[...] processual físico, social, econômico e cultural, construído dinâmica e historicamente, presente na maioria dos povos e culturas intercontinentais, independentemente da nacionalidade, língua, cor, credo, posição social, gênero ou idade, e que na contemporaneidade tem se popularizado globalmente e redimensionado seu sentido pelas lógicas contextuais dos processos de mercantilização, profissionalização e espetacularização (Marchi Jr, 2015, p. 14).

Os outros autores que se apropriaram da história dos projetos sociais esportivos e das políticas públicas brasileiras, como Linhales (1996, p. 57) que buscou “desvelar os interesses e as alternativas constituídas pelos diferentes atores sociais envolvidos no processo de consolidação do esporte brasileiro como prática social”, e Kravchychyn (2014), que realizou a análise da concepção do esporte educacional, sua materialização nos projetos e programas sociais esportivos e as contribuições do Programa Segundo Tempo. Diferente desses autores, e a partir desse panorama histórico dos projetos sociais esportivos, aproximaremos a “lente” para visualizarmos o redimensionamento e o sentido atribuído aos projetos sociais de voleibol de Curitiba/PR, para a compreensão da lógica interna inserida na estrutura do campo esportivo social, ou seja, as relações que se estabelecem entre os agentes e as instituições²⁶ promotoras dos projetos sociais dispostos de maneira relacional em um espaço regido por leis e normas.

Em uma busca realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES relacionada aos projetos sociais de voleibol, encontra-se algumas obras que serviram de suporte para investigar as especificidades do voleibol. Apesar da colaboração desses estudos, percebe-se a ausência do diálogo entre a construção histórica dos projetos com as políticas públicas, especificamente com o Decreto-Lei

²⁶ Utilizamos os conceitos de agentes e instituições conforme aponta a teoria de Pierre Bourdieu e que serão identificados e definidos na metodologia.

9.615 (Lei Pelé), que norteia as relações que se estabelecem entre instituições e agentes e seu funcionamento. Percebe-se, principalmente uma distância praxiológica entre professores e coordenadores envolvidos no funcionamento dos projetos sociais esportivos que podem ser influenciados pelas orientações e demandas institucionais. A partir de políticas públicas e da legislação, espera-se compreender como o esporte se desenvolve na esfera social e como os projetos sociais de voleibol estruturam suas ações na prática, se consolidam e se identificam como instituições de âmbito esportivo social.

Sobretudo, o objetivo das investigações mencionadas foi abordar outras problemáticas referentes ao voleibol social. Entre eles, cita-se os trabalhos de Castanheira (2008), Vlastuin (2008), Trindade (2017), Caron (2018), que investigaram o Centro Rexona de Excelência de Voleibol, e o autor Pijak (2010) que abordou o projeto Leões do Vôlei. Os estudos das autoras Castanheira (2008), Vlastuin (2008), Trindade (2017) e Caron (2018) foram fundamentais para a compreensão da estrutura do Projeto Vôlei em Rede (denominação atual do antigo Centro Rexona de Excelência de Voleibol), investigando: a criação, o desenvolvimento, os financiamentos, os patrocínios e a própria metodologia do Instituto Compartilhar, bem como o trabalho de Pijak (2010), que analisou o Projeto Leões do Vôlei a partir de uma perspectiva bourdieusiana.

O voleibol nos projetos sociais é, portanto, um campo a ser explorado em sua complexidade de agentes e estruturas envolvidas. Os objetivos inseridos na construção dos projetos intermediados pelas instituições adquirem pertinência quando existe a possibilidade de identificar, a partir das relações entre os agentes envolvidos, os elementos propostos e a percepção de pensamento que se exprime nas ações desse determinado grupo.

Na busca de desvelar o desenvolvimento das estruturas internas dos projetos sociais, propõem-se as seguintes questões norteadoras desta investigação: Qual a relação entre a estrutura que compõe o subcampo dos projetos socioesportivos de voleibol no Brasil (no sentido macro) e a estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba (no sentido micro)? Como o voleibol social se apresenta nessas estruturas? Qual o sentido atribuído ao voleibol social nas instituições promotoras, os capitais em jogo, as disputas e os *habitus* institucionais

que são identificados nos agentes envolvidos? Afinal, existe um subcampo legítimo do voleibol social em Curitiba?

Essas problemáticas conduziram para o seguinte problema de pesquisa: Quais são e como ocorrem as inter-relações entre os agentes e as instituições envolvidas (privada, pública e/ou não governamental) na estrutura e no funcionamento dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR e qual papel exercem na construção do sentido do voleibol no campo investigado?

A partir desses questionamentos, o esporte como fenômeno social imbricado no conjunto de interesses e disputas no setor público, privado e nas ONGs, ingressou nos projetos sociais. De maneira singular, adquiriu novos significados e diferentes atribuições, em função das demandas político-sociais, associado a outras áreas do conhecimento como o esporte educacional, participação, formação e rendimento. Há uma ausência de uma definição clara na legislação sobre o esporte social²⁷, que ainda se encontra em processo de redimensionamento. Isso denota a existência de uma história em processo transitório e contém uma estrutura em desenvolvimento de um *habitus* e:

Chama atenção o grande potencial de relação do esporte e do lazer com outras áreas, o que vem colocando-os na pauta de programas estruturantes da educação, da saúde, do desenvolvimento agrário, da cultura, do desenvolvimento social, da segurança, do turismo, dos direitos humanos, entre outros, que procuram atuar diretamente no enfrentamento de problemas ou questões sociais complexas. Sistemáticamente, deparamo-nos com dúvidas quanto a esse tipo de intersectorialidade (Bonalume, 2011, p. 4).

Esse modelamento social em processo transitório perpassa o desenvolvimento dos projetos sociais de voleibol em Curitiba e ressignifica o seu uso e seus objetivos por conta das exigências e necessidades oriundas da sociedade. Isso infere nas ações dos profissionais envolvidos e corrobora para um campo de concorrência no qual se confrontam agentes com interesses e capitais específicos ligados à posição que ocupam nas instituições promotoras dos projetos sociais.

²⁷ A ausência de uma definição do esporte social na legislação parece ser um fator estrutural, mas não é o único sobre a identidade do esporte social. Torna-se, porém, a legislação como ponto de partida, posto que os projetos sociais estiveram intrinsecamente envolvidos com as leis e políticas de cada época.

A partir do *habitus* dos agentes envolvidos e da compreensão das estruturas que norteiam suas ações, é possível hipotetizar que, assim como ocorreu na abertura dos primeiros projetos sociais esportivos brasileiros e, presumivelmente, em outros projetos espalhados pelo país, o voleibol social em Curitiba se constitui como um subcampo dependente de outros campos (educacional, rendimento, lazer, entre outros), responde às demandas específicas da estrutura social e institucional e está em processo de desenvolvimento de sua história, seu significado e de sentido que lhe permita conferir um *habitus* próprio. Ademais, supõe-se que, para manter os projetos ativos, seja na utilização de financiamentos, no uso de espaços públicos ou na vinculação de grandes marcas e “padrinhos”, as instituições e os agentes relacionam o esporte às problemáticas de cunho social, nem sempre relacionadas ao funcionamento dos projetos na prática.

Nessa perspectiva, a presente tese tem como objetivo analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura e no funcionamento dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR e qual papel exercem na construção do sentido do voleibol no subcampo investigado.

Para a efetivação do trabalho, elencou-se os seguintes objetivos específicos: a) descrever o processo histórico e legislativo de desenvolvimento dos projetos socioesportivos no país (no âmbito municipal, estadual e/ou federal); b) identificar os agentes e as instituições que compõem o funcionamento da estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol no Brasil em Curitiba/PR; c) verificar as relações que se estabelecem entre os agentes e as instituições na estrutura social do voleibol em Curitiba/PR, especificamente nos projetos AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede, a fim de compreender o sentido, o significado e a funcionalidade da lógica interna do voleibol social.

As questões e os objetivos apresentados estão relacionados ao esporte social como um subcampo em desenvolvimento. A partir de um olhar sociológico, se torna possível analisar as atividades esportivas encontradas em diversos ambientes sociais, seja como prática individual ou coletiva e apresentar múltiplos significados e formas de realização - nos parques, praças, escolas, clubes e nos projetos sociais. Segundo aponta Marchi Jr. (2015), no campo esportivo encontram-se agentes com disposições socialmente constituídas em instituições diversas na estrutura social.

Portanto, o esporte inserido nos diferentes ambientes, do lazer ao rendimento, representa um fenômeno social em constante movimento.

Ao investigar o voleibol nos projetos sociais esportivos, arrisca-se a compreender os movimentos estruturais internos que orientam a prática pedagógica do professor e o gerenciamento da coordenação/chefia imediata. Influenciados pelo contexto social, a ação docente envolve a soma de vários fatores que formam o *ethos* profissional, um conjunto prático e sistemático de dimensões da ética (os valores, a classe social) em seu estado prático (Bourdieu, 2019). Um exemplo possível seria as exigências e/ou normativas da instituição indicando o uso restrito da técnica para o alcance do talento esportivo ou mesmo a ausência da técnica para garantir o maior número de praticantes.

Essas demandas podem ser observadas também na relação direta entre professores, alunos e familiares que, na busca pelo desempenho desejável e às vezes de difícil alcance, interferem no processo de ensino-aprendizagem e na formação dos participantes envolvidos (o conhecimento adquirido no meio familiar e na sociedade se confrontando com o capital cultural adquirido na prática esportiva). Esse processo sugere a existência de tensão entre agentes e instituições que buscam atribuir sentidos e significados à prática esportiva a fim de suprir as necessidades oriundas da estrutura social e individual.

Em outra perspectiva, essas influências impactam no desenvolvimento dos projetos e podem estar além das condições internas e envolver, também, o uso dos espaços públicos, ou até mesmo, o tempo de lazer disponível para a participação em aulas, o que pode sinalizar o nível de ocupação, tarefas e obrigações diárias vividas por crianças e adolescentes (Bauman, 2001). Segundo Bauman (2001), as demandas do mercado de trabalho e da vida em sociedade têm elevado as obrigações na rotina desses indivíduos que, desde cedo, cumprem com os requisitos de sua futura carreira profissional. Consequentemente, o tempo “livre” para a prática esportiva tem se tornado restrito.

Em vista disso, os objetivos previstos em leis e assegurados pelas políticas públicas vêm sendo repensados de modo a garantir o acesso e continuidade da prática esportiva na vida de crianças e adolescentes pertencentes aos projetos sociais esportivos (Bauman, 2001; Cunha, 2017). Especificamente acerca das políticas públicas de âmbito nacional vinculadas aos projetos socioesportivos,

encontram-se diversos objetivos e intencionalidades para o uso do esporte, seja para o alcance de um talento esportivo, de uma qualidade de vida ou até mesmo, para o suporte educacional. O esporte social, porém, carece de um sentido próprio e de um significado que permita visualizá-lo além dos campos educacional, participação, formação e rendimento e sinaliza um possível interesse de alguns campos.

Nesse sentido, compreende-se que as mudanças na estrutura social, educacional e política podem provocar novas tensões nas instituições promotoras dos projetos socioesportivos, visto que a sua manutenção ou consolidação na sociedade dependem de uma estrutura que permita a continuidade da prática e de um sentido de existir. Como diria Bourdieu (2017), a escolha pela prática esportiva envolve as propriedades intrínsecas e, também, as disposições externas, que estão sujeitas aos limites do capital econômico e cultural, ao tempo livre, à apreciação e percepção dos custos e benefícios e à relação com o próprio corpo. Diante desses traços de pertinência, hipoteticamente, a diminuição de alunos em projetos esportivos arrisca gerar uma demanda significativa nos setores públicos e/ou privados e impor uma necessidade de intensificar o recrutamento de novos participantes. Assim como o aumento de participantes pode induzir a necessidade de novas cobranças institucionais que envolvem resultados a curto prazo e implicam diretamente na prática pedagógica do professor, que supostamente pode utilizar a técnica esportiva para restringir a participação dos menos habilidosos.

Deste modo, esta investigação tem como justificativa social permitir a compreensão da mediação que há na relação entre os agentes e as instituições na estrutura social dos projetos socioesportivos, as disputas, as dependências, os interesses explícitos e não explícitos, a rede de relações, os capitais em jogo e o entrelaçar de informações no campo que possibilitem identificar os princípios geradores da prática e o funcionamento desse sistema de distribuição de capital cultural, ou seja, o “sentido do jogo”. Como mencionado anteriormente, são fatores que podem refletir no dia a dia de professores e alunos que participam dos projetos de voleibol social e buscam suprir outras demandas além da prática esportiva, como: o desenvolvimento integral, o rendimento esportivo, o combate a obesidade, entre outros fatores.

Este trabalho perpassa a análise das possíveis abordagens e tendências educacionais, pois os projetos sociais de voleibol são constituídos pela disputa entre diferentes agentes por capitais, próprios do campo, e se encontram envolvidos em uma rede de funções dotada de conhecimentos, regras, técnicas, crenças e de *habitus* próprio da estrutura social. Afinal, “elencando o contexto da prática enquanto momento crucial para análise da política [...] é onde aparecem às formas, as medidas, os instrumentos responsáveis pelo governo da conduta dos indivíduos” (Lima, 2015, p. 19).

Ressalta-se que diversas pesquisas problematizaram projetos sociais esportivos brasileiros, como fizeram, Hecktheuer e Silva (2011); Stigger e Thomassim (2013); Kravchychyn e Oliveira (2015); Trindade (2017); Trindade, Almeida e Marchi Jr. (2019). Nem todas, porém, buscaram compreender o sentido atribuído pelos profissionais envolvidos. No tocante ao funcionamento de projetos socioesportivos, observa-se alguns desafios, principalmente, em relação a compreensão daquilo que se efetiva na prática profissional por disposições que vinculam o esporte às demandas de cunho político, social, educacional e econômico do país.

Com isso, busca-se como justificativa acadêmica contribuir com a literatura sobre projetos esportivos, em particular aqueles que envolvem o voleibol. De maneira a conhecer as possíveis demandas e exigências sociais no desenvolvimento dos projetos sociais de voleibol, frequentemente utilizados como estratégia de complementação da educação formal, para o alcance de crianças e jovens em vulnerabilidade social ou para a visibilidade de futuros atletas (Guedes *et al.*, 2006). O interesse é compreender o surgimento desses projetos sociais esportivos, as relações que permitiram a sua inserção no campo político e a continuidade ou consolidação das suas ações no campo social, ora esportivo ora educacional - “isto é, o sentido social que lhes é atribuído por seus usuários sociais dominantes” diante das transformações sociais (Bourdieu, 2004, p. 215). Além disso, busca-se contribuir para reflexões acerca da complexidade que envolve a análise de projetos sociais esportivos e ampliar a discussão sobre o funcionamento, as políticas públicas e as leis que, na ausência de uma definição, oportunizam um universo de discursos e possibilidades práticas sobre os esportes sociais.

Como justificativa pessoal, tenho minha participação como aluna do Centro Rexona de Excelência de Voleibol. Trabalhar como professora de projetos esportivos, investigar a prática e a estrutura que envolve os agentes nos projetos socioesportivos, é o caminho que escolhi percorrer nessa jornada profissional e acadêmica. Nessa trajetória, percebo a representatividade do esporte, especificamente do voleibol em minha ação docente, além da prática em si que tem significado e vem ressignificando também o meu olhar como pesquisadora.

Desde o primeiro contato com a prática do voleibol, aprendi com o professor Josmar que não existe bola perdida ou impossível; o esforço para alcançar o “impossível” é recompensador no final da partida. Aquelas palavras ainda permanecem presentes nos momentos decisórios como professora e em cada desafio enfrentado na pós-graduação.

Na função de professora e investigadora de projetos sociais esportivos, tenho questionado como alcançar todos os objetivos almejados pelas instituições sociais (voltados à formação integral de alunos e à visibilidade de futuros atletas da modalidade esportiva) sem ter as condições favoráveis para o ensino do esporte (materiais, quadra ou espaço adequado para a prática). Apesar de fomentar em minhas aulas a prática esportiva com o intuito de atingir o maior número de crianças e adolescentes (como proposto pela instituição), com atividades esportivas lúdicas e voltadas ao desenvolvimento das capacidades motoras físicas e das dimensões socioemocionais, ao implementar a técnica do voleibol, propriamente dita, nem todos os alunos conseguiam acompanhar e mencionavam outras dificuldades (alimentar, física e emocional). Após readequar meus planejamentos, optei em separar a turma em dois grupos. As atividades específicas do voleibol (com uso da técnica e tática) ficavam direcionadas para um grupo de alunos e as atividades com menor exigência técnica, para o outro grupo. No entanto, esse processo me fez questionar, inúmeras vezes como professora de órgão público na capital de Curitiba/PR, a minha função e em qual dimensão (educacional ou esportiva) o projeto social se enquadrava, já que havia aqueles que buscavam o rendimento e outros a aprendizagem inicial do esporte.

Essas dúvidas ou indecisões extrapolavam a quadra. No término das aulas alguns pais relatavam as suas expectativas, como ex-atletas de voleibol, e esperavam o mesmo desempenho de seus filhos. Em contrapartida, outros pais

mencionavam apenas a intenção de permitir a vivência do lazer, da diversão, dos valores, da aprendizagem e da qualidade de vida pelo esporte. Somado a esses fatores, o início da aprendizagem técnica do voleibol é complexo para professor e aluno, interagir a técnica com as regras do jogo demanda uma elevada velocidade de processamento de informações (Mesquita; Afonso; Araújo, 2013) e de uma preparação emocional frente aos erros e acertos.

Neste contexto, percebo que a maneira como cada professor ensina o voleibol evidencia não apenas a sua formação, mas as demandas oriundas do meio social, que centralizam suas ações em detrimento, ou não, da aprendizagem significativa.

Ressalto o interesse particular em pesquisar os projetos de voleibol na capital do Paraná. Primeiro por ser curitibana de nascença e ter vivenciado o voleibol na capital nos últimos 23 anos, desde o momento em que conheci o esporte nas aulas do Projeto Centro Rexona de Excelência de Voleibol (aos 12 anos de idade) até o momento atual como professora e pesquisadora de projeto social esportivo. Além de atleta e professora, vivenciei uma experiência curta na arbitragem com aspirante à regional da Federação Paranaense de Voleibol (FPV). Fui também professora e coordenadora de núcleo do Projeto Segundo Tempo (PST) e atuei no ensino fundamental e médio de escolas públicas estaduais e municipais, no contraturno escolar de voleibol em uma escola privada e no contraturno do Programa Esporte+Escola=10 (EE10). Atuei como coordenadora do EE10 no Departamento de Esporte e, atualmente, exerço a função de gestora no Departamento de Lazer da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba (SMELJ).

Nesse caminhar, durante a trajetória do mestrado, investiguei a prática metodológica de professores de Educação Física no ensino do voleibol e o desenvolvimento do autodomínio emocional, e relacionei os estudos sobre a Inteligência Emocional e a Sociologia de Norbert Elias. Ao término da pesquisa, surgiram outras inquietações. O direcionamento das ações realizadas por professores parecia ter influência da estrutura, das intervenções da coordenação, dos planejamentos e diretrizes, e da construção dos projetos. Portanto, nesta tese, aprofundo o meu olhar de pesquisadora para compreender a inter-relação existente

entre profissionais e instituições no funcionamento dos projetos sociais de voleibol, a partir dos pressupostos da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu.

Deste modo, analisar as relações entre os agentes e as instituições pode indicar o processo histórico e/ou evolutivo do voleibol nos projetos sociais esportivos em detrimento da sua legitimidade no campo político, social e educacional. Para tanto, a organização da tese pode ser compreendida a partir do quadro a seguir:

QUADRO 1 - Resumo da pesquisa

	BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL	BIBLIOGRÁFICA EXPLORATÓRIA	BIBLIOGRÁFICA	CAMPO: DOCUMENTAL E ENTREVISTAS
TIPO DE PESQUISA	Contextualização: Histórica e legislativa dos projetos sociais esportivos brasileiros.	Os projetos socioesportivos de voleibol no Brasil: a construção de um caminho metodológico possível.	Os projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba.	
OBJETIVO	Contextualizar o problema de pesquisa.	Apresentar a estrutura macro.	Dialogar sobre a estrutura micro.	
CAPÍTULOS	1 e 2	3	4	5
PERÍODO - ANO	2019 2020	2021	2022	2022 2023

FONTE: A autora (2024).

A pesquisa inicia pela parte introdutória, com a apresentação de um breve histórico dos projetos socioesportivos brasileiros e do voleibol social na cidade de Curitiba/PR. Levantam-se algumas questões para refletir sobre a estrutura dos projetos sociais de voleibol, os embates que envolvem/envolveram a sua consolidação e a ressignificação no campo esportivo. Em seguida, apresenta-se a metodologia, que conta com a delimitação, o método, os instrumentos e a descrição dos participantes que compuseram parte substancial da investigação.

No segundo capítulo, nomeado “Da Educação Física ao esporte social: sobre a constituição de projetos sociais e a influência na prática docente”, dividido em dois subcapítulos. Nele identifica-se o processo de desenvolvimento do esporte social brasileiro entre as décadas de 1970 a 1990, com o retrato do contexto social da época e o *habitus* socialmente construído. Na sequência, trata-se do esporte

educacional, rendimento e social, por meio da sua identificação e diálogo com os agentes e estruturas sociais, inicialmente, os intervenientes sócio-políticos e educacionais que influenciaram o uso do esporte na Educação Física. Objetivou-se, assim, compreender como esses campos se articulavam com as demandas oriundas da sociedade.

No terceiro capítulo, intitulado “Análise da estrutura esportiva brasileira: o senso prático nos projetos socioesportivos de voleibol”, composto por dois subcapítulos, analisou-se a instituição esportiva pelo olhar do sociólogo Pierre Bourdieu e de outros autores. Esta foi compreendida como um espaço que, inconscientemente, reproduz as desigualdades sociais que, conscientemente, permite a diminuição da distância social entre classes. Em seguida, realizou-se uma retrospectiva do surgimento do voleibol no território brasileiro, os interesses que mobilizaram a inserção e legitimação da prática. Por fim, identificou-se os projetos sociais de voleibol no Brasil, as demandas, as ofertas, os sentidos e significados e os capitais em jogo nas instituições responsáveis pela inserção e consolidação do esporte na sociedade brasileira.

No quarto capítulo, “O voleibol nos projetos socioesportivos em Curitiba/PR: a delimitação de um subcampo”, elaborou-se o fichamento de revistas, blogs e sites que abordam os projetos sociais, para o aprofundamento introdutório do aspecto histórico: AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede. Em seguida, no quinto capítulo, “Vôlei em Rede, Leões do Vôlei e AVP Social de Voleibol: o sentido prático dos projetos socioesportivos” os documentos oficiais cedidos pelas instituições foram analisados, simultaneamente com as transcrições das entrevistas.

Por fim, no sexto capítulo conta com as conclusões do estudo e as respostas à pergunta problema com reflexões para futuras investigações.

1.1 METODOLOGIA

A natureza da pesquisa pode ser classificada como qualitativa. Segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012), a pesquisa qualitativa é um instrumento útil para ingressar no universo dos agentes pesquisados, pois estabelece vínculo entre as possíveis hipóteses com os problemas de ordem prática e a teoria adjacente. Normalmente, o conteúdo investigado ocorre em ambientes do cotidiano, como

escolas, ginásios, instalações esportivas, entre outros. Ainda de acordo com os autores, o método qualitativo investiga a essência do fenômeno e proporciona o contato com diferentes opiniões e visão de mundo vivenciadas pelos pesquisados. Deste modo, a sensibilidade e percepção do pesquisador é fundamental para a coleta e análise dos dados, e pode afetar diretamente o processo de pesquisa.

Diante dos diferentes tipos de pesquisa vinculados ao método qualitativo, utilizou-se como estratégia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica para a contextualização da temática. As fontes de dados investigadas foram: livros, legislações, artigos, teses e dissertações. Posteriormente, realizou-se um estudo documental, no qual se utilizou como fonte primária a Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, fonte física. As edições selecionadas foram as de nº: 12, 16, 18, 24, 26, 29, 46 e 48, além de duas edições, nº 101 e 103, da Revista de Educação Física – Escola de Educação Física do Exército das décadas de 1970 e 1980²⁸. Na sequência, recorreu-se à pesquisa exploratória com o levantamento bibliográfico dos projetos de voleibol social no Brasil e a construção de um possível caminho metodológico. Logo, investigou-se os documentos oficiais das instituições (diretrizes, normativas e planejamentos), por meio de um roteiro (Apêndice 1) que permitiu extrair as informações sobre a estrutura dos projetos sociais de voleibol em Curitiba/PR. Por fim, iniciou-se a pesquisa de campo com as entrevistas seguindo os cuidados metodológicos propostos por Bourdieu²⁹ (1996, p. 15):

O meu empreendimento científico se inspira na convicção de que não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, para construí-la, porém, como “caso particular do possível” [...] Concretamente, isso quer dizer que uma análise do espaço social como a que proponho, a partir do caso da França dos anos 70, é a da história comparada, que se interessa pelo presente [...] e cujo objetivo é apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada.

O uso desses métodos de pesquisa pode colaborar para a identificação das problemáticas da estrutura que orienta a prática pedagógica docente e as ações da coordenação/chefia imediata, além das dúvidas e inquietações que possivelmente

²⁸ As Revistas de Educação Física foram as principais referências de autores nas décadas de 1970 e 1980. Por esse motivo, foram consideradas um instrumento importante para a investigação.

²⁹ Ressalta-se que os conceitos das obras do autor serão apresentados no capítulo subsequente.

influenciam o funcionamento da instituição e o comportamento inconsciente do professor de Educação Física durante o processo de ensino-aprendizagem do voleibol. Como cita Bourdieu (2017, p. 96), “a ciência deve estabelecer, precisamente, esta objetividade do objeto que se estabelece na relação entre um objeto definido nas possibilidades e impossibilidades” que se revelam no contexto dos usos sociais e na disposição dos agentes envolvidos em seus “esquemas de percepção, apreciação e ação que constituirão sua utilidade objetiva em um uso prático”.

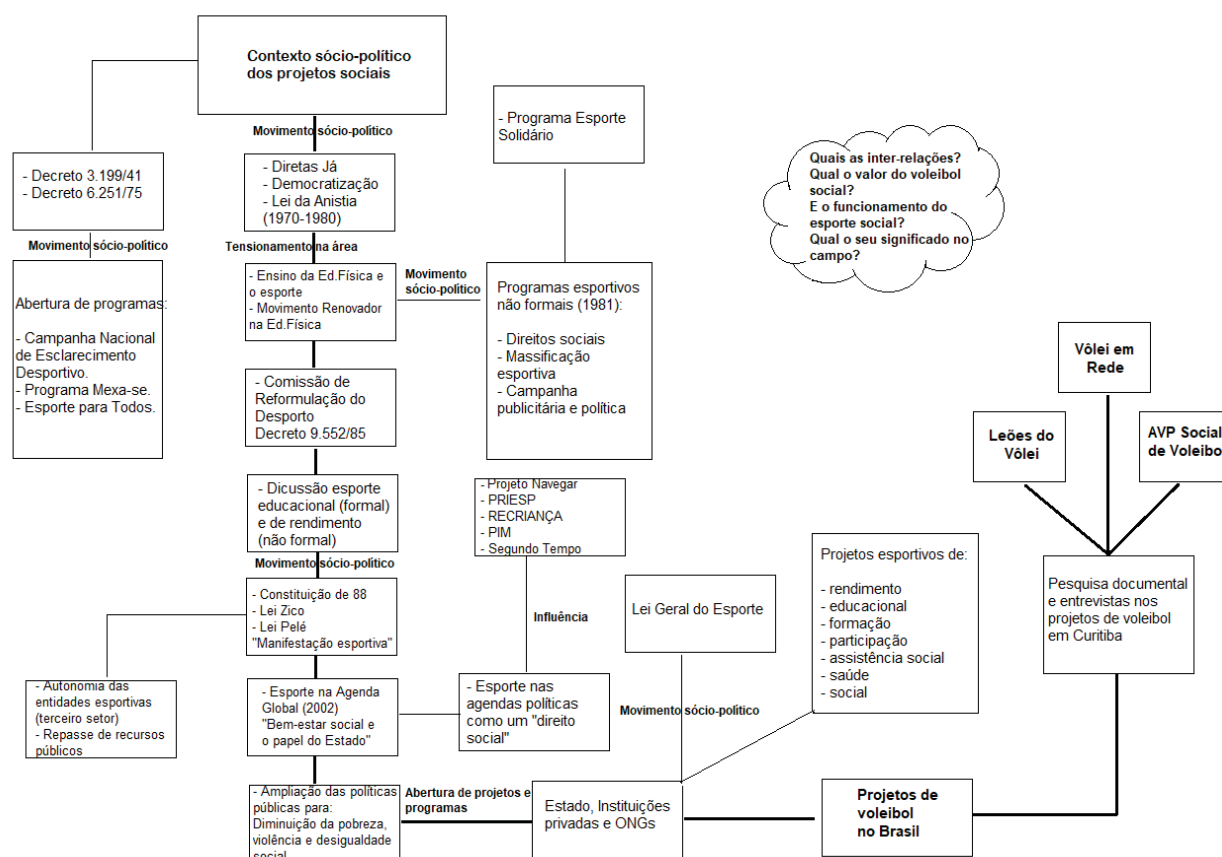
Nesse sentido, a investigação foi realizada em quatro momentos que correspondem aos objetivos específicos dessa tese: (1) pesquisa bibliográfica e documental para a contextualização dos projetos socioeducacionais e socioesportivos brasileiros³⁰; (2) pesquisa bibliográfica e documental para a identificação dos agentes e das instituições que compõe o funcionamento da estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR³¹; (3) entrevista com os agentes atuantes na execução prática dos projetos³², de modo a compreender alguns aspectos do *habitus*; e, simultaneamente, (4) a construção de um possível caminho metodológico para a análise de projetos socioesportivos, correlacionando com a Teoria Reflexiva de Bourdieu (1996; 2004; 2014a; 2014b; 2015; 2017; 2019).

Na Figura 1 é possível observar a dinâmica da pesquisa, partindo da investigação bibliográfica até a pesquisa de campo com os projetos situados na cidade de Curitiba:

³⁰ A história e a política de um determinado tempo social dos projetos.

³¹ Os professores, os coordenadores e demais agentes que fizeram/fazem parte da construção do projeto, bem como, a constituição de cada projeto social de voleibol. Destaca-se que as análises bibliográfica e documental se encontram em subcapítulos separados, visto que a coleta de dados foi realizada em fontes distintas. A análise bibliográfica foi realizada com uso de conteúdos de acesso público e a documental em documentos oficiais da instituição mediante autorização prévia e aceite do Comitê de Ética. Fato este considerado relevante, já que a intenção foi analisar o funcionamento dos projetos e, conseqüentemente, aquilo que poderia estar oculto, ou não, ao acesso público.

³² Professores e coordenadores ou chefias imediatas.

FIGURA 1- Mapa Mental³³ da pesquisa bibliográfica à pesquisa de campo

FONTE: A autora (2024).

Mediante o contexto do voleibol social brasileiro, por impactar na prática docente as decisões institucionais, políticas e legislativas, houve a necessidade de conhecer a estrutura e os projetos a partir de um capítulo introdutório dedicado à contextualização (Melo, 1999). Posteriormente, buscou-se estabelecer vínculo com o campo de pesquisa para possíveis análises das práticas, e direcionar os nossos sentidos para a “escuta” do diálogo realizado entre professor, coordenador ou chefia imediata, visto que “certas palavras têm força” e a “palavra que age, nem a pessoa, intercambiável, que a pronuncia, mas a instituição” (Bourdieu, 2019, p. 34-35).

A pesquisa foi realizada nos projetos socioesportivos de voleibol situados na cidade de Curitiba/PR, são eles: o Projeto AVP Social de Voleibol, Projeto Leões do

³³ Mapa mental foi utilizado para representar de maneira processual a organização da pesquisa elaborada a partir dos principais conceitos (Cordovil; Francelin, 2018).

Vôlei e Vôlei em Rede. A Associação de Voleibol do Paraná (AVP), criada em 2005, é a instituição responsável pelo projeto socioesportivo “AVP Social de Voleibol”, realiza as atividades no Ginásio de Esportes da Secretaria do Esporte do Paraná localizado no bairro Capão da Imbuia e atualmente atende crianças e adolescentes entre 12 e 17 anos. O Projeto Leões do Vôlei, criado em 2008, é uma parceria entre instituição privada e poder público, atende crianças e adolescentes de dez escolas da Secretaria Municipal de Educação (SME) e da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ) em diferentes regionais de Curitiba. O Vôlei em Rede, criado em 1997, é um projeto vinculado à iniciativa privada, poder público e uma associação (Instituto Compartilhar), as aulas ocorrem também no Ginásio de Esportes da Secretaria do Esporte do Paraná sendo destinado ao atendimento de crianças e adolescentes com idades entre 9 e 14 anos.

O supracitado ginásio utilizado por diversos projetos esportivos se encontra associado ao programa Tarumã Mais Esporte, uma iniciativa do governo do estado do Paraná com a cooperação mútua do Conselho Regional de Educação Física do Paraná 9ª Região (CREF9/PR). Segundo o site da instituição, uma das intenções principais do programa é torná-lo marco referencial de execução das atividades esportivas da capital do Paraná (Paraná esporte, 2021).

Em se tratando de políticas públicas, torna-se necessário pensar em como estão dispostas na cidade, tanto em áreas centrais quanto em bairros periféricos, de modo a colaborar para a qualidade de vida e ampliação de acesso a população³⁴ (Cardoso, 2018).

Para realização da “escuta” dos diálogos e compreensão das relações que se estabelecem entre os agentes e as instituições – especificamente as leis do campo, os capitais em jogo, a disposição dos agentes, a distribuição de poder, o *habitus*, ou seja, a estrutura e o funcionamento do voleibol –, optou-se por investigar dois professores, independente do gênero, de cada projeto socioesportivo de

³⁴ Segundo consta no Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos DIEESE (2016), o bairro Capão da Imbuia não se encontra entre os mais populosos, contendo 28.562 mil habitantes, e também não concentra maior proporção de crianças e adolescentes. Sendo, Campo de Santana, Caximba, Tatuquara e Ganchinho, os bairros que apresentam maior população infantojuvenil. Contudo em um levantamento realizado pela Agência de Curitiba (Paraná RPC, 2013), os bairros que compõe a Regional Cajuru: Cajuru, Capão da Imbuia, Guabirota, Jardim das Américas e Uberaba, concentram a maior parte dos jovens da cidade e apresentam maior índice de vulnerabilidade socioeconômica.

voleibol em Curitiba/PR (AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede³⁵): os mais experientes (se encontram inseridos no campo) e os mais recentemente incorporados em cada projeto (buscam uma colocação no campo). Portanto, efetivou-se entrevistas com seis professores de Educação Física que orientam a prática do voleibol social e que se disponibilizaram participar. Vale ressaltar que, no caso do projeto Leões do Vôlei, a intenção inicial era aplicar a entrevista com os professores atuantes na SMELJ, mas devido à situação pandêmica da Covid19³⁶ as atividades retornaram apenas na Secretaria Municipal de Educação (SME).

Diante do tempo e da qualidade analítica prevista, a quantidade de participantes foi restringida no número supracitado. Este limite de entrevistados escolhidos para esta investigação reforça a afirmação de Bourdieu (2004, p. 211): “mais vale trazer uma pequena contribuição modesta e precisa do que erguer grandes construções superficiais”.

O interesse em investigar o professor mais experiente e o mais recente é assim realizado em conformidade com os pressupostos bourdieusianos. A partir das normas estabelecidas no campo, os agentes incorporam determinados capitais em relação à sua disposição, passando a agir em conformidade com os capitais adquiridos ou valorizados naquele momento oportuno. Ao longo do tempo, esse comportamento frente à estrutura se torna um *habitus*. Logo, o professor mais experiente tende a desenvolver um *habitus* de classe enraizado, enquanto o professor mais recente se encontra em processo de adaptação e construção desse *habitus* (Bourdieu, 2004, 2017).

Sumariamente, os agentes agem de acordo com a sua posição no campo e diante daquilo que está sendo valorizado no contexto em que está inserido, com o intuito de alcançar ou manter determinada colocação. Deste modo, entende-se que

³⁵ Existem outros projetos socioesportivos na capital, mas não com a exclusividade da prática do voleibol, pois contemplam também esportes como o futsal, basquetebol, entre outros.

³⁶ A pandemia do SARS-CoV-2, responsável por causar a doença COVID-19, começou na cidade Wuhan na China, em dezembro de 2019, e rapidamente se espalhou para o mundo. Segundo o Instituto Butantan (2022), principal produtor de imunobiológicos do Brasil, a OMS (Organização Mundial da Saúde) divulgou um relatório de 120 páginas em que reforçava a origem da epidemia. A tese mais aceita é a propagação entre o animal infectado (morcego) para mamífero intermediário (ser humano) (Instituto Butantan, 2022). Em 11 de março de 2020, a Covid 19 foi considerada pela OMS como uma pandemia (Organização Pan-Americana da Saúde, 2022), o que resultou no fechamento de estabelecimentos, inclusive os esportivos, e no controle da doença pelos protocolos de saúde atualizados semanalmente. Somente em meados de 2022 houve a diminuição no número de casos no Brasil e o retorno gradativo das atividades nos ambientes educacionais e esportivos.

o professor mais experiente, por conhecer as normas e ter recursos (capitais) incorporados, pode agir diferente do professor mais recente, que busca o reconhecimento dos pares.

De maneira similar, o comportamento do coordenador ou chefia imediata tende a ser diferente dos professores, pois se encontra em uma posição superior aos seus subordinados. A partir dos capitais específicos e de seu posicionamento no campo, pode favorecer o surgimento de uma estrutura que, inconscientemente, reproduz as desigualdades e lutas entre pretendentes e dominantes, “entre o novo que está entrando e que tenta forçar o direito de entrada e o dominante que tenta defender o monopólio e excluir a concorrência” (Bourdieu, 2019, p. 89). Para tanto, foi aplicada, também, uma entrevista com o coordenador/chefia imediata responsável por cada projeto. No caso do Projeto Leões do Vôlei, a entrevista foi realizada com a responsável pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e com o responsável pelo Instituto Esporte, Cidadania, Cultura e Educação (ECCE).

Mediante o contexto supracitado, a fonte para a coleta de dados no campo foram as entrevistas semiestruturadas com seis professores e com quatro coordenadores ou chefias imediatas, totalizando dez participantes. Escolheu-se realizar entrevistas semiestruturadas para assegurar que certas perguntas fossem feitas a todos os participantes, ao mesmo tempo em que desejou a flexibilidade para explorar os temas que surgiam durante as entrevistas e interações com os participantes (Patton, 1990). Ademais, contou-se também com a análise dos documentos oficiais que representam o regramento das instituições (diretrizes, normativas e planejamentos).

No primeiro momento, entrou-se em contato com o coordenador do projeto ou chefia imediata para apresentarmos a proposta de investigação do estudo e a assinatura da carta de autorização. Na sequência, houve o processo de leitura e análise dos documentos, com uso das seguintes perguntas norteadoras: Quais os principais objetivos do projeto, isto é, o sentido atribuído (social, político, econômico e/ou educacional)? Como são construídas as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quais leis e/ou decretos podem ser encontrados (a oferta do esporte)? Quais objetivos e/ou intencionalidades do voleibol social (as demandas)? Os objetivos convergem para outros campos (educacional, participação, formação e/ou rendimento)? Além dessas, foram

utilizadas outras informações pertinentes que pudessem colaborar para atingir o segundo objetivo específico (Apêndice 1).

A priori, acredita-se que os dados encontrados nos documentos possam colaborar para a compreensão dos discursos, dos comportamentos e das relações que se estabelecem no espaço social. Da mesma forma, espera-se, com a utilização das entrevistas realizadas, “reduzir a distância entre os discursos e as práticas concretas dos atores sociais” (Jaccound; Mayer, In: Poupart *et al.*, 2008, p. 286).

A análise documental, somada aos outros métodos, como a entrevista, permite visualizar o diálogo entre os agentes e as instituições de maneira relacional. Segundo Poupart *et al.* (2008), o uso de um único método limitaria a percepção de nuances que se encontram não explícitos nas relações sociais. Portanto, no segundo momento, foi agendada com o professor uma conversa inicial para a apresentação da proposta de pesquisa e possível realização do estudo em seu ambiente de trabalho, conforme a sua disponibilidade de tempo. Posteriormente, foi marcado outro encontro para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice 2 e 3) e do Termo de Solicitação de uso de Som de Voz para Pesquisa (Apêndice 4) que contém os procedimentos, objetivos do estudo, os riscos e benefícios, e possível agendamento do processo de pesquisa³⁷.

Após esse processo de reconhecimento dos participantes e do local de pesquisa, as entrevistas iniciaram com o levantamento de informações referente ao objeto, com mapeamento e delimitação da forma como problemática se apresenta no dia a dia dos participantes (Severino, 2007). A pretensão era permanecer no campo de pesquisa pelo período de um semestre, pois seria tempo suficiente para coleta das informações pertinentes para atingir o fenômeno de “saturação empírica”³⁸ do comportamento relacional não reflexivo e, assim, responder ao terceiro objetivo específico dessa investigação.

Dessa maneira, dado que diferentes agentes, dotados de disposições socialmente construídas diversas, se inter-relacionam na prática do esporte — especialmente em projetos sociais de voleibol —, centralizou-se a atenção na

³⁷ Projeto de pesquisa aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciências da Saúde CEP SCS/UFPR, sob o número CAAE: 56215421.5.0000.0102 e número de parecer: 5.444.436.

³⁸ A saturação empírica para Pires, In: Poupart *et al.* (2008) ocorre quando o pesquisador julga que os últimos documentos, entrevistas ou observações não trazem mais informações suficientemente novas ou diferentes para a investigação.

relação entre professor e aluno, e professor e coordenação ou chefia imediata³⁹. Outras informações foram coletadas no momento da entrevista com os participantes mencionados (professores e coordenadores ou chefia imediata). Como o intuito era conhecer na prática os “princípios do jogo”, o *habitus* e, principalmente, o sentido e significado atribuído ao esporte social (neste caso o voleibol), tornou-se fundamental observar, nas relações entre os agentes, a existência de atores sociais com diferentes disposições de poder. A partir disso, houve a necessidade de examinar, também, os mecanismos de dominação implícitos que premiam ou legitimam o comportamento (observando a *hexis* corporal ou a manifestação do *habitus* através do comportamento incorporado na estrutura social) ou a favor das regras e normas arbitrárias para reproduzir ou manter a desigualdade no espaço social.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de agosto e dezembro de 2022 após a aprovação da investigação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Setor de Ciência da Saúde da Universidade Federal do Paraná SCS/UFPR (CAAE: 56215421.5.0000.0102)⁴⁰ e do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura Municipal de Curitiba SMS/PMC. Todas as diretrizes éticas pertinentes foram rigorosamente seguidas durante o processo. As entrevistas foram conduzidas em momentos convenientes para os professores e coordenadores, com uma média de duração de aproximadamente 30 a 40 minutos.

Para desenvolver as questões que seriam utilizadas na entrevista, utilizou-se como premissa a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu (1996; 2004; 2014a; 2014b; 2015; 2017; 2019), de modo a possibilitar a identificação dos princípios de funcionamento do jogo (campo). Esses princípios foram: a disposição dos agentes (a posição que ocupa no campo e os capitais acumulados); o *habitus* desses agentes (a partir da *ilusão*, em outras palavras, a crença ou sentido atribuído pelo agente ao projeto); a compreensão sobre as leis do campo (o saber em si mesmo e o conhecimento institucionalizado); os capitais em jogo (capital cultural, econômico, social e simbólico) e o capital específico (o peso relativo do capital na estrutura); e as tensões (formas ocultas de dominação e reprodução). Como se trata de projetos

³⁹ São agentes que podem exercer poder sobre os professores, pois estão em uma posição hierárquica diferente, conferida pela estrutura, devido ao reconhecimento do capital valorizado no campo.

⁴⁰ No apêndice 7 é possível ter acesso na íntegra do parecer consubstanciado do CEP SCS/UFPR.

socioesportivo, analisou-se também as demandas sociais e possíveis ofertas da prática esportiva, para, assim responder ao quarto objetivo específico dessa tese (Apêndice 5 e 6).

As transcrições em relação aos objetivos do estudo foram identificadas, relacionadas, comparadas e analisadas. Na busca das semelhanças e diferenças dos dados encontrados nos documentos oficiais e nas entrevistas, utilizou-se como referência a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) e, como suporte para a análise das entrevistas, o processo de codificação do software Atlas Ti. 22. Este é um software, que auxilia na organização da análise de dados quantitativos ou qualitativos. Por exemplo, é possível incluir um número de códigos e depois selecionar partes de um texto ou de entrevistas transcritas que se assemelham aos códigos criados construindo, assim, uma tabela. A quantidade de códigos destacados pode ser analisada, bem como as palavras que mais apareceram nas frases selecionadas.

Para a análise dos dados, inicialmente, procedeu-se à análise individual de cada entrevista e de cada documento, identificando os temas mais significativos que emergiram dos discursos e organizando-os em categorias. Posteriormente, em uma segunda etapa, realizou-se uma análise comparativa dos dados, cotejando as análises e temas que surgiram a partir das falas de todos os entrevistados e os discursos encontrados nos documentos.

Durante a análise do conteúdo resgatado na pesquisa de campo e nos documentos, as informações contidas nas mensagens foram tratadas de modo a compreender o seu significado em consonância com os conceitos operatórios de Pierre Bourdieu. Buscou-se em determinadas frases, ditas ou escritas, semelhanças com as seis pré-categorias codificadas e analisadas segundo: 1) as disposições dos agentes; 2) os capitais em jogo e capital específico; 3) as tensões e disputas; 4) as leis do campo; 5) as intencionalidades político-sociais e educacionais; 6) os significados e ressignificados da prática esportiva. De acordo com Bardin (1977, p. 37), o chamado método das categorias “permite a classificação dos elementos de significação constitutivas da mensagem”.

A análise consistiu na antecipação das transcrições dos áudios em formato de respostas das perguntas contidas nos roteiros para a seleção de frases em conformidade com as pré-categorias no software. Após as transcrições das

entrevistas, criou-se os seguintes codinomes com o intuito de assegurar o anonimato dos participantes: P1(A), P2(N), P3(A), P4(N), P5(A) e P6(N), que se referem aos professores; e C1, C2, C3 e C4 que se referem aos coordenadores. No próprio software foram incluídas as pré-categorias supracitadas. Após a leitura individual das entrevistas, as frases que se aproximavam de determinado código (categoria) foram codificadas, e assim sucessivamente até a seleção de palavras comuns aos códigos, o que permitiu a interpretação e análise dos dados.

No final, tivemos acesso as palavras e pré-categorias que foram recorrentes nas entrevistas (o *habitus* desse grupo em questão). Para a análise dos documentos, utilizou-se o mesmo processo de codificação/análise, mas utilizando Bardin (1977) sem fazer uso do software. Os projetos foram identificados como: PR1, PR2 e PR3.

Durante a interpretação dos dados, utilizamos o aporte teórico da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu com o intuito de conhecer o sentido e o significado das palavras intercambiadas pelo professor, coordenador ou chefia imediata, e estabelecer relação com o posicionamento desses agentes no campo e a situação na qual é empregada, ou seja, o diálogo realizado em uma determinada estrutura, afinal:

O sentido de um elemento linguístico depende tanto dos fatores extralinguísticos quanto dos fatores linguísticos, isto é, do contexto e da situação na qual ele é empregado. Tudo se passa como se o receptor selecionasse, na classe dos significados que correspondem abstratamente a uma fonia, aquele que lhe parece ser compatível com as circunstâncias tal como ele as percebe (Ortiz, 2003, p. 45).

Portanto, foi estabelecida a seguinte sistematização: primeiro, a transcrição dos diálogos e documentos (seleção de texto em resposta aos roteiros); segundo, a codificação das entrevistas no software e das frases encontradas utilizando o Quadro 1 (seleção das frases e palavras em resposta ao roteiro e as categorias); terceiro, a análise das semelhanças e diferenças, com a seleção de discursos e frases mais frequentes (destaque de palavras e frases comuns às categorias); e quarto, a interpretação das pré-categorias supracitadas com as frases e palavras encontradas à luz da Teoria de Pierre Bourdieu.

QUADRO 2 - Exemplo de codificação/ análise de dados

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS PROFESSORES/PROJETOS				CATEGORIAS DE ANÁLISE
	P1(A) ⁴¹	P1(N)	C1	C2	
Quem são os agentes/instituições? Qual a sua importância no campo? Existe um <i>ethos</i> , isto é, um valor interiorizado que direciona a conduta dos agentes? Como os agentes agem em relação a sua função? Na posição que se encontram é possível prever as práticas?					Disposições dos agentes
Com relação aos capitais em jogo, questionaremos: quais os capitais em jogo? Social, econômico, cultural ou simbólico?					Capitais em jogo
Quanto às tensões e disputas: o que parece estar em disputa? Conversão ou subversão? Existe o reconhecimento do que está em jogo? Obedecem às necessidades iminentes do campo? Reconhecem o valor do jogo? A maneira como agem é para manter ou mudar algo?					Tensões e disputas
Quais as possíveis formas ocultas, ou não, de dominação que estrutura o funcionamento dos projetos? Quais os elementos distintivos? Qual o ganho distintivo, subjetivo ou objetivo?					Leis do campo
Quais as demandas do projeto público, privado ou não governamental? Qual a oferta? Parece convergir para qual manifestação esportiva? Qual o valor social?					Demandas e ofertas (intencionalidades políticas, sociais e educacionais)
Qual é a crença que está no jogo? O que está sendo reproduzido? O que o projeto acredita atingir com o seu propósito e que mantém o seu funcionamento? Qual o significado de esporte social? No que se acredita?					Significado e ressignificado da prática esportiva

FONTE: A autora (2024).

No capítulo seguinte, realizou-se a interlocução entre os aspectos sociais e históricos brasileiros que envolvem o esporte, as políticas públicas; a política brasileira; os movimentos educacionais, sindicais e sociais. No capítulo subsequente, seguiremos para uma breve discussão da estrutura do voleibol brasileiro, especificamente, os princípios do jogo que tornaram o voleibol, tipicamente, elitizado ao esporte popularizado. Na sequência, apresentaremos alguns projetos de voleibol distribuídos pelo país a fim de construir um possível

⁴¹ Apenas um exemplo de como foi realizada a identificação, P1(A) significa: professor(a) antigo(a) do primeiro projeto investigado. Assim por diante, P1 (N): professor(a) novo(a) do primeiro projeto.

caminho metodológico para analisar os projetos sociais de voleibol encontrados na cidade de Curitiba, estado do Paraná, objeto dessa tese.

2 DA EDUCAÇÃO FÍSICA AO ESPORTE SOCIAL: SOBRE A CONSTITUIÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS E A INFLUÊNCIA NA PRÁTICA DOCENTE

Neste capítulo, realizou-se um resgate histórico do processo de desenvolvimento do esporte social brasileiro entre as décadas de 1970 a 1990, por meio do retrato do contexto social da época e o *habitus* socialmente construído. Nessa conjuntura, identificou-se o esporte formal, não formal e social, em diálogo com os agentes e instituições que se articulavam com as demandas oriundas da sociedade. Optou-se por este recorte temporal, visto que anteriormente a esta data no Brasil, a prática esportiva como um bem cultural estava em estágio embrionário e apenas uma parcela da sociedade tinha acesso a ela (González *et al.*, 2014). Ademais, foi entre as décadas de 1970 a 1990 que o esporte como um bem social e direito de todos se tornou pauta de discussão na área da Educação Física.

Para a análise, o presente escrito apoia-se em textos sobre as principais legislações e políticas públicas para o esporte, os projetos sociais esportivos, o esporte no ambiente formal e não formal de ensino, e a história da Educação Física e do esporte no Brasil. Foram selecionados, portanto, os seguintes autores que apresentaram semelhanças ao dialogarem com a temática proposta: Linhares (1996), Zaluar (1994), Bracht (1999), Tubino (1999; 2010), Caparroz (2005), Caparroz e Bracht (2007), Rodrigues (2008), Tani (2011), Godoy (2013), González *et al.*, (2014) e Cunha (2017).

Além disso, um dos objetivos do capítulo foi relacionar o discurso desses autores com a realidade da época transcritas em algumas edições da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos⁴² e da Revista de Educação Física - Escola de Educação Física do Exército⁴³ das décadas de 1970 e 1980. Diferente do autor Oliveira (2001), em sua investigação sobre “A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba: entre a adesão e a resistência”, que analisou todas

⁴² A Revista possui 53 edições, de 1968 a 1984, foi chamada inicialmente de Boletim Técnico e Informativo de Educação Física, depois Revista Brasileira de Educação Física e Desportiva, Revista Brasileira de Educação Física, finalmente, Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, essas edições ocorriam por intermédio do MEC (Oliveira, 2001).

⁴³ É uma revista de publicação científica do Exército Brasileiro, conhecida como o periódico mais antigo na Educação Física (desde 1932), disponível em:< <https://www.revistadeeducacaoofisica.com/>>.

as edições da revista correlacionando com a realidade vivida pelos professores de Educação Física, selecionamos apenas as edições nº: 12, 16, 18, 24, 26, 29, 46 e 48, e duas edições nº 101 e 103 da Revista de Educação Física – Escola de Educação Física do Exército, pois permitiram dimensionar as problemáticas discutidas por profissionais e pesquisadores que na época estavam em busca da cientificidade na área (através de um veículo impresso, por vezes gratuito e oficial do Estado) com os escritos de autores que, posteriormente, vieram investigar e refletir sobre essa temática. Não houve, portanto, a necessidade de apresentar todas as edições, visto que na triagem essas revistas bastaram para realizar o diálogo com os autores supracitados como veremos a seguir.

2.1 DA CONSTITUIÇÃO DOS PROJETOS SOCIOEDUCACIONAIS E SOCIOESPORTIVOS.

Longe de buscarmos um conceito uníssono sobre o esporte social, como mencionado nas primeiras páginas da introdução, a intenção é resgatá-lo para compreender as relações e o sentido prático do voleibol nos projetos sociais. Este sentido aqui descrito se refere ao funcionamento desses projetos que, após longas exposições a circunstâncias diversas, buscam a maneira mais adequadas para se manterem no jogo (campo). É esse sentido do jogo, ou sentido prático, que comanda a ação e que muitas vezes tem aparência de ação racional, mas não se tem a razão como princípio gerador — é a “arte de antecipar o futuro do jogo inscrito” (Bourdieu, 1996, p. 42).

A ideia subjacente aos projetos sociais tem suas raízes na necessidade de mitigar as disparidades no acesso às necessidades humanas fundamentais, que pode envolver condições de saúde, educação, emprego, moradia e, também, da prática de atividades esportivas (Kravchychyn *et al.*, 2019). Como veremos mais adiante, a estrutura que norteia as ações em prol da diminuição da desigualdade se encontra entrelaçada à legislação e às políticas públicas brasileiras. Ora, as principais instituições responsáveis pelo alcance do voleibol na esfera social são de ordem pública, ou instituições sem fins lucrativos que buscam estreitar as relações com órgãos que possibilitem um capital econômico para determinado fim, mas o que

seria, porém, esse fim? Talvez esteja no entendimento de que o esporte serve para diversas possibilidades.

Em busca da origem dos primeiros projetos sociais, considera-se Valente (1997) que problematizou sobre a inexistência de “um esporte” em si, e afirmou a existência de vários esportes com histórias próprias e relativamente autônomas. A partir dessa reflexão, questiona-se aqui a existência de um esporte praticado em projetos sociais pelo país que teve seu princípio marcado na história e na sociedade brasileira.

Antes de adentrar no contexto brasileiro, é necessário ressaltar alguns movimentos que permitiram a incursão do esporte social, ou habitualmente falando, do esporte praticado nos projetos sociais. Seu surgimento esteve associado aos movimentos de representatividade popular na política brasileira, como forma de minimizar as carências e problemáticas sociais. A abertura dos primeiros projetos tornou a cidadania e a inclusão de todas as pessoas, eixo central dessas iniciativas (Cunha, 2017), e o esporte como objeto de apropriação da cultura esteve incorporado à proposta de uma nova política no país (Kravchychyn, 2014).

Nesse sentido, Antunes (2018, p. 22), sumariamente, identificou como os projetos esportivos de caráter social são compreendidos na sociedade brasileira:

[...] aqueles empreendimentos de organizações não-específicas da assistência social, que têm na oferta de uma ou mais modalidades esportivas, a principal estratégia de ação para transformar uma parcela da realidade, diminuindo ou eliminando um déficit, ou solucionando um problema social.

O momento social propício para a incursão de projetos socioesportivos foi a década de 1970 e 1980, marcada pelo segundo grande ciclo de resistência popular contra os resquícios do regime militar. Diversos setores da sociedade se opuseram às ações de opressão da polícia e da atividade política, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e, até mesmo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (Memórias da Ditadura, 2020). Esses setores ampliaram suas ações em prol das “liberdades democráticas” com passeatas e encontros reivindicatórios (Câmara dos Deputados, 2020).

Foi a partir desses movimentos em busca por direitos sociais que as instituições começaram a se mobilizar. Somado ao avanço tecnológico e às rápidas transformações, “os direitos sociais vêm sendo cada vez mais demandados e proclamados” e exigiu sua efetivação por meio de políticas públicas (Bonalume, 2011, p. 2).

Considerado o contexto brasileiro, as políticas públicas que norteiam e financiam os projetos ou programas sociais se encontravam centralizadas no poder público. Historicamente, o Estado permaneceu como tutor das ações de doação, campanha, isenção e repasse de recursos para a iniciativa privada, e como realizador de eventos esportivos no atendimento aos direitos sociais previsto em lei (Bonalume, 2011). Desde 1940, quando o Estado regulamentou o esporte no Brasil, o controle das manifestações esportivas inclinava-se aos interesses particulares de acumulação de capital público, entre outros capitais, no interior do subcampo político do esporte e lazer (Starepravo, 2014). Ao longo do tempo, entre a ênfase no esporte de alto rendimento e o esporte educacional, surgiram outras demandas sociais que passaram a ser respaldadas pelo Estado. O esporte como um direito social ingressou nas agendas políticas, da iniciativa privada às instituições não governamentais. Coube ao Estado, assim, legislar e coordenar as ações realizadas nas diversas iniciativas públicas, privadas e não governamentais.

2.2 OS INTERVENIENTES NO DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E DA PRÁTICA DOCENTE: DO EDUCACIONAL AO SOCIAL

Primordialmente, seria improvável pensar na história do esporte no Brasil sem mencionar o contexto mundial, afinal, alguns acontecimentos de âmbito internacional impulsionaram o esporte brasileiro, tais como: o Movimento Esporte para Todos⁴⁴, por exemplo, na década de 1960 na Europa, colaborou para a democratização do esporte e, conseqüentemente, foi o primeiro passo nas discussões sobre o esporte de alto rendimento (Tubino, 2010). Há também o

⁴⁴ O Movimento Esporte para Todos iniciou na década de 1960 e compreendeu países como Noruega, Bélgica, Suécia, Canadá, Alemanha, Argentina, Brasil, entre outros, e contribuiu para a popularização e prática dos esportes para todas as pessoas (Tubino, 1999).

Manifesto do *Fair Play*⁴⁵ em 1971, que inseriu nas competições o sentido da ética e da convivência humana, e a Carta Internacional de Educação Física e Esporte⁴⁶ na década de 1970, que estabeleceu a atividade física e o esporte como um direito a todos, assim como a Educação e a Saúde influenciaram de forma significativa o transcurso do esporte brasileiro (Tubino, 1999; 2010).

No âmbito nacional, algumas mudanças foram percebidas no cenário esportivo. Como ponto de partida há o Decreto-Lei 3.199/41, que definiu uma lógica organizacional para o esporte e entidades esportivas centralizadas na mão do Estado e fiscalizadas pelo Conselho Nacional de Desportos (CND)⁴⁷, posteriormente, o Decreto-Lei 6.251/1975, que reconheceu um Sistema Esportivo Nacional, compreendeu o esporte de caráter estudantil, militar, comunitário e classista, sob a coordenação do órgão competente do Ministério da Educação e Cultura (Brasil, 1975). Concomitantemente, foi elaborada a “Política Nacional” para o setor e um novo “Plano Nacional de Educação Física e Desporto” (PNED) (Linhaes, 1996). A Política Nacional de Educação Física e Desportos (1976) chamava atenção pelo seguinte fato — o “desporto” era concebido como “um dos instrumentos utilizado pelo Estado e pela comunidade para a solução de problemas atuais” (Política Nacional de Educação Física e Desportos, 1976, p. 19). Notoriamente, antes da homologação desta lei, as dificuldades enfrentadas no país envolviam um baixo nível de aptidão física e um precário desenvolvimento da Educação Física escolar, além da inoperância do Governo Federal em relação ao controle, planejamento e evolução da Educação Física e do esporte (Linhaes, 1996):

⁴⁵ O Manifesto do *Fair Play* ou Movimento *Fair Play*, surgiu em decorrência da preocupação de autoridades com relação ao comportamento das pessoas envolvidas no esporte. Em princípio, foi realizado um seminário em 1963 para discutir as questões de chauvinismo, violência e outras infrações. Posteriormente, com a aprovação da UNESCO, foi criado o Comitê Internacional para o *Fair Play* que, em 1971, publicou um documento no qual foram descritas algumas ações pautadas no espírito *Fair Play* (Santos, 2005).

⁴⁶ A Carta Internacional de Educação Física e Esporte é um documento de referência internacional, que provocou mudanças no papel do Estado diante do esporte, como ocorreu no Brasil durante a construção da Constituição de 1988 (Tubino, 1999).

⁴⁷ A fim de compreender as ações exercidas pelo CND, ressalta-se o fato ocorrido no voleibol em 1981 quando Carlos Nuzman, questionado pelo representante da companhia de seguros Atlântica/Boavista sobre a ausência de atletas em alto nível no Brasil, passa a compor a frente na “batalha” para o ingresso de empresas investidoras no esporte. Segundo Marchi Jr (2001), foi uma investida árdua com o Conselho, que resultou na liberação para empresas patrocinarem clubes e entidades esportivas.

O “Diagnóstico de Educação Física/Desporto no Brasil”, realizado em 1971 pelo antigo Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e pelo Ministério da Educação e Cultura, formulou as seguintes conclusões sínteses: houve, entre 1964 e 1970, um crescimento quantitativo no setor; esse crescimento incorporará certas distorções setoriais e regionais; existem deficiências qualitativas. Estas últimas dizem respeito, principalmente à integração das atividades físicas como importante instrumento educacional, à circulação e transmissão de conhecimentos técnicos, ao relacionamento dos diferentes elementos da organização desportiva comunitária, e, principalmente, à própria ação governamental, representada por uma legislação obsoleta (Política Nacional de Educação Física e Desportos, 1976, p. 20).

A temática sobre a Educação Física e o esporte no contexto sociopolítico brasileiro foi amplamente discutida na década de 1970. Nas Revistas Brasileiras de Educação Física e Desportos (1973, 1974 e 1976) havia uma preocupação sobre o nível de aptidão física da juventude brasileira e o apego excessivo dos profissionais de Educação Física ao exercício físico propriamente dito. Esse cenário surgiu após resultados negativos dos Jogos Olímpicos de Munique em 1972 quando, segundo Souza (1973, p. 20), os “culpados do insatisfatório rendimento olímpico da representação brasileira são a nossa estrutura e a deformação ou insuficiente utilização das atividades físico-desportivas como fator educativo”. Sem buscar “culpados”, para Saut (1974, p. 64-65) a problemática estava no “apego excessivo do físico, à prática da educação física apenas com o objetivo de moldar um homem ou mulher fisicamente perfeitos, [...], conduz-nos ao erro capital da descaracterização dos objetivos da educação física”. Ainda de acordo com o autor supracitado:

Na era do nosso tempo, quer dizer, o agora de nosso viver (entre guerras, entre progresso e desenvolvimento, entre alianças e associações, entre clubes e universidades), jamais poderemos conceber uma educação para o egocentrismo da não-comunicação, do isolamento educacional. Não mais poderemos defender o cultivo do físico, como um deleite apenas do ego, do eu isolado, sem uma finalidade social. O objetivo primeiro e lógico é o conforto do corpo, a conservação da saúde, o alívio da carga mental, a perfeita circulação sanguínea, o bom preparo físico enfim. Em segunda, a aplicação de métodos científicos, de preparação física para o alcance de uma vitória, os famosos recordes dos diversos setores do esporte (Saut 1974, p. 66).

Além das discussões balizadas sobre o sedentarismo e a prática corporal na Educação Física, outra temática abordada foi o serviço militar obrigatório e a recusa significativa de jovens pela incapacidade física. Para Cantarino (1976, p. 62), faltava

o Estado compreender o valor do esporte como elemento de propaganda, união e diplomacia internacional e, assim, atrair grande parte da população ao esporte, como havia ocorrido na Copa do Mundo de Futebol de 1970:

A última vez que assistimos a uma manifestação popular tão intensa de patriotismo e civismo foi quando da chegada dos heróis pracinha dos campos de batalha da Itália, fato transcorrido há trinta anos. Eis o desporto, o nosso futebol, elevando o nome do Brasil, unindo os brasileiros e dando oportunidade para que estes pudessem demonstrar o verdadeiro amor que têm pela sua terra natal (Cantarino, 1976, p. 61-62).

Apesar do ingresso de políticas públicas aliado às discussões na rede científica sobre os objetivos da Educação Física, as ações governamentais priorizavam o esporte universitário de desempenho em relação às outras dimensões, mesmo com o decreto nº 69.540/1971 (Brasil, 1971) em vigor, que determinava a iniciação esportiva a partir da quinta série do ensino fundamental (Da Costa, 2006). Para exemplificar, no art. 27 do Decreto-Lei 6.251/1975, o esporte escolar não constava no Sistema Esportivo Nacional (Tubino, 2010), tão pouco o esporte social. Dispunham, apenas, da incorporação do esporte escolar ao sistema esportivo a serviço do esporte de alto rendimento (Silva, 2021).

A centralidade das iniciativas envolvendo o esporte demonstra como o Estado falhava em priorizar ações voltadas à participação popular, como observado por Linhares (1996). Adicionalmente, a estrutura do campo estava engajada em interesses próprios em benefício de um grupo específico. Para Godoy (2013, p. 92), o Sistema Esportivo Nacional “passa a impressão de ser uma unidade centralizadora na manutenção da ordem e funcionamento dos órgãos públicos e das entidades privadas”. Ainda que houvesse o controle estatal, não existiam ações e funções de cada ente federativo com relação ao esporte estudantil e às outras dimensões esportivas. O interesse era utilizar o esporte para o recrutamento de militares fisicamente preparados e atletas que pudessem repedir a vitoriosa conquista da Copa do Mundo de Futebol dos anos 1970 e abafar os resultados negativos dos Jogos Olímpicos de Munique. Afinal, existia um certo consenso no que diz respeito ao êxito da seleção de futebol de 1970 e os investimentos exclusivos dos militares, segundo Navarro (2020).

O debate que circulava na rede científica evidenciava o ensino da Educação Física e dos esportes. Após participar do Congresso Mundial de Educação Física em

Bruxelas (1973), o autor Manoel Gomes Tubino⁴⁸ publicou na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1975) o resultado de uma pesquisa sobre “As tendências internacionais para a educação física”, e concluiu que, apesar de existirem estudos de orientação dogmática e pragmática:

[...] os desportos transformaram-se num dos principais instrumentos de propaganda política. A educação Física, mesmo amparada por uma reação muito grande dos verdadeiros educadores, tende a tornar-se um meio para o desporto de alto nível [...] por enquanto, como nos demais aspectos de enfoque social, os interesses políticos continuam vencendo (Tubino, 1975, p. 8-11).

Em síntese, o diálogo entre a academia, a prática na Educação Física e o poder estatal, demonstra a existência de uma estrutura sócio-política durável que dificultava romper com a lógica tradicional instaurada. Apesar de mutável, essa estrutura corroborava para a manutenção de uma lógica universal para o esporte como instrumento monopolizador de determinada classe ao poder. Neste contexto, o esporte espetáculo desempenhava um papel importante para a supremacia dos militares na política.

A sociedade daquela época demonstrava grande descontentamento com o autoritarismo vigente e, a partir de movimentos sociais reivindicatórios, como as “Diretas Já”⁴⁹ (1983-1984), aclamavam pelo fim dos governos militares. Esse ambiente de descontentamento com o regime ditatorial contribuiu com os debates da área, visto que lançava questionamentos no campo teórico e inseria um olhar histórico e sociológico sobre a biologização do movimento humano na formação de atletas por meio da pedagogia tecnicista, conferindo à Educação Física uma disciplina relacionada à “construção de um corpo ordeiro, disciplinado, forte e alienado” (Caparroz, 2005, p. 9).

Neste momento, observa-se que houve mudanças na estrutura sociopolítica do país, que movimentou o poder no campo, até então concentrado nas mãos do

⁴⁸ Tubino era capitão pertencente a Marinha do Brasil entre as décadas de 60 e 70 (Mezzadri; Sonoda-Nunes, 2021). O autor tem devida importância na área da Educação Física com diversas outras publicações.

⁴⁹ Foi um movimento em defesa do retorno de eleições diretas à presidência da República. Culminou com uma série de mobilizações sociais e comícios no Colégio Eleitoral, composto de membros do Congresso Nacional e de delegados indicados pelas assembleias legislativas de cada estado, responsáveis em eleger o presidente (Moura, 2019).

Estado, e permitiu a abertura de novas discussões relacionadas às problemáticas resultantes do regime militar.

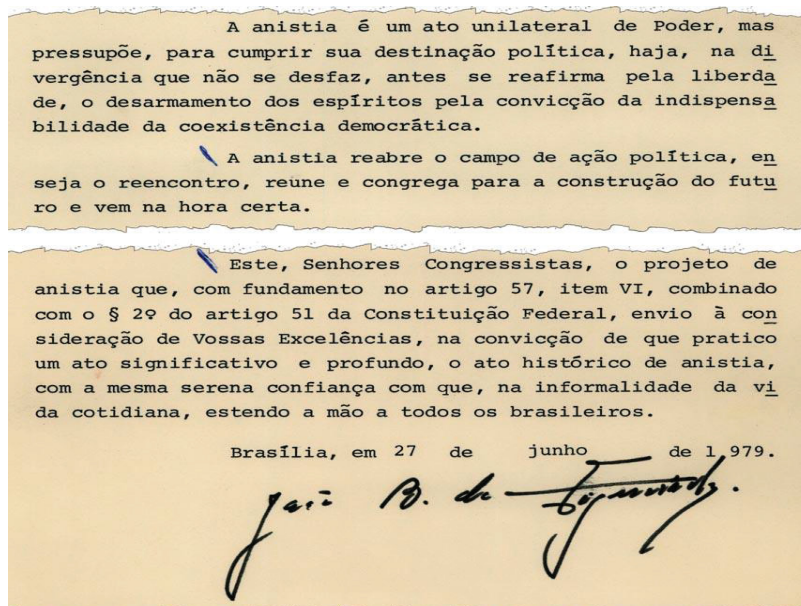
Em uma pesquisa sobre “Militares e política na Nova República”, realizada por Castro e De Araújo (2001, p. 20), os militares entrevistados mencionaram que “até hoje, tudo é culpa da ‘ditadura’” e, mesmo com a Nova República, sentiam que enfrentavam ideologicamente um grupo atuando na imprensa e no Parlamento contra a Lei da Anistia⁵⁰. Por outro lado, este grupo da oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)⁵¹, manifestou atos contra a anistia, pois o “perdão” não foi concedido a todos, como descrito em lei e, aqueles identificados por crimes realizados durante o regime, como o terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal, tiveram que cumprir a pena por seus atos integralmente (Batista, 2019). No campo esportivo não foi diferente. Na Deliberação nº. 9/80 do Conselho Nacional de Desporto (1980, p, 80), a anistia foi concedida para pessoas físicas “na esfera desportiva, caso tenha sido punidas ou cometido infrações, cujas penas cabíveis não estejam prescritas”. Ademais, não houve indenizações pelos prejuízos causados.

O exercício democrático havia iniciado e ambos os lados lutavam para manter ou conquistar espaço no campo político e social, agiam conforme a sua posição e disputavam o capital social (relacionado à participação e pertencimento em determinados grupos que lhe conferem poder) e simbólico (objeto, mérito ou agente valorizado no espaço). Além disso, o *habitus* produzido por uma estrutura estruturada e estruturante na época da ditadura era um princípio gerador das práticas e das representações que norteavam o comportamento dos agentes envolvidos, como podemos observar nos seguintes documentos:

⁵⁰ A Lei da Anistia foi assinada em 1979 e concedeu “perdão” aos perseguidos políticos, tanto o civil quanto o militar, sendo denominada de caminho para a democratização (Westin, 2019). Vale ressaltar que, no esporte, a anistia foi um fator preponderante e esteve atrelada à presença do Papa João Paulo II no Brasil, como descrito na Deliberação nº. 9/80 do Conselho Nacional de Desportos (1980).

⁵¹ O MDB foi criado em 1966 e disputava com a ARENA (Aliança Renovadora Nacional criada em 1965).

FIGURA 2 - Figueiredo e Projeto de Anistia



FONTE: Agência Senado (Westin, 2019)⁵²

FIGURA 3 - Cartaz Anistia sem restrições



FONTE: Agência Senado (Westin, 2019)⁵³

⁵² Em mensagem ao Congresso, Figueiredo defende projeto de anistia (imagem: Arquivo do Senado), disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>.

O cenário político-social após a ditadura demonstra como as antigas condições de produção reproduziam as estruturas passadas, ao passo que havia estratégias de subversão. Como pode ser observado na Figura 3, o grupo menos provido de capital utilizava o discurso defensivo em oposição ao regime para romper com as imposições dos dominantes. Já o mais provido de capital utilizava a estratégia de conservação, como pode ser observado na Figura 2 (Ortiz, 2003; Bourdieu, 2019).

Ainda neste contexto, mas com a problemática direcionada para o espaço esportivo da década de 1970, o interesse político acerca do Decreto-Lei 6.251/1975, ao mencionar no Art. 26 “para efeito de sua organização e estruturação, o desporto estudantil será dividido em universitário e escolar”, pareceu ser substancial para o momento social do país, visto que a Educação Física na escola se tornou pauta de discussões que previam romper com a influência tecnicista no ensino. Isso é observado no discurso proferido por René Maheu, diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (1973, p. 12-23):

Não se pode negar que o desenvolvimento do espetáculo desportivo desviou a atenção da realidade moral íntima do desporto a favor da sua capacidade de divertimento. Ora, o divertimento é o que há de mais afastado da verdadeira vida. Assim, nós vemos o desporto orientar-se mais para esta finalidade relativamente negativa do que para uma função de formação ou de preparação para a vida. Mas, com toda a imparcialidade, é preciso reconhecer que, por seu lado, os sistemas educativos não põem nenhum empenho em integrar o desporto nas suas estruturas e atividades, [...], impõe-se uma reação no sentido de abertura recíproca e da interpenetração dos sistemas educativo e desportivo. Creio que, por parte da educação, as circunstâncias se apresentam favoráveis neste aspecto. Estou menos certo que aconteça o mesmo em relação ao desporto, [...], o contributo é a educação permanente, [...], a procura de um modelo multidimensional, [...], é a retomada moderna do movimento humanista que levou a educação aos seus maiores êxitos. Acima de tudo, importa que os responsáveis pelo desporto, encarregados de organismos governamentais ou não governamentais, concedam um lugar maior nas suas preocupações e objetivos, no plano nacional e internacional, a tudo aquilo que eu inicialmente evoquei como sendo a capacidade educativa do desporto, que é a sua verdadeira realidade humana, e se preocupem menos com o espetáculo. O sucesso do espetáculo desportivo, a importância que assumiu nos costumes infelizmente é muitas vezes explorada para fins alheios e às vezes opostos ao desporto e que são outros tantos fatores de corrupção ou de deformação: o mercantilismo, o chauvinismo, a política. Chegou o tempo de reagir e de reagir energicamente, se se quer conservar o espírito do desporto. A excessiva procura de proezas que exigem a

⁵³Cartaz defendido por um grupo de deputados do MDB, imagem disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>.

realização de conduções cada vez mais excepcionais, junto ao desejo de rigor que caracteriza a alta competição, sobretudo em confrontos ou em oposições internacionais, levou progressivamente a que o desporto constituísse um universo físico próprio, por assim dizer estanque, em relação a verdadeira natureza e por isso anormal, na medida em que se procura realizar a norma abstrata.

No entanto, conforme mencionado, o esporte de desempenho se mantinha como foco principal nas políticas públicas do país, mesmo quando se questionava a exclusividade desta prática (Brasil, 1975). Para exemplificar este fato, segundo Tubino (2010), em 1981 o Ministério de Educação e Cultura (MEC) estabeleceu normas e aplicações financeiras em programas de apoio ao esporte de caráter competitivo. Neste cenário, “o esporte de rendimento, nas competições escolares do Brasil, permanecia como objeto do esporte escolar” (Tubino, 2010, p. 83).

A intenção em instituir normas para o esporte na sociedade brasileira ainda marcava o distanciamento e a luta entre a participação popular e os órgãos públicos responsáveis, assim como a reprodução de um sistema estruturado que valorizava o “senso de aplicação” no produto economicamente e politicamente rentável. Em outras palavras, as relações que se estabeleciam no campo esportivo social eram similares às representações no campo político e social. O agente detentor de poder conduzia as ações em prol de uma dimensão específica, em benefício de sua classe e engendrava possíveis estratégias para angariar um público ou adquirir lucro (Bourdieu, 2017). Essa centralidade do esporte nas mãos do Estado foi marcante nos anos 1964-1984, posto que os governos tinham afinidades com o movimento tenentista de 1930, conhecido pela presença onipotente do Estado em todos os segmentos sociais. Para exemplificar, a economia tinha um “capitalismo protegido” e a abertura do mercado exterior ocorreu apenas na década de 1990, até lá:

No Brasil, as elites de todas as épocas sempre foram especialmente eficientes na preservação e no avanço de suas regalias e privilégios e pouquíssimo eficazes quando se tratou de influir para que o país se modernizasse e se tornasse mais justo e equitativo na distribuição de suas riquezas e de seu progresso (Castor, p. 41, 2000).

Em 1975, ações com significativa expressão crítica à primazia do esporte educacional e de alto rendimento, foram desenvolvidas pela mídia. A campanha chamada MEXA-SE pela Rede Globo de televisão, assessorada por Lamartine Pereira da Costa, foi a primeira etapa do processo de execução do Esporte Para

Todos⁵⁴ (EPT) no Brasil, que internacionalmente já estimulava práticas por meio de campanha publicitária (Kravchychyn *et al.*, 2019). Anteriormente, no ano de 1973, o “Desporto para todos” foi pauta de debate na Revista Brasileira de Educação Física e Desportos, porém os objetivos instaurados seguiam a área educacional de que fazia parte. O esporte estava, portanto, vinculado à educação permanente (Pieron, 1973).

Iniciava o processo conhecido como “massificação do esporte”, considerado um marco para o esporte social que se estabelecia entre o nível intermediário do educacional e do alto nível (Linhaes, 1996; Cunha, 2017), e entrava para disputar o campo social e político. O esporte social passou a ter um valor, uma marca e um senso de aplicação cultural e simbólica. As instituições promotoras do esporte encontravam uma oportunidade de lucro material e simbólico. Como pode ser observado na imagem a seguir, o Serviço Social do Comércio (SESC) utilizou a Revista de Educação Física como meio para noticiar e propagar a ideia do esporte para o “bem-estar” e para a “paz social”:

FIGURA 4 - Propaganda serviço do SESC



FONTE: Revista de Educação Física (1977)⁵⁵

⁵⁴O Esporte Para Todos (EPT) foi desenvolvido a partir da elaboração da Carta Europeia do Esporte para Todos, tem sua origem na Noruega em 1967 e incentivou campanhas com a utilização do marketing para estimular os sedentários à prática da atividade física (Cunha, 2017), compreendeu outros países como Bélgica, Suécia, Canadá, Alemanha, Argentina, Brasil, entre outros, contribuindo para a popularização e prática dos esportes (Tubino, 1999).

⁵⁵ Imagem disponível na Revista de Educação Física – Escola de Educação Física do Exército (1977, p. 31).

Estudos sobre o lazer e a prática esportiva como extensão da vida cotidiana foram publicados em 1969. Segundo Navarro (2020), os ensaios influenciaram o campo da Sociologia do Esporte ao descreverem o papel fundamental do esporte na sociedade industrial e tipicamente sedentária que produzia e reproduzia a cultura do país. A partir desses estudos, supõe-se que houve interesses específicos na política da época em implementar e sustentar tais práticas voltadas ao lazer e ao social.

Em 1976, entrou em vigor o Plano Nacional de Educação Física e Desporto (PNED) em decorrência da Política Nacional, que firmou parceria entre o Departamento de Educação Física e Desporto (DED/MEC), o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL)⁵⁶, o ingresso de iniciativas privadas e a mobilização dos estados e municípios, na Campanha Esporte Para Todos (EPT). Foram agregados 10 milhões de voluntários, entre eles, profissionais de Educação Física que trabalhavam em prol da extensão esporádica da prática esportiva/recreativa para a população. Para o Governo Federal, o EPT significou a utilização da prática esportiva no enfrentamento dos problemas sociais, principalmente nas camadas populares destituídas de condições mínimas sociais. Naquela época, o esporte seria desenvolvido por meio da movimentação popular espontânea com o uso de estratégias de baixo custo e rápida implementação, caso surgissem “grandes atletas”, o esporte de massa deveria, também, promover o encaminhamento ao esporte de alto nível (Linhaes, 1996).

Neste cenário, surgiram iniciativas como a idealizada por Giulite Coutinho, na época presidente do CND, ao ofertar a prática esportiva e de lazer comunitário em cidades de pequeno porte, prioritariamente no Norte e Nordeste do país. O Programa Especial de Módulos Esportivos (PEME) oportunizava a construção de espaços e instalações de baixo custo visava a “massificação do esporte no interior, verdadeiro celeiro de grandes atletas, [...], transformando o esporte num instrumento

⁵⁶MOBRAL foi criado como fundação em 1967 pela Lei nº 5.379, vinculado ao Ministério da Educação, e tinha como proposta a ideologia militar. A fundação começou a funcionar em 1970, com recursos da Loteria Esportiva e do Imposto de Renda pelos entes federal, municipal e estadual. A atuação do MOBRAL foi ampliada em programas como: Programa de Educação Integrada (1971), Programa de Desenvolvimento Comunitário (1972), Programa Cultural (1973), Programa de Profissionalização (1974), Programa de Educação Comunitária para a Saúde (1976), Programa Tecnologia da Escassez (1977), Programa de Educação Comunitária para o Trabalho (1978), Programa de Educação do Consumidor (1979), Planejamento Familiar (1980), Educação Pré-Escolar (1980) (Portal Estudos do Brasil Republicano, 2019).

valioso na busca de uma comunidade interiorana saudável e educada” (Mendonça, 1981, p, 60).

Na medida em que o esporte social ingressava como um apêndice do educacional e do alto nível, agregava em suas funções a prática no tempo livre como suporte às demandas sociais e políticas, que não se refere apenas a área da Educação Física, mas à educação, à saúde e à assistência social. Neste contraponto, ganhou reconhecimento e o valor no jogo político que valia a pena ser jogado. Em 1981, o Ministro Rubem Ludwig, da Educação e Cultura, assinou no dia primeiro de setembro a Portaria nº. 522, e aprovou o regimento interno da Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) com o intuito de planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física. Paralelamente, criou a Subsecretaria de Esporte para Todos (SUEPT) para o desenvolvimento de programas esportivos não-formais, com o objetivo de preencher a lacuna existente entre o esporte formal e estudantil (Revista Brasileira de Educação Física, 1981, p. 46).

Para exemplificar, o trabalho de massificação esportiva também adquiriu importância significativa nos programas do Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria (SESI) e no SESC. Havia planejamentos que previam resgatar o “sentido educacional do esporte caracterizado pela aquisição de hábitos sadios e higiênicos de vida, essenciais na formação dos princípios, [...] e efetivo entrosamento entre as diversas classes sociais” com o propósito de “desenvolver, futuramente, desporto de alto nível” em vários estados brasileiros, de modo a criar “uma natural ligação entre o comerciante e a empresa em que trabalha”. Assim, buscou-se oportunizar o preenchimento das horas de lazer pela prática esportiva em todo o país (Revista de Educação Física - Escola de Educação Física do Exército, 1976, p. 53 e p. 57). Em decorrência dos programas ofertados, foi um costume celebrar as Olimpíadas Comerciais em diferentes estados brasileiros:

FIGURA 5 - A XIV Olimpíada Comerciária de Porto Alegre, desfile de abertura em 1976



FONTE: Revista de Educação Física (1976)⁵⁷

A década de 1980, segundo Linhales (1996), Bracht (1999), Caparroz (2005), Tani (2011), Godoy (2013) e Gonzáles *et al.*, (2014), foi marcada por mudanças de cenário na Educação Física brasileira, que já oscilava nos debates ao modelo único presente no ensino do esporte formal e não formal, além da sua função social. Na formação de professores, houve a inserção de uma diversidade de vertentes para uma *práxis* inovadora, com o objetivo de “desenvolver uma Educação Física voltada para o ser humano e não mais para as necessidades do capital”, com caráter alienante, autoritário e hierárquico. Houve, contudo, pouco investimento na análise da prática pedagógica do esporte (Caparroz, 2005, p. 9).

O papel da área foi questionado na rede científica pelo Movimento dos Estudantes de Educação Física⁵⁸ (MEEF) e pela mobilização de professores, porém a maioria das críticas repercutiam no sistema formal e não formal de ensino. O esporte social apenas tangenciava alguns debates nos Congressos, Seminários e

⁵⁷ Imagem disponível na Revista de Educação Física - Escola de Educação Física do Exército (1976, p. 57).

⁵⁸ A organização data a década de 1950 na antiga Escola Nacional de Educação Física, atual Universidade Federal de Rio de Janeiro (UFRJ). O ápice do movimento ocorreu após o diretor da escola se ausentar de suas funções e a instituição não atender às necessidades estruturais para o ensino de natação. Os alunos obrigatoriamente faziam suas aulas no Clube Guanabara. Com a vinda do regime militar, o movimento perdeu forças e retornou na década de 1980, com o Encontro Nacional dos Estudantes de Educação Física (ENEEF). O intuito era reunir o maior número possível de estudantes de Educação Física para analisar e discutir os problemas da Educação Física em geral e encaminhar as propostas para os diretórios acadêmicos. Os encontros ocorrem até os dias atuais e o último foi realizado em 2019 (Centro Acadêmico e dos Estudantes do Curso (CAEF). Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2020, não paginado).

Encontros realizados entre profissionais da Educação Física e Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (Linhales, 1996).

A Educação Física de caráter pedagógico estava direcionada “à intervenção educativa sobre o corpo; é claro, sustentado fundamentalmente pela biologia” (Bracht, 1999, p.77). A formação de professores, com a implementação dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, trouxe duas vertentes de estudos para a área, uma de caráter interdisciplinar⁵⁹ e outra transdisciplinar⁶⁰, tornou possível o surgimento de outras subdisciplinas, como a Fisiologia do Exercício, Biomecânica, Aprendizagem Motora, entre outras (Tani, 2011).

Apesar de maior alcance no número de investigações relacionadas às subdisciplinas de ciências naturais em detrimento às ciências sociais e humanas, o impacto na melhoria da prática profissional não foi significativo. A ênfase no estudo científico do movimento humano excluiu os estudos referente à prática profissional. Nesse sentido, Tani (2011) ressalta:

Inicialmente, acreditou-se que as pesquisas desenvolvidas nessas subdisciplinas pudessem contribuir para a formação de um corpo integrado de conhecimentos que proporcionasse identidade acadêmica à área e sustentação teórica à prática e à preparação profissional (Tani, 2011, p. 66).

Ainda nesta época, as Diretrizes Gerais para a Educação Física e Esporte propuseram aproximar a área das problemáticas relativas ao domínio sociocultural, e articularam, em um processo participativo e integrado, os órgãos federais, estaduais e regionais, públicos e privados. O intuito era descentralizar o modelo da pirâmide esportiva que vigorava no ensino da Educação Física e tinha por objetivo iniciar os alunos nos esportes (Linhales, 1996). O desenvolvimento deste modelo tinha como princípio: o número de vitórias e recordes esportivos, e recrutava possíveis “talentos” em aulas de iniciação esportiva e competições escolares, de âmbito municipal, regional, estadual e nacional (Gonzáles, *et al.*, 2014). A ideia era projetar o Brasil

⁵⁹ Para Tani (2011), a interdisciplinaridade, neste momento, conferiu à Educação Física certa dependência em relação às disciplinas tradicionais como a Anatomia, a Fisiologia, a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, que buscava solucionar os problemas específicos da área.

⁶⁰ A Educação Física, constituída por certas porções de disciplinas relacionadas ao estudo do movimento humano em suas várias formas, deixaria de ser apenas uma execução de disciplinas tradicionais da atividade física ou *performance* humana, e questionaria não só como, mas o porquê da atividade física (Tani, 2011).

internacionalmente no esporte e gerar atletas de alto rendimento (Da Costa, 2006, p. 505).

Os professores responsáveis pelo esporte na escola “assumiram um caráter orientador e normativo” na prática pedagógica (Gonzáles, *et al.*, 2014, p. 123) e receberam a denominação de técnicos esportivos escolares incumbidos pelas equipes de rendimento e, assim, respondiam às exigências institucionais. Somado a isso, as escolas foram denominadas clubes escolares, com aumento no investimento do poder público na Educação Física e no esporte escolar, principalmente com o apoio financeiro e logístico das políticas educacionais condicionadas à competência da Secretaria Estadual de Educação – Ministério da Educação (SEED-MEC) (Linhaes, 1996). Embora as políticas esportivas estivessem ausentes, o desenvolvimento do esporte na escola percorria o viés do desempenho e recebia investimentos das políticas educacionais. Essa ausência de uma definição sobre os investimentos no esporte, ora educacional ora desempenho, parecia ocasionar um desconforto para os profissionais e estudiosos da área do esporte escolar, o que evidenciava como o esporte estava balizado apenas entre duas áreas no campo acadêmico e político, não envolvendo o esporte social.

Essas mudanças na estrutura acadêmica da Educação Física possivelmente intensificaram as discussões em torno do esporte escolar e de desempenho, posto que nestas áreas o embate entre profissionais com o viés pedagógico e técnico ainda predominava no espaço de disputa, principalmente voltado ao capital total (acadêmico, cultural, econômico e simbólico). Havia um grupo que pretendia romper com o *doxa* e a lógica tradicional e, outro que resistia em manter a sua disposição.

Mediante o exposto, entre final de 1970 e início de 1980, a comunidade científica se pronunciou com relação ao esporte inferindo várias críticas, que envolviam:

- a) O esporte reproduz valores e princípios da sociedade burguesa, contribuindo assim para a manutenção das mesmas relações sociais;
- b) A prática do esporte escolar, em função da educação estética que fomenta, contribui para a docilização dos corpos, portanto, para um comportamento de submissão aos padrões vigentes;
- c) O esporte de rendimento, modelo de esporte escolar no Brasil da época, fomenta a seleção e a discriminação, privilegiando os mais aptos em detrimento dos menos habilidosos;
- d) O esporte, pelo seu peso político e econômico, conquistou a hegemonia no ambiente escolar, produzindo a monocultura esportiva e não

permitindo ou dificultando o acesso dos estudantes às outras manifestações da cultura corporal do movimento (González, *et al.*, 2014, p. 130);

Sob essa perspectiva, observa-se como a Educação Física esteve entre intelectuais de ordem biológica e intelectuais de ordem sociológica, histórica, antropológica e pedagógica. Ora um viés se sobressaía em relação ao outro, por exemplo, quando ao final dos anos de 1980:

Os intelectuais que têm sua produção com base nos conhecimentos de ordem biológica e médica em parte se desligam do CBCE, no momento em que esta passa a ser hegemonicamente conduzido por intelectuais, que se voltam para a produção de ordem sociológica, histórica, antropológica, pedagógica. Além disso, esses intelectuais que deixaram o CBCE não procuram manter interlocução com aqueles que estão a produzir teoricamente fora de seus interesses de estudo (Caparroz, 2005, p. 24).

Em vista disso, para exemplificar, o pensamento “progressista”⁶¹ foi mais abrangente na área educacional com fortes críticas ao tecnicismo vigente no país. Este olhar buscava uma nova orientação que envolvesse a função social da educação, assim dizendo, um olhar voltado aos intelectuais de ordem sociológica, histórica, antropológica e pedagógica.

Para Caparroz e Bracht (2007, p. 25), a Educação Física incorporou, juntamente com o pensamento progressista, a sociologia crítica do esporte, pela qual a “prática dos professores passa a ser entendida como uma mera derivação das decisões mais gerais de uma pedagogia sociologizada e politizada”. Isso segregou o campo de estudos pedagógicos em ciência da Educação e o campo da Educação Física em ciência do esporte e ocasionou o distanciamento entre os profissionais de Educação Física “teóricos”, dominantes da linguagem específica sociológica e filosófica, e os profissionais da “prática”, voltados à pedagogia. Ainda de acordo com os autores:

É comum ouvir, no contexto escolar de colegas formados antes da reformulação curricular dos anos de 1990, que eles eram práticos, sabiam

⁶¹ O pensamento progressista, ou tendências pedagógicas progressistas, defendiam uma educação questionadora sobre a realidade social e transformadora dos modelos sociais pré-estabelecidos. Essas tendências ou correntes são norteadoras das ações e dos discursos do professor em sala de aula (Oliveira, 2017).

fazer e que, agora, os novos professores são teóricos e não sabem fazer (ensinar) (Caparroz; Bracht, 2007, p. 26).

Neste discurso, é visível o processo de distanciamento da Educação Física em duas áreas que disputavam o campo de ensino do esporte no contexto escolar. Tal fato confirma a argumentação de Linhales (1996) sobre a ausência de problemáticas, discussões e até mesmo estudos relacionados ao esporte em outros contextos além do escolar e do desempenho, como o social. No que tange o entendimento de esporte na rede científica, estava associado apenas a esses dois eixos norteadores.

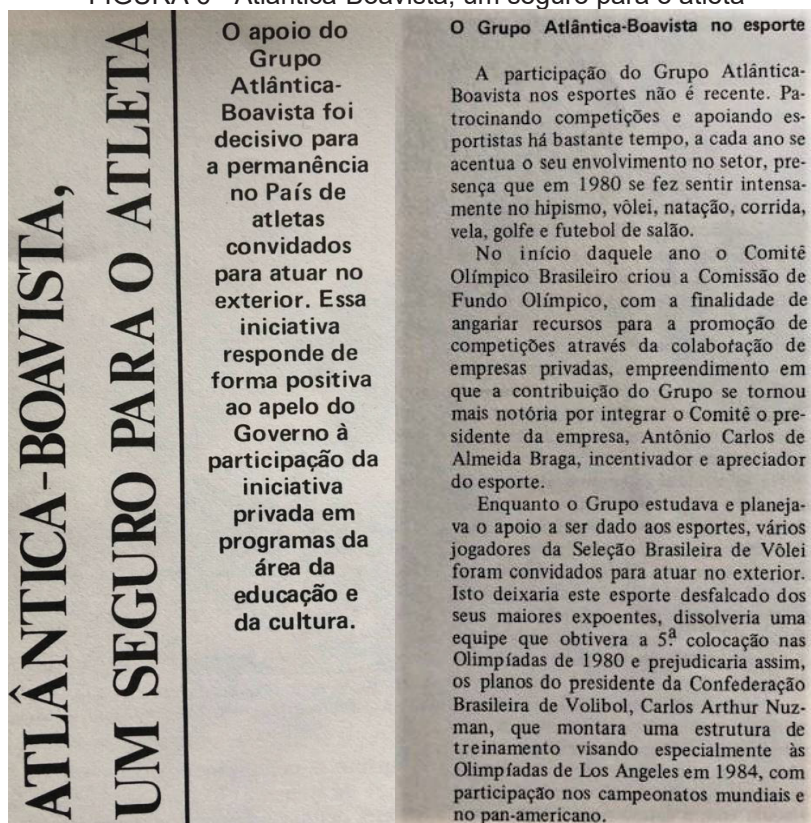
No primeiro semestre de 1985, o esporte na Educação Física foi pauta de discussão em vários setores da sociedade e envolvia, principalmente, secretários estaduais de educação e esporte, e as associações de professores. Os debates salientavam sobre a necessidade de “incorporar efetivamente a prática da Educação Física ao processo da educação geral e integral, bem como de se considerar o esporte com a profundidade do fenômeno social que já se caracterizava” (Da Costa, 2006, p. 508).

Logo, foi instituída a Comissão de Reformulação do Desporto pelo decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985, que previa a necessidade de revisão do esporte e buscava mais reconhecimento na estrutura institucional do Estado (Linhales, 1996). Com a consolidação de um novo conceito de esporte pela Constituição de 1988⁶², como será abordado na sequência, foram realizados estudos sobre o esporte nacional, que indicavam novos caminhos para a reformulação da política para o setor. Em relatório enviado para o MEC, quatro indicações discorriam sobre a necessidade de conceituar o esporte brasileiro, porquanto que o esporte, como fenômeno de rendimento, dentro ou fora do ambiente escolar, já não supria as necessidades de âmbito social, escolar e acadêmico. Ou seja, no entendimento da comissão, tornava-se necessário uma nova conceitualização do esporte (Tubino, 2010) que permitisse a participação de todos e, independente do talento, contribuísse para a formação de uma educação integral e permanente (Da Costa, 2006).

⁶² Segundo Linhales (1996), buscava-se a desburocratização e descentralização do esporte brasileiro, criação de condições financeiras para projetos científicos e de capacitação de recursos humanos, e revisão das práticas esportivas desenvolvidas pelo esporte-educação

Conforme a Comissão supracitada, “historicamente o esporte no Brasil tem sido entendido numa visão limitada, que muitas vezes levou a opinião pública a vê-lo apenas na perspectiva do esporte de alta competição” (Brasil, 1985). Fato é que nas edições da Revista Brasileira de Educação Física e Desportos da década de 1980 (edições nº. 45, 46 e 48), as notícias evidenciavam a preparação para as Olimpíadas e as finais da Taça Brasil de Basquete e a Copa do Mundo de Vôlei no Japão, com artigos de orientação sobre a fisiologia do exercício e treinamento esportivo, conforme figuras a seguir. Já o assunto noticiado na revista do ano de 1981, acerca dos investimentos no voleibol de alto desempenho, deixava de evidenciar o esporte em outras dimensões (apesar de constar “área da educação e cultura”, em nenhum momento foi discorrido no artigo o investimento para essas áreas):

FIGURA 6 - Atlântica-Boavista, um seguro para o atleta



FONTE: Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1981)⁶³

⁶³ Imagem disponível na Revista Brasileira de Educação Física e Desporto (1981, p. 5).

FIGURA 7 - Atletas de voleibol financiados pelo Projeto Olímpico Atlântica-Boavista



FONTE: Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1981)⁶⁴

Ressalta-se que, nesse período, houve a aprovação legislativa para o desenvolvimento do voleibol nacional⁶⁵, a primeira montagem de uma estrutura esportiva competitiva, que estava a cargo de Carlos Nuzman com o apoio de Antônio Carlos de Almeida Braga (Braguinha). Em princípio, foram os principais representantes do esporte no Brasil e já colhiam os resultados vindos de uma proposta de relacionamento entre: iniciativa privada, mercado e esporte (Marchi Jr, 2001). É possível supor que os olhares estavam pautados no esporte de rendimento, posto que as tensões e os capitais em jogo envolviam a mercantilização e a profissionalização do voleibol de âmbito nacional e internacional.

Ainda na perspectiva da Comissão, o esporte foi percebido como instrumento de “sustentação hegemônica” e que estaria, portanto, reconstituindo o conceito e atribuindo a prática esportiva como uma manifestação cultural da sociedade brasileira, a fim da liberdade de criação. Essa “nova” reformulação do esporte demonstra a pretensão dos órgãos públicos em romper com aquilo que se

⁶⁴ Imagem disponível na Revista Brasileira de Educação Física e Desporto (1981, p. 6).

⁶⁵ O desenvolvimento do voleibol nacional veio junto com a criação da equipe Atlântica-Boavista, também destacando a ACD Pirelli, de Santo André/SP, que evitou a transferência de jogadores brasileiros para a profissionalização na Itália, simultaneamente, foi criada uma nova profissão no mercado brasileiro denominada assistentes de produção na área de *marketing* (Marchi Jr, 2001).

entendia por esporte na escola e no desempenho, traz uma outra perspectiva e abre espaço para articular o esporte social que já havia adquirido uma nova crença e, possivelmente, altera o *habitus* da classe dominante.

A comissão foi presidida por Tubino, Presidente do CND, e teve como Secretário-Executivo o Coronel Octávio Teixeira, e outros representantes, como Mário Amato, Pelé, Luciano do Valle, Fernando José Macieira Sarney e Maria Esther Bueno — no total, 33 membros. Desta comissão, o esporte foi reconhecido em três eixos: esporte-educação, esporte-participação e esporte performance, o que suprimiu a ideia anteriormente posta no Decreto-Lei 6.251/1975 com uma certa autonomia, ainda tímida, para as entidades esportivas (Linhaes, 1996).

Na Carta Brasileira do Esporte na Escola⁶⁶ (Brasil, 1989), também chamada de “Uma nova política para o esporte brasileiro”, definiram os objetivos do esporte na área educacional e fizeram uso da definição de esporte moderno que contemplava o direito de todos à prática, que ultrapassava o simples domínio corporal e desenvolvia um ser humano capaz de conviver harmoniosamente em sociedade. Desta maneira, a prática pedagógica deveria envolver a ação-reflexão e recusar a especialização precoce e, mesmo nas situações de treinamento, os preceitos seriam educacionais.

⁶⁶Elaborada na I Conferência Brasileira do Esporte na Escola e na ocasião dos XVIII Jogos Escolares Brasileiros, com a participação de educadores das variadas regiões do Brasil (professores, dirigentes, árbitros e alunos), onde foram repensados a manifestação esportiva na escola (Brasil, 1989).

FIGURA 8 - Esporte na escola

Um jornal, uma TV e uma equipe...



(VIII Jogos Escolares Brasileiros)
Comissão de Comunicação do JEB's • Brasília • 26 de julho de 1988 • N.º 08

Lembra do Jebedeu? Continua o mesmo

A galera que participou aos XVIII Jogos Escolares Brasileiros conviveu com um companheiro diário que espalhava as notícias e estava sempre falando de coisas que interessam aos jovens. O boletim, batizado de JEBEDEU pelos adolescentes que o produziram, circulou de 20 a 27 de julho em Brasília, com uma tiragem de 1.600 exemplares que eram distribuídos nos lugares onde estavam alojadas as delegações. O jornalzinho lança agora o seu exemplar de número nove, que pretende

continuar promovendo a integração entre os participantes do JEB's 89 e mantendo acesa a discussão sobre esporte na escola.

O JEBEDEU é mais um espaço aberto onde alunos, professores, árbitros e dirigentes poderão expor suas ideias, contar casos interessantes ou mesmo se comunicar com os demais participantes dos jogos. Neste sentido, manterá todos os estados informados sobre as novidades que estão acontecendo na área do esporte escolar.

é importante que todos con-

tribuem com artigos, notas e notícias que devem ser enviadas para:

LICEU DE ARTES E OFÍCIOS DA BAHIA
Rua da Espanha, s/n, Ed. Instituto de Cacau da Bahia - Comércio Salvador - BA - 40.010

Todo este trabalho está sendo apoiado pela Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC, responsável pela reprodução e distribuição do JEBEDEU.

Carta do Esporte na Escola

No intervalo entre os jogos do XVIII JEB's, algumas pessoas participaram de uma atividade muito especial. No meio de bolas, placares, chuteiras e berimbos, realizou-se a I Conferência Brasileira do Esporte na Escola. Os professores, alunos, dirigentes e árbitros que estavam neste encontro discutiram várias questões e chegaram a conclusões que formaram um documento chamado Carta Brasileira do Esporte na Escola.

Esta Carta diz que, até os anos 60, o esporte era visto como superação de rendimentos e resultados. Hoje em dia, os desportistas percebem que esta atividade é muito importante para o desenvolvimento de todas as pessoas e, por isso, deve abrir suas portas para atletas comuns, portadores de deficiências ou superdotados. Não é possível colocar o paraplégico para competir com o recordista, mas é muito bom quando eles participam da mesma delegação e marcam pontos juntos.

A nova Constituição Brasileira, promulgada em 1988, deu muito apoio ao esporte educacional. Agora é preciso que os professores contribuam para o desenvolvimento do aluno em sua comunidade, não sejam preconceituosos e não esqueçam que sorte também é lazer.

A Carta fala do esporte como meio de educação, através do qual

as pessoas aprendem a conviver em grupo, a ser companheiras, a ajudar, a não ter preconceito, a pensar com clareza. Para que isto aconteça, a Carta recomenda que:

- todos os estados façam encontros para alunos, professores e árbitros decidirem juntos as atividades esportivas que vão desenvolver na escola;
- o esporte na escola seja dado como aula e não treino para competição, a fim de que todos participem;
- o esporte na escola não exista só para ensinar a jogar, mas para tentar construir uma sociedade mais amiga e solidária;
- os professores de educação física sejam competentes para atender os interesses e necessidades dos estudantes;
- todos os alunos, sejam eles magros, gordos, fortes ou deficientes, possam participar igualmente das atividades esportivas na escola;
- o esporte na escola ajude os alunos a saber criticar, decidir e se organizar, preparando os adolescentes para a vida;



- o esporte na escola não esteja mais ligado às competições de alto rendimento;
- uma Política de Esporte na Escola seja criada no Brasil, evitando mudanças a cada troca de Governo;
- as competições esportivas escolares permitam aos jovens participar dos jogos e da interação com os outros adolescentes, tenha objetivo educacional, tenha arbitragem preocupada em educar e não prejudicar os times, seja um espaço para debates, seja uma busca do equilíbrio entre individual e coletivo.

FONTE: Esporte na escola: Os XVIII Jogos Escolares Brasileiros como marco reflexivo (BRASIL, 1989)⁶⁷

Essa breve mudança no setor esportivo tangenciava a recente Constituição promulgada no ano de 1988, institucionalizando o esporte como um direito social e reconhecia, no artigo 217, o dever do Estado no fomento de práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

A autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; o tratamento diferenciado para o desporto

⁶⁷ Imagem disponível em: <http://cev.org.br/arquivo/biblioteca/4019788.pdf>.

profissional e o não profissional; a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional (Brasil, 1988).

Além disso, no terceiro inciso se estabeleceu que “o poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social” e, por conseguinte, no artigo 227 dispôs do dever da família, da sociedade e do Estado sobre o direito à Educação, Cultura, Desporto, e Lazer desde a infância até a juventude (Brasil, 1988). Deste modo, com a influência da Carta Magna, passou a ser dever do Estado “assumir o compromisso legal e moral, além de criar as condições (fomento) para ampliar os direitos do cidadão a fim de garantir seu acesso ao esporte” (Godoy, 2013, p. 99). Nesta “nova” constituição, foi redesenhado o sistema de proteção social com o reconhecimento de uma política assistencial destinada ao acesso dos mais necessitados aos “mínimos sociais”, o que incluiu a prática esportiva constitucionalizada e oficializada como um bem cultural de direito, bem como o lazer nas políticas públicas do país (Cunha, 2017).

No entanto, como é possível observar, o esporte social ficou condicionado à promoção da prática educacional, de rendimento ou lazer, não mencionado na legislação, mas incorporado às outras dimensões. Sobre estes aspectos, intensificou-se a multiplicidade de funções e atribuições ao esporte social, o que possivelmente corroborou para a dificuldade em entendê-lo como um espaço dotado de uma lógica própria com suas particularidades, em outras palavras, um *habitus*. Esse entrelaçar de relações que permearam a constituição do esporte no Brasil, somada à relação com a educação e com o tempo livre de crianças e adolescentes nos programas sociais, mais as ações do Estado e de outras iniciativas (Gebara, 2002), podem sugerir que, conforme se alteram os interesses dos agentes, se modificam as intenções e delimitações para o uso do esporte de cunho social.

Simultaneamente, iniciou o processo de descentralização estatal nas ações de cunho social com a participação financeira e administrativa de empresas privadas e ONGs no desenvolvimento do esporte social fora da escola. Em princípio, houve a abertura do PRIESP (iniciativa privada que iniciou no Rio de Janeiro e abrangeu mais 13 estados) e, posteriormente, o RECRIANÇA, um programa esportivo nacional com o subprograma chamado Projeto Irmão Menor (PIM) no Município de Curitiba/PR, que se propunha a “desenvolver um trabalho de educação informal,

educação artística, orientação para o trabalho, psicomotricidade” e alcance de futuros atletas (Zaluar, 1994, p. 42).

A intenção desses projetos envolvia a resolução de graves problemas sociais que a escola não conseguia atender, já que o país demonstrava índices de pobreza e criminalidade avançada nas comunidades carentes por meio de ações deliberadas, principalmente, por adolescentes e jovens (Zaluar, 1994; Kravchychyn, 2014). Além do mais, retirar o esporte da escola foi oportuno para o momento social e acadêmico do país, que incorporou tanto no currículo do ensino básico, quanto no ensino superior, a educação psicomotora e diluiu a centralidade no esporte (Da Costa, 2006, p. 505). No entanto:

A ideia de que o esporte é parte importante de um projeto educacional mais amplo, ou seja, de que ele é instrumento pedagógico importante, está presente nos dois projetos desde o início. Mas a associação entre o esporte e a pedagogia não se dá no mesmo nível nem da mesma maneira, nem no projeto, nem na prática dos educadores de cada um deles (Zaluar, 1991, p. 20).

Para a autora, as problemáticas na interação entre a pedagogia e o esporte precisavam ser aprofundadas e discutidas para o alcance dos objetivos traçados, mas na época os projetos sociais educativos nacionais que usavam o esporte foram alvos de outros debates que envolviam o seu significado e o seu uso político pelo Estado e empresas.

Segundo Zaluar (1991), nesses dois projetos sociais mencionados, as críticas balizadas intercorriam sobre a técnica esportiva como forma de domesticação e adestramento da classe trabalhadora. Isso porque os projetos atendiam à população economicamente vulnerável e os códigos de regras implantados pelos professores durante o desenvolvimento das aulas se apresentavam como um dificultador para o alcance da autonomia prevista na proposta pedagógica, que mencionava sobre a necessidade de menor rigidez disciplinar nas aulas se opunha à dita “disciplina escolar”. Novamente, as disposições duráveis da estrutura militar se faziam presentes na articulação dos grupos em associação às ações pedagógicas do professor de Educação Física com a ideologia imposta anos atrás pelo regime.

Apesar da dificuldade em articular a prática e a proposta pedagógica, a autora afirmou que tanto nos projetos como nos documentos orientadores da ação

docente não havia nenhuma doutrinação ou ideologia que pudesse conduzir o comportamento dos alunos. Em outros termos, as discussões que norteavam o esporte social no campo científico acadêmico e educacional percorriam um viés político, o que é justificável, posto que a sociedade ainda questionava os “padrões” impostos pelo regime militar e por toda prática excludente.

Segundo Bourdieu (2019, p. 170), em uma palestra realizada na França sobre “Como é possível ser esportivo”⁶⁸, a lógica do campo esportivo incorpora a elaboração de uma filosofia que nem sempre atende às demandas dos outros campos. Quando “o esporte é concebido como uma escola de coragem e de virilidade, capaz de ‘formar caráter’ e de inculcar a vontade de vencer”, se aproxima da ideia proposta pela classe dominante em benefício, por exemplo, das características militares, uma moral duradoura elaborada e utilizada em benefício dessa classe.

Ao retornar para o caso supracitado, na busca de corroborar com a abordagem do autor em questão, o “jogo” que envolvia o esporte nos projetos sociais mencionados por Zaluar (1991; 1994) provavelmente circundava o campo educacional e político, na disputa pelo capital econômico e, principalmente, simbólico. O investimento financeiro era visado nos projetos a partir de objetivos que viessem de encontro com as demandas sociais, bem como o capital cultural objetivado, já que compreendia a incorporação de uma proposta de ensino do esporte. Desse modo, as perspectivas ou “filosofias” conceituais sobre o uso do esporte no contexto social aspirava aos interesses e/ou aquilo que estava sendo valorizado no campo de disputa.

Nesse meio tempo, outras problemáticas surgiram no cenário social e exigiram um entendimento mais amplo “acerca de como vivem os seres humanos em cada sociedade e de quais liberdades substantivas de que desfrutam”. O objetivo era superar e pensando em superar as medidas econômicas padronizadas e disponibilizadas pelo Produto Interno Bruto (PIB) e pelo PIB *per capita*⁶⁹ (afinal a renda familiar pouco dizia sobre os padrões de comportamento e o consumo de uma

⁶⁸ Outra tradução é “como podemos ser desportistas”, palestra realizada no Congresso Internacional da Hispa, realizado na cidade de Paris no mês de março de 1978 (Bourdieu, 2019).

⁶⁹ O surgimento do IDH tem profunda relação com a necessidade de suprir as limitações apontadas pelos chamados Indicadores de Primeira Geração, sendo o *PIB* e o *PIB per capita* indicadores de natureza restritamente econômica.

família, disponibilidade de serviços públicos e as políticas governamentais de abastecimento) (Castor, 2000).

Na década de 1990, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que indicou o desenvolvimento humano no Brasil pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com uma abordagem centrada em conceder mais atenção às situações de pobreza, desigualdade e insegurança. O IDH avaliou as áreas e os níveis de saúde (esperança de vida à nascença), educação (média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados) e rendimento (rendimento nacional bruto *per capita*). O objetivo, porém, “não é criar um indicador inatacável do bem-estar – é redirecionar as atenções no sentido do desenvolvimento antropocêntrico e promover o debate sobre como fazer progredir as sociedades” (Relatório de Desenvolvimento Humano, 2010, p. 26-27). A partir do conceito definido pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo a base do IDH e do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), temos que:

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem do desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades. A renda é importante, mas como um dos meios do desenvolvimento e não o seu fim. É uma mudança de perspectiva: com o desenvolvimento humano, o foco é transferido do crescimento econômico, ou da renda, para o ser humano. O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020).

O IDH permitiu olhar para os interesses da comunidade, através de um conceito uníssono para o direcionamento das políticas públicas do país. Foi um avanço em nível mundial, e principalmente nacional, o que representou novas discussões na esfera política e acadêmica, levantando questões referente à diminuição da distância social entre classes e as particularidades de cada país no alcance dos “mínimos” estabelecidos pelo índice (Ribeiro; Jannuzzi, 2005). Afinal, como afirmou Bourdieu (2017, p. 106), “ter o poder é possuir em potência o uso exclusivo ou privilegiado de bens ou serviços formalmente disponíveis a todos: o poder dá o monopólio de certo possíveis”, como o capital econômico e cultural, que

nem sempre se apresenta acessível a todos da mesma maneira. Pelo contrário, o tempo disponível, a segurança proporcionada pela rede de proteção, as estratégias, os riscos e até as audácias para alcançar um “lugar na sociedade” ou no mercado de trabalho pode ser diferente entre classes. Com o redirecionamento das políticas públicas, esperava-se uma mudança nas decisões políticas para o alcance da igualdade de oportunidades, a partir de ações voltadas ao preceito “humanidade”.

Outro avanço social foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) por meio da Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990. Essas leis visaram diminuir a distância social ocasionada pelo processo de globalização cada vez mais excludente, materializado em níveis de escolarização insuficientes e intensificados nas formas de violência e trabalho infantil. A partir da visibilidade na agenda pública, as políticas para este público foram reconhecidas e priorizadas nas estratégias governamentais, como o uso do esporte nos programas e serviços articulados de forma intersetorial para o enfrentamento das mazelas sociais (Cunha, 2017).

No entanto, apesar dos avanços mencionados, o país atravessava frágeis condições econômicas, o que provocou uma série de mudanças nos diferentes setores sociais. Na Educação Física, o impacto foi sentido com a segregação da área em “esporte” e “Educação física”, devido ao aumento significativo de investimentos públicos e privados exclusivos para o esporte em detrimento da Educação Física.

Como duas áreas distintas, a discussão proferida na década de 1970, na Revista de Educação Física e Desportos edição de 1972, com o texto “O tempo de colher” do editor Eric Tinoco Marques, remonta o sentimento vivenciado anos depois – o desporto veio antes da Educação Física propriamente dita. Sem ingressar nesta esteira de discussão epistemológica, na década de 1990, a Educação Física foi deslocada para o Ministério da Educação e o esporte ficou sob a “tutela” da Secretaria de Esportes da Presidência da República, responsável em estabelecer os conceitos e princípios para o esporte brasileiro (Linhaes, 1996).

Esse romper denota como os interesses sobre o esporte incorporava ações de uma determinada classe, com dificuldades em articular os significados e as funções do esporte às necessidades da sociedade e ao próprio campo em questão,

assim se pode conferir a atemporalidade do discurso de Marques (1972, sem página):

Os imediatistas sempre se caracterizaram pelo alarde de seus clarins, pelo retumbante efeito de pretensos milagres, pela ausência de continuidade de seus 'planejamentos'. Por menos experiente que seja um professor de Educação Física, sabemos todos que não se faz um atleta da noite para o dia e, com muito mais razão, que o resultado de um pequeno grupo tem muito pouca significação quando este grupo não representa a coletividade. Ao iniciarmos nossos trabalhos, não pretendíamos colher os frutos no 'semestre que vem' e, quando muito esperávamos – se observado criteriosamente o planejamento inicial, adaptado e reformulado sempre que necessário e viável – dentro de uma década poder apreciar uma verdadeira evolução que compensasse o investimento realizado.

Mesmo nesse impasse, vários projetos sociais foram abertos e direcionados aos segmentos sociais isolados, principalmente com a retratação do esporte nas políticas públicas e com o encurtamento das ações estatais marcada pela política econômica de valorização da lógica privada (Cunha, 2017), além de atletas consagrados e bem-sucedidos financeiramente deram seus nomes ou apadrinharam projetos e iniciativas de caráter social, assim como leis esportivas⁷⁰ (Rodrigues, 2008). Contudo, havia indefinições sobre o esporte que precisavam ser solucionadas, ainda mais com o fortalecimento da iniciativa privada e inclusão de grandes nomes nos programas sociais, entre as problemáticas encontradas estavam a organização do esporte no país, o papel de cada ente (Municipal, Estadual e Federal) e por fim o entendimento de esporte nas políticas públicas voltadas ao esporte educacional, participação, rendimento e ao social.

Conforme se avança na história, percebe-se que o esporte vem se ressignificando, o que pode ser chamado de elasticidade semântica. Em outras palavras, em cada tempo é articulado e definido a sua prioridade mediante as demandas oriundas da sociedade (Bourdieu, 2004). Como observado, nesta década,

⁷⁰ Neste momento, havia grande interesse mercadológico frente ao esporte, principalmente o futebol que, nas mãos do Estado, foi vinculado às personalidades esportivas para a condução de algumas modalidades e para a defesa de alguns interesses empresariais, que envolviam o Estado e agências de marketing esportivo. Para exemplificar, houve a incursão da Lei Zico como mecanismo para a popularização do governo e, também, para a retirada da CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e das federações do poder político, e se incluiu no colégio eleitoral os clubes de primeira e segunda divisão. Em seguida, foi incluído Pelé como ministro dos esportes, cabo eleitoral e empresário da Pelé Sports e Marketing, agência responsável em realizar transações esportivas, como a transmissão de campeonatos nacionais e consultoria para a venda de jogadores para o exterior (Ouriques, 1999).

houve a necessidade de modernizar o esporte⁷¹ e defini-lo segundo os interesses das iniciativas privadas e descentralizá-lo das mãos do Estado. Isso desencadeou o surgimento da PL nº 956/91 que "Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências" pela Comissão Especial de Desportos (CESP). A CESP formulou a conhecida Lei Zico nº lei 8.672 de 6 de julho de 1993 após a nomeação de Arthur Antunes Coimbra (Zico)⁷² à recém-criada Secretaria dos Desportos da Presidência da República (Linhales, 1996; Kravchychyn, 2014; Cunha, 2017).

O esporte, através da Lei Zico, foi dimensionado em três manifestações: esporte educacional, esporte de participação e esporte de alto rendimento. Nas disposições iniciais da Lei, o esporte era reconhecido como prática formal e não-formal, sendo que o não-formal tinha como característica a liberdade lúdica de seus praticantes podendo ser organizado por pessoas físicas ou jurídicas. Em oposição, o esporte educacional era voltado para o desenvolvimento integral do homem e deveria ser fomentado, prioritariamente, por recursos públicos. O esporte de rendimento tinha centralidade na lei e recebeu um parágrafo único de como deveria ser organizado e praticado, do amador ao profissional. Além das manifestações do educacional e do desempenho, o esporte de âmbito social não foi diretamente mencionado na Lei Zico e foi reconhecido apenas como prática de "participação": "compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e da educação e na preservação do meio ambiente" (Brasil, 1993).

Essa menção parecia ser insuficiente para o entendimento do esporte social percebido, neste caso, como um produto capaz de contribuir para infinitas possibilidades a partir do diálogo estabelecido com outros subcampos, em busca de legitimação e permanência no campo esportivo. De fato, na perspectiva do social, a

⁷¹ A discussão sobre a modernização do esporte surgiu após a descoberta de mudanças introduzidas no futebol europeu, onde havia uma participação decisiva do Estado nas medidas mais avançadas para a modernização do esporte. Esse modelo era almejado pelos setores empresariais no Brasil, que viam uma forma de mudar a ordem política no futebol e ampliar o seu domínio no mercado (Ourique, 1999).

⁷² Foi jogador de futebol, apelidado "Zico", estreou no Flamengo em 1971 e consagrou-se como melhor jogador do clube em 1980. Anteriormente foi convocado para a Copa de 1978 e participou de outras Copas (1982 e 1986). Ficou conhecido por denunciar na imprensa a má administração do futebol brasileiro e a falta de garantias trabalhistas. Após a sua aposentadoria, foi comentarista e em 1990 assumiu a Secretaria Nacional de Desportos, após o desmembramento do Ministério da Educação e do Desporto. Em 22 de abril de 1991, o presidente Fernando Collor de Melo enviou o projeto de Lei chamado "Lei Zico". Neste mesmo dia, Zico pediu a sua exoneração (Cechine, 2009).

lei sumariamente reconhecia a prática não-formal voluntária, mas apresentava limitações frente aos significados e funções atribuídas à sua função na sociedade. Em adição, incorporava a ideia de apêndice das outras dimensões esportivas, principalmente, do educacional.

Segundo Linhares (1996) e Cunha (2017), poucas mudanças foram percebidas no uso do esporte pelos órgãos públicos com o ingresso da Lei Zico, afinal, o setor educacional ainda representava uma esfera de continuidade de incentivo governamental ao alto rendimento pela lógica piramidal. Os debates relacionados ao esporte e às ações governamentais mudaram, assim como as discussões referentes ao ensino do esporte no ambiente formal e não formal de ensino, mas ainda havia pouquíssima discussão sobre o esporte como direito de todos apesar do reconhecimento na legislação.

Em 1995 foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) por meio do Decreto n.º 1.437, de 04 de abril de 1995, autarquia ligada ao Ministério da Educação e do Desporto (Brasil, 1995). As primeiras iniciativas do Governo Federal foram a implementação de dois projetos sociais-esportivos: o Programa Esporte Solidário⁷³ e o Projeto Navegar⁷⁴, direcionados ao desenvolvimento e promoção da prática esportiva de crianças e adolescentes (Kravchychyn, 2014; Cunha, 2017).

Na sequência, houve a substituição da Lei Zico pela Lei Pelé nº 9.615 de 24 de março de 1998, que incorporou nos anos seguintes o esporte de formação:

caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição (Brasil, 2015).

Com a nova conceitualização do esporte, o Estado inseriu em suas ações os programas sociais e promoveu, também, disputas e discussões teóricas acerca das

⁷³ O Programa Esporte Solidário foi lançado em 1996, idealizado pelo Edson Arantes do Nascimento (Pelé). Destinava-se a retirar as crianças das ruas e encaminhá-las para o esporte, o investimento do governo federal totalizava 80% dos custos. Posteriormente, com a mudança de governo, o programa foi renomeado para Centro de Iniciação ao Esporte (Tio Oda, 2016).

⁷⁴ O Projeto Navegar é um Projeto da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Projeto Segundo Tempo (PST) em parceria com o Ministério do Esporte e instituições públicas e privadas (Domingos, 2014)

manifestações esportivas (Tubino, 1999). O esporte social não havia recebido um espaço próprio na legislação, porém se aproximava do esporte formação.

Apesar de algumas alterações e inclusões na lei Pelé, apenas algumas ações práticas foram percebidas deixando de considerar a responsabilidade de cada ente federativo quanto a forma de organização; o controle político e financeiro; e a estrutura organizacional do esporte, com ações sistematizadas para que se efetivassem as políticas públicas para o esporte em diferentes esferas (Godoy, 2013).

Simultaneamente, houve um crescimento exponencial do número de praticantes formais e não formais, que foram em busca de equipamentos, academias e locais específicos para a prática esportiva (Godoy, 2013) e cobraram dos órgãos públicos e privados a ampliação dos espaços, materiais, eventos e pesquisas dedicados ao esporte. A estrutura que orienta as práticas, as políticas públicas, modificaram-se frente aos agentes.

Em consonância, no ambiente acadêmico, houve o aumento na demanda de pesquisas envolvendo a prática esportiva e a ampliação no repertório de atividades do professor de Educação Física (Tani, 2011). Segundo Caparroz (2005) e Gonzáles *et al.* (2014), a problemática na relação entre teoria e prática se tornou objeto de estudo de alguns autores, que ganharam espaço no campo acadêmico, discutiram sobre a prática pedagógica do professor de Educação Física, na tentativa de superar a visão fortemente voltada à biologização do corpo e do movimento humano, como por exemplo nas obras: “A Educação Física cuida do corpo ... e “mente”” (Medina, 1983), “Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física” (Freire, 1989), “Educação Física: ensino e mudanças” (Kunz, 1991), “Metodologia do ensino de Educação Física” (Coletivo de Autores, 1992), entre outros.

Com a nova legislação, houve a “expansão de significados designados ao esporte”. O profissionalismo encontrava-se oficializado, assim como a mercadorização do esporte. O acesso ao esporte representativo, competitivo e individual nas academias e clubes, com equipamentos e atividades diferenciadas, propiciou o surgimento de novas práticas, inclusive nas escolas com o esporte extracurricular, e a educação integral (Galatti, 2010, p. 125). Apesar de um quadro de propostas pedagógicas amplo, Bracht (1999, p. 78) argumenta que a prática docente ainda resistia às mudanças, sendo “balizada pelos paradigmas da aptidão

física e esportiva”. Isto significa que a estrutura estruturada e estruturante da década de 1970 e 1980 ainda estava incorporada nas ações dos profissionais.

Em suma, entre as décadas de 1980 a 1990 ocorreram algumas mudanças no cenário político, como a implementação de políticas públicas voltadas às demandas sociais, principalmente, após o aumento significativo de praticantes, o avanço do profissionalismo e a mercadorização esportiva, que se apresentava como um caminho sem volta. Notoriamente, a disputa pelo poder envolvia fortemente o campo social e político, ao passo que o esporte se tornou uma mercadoria útil para movimentar os diferentes interesses e inter-relações.

No âmbito educacional, as pesquisas e a diversidade de abordagens pouco mudaram a realidade prática do professor de Educação Física, de tal modo que a prática metodológica docente ainda estava voltada à aptidão física e esportiva, mesmo após a inclusão de nova legislação esportiva. Além disso, compreendemos que os intervenientes sociais, políticos e educacionais influenciaram a prática docente, pois se encontravam envolvidos por uma teia de interdependência e, conforme a disputa de poder mudava, se alteravam também as ações em detrimento a uma demanda específica do campo social.

Desde o momento em que o esporte foi inserido na legislação, tornou-se obrigação do Estado atender às demandas provenientes do ambiente social (Bobbio, 2005). Contudo, com a ausência de uma organização ou de um Sistema Nacional de Esporte adequadamente regulamentado, houve o distanciamento entre as reais necessidades sociais e a resposta dos órgãos públicos, posto que os avanços na legislação não acompanharam as novas demandas sociais. Isso ocorreu, principalmente, devido ao aumento na oferta e procura de diferentes práticas esportivas pela sociedade (Galatti, 2010) e a carência de políticas direcionadas para o interesse social comum.

Como o campo das práticas esportivas é um lugar de lutas pela sua função legítima, seja “do amadorismo contra o profissionalismo, do esporte prática contra esporte espetáculo, esporte distintivo (de elite) e esporte popular (de massa)” (Bourdieu, 2019, p. 172), observa-se um investimento maciço do Estado no esporte desempenho em relação às outras dimensões, o que corrobora para a legitimação dos profissionais e das autoridades envolvidas neste espaço social — diga-se de passagem, um recorte da sociedade um pouco mais restrito. Até os anos finais da

década 1990 e início dos anos 2000, esse cenário se repetiu e pareceu que o *habitus* esportivo governamental e, principalmente, legislativo em relação ao esporte não se alterou em virtude das demandas estruturais do campo político.

Neste contraponto, o esporte no âmbito social parece subsistir entre sentidos e significados do esporte de rendimento, formação, educacional e participação, sem que exista um espaço próprio. Ele se constitui com relativa autonomia e em consonância com as demandas políticas-sociais para coexistir e, futuramente, talvez, se legitimar no campo esportivo a partir de seu *habitus*.

De antemão, apresentaremos no próximo capítulo o diálogo entre a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu e a temática proposta com o intuito de identificar os principais conceitos do autor utilizados ao longo dessa tese. Nesse sentido, corrobora-se com a ideia de que “não se pode analisar um esporte particular independentemente do conjunto das práticas esportivas; é preciso pensar o espaço das práticas esportivas como um sistema no qual cada elemento recebe seu valor distintivo” (Bourdieu, 2004, p. 208). Para tanto, os conceitos são articulados com as propriedades socialmente pertinentes que fazem do esporte um veículo de interesse e preferência de uma determinada categoria social.

3 ANÁLISE DA ESTRUTURA ESPORTIVA BRASILEIRA: O SENSO PRÁTICO NOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL

Alguns estudiosos da área trabalharam alguns conceitos de esporte e lazer subsidiando a prática pedagógica de algumas administrações populares. Estas buscam questionar, pluralizar o esporte, as regras, os modelos e gestos padronizados, adaptando o esporte à realidade social e cultural dos praticantes. Retiram do esporte a condição de conteúdo prioritário ou exclusivo da organização de aulas e atividades de lazer, tratando-o no âmbito de um programa que contemple o amplo acervo de conteúdo ou temas da cultura corporal, sem hierarquia. Compreendem e fomentam uma compreensão da prática do esporte como direito de desmistificá-lo através de sua oferta, do seu conhecimento, da sua prática prazerosa, com vivências de sucesso para todos (Brust; Baggio; Saldanha Filho, 2006, p. 184).

Os produtos consumidos, entre eles a arte, a música e os esportes — e, dentro dos esportes, especificamente o voleibol — podem servir de exemplos para identificar como surgem o interesse e a tomada de decisão por um objeto escolhido. Isso não se refere apenas à escolha, mas às disposições de um agente ou classe em seus esquemas de percepção, apreciação e ação na constituição de uma utilidade prática do objeto em questão (Bourdieu, 1996; 2017). De acordo com a lógica de Bourdieu (2017; 2019), existe uma relação entre a oferta e a demanda durante o consumo de produtos e serviços, na qual a oferta prevalece nas diferentes classes, mesmo na ausência de uma demanda envolvida, desde que a oferta de diferentes setores predisponha nos agentes a necessidade de usufruir determinados bens e serviços. Impõe-se, assim, um sentido, no qual o próprio consumidor irá contribuir para a produção do produto que consome, “como uma oferta destinada a encontrar uma certa demanda social” (Bourdieu, 2019, p. 165).

No tocante a esse assunto, supõe-se que um indivíduo ou grupo precise apreciar, sentir ou experimentar algo para constituir sua utilidade objetiva — em outras palavras, o seu “sentido prático”, que depende da sua posição no espaço e da maneira como se apropria dos produtos de consumo em diálogo constante com o mundo social (Ortiz, 2003). Nesta relação praxiológica, ou na predisposição com o objeto, adquire-se o capital cultural, social, simbólico, ou mesmo econômico, que servirá de distinção e reprodução de certa estrutura em forma dissimulada de apropriação do conhecimento (Bourdieu, 1996).

O capital cultural, segundo Bourdieu (2015), compreende três estados: incorporado, quando a apropriação ocorre no corpo do agente, na maneira como assimila a aprendizagem; objetivado, que se refere à forma de bens culturais, transmissível através de livros, esportes, artes, instrumentos, entre outros; e institucionalizado, quando a consolidação ocorre por intermédio de títulos e certificados. O capital social é a rede de relações às quais o agente pertence e o reconhecimento dos pares dotados de propriedades comuns, como volume de capital econômico, cultural ou simbólico. O capital simbólico é a crença, propriamente dita, em um agente ou grupo que detém o reconhecimento de mobilizar (Bourdieu, 2004). Já o capital econômico é o valor em dinheiro adquirido pelo reconhecimento de um capital, como o escolar (Bourdieu, 2015). Entre os capitais ocorre o processo de conversão, quando um determinado capital revertido em outro possibilita ao agente acessar determinados benefícios no campo. Para exemplificar, quando a imagem de consagração de um atleta mobiliza investidores, patrocínios ou a escuta do poder público em benefício de um projeto socioesportivo, percebe-se a conversão de um capital simbólico em econômico.

Diante do contexto supracitado, para Souza e Marchi Jr (2017), esse processo sistemático, denominado por Pierre Bourdieu *modus operandi*, ocorre na passagem de um objeto simbólico para seu estado prático implicando na exteriorização da interiorização e permite a compreensão da lógica que opera nas leis de oferta e demanda, por exemplo, quando no momento em que o sujeito é influenciado pelo meio social em consonância com suas propriedades intrínsecas a escolher uma determinada modalidade esportiva. É possível ir além: quando este mesmo sujeito, influenciado pelo contexto social, experimenta determinado produto que lhe confere uma posição no espaço social economicamente rentável. Esse caráter não reflexivo, que muitas vezes guia a conduta humana, se dá quando se tem uma longa exposição a determinadas circunstâncias, e o corpo interioriza disposições cognitivas e práticas mais adequadas ao jogo (campo) em que se está atuando (Bourdieu, 1990).

Em síntese, nessa relação entre agente e objeto se encontra o que os autores chamam de ação social, que “não é mais considerada mera execução, mas, um núcleo de significações do mundo” (Marchi Jr, 2004, p. 48). Para complementar, seria a efetivação na prática do mundo social sob o corpo do indivíduo na sua

subjetividade, que resulta no comportamento (Dantas, 2007). Por conta disso, as nossas ações naturalizadas⁷⁵ dizem muito mais sobre o mundo que nos cerca, inclusive, durante a escolha por um objeto de consumo específico.

Antes mesmo de o indivíduo ter acesso a determinado objeto de consumo, existe uma estrutura — o campo — que posiciona os atores sociais de maneira relacional em posições diferentes no espaço social, conhecido como um local de movimento contínuo onde as classes existem virtualmente e os agentes são posicionados conforme a sua disposição (Bourdieu, 1996). A partir dessa inter-relação, o agente entra em contato com as leis do campo, que podem ser explícitas ou não, e adquirem acesso aos bens de consumo que, revertidos em capitais, podem servir de recurso para a distinção ou para a reprodução da desigualdade social (Bourdieu, 1996). Essas situações são por vezes observadas em determinadas práticas esportivas e mencionadas pelos autores Norbert Elias e Eric Dunning no livro “A busca da Excitação”, bem como por Pierre Bourdieu no conjunto de obras apresentadas e que nortearam essa pesquisa.

Seja no campo esportivo, político ou educacional, as pessoas se encontram posicionadas pela estrutura, regidas por leis e normativas que refletem em seu comportamento, até que as suas ações estejam em conformidade com o chamado *habitus* de classe. Essa aprendizagem implícita ou explícita funciona quando os interesses dos agentes são mobilizados no espaço social (Bourdieu, 2019). Contudo, os capitais específicos conhecidos pelo seu valor no jogo e adquiridos de maneira relacional, nem sempre são acessíveis a todos (Bourdieu, 2015). Conforme Bourdieu busca revelar em suas obras, a condição social de apropriação dos agentes aos diferentes produtos de consumo e a existência de uma desigualdade de acesso compactua para a permanência de determinadas classes no poder.

O chamado dissimulado direito de entrada se dá pelo acúmulo de capitais ofertados pela família ou por outros agentes que permite ao recém-chegado ingressar sem dificuldades no espaço, como o conhecimento prévio das regras, da prática, da linguagem utilizada, das vestimentas, entre outros fatores. Em outras palavras, seria a apreciação por determinado produto, o acesso e a facilidade para

⁷⁵ Utilizamos o termo naturalizada para nos referir aos comportamentos humanos que, segundo Bourdieu, não são inatos e sim construídos na relação dialética com o meio social, um traço cultural incorporado ao ponto que algumas ações ou imposições “parecem naturais”.

se manter no contexto que, possivelmente, colabora para a futura apropriação do indivíduo e o distingue do ingressante que não teve o mesmo estímulo ou a aprendizagem anterior (Bourdieu, 2017).

Nesse sentindo, antes mesmo de se pensar em estruturas e disposições, o que acontece na relação entre sujeito e objeto é fruto das primeiras experiências advindas do ambiente familiar. Ou seja, é dotada de uma história própria e de uma lógica, como a aprendizagem da linguagem, dos costumes e das maneiras. Posteriormente, esse processo educativo pela aprendizagem implícita ou explícita, chamado *hexis* corporal e/ou *habitus* (práticas significativas⁷⁶ que geram percepções e, conseqüentemente, sentidos), continua na escola, que impõe o conteúdo muitas vezes desconexo da realidade vivida pelo aluno (Bourdieu; Passeron, 2014a). Há, porém, crença de que os conteúdos ministrados nesta instituição de ensino servirão de suporte para o alcance do futuro sucesso no campo de trabalho ou na vida em sociedade. A escola é a instituição que monopoliza o conhecimento e o bem cultural necessário para a vida em sociedade afinal, e nela se acredita encontrar a construção de uma sociedade democrática que permita o acesso de todas as classes aos bens culturais institucionalizados (Bourdieu, 2017).

De certa forma, parece que a própria sociedade corrobora, reproduz e legitima a escola como ambiente propício para essa formação. É como um objeto cultural a ser usufruído nem sempre por uma demanda, pelo contrário, para “reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre os grupos ou classes, contribuindo deste modo para a reprodução da estrutura social” (Bourdieu; Passeron, 2014a, p. 32), por vez mencionada pelo autor, desigual e que dispõe de instrumentos ou estratégias “suaves” no exercício do poder e na manutenção da distinção entre as classes.

Essa constituição de uma cultura, vista apenas como fonte de produção e reprodução, de alguma forma tem sido ofertada pelas instituições de ensino (Hodkinson; Biesta; James, 2008), que utilizam métodos como o uso da disciplina sobre o corpo para a obtenção de resultados determinados com o propósito de alcançar capitais desejados por determinadas classes. Outro exemplo é a avaliação

⁷⁶ Práticas significativas no contexto apresentado podem ser compreendidas como o processo de interiorização, que é quando o sujeito em contato com o meio externo incorpora sentidos ou significados relacionados às suas experiências.

escolar que reproduzia a estrutura hierárquica e, quando aplicada de maneira tradicional, marcava as diferenças existentes entre os candidatos de diferentes origens sociais, refletia em violência simbólica — isto é, quando o agente não percebe determinadas imposições violentas e aceita essas ações recorrentes do agente detentor de maior poder no espaço (Bourdieu, 2015).

Para Bourdieu (2017), essa disciplina, ou o exame, se refere ao próprio conhecimento legitimado e institucionalizado sob a aprendizagem dentro e fora da escola, ocorrida também no meio familiar e social, desconsiderando a bagagem de conhecimento trazida pelo aluno em prol de um êxito escolar e, por fim, um diploma (conhecido como capital cultural institucionalizado). Simultaneamente, com a disciplina escolar em forma de avaliação existiam as penalidades:

Essa penalidade hierarquizante tem como objetivos classificar os alunos segundo as suas aptidões e o seu comportamento, e exercer sobre eles uma pressão constante para que sigam todos o mesmo modelo, se sujeitem à subordinação, sejam dóceis e disciplinados. Para que todos se pareçam. Ou seja, a penalidade, que atravessa e controla todos os instantes das instituições disciplinares, compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Numa palavra, normaliza (Brites, 2007, p. 175).

Ao vislumbrar a realidade educacional e esportiva brasileira encontrada nas escolas, nos contraturnos e nos projetos sociais, seja de ordem pública ou privada, o esporte, como objeto metodológico pelo professor, adquire inúmeros objetivos, como: preparação para o mercado de trabalho, cidadania, valores sociais, formação de atletas etc., que influenciará na formação dos alunos e, conseqüentemente, em seu comportamento. A conduta de professores(as) também pode ser lida dessa maneira: muitas vezes estão imersas por essas disposições incorporadas.

Em síntese, os agentes e instituições, quais sejam, encontram-se em um sistema relacional regido por normas, uma via de mão dupla, ao passo que as ações influenciam na estrutura e a estrutura influencia no comportamento, nem sempre conscientes desse movimento que perpetua a cultura de uma classe ou os interesses de um grupo específico. É esse sentido do jogo, ou sentido prático, que comanda a ação e que muitas vezes tem aparência de ação racional, mas não se tem a razão como princípio gerador. É a “arte de antecipar o futuro do jogo inscrito” (Bourdieu, 1996, p. 42).

Essas disposições incorporadas se encontram além do espaço familiar, escolar e esportivo. Estão presentes nas igrejas, nos hospitais psiquiátricos, nas prisões, nas forças armadas e nas empresas, que fazem uso de “métodos suaves” (diálogo, participação, e assim por diante) (Bourdieu; Passeron, 2014a) para inculcar o conhecimento, os costumes e as regras, de maneira relacional com as particularidades de cada sujeito ou grupo, até que se constitua em um *habitus*. Este entendido por Ortiz (2013) como um comportamento durável frente às condições culturais somado às experiências individuais. Em suma, esse *habitus* que regula nossas ações, como visto anteriormente, pode estar relacionado a um aparelho de produção disciplinar desenvolvido para tornar o corpo normalizado segundo as regras sociais (Sabot, 2017).

Para Brites (2007, p. 173), os costumes, os hábitos e a maneira de agir são produtos de “mecanismos para tornar mais obediente e útil” o comportamento humano. No caso do esporte, as ações dos alunos habitualmente seguem uma disciplina imposta e autoimposta pelas instituições regulamentadas e legitimadas socialmente, e contém regras específicas criadas por um grupo detentor de maior poder ou capital (Dantas, 2007). No entanto, um dificultador segundo Bourdieu (2015) se refere a ausência de vínculo entre o conhecimento trabalhado nessas instituições e a bagagem cultural do aluno. De algum modo, as ações institucionais podem mesmo que inconscientemente agir:

Com efeito, para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos, é necessário e suficiente que a escola ignore, no âmbito dos conteúdos do ensino que transmite, dos métodos e das técnicas de transmissão e dos critérios de avaliação, as desigualdades culturais entre as crianças das diferentes classes sociais. Em outras palavras, tratando todos os educandos, por mais desiguais que sejam eles de fato, como iguais em direitos e deveres, o sistema escolar levado a dar sua sanção às desigualdades iniciais diante da cultura (Bourdieu, 2015, p. 59).

Independentemente de reconhecer a tomada de posição do professor e da instituição, segundo o autor supracitado, a importância de conhecer o funcionamento de um campo, neste caso da prática esportiva do voleibol social, está no fato de tornar visíveis os mecanismos de poder não explícitos que legitimam (Bourdieu, 2017) e proporcionam aos agentes sentidos e significados às suas ações — mesmo que resultem, ou não, na desigualdade de acesso à prática esportiva

institucionalizada dotada de uma história e de uma lógica própria que precisa ser investigada. Essas ações correspondem ao conhecimento prévio do agente em consonância com o meio que será analisado a partir dos discursos. As classificações dos alunos, as normativas e as exigências, são percepções adquiridas e empregadas pela prática que tendem a se reproduzir (Bourdieu, 2015).

Portanto, não basta ter a oferta de bens culturais e se apropriar dos conhecimentos, condutas ou conteúdo. É preciso que exista o reconhecimento de determinado objeto nos diferentes campos e subcampos (conhecidos como espaços para a construção de um objeto em articulação e relação contínua com o meio externo e interno) (Bourdieu, 2004), bem como um valor atribuído pela sociedade para que as instituições atendam aos objetivos e às demandas dos diferentes grupos sociais. Em suma, é preciso que exista um universo de consumo disponível e socialmente aceitável por uma determinada classe (Bourdieu, 2019).

Em meio a este contexto, busca-se relacionar a teoria de Pierre Bourdieu com a disposição do voleibol social, o seu incurso, os esquemas de percepção, apreciação e ação, que envolveram a sua inserção e a necessidade no universo da cultura brasileira. Mas antes disso, se torna necessário compreender o objeto em questão, o surgimento, a cultura local e a necessidade que permitiram criar o esporte, familiarizado no Brasil e em outros vários países, chamado voleibol.

3.1 NOTA INTRODUTÓRIA SOBRE O VOLEIBOL: DA ORIGEM À INSERÇÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO

O objeto da história é a história dessas transformações da estrutura, que só são compreensíveis a partir do conhecimento do que era a estrutura em dado momento (o que significa que a oposição entre estrutura e transformação, entre estática e dinâmica, é totalmente fictícia e que não há outro modo de compreender a transformação a não ser a partir de um conhecimento da estrutura). Eis o primeiro ponto (Bourdieu, 2004, p. 210).

O voleibol teve sua origem nos Estados Unidos da América (EUA) em 1895, como um esporte inventado e praticado inicialmente em clubes, apresentava as características de um esporte moderno desenvolvido para suprir as demandas da sociedade da época (Afonso, 2004). Segundo Foucault (1987) e Dantas (2007), uma das características que mobilizava a sociedade moderna, que ainda repercute na sociedade hipermoderna, são as ações em prol do capital, a partir de mecanismos

ou estratégias para tornar os sujeitos seriais, singulares, respeitadores das normas e conscientes do seu lugar/posição no mundo social. Como vimos anteriormente, esse processo pode ser realizado por instituições que se utilizam de meios, como é o caso da prática esportiva, para controlar os sujeitos e torná-los funcionais e operacionais para a vida em sociedade segundo uma estrutura estruturada e estruturante por determinados grupos (isto é, um sistema que norteia e influencia as formas de ação, segundo as leis do campo e das disposições do agente) (Bourdieu, 1996).

O idealizador desse “objeto de consumo”, chamado inicialmente de *Minonette* e, posteriormente, de *Volleyball*⁷⁷ foi William George Morgan⁷⁸, que o criou com a intenção de atingir o público nas faixas etárias de quarenta e cinquenta anos que demandavam uma prática motivadora, lúdica e mais suave que o basquetebol. Era jogado com uma câmara de bola de basquetebol, disputado em nove pontos em uma quadra separada por uma rede de 1,90 metros. Com o passar do tempo, foram introduzidas outras maneiras de jogar sem perder a sua essência, inclusive em outros países como no Brasil, que aderiu a prática na areia e em estações de veraneio (Marchi Jr, 2004).

Ainda de acordo com o autor, torna-se possível perceber que o voleibol nasceu para suprir uma necessidade de um grupo específico, poupava os “homens de negócio”⁷⁹ dos contatos físicos ríspidos e das oscilações climáticas, permitia aos praticantes uma prática que atendia às demandas físicas e, também, garantia melhores resultados para o mercado (Dantas, 2007). O objetivo inicial da prática no país de origem estava centrado no lazer, com uma discreta participação no esporte de rendimento, visto que a primeira vez que a seleção masculina norte-americana recebeu medalha de ouro e medalha de prata no feminino foi em 1984, nos Jogos Olímpicos de Los Angeles (Marques Jr, 2015).

Em princípio, a promoção desse esporte estava pautada na “recreação” como meio para a liberação das tensões causadas pelo trabalho exaustivo, o que

⁷⁷ Para os brasileiros, a tradução na década de 1980 e 1990 era Volibol. Hoje em dia é Voleibol.

⁷⁸ Assumiu o cargo de diretor do Departamento de Atividades Físicas da Associação Cristã de Moços (ACM) de Holyoke (Massachusetts) e foi desafiado pelo pastor Lawrence Rinder a elaborar um jogo para homens de meia-idade (Mezzaroba; Pires, 2011).

⁷⁹ Os “homens de negócio” eram os sócios da Associação Cristã de Moços, preferencialmente, profissionais liberais mais velhos e que se encontravam em trabalhos cada vez mais intensos e exaustivos (Marchi Jr, 2004).

corroborar com a afirmação de Afonso (2004, p. 2): “nos EUA, os esportes modernos desenvolveram-se dentro de processos elitistas, primeiramente, no interior dos clubes ou associações”. Em outras palavras, não passaram pelo processo de esportivização, como uma atividade de “passatempo” social que ao longo do tempo se constitui como esporte (Elias; Dunning, 1992), mas como uma prática inventada e criada para responder às necessidades de grupos específicos. Deste modo, “os exercícios corporais da ‘elite’ estão separados das ocasiões sociais ordinárias às quais os jogos populares permaneceram associados” (Bourdieu, 2019, p. 169). Segundo Bourdieu (2017), as práticas mais distanciadas do contato físico com o adversário são as mais estetizadas, nas quais a violência é menor, a forma e a formalidade prevalecem em relação à força e a função.

Em síntese, o voleibol parecia incorporar os interesses de uma determinada classe dominante. As regras, a quadra e a maneira de jogar foram desenvolvidas para servir à disposição estética elitista (isto é, uma dimensão distante e segura dos indivíduos com relação ao mundo) que, naquela época, demandava a inserção de investimentos sobre o corpo, fisicamente e mentalmente saudável. Afinal, foi um momento de crescente ênfase no esporte e na Educação Física como forma de prevenção para uma vida saudável (Dantas, 2007). Sumariamente:

Pela origem do Voleibol e palavras de Morgan referentes aos objetivos e ao público a ser atingido pela modalidade, percebemos fundamentalmente que o esporte nasceu respeitando as necessidades de uma elite, qual seja, a elite clubística cristã. Em momento algum encontramos nos escritos de Morgan alguma menção à popularização do esporte ou que o Voleibol fosse uma prática desenvolvida além-clubes. Esse processo ocorreu posteriormente, não se sabe se em concordância com os preceitos iniciais de seu criador (Marchi Jr, 2004, p. 82).

Nessa perspectiva, compreende-se que o processo de criação e consolidação do voleibol obteve sucesso, pois havia um grupo de elite praticante que ocupava uma posição privilegiada no espaço esportivo em um momento social propício para estabelecer relações que impulsionaram sua prática em outras instâncias sociais. Caso contrário, provavelmente o voleibol encontraria dificuldades para alcançar as dimensões além dos clubes daquela época.

Esse sistema de disposição e distinção, como mencionado, durou até 1915, quando houve a popularização e este esporte chegou a todos os ambientes e

culturas, inclusive nos programas de Educação Física escolar da sociedade norte-americana. Percebeu-se que o voleibol apresentava um perfil formativo social (Marchi Jr, 2004; Mezzaroba; Pires, 2011). Foi por meio dos núcleos internacionais da ACM que o voleibol se espalhou para os mais diversos países, inclusive para o Brasil (Mezzaroba; Pires, 2011).

Diante desse contexto, supõe-se que o interesse dessa classe pela exclusividade da modalidade de voleibol foi superado, abrindo espaço para outros públicos, como a escola e as forças armadas (instituição que conduziu o voleibol para outros países). Outra suposição seria a ruptura dessa estrutura reguladora da prática pelo processo de desenvolvimento da sociedade, com o surgimento de uma nova realidade social, econômica e educacional no país de origem.

Com o foco na realidade brasileira, a prática desse esporte foi documentada pela primeira vez em 1915, no Colégio Marista de Recife-Pernambuco e/ou na ACM de São Paulo, no ano de 1916 (Bizzocchi, 2004). Apesar dessa controvérsia em relação à primeira exibição do voleibol no país, percebe-se que este esporte chegou por instituições reservadas a classes específicas, semelhante a análise realizada por Bourdieu (2019). O autor verificou que o esporte, por um tempo, esteve reservado à elite da época e ocorria nos ambientes escolares, pois eram espaço distantes dos interesses materiais e estavam inclinados às necessidades de uma restrita comunidade.

No Brasil, somente após 20 anos da sua chegada que este esporte teve uma pequena repercussão, visto que poucos clubes aderiram a prática de imediato (Oliveira, 2019). Segundo Marchi Jr (2004, p. 130), “o clube sempre foi referência e tradição na manifestação do esporte amador em várias modalidades”. No caso brasileiro, os clubes que incluíram o voleibol no quadro esportivo eram de grande porte, com destaque aos clubes do Fluminense, do Botafogo, do Flamengo, entre outros (Marchi Jr, 2004) — vale ressaltar que o primeiro torneio de voleibol foi realizado em 1923 pelo clube Fluminense (Marques Jr, 2012). O voleibol também se associou aos clubes de futebol, principalmente àqueles que conservavam os principais ídolos esportivos nacionais (Marchi Jr, 2001).

Deste modo, nota-se que, apesar da prática ter ocorrido inicialmente na escola, o desenvolvimento do voleibol no território brasileiro foi similar ao contexto de sua origem (nos EUA) e estava vinculado aos interesses clubistas elitistas. A

modalidade no país, portanto, não iniciou oficialmente na escola, e sim nos clubes esportivos como enfatizado por Marchi Jr (2004, p. 107):

Essa instituição possui em seu quadro de associados agentes dotados de determinado perfil social, composto e construído à base do respectivo potencial de capital social, econômico e cultural, capaz de enfatizar posições e distinções de classe.

Simultaneamente, com a prática do voleibol ocorrendo nos clubes vieram as primeiras equipes de rendimento, compostas por um grupo seletivo e homogêneo em busca de resultados. O interesse dos clubes privados, dificilmente, estaria na massificação do esporte ou no processo educativo, visto que o retorno lucrativo (econômico e simbólico) a curto prazo se encontrava no esporte de rendimento e os setores educacional e social atraíam pouco interesse dos grupos dominantes. Isso corrobora com Dantas (2007), que menciona sobre a existência de um lucro nas sociedades modernas e hipermodernas que mobiliza e estrutura as ações humanas, principalmente. O corpo, principalmente, torna-se sujeito aos interesses e às estratégias das classes dominantes, detentoras de maior poder. Esse domínio sobre o corpo simboliza a disciplina exercida para torná-lo dócil e, conseqüentemente, útil, para servir ao propósito do mercado (Foucault, 1987; Sabot, 2017).

A disciplina corporal ensinada no treinamento esportivo, com posições específicas, precisão de gestos, maneiras de se comportar, inclusive as penalidades sofridas por aqueles que não agem conforme o previsto, são exemplos possíveis do funcionamento desse sistema arbitrário legítimo que tende a “naturalizar”, isto é, incorporar um traço cultural e eternizar modelos de comportamento, assim como criar mecanismos para desqualificar tudo aquilo que se distancia do padrão imposto (Bourdieu; Passeron, 2014a; Bourdieu, 2017).

Ainda segundo Marchi Jr (2004), o voleibol alcançou a posição de esporte popularizado no país, como o basquete e o futebol. Contudo, houve alguns percalços no caminho do rendimento e do amador, especificamente nos anos de 1960 e 1970, quando as equipes de desempenho encontraram dificuldades para se inserir nas competições internacionais devido à ausência de intercâmbio e experiência com equipes de alto nível, que tiveram resultados pouco expressivos. Não só isso, no esporte amador, embora houvesse uma parcela significativa de alunos que participavam das competições escolares, após o término dos jogos

ocorria uma diminuição considerável nos treinos em função das limitações encontradas nas instituições escolares. Consequentemente, os alunos que apreciavam a modalidade e vislumbravam uma carreira esportiva tinham que buscar os clubes de acesso restrito (Marchi Jr, 2004), o que se tornou um empecilho para os não associados.

Este fato supracitado ocorreu com o ex-atleta da seleção brasileira de voleibol, chamado Serginho⁸⁰, ao tentar ingressar em vários clubes que, na época, o reprovaram. A explicação para tais recusas, supostamente, não se encontrava apenas na ausência de padrão motor, mas nas diferenças sentidas pelo atleta e descritas em sua biografia: “a gente percebia, muitas vezes, que havia preconceito racial e social” (Santos; Bortoletto, 2017, p. 30). Para a mãe de Serginho, conhecida como Didi, existia uma distinção visível entre os meninos da elite e os meninos da periferia.

Somente nas décadas subsequentes, de 1970 e 1980, com relativa influência dos resultados positivos das equipes brasileiras⁸¹ e das mudanças na política esportiva do país, as federações começaram a investir na formação de técnicos e atletas, e promover cursos ministrados por técnicos renomados mundialmente. Não eram apenas as federações: os investimentos vieram também das iniciativas privadas e dos órgãos governamentais (Mello, 2006). Com esse rápido desenvolvimento da modalidade, no que se refere ao aspecto econômico, houve a necessidade em considerar três frentes para o voleibol brasileiro. Segundo Marchi Jr (2004, p. 95), a Federação Internacional de Voleibol (FIVB)⁸² estruturou o esporte da seguinte maneira:

⁸⁰ Sérgio Dutra dos Santos, ex-atleta da Seleção Brasileira de Voleibol, atuou na função de líbero e recebeu o prêmio de melhor jogador da Liga Mundial 2009 (COB, 2022).

⁸¹ Reconhecido como início da “idade de ouro” do voleibol brasileiro, marcado pelo ingresso de Carlos Arthur Nuzman na presidência da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV) e de um grupo responsável pela difusão, coordenação e normatização da prática em todo território nacional, estimulando a criação de áreas de iniciação esportiva para a ampliação da base e para o rendimento a interconexão entre empresa, mercado e esporte (Marchi Jr, 2001). Além de, reciclar e revolucionar o voleibol brasileiro incluindo estratégias de marketing (Marchi Jr, 2004). Nesta época, em 1984, teve a conhecida “geração de prata” que conquistou o então inédito segundo lugar das Olimpíadas de Los Angeles (Mello, 2006).

⁸² Apesar da FIVB ter sido criada em 1945, somente em 1980 foi fortalecida, passando a ter mais de 150 nações afiliadas e inúmeras competições internacionais nos mais diversos países (Mezzaroba; Pires, 2011).

A inserção do Voleibol nos sistemas educacionais, a qual denominamos escolarização da prática; a divulgação do Voleibol nas mais diversas esferas da sociedade, entendida como processo de massificação; e, estrategicamente, o envolvimento do esporte com as possíveis instâncias de suporte financeiro e promocional, ou seja, a incursão da mídia e suas interpenetrações, denominado espetacularização do esporte.

Esse pequeno avanço, embora não garantisse ao Brasil ser uma potência no voleibol, iniciou um processo no esporte, que deixava de ser amador para se profissionalizar, principalmente com o ingresso da iniciativa privada (até então não permitida no esporte, como será visto mais adiante) com equipes bancadas por grandes empresas como Alântica/Boavista, Pirelli, Supergasbras. Foi a partir de um vice-campeonato mundial e de uma medalha de prata olímpica que se promoveu o vôlei na mídia e se ampliou o número de patrocinadores (Santos; Bortoletto, 2017), bem como de torcedores.

Com isso surgiram os personagens. Para exemplificar, Santos e Bortoletto (2017) relembram situações raras no voleibol, mas que fizeram atrair determinado público, quando o time resolveu pintar o cabelo de vermelho e alguns jogadores raspam a cabeça em forma de manifesto, afinal:

São tantas as normas disciplinares, impedindo que técnicos e atletas façam qualquer tipo de crítica, que o resultado são personagens cada vez mais calados no mundo do vôlei. E o esporte, você sabe, não é feito só de técnica e grandes jogos. Para ganhar mais popularidade e conquistar o coração do torcedor, precisa de grandes personagens (p. 65).

Logo, o voleibol ingressou nos canais televisivos e atraiu o interesse de iniciativas privadas pela profissionalização do esporte, o que se refletiu na categoria de base, sobretudo quando a seleção masculina conquistou a medalha de ouro olímpica e o voleibol brasileiro alcançou a posição entre as quatro melhores seleções do mundo no ano de 1992. Isso seguiu da vitória no Grand Prix em 1994 pela seleção feminina e, por conseguinte, da conquista pela medalha de bronze nas Olimpíadas de 1996 (Mello, 2006).

O voleibol caminhava para o desenvolvimento do fenômeno econômico pelo processo midiático. Na década de 1990, o crescimento no número de eventos e consumidores do esporte foi comum entre os esportes brasileiros, que passaram a ver uma oportunidade de negócio (Mezzadri; Sonoda-Nunes, 2021). No caso do voleibol, as transformações nas regras e no tempo de jogo ocorreu, em grande

parte, pelas adequações necessárias às transmissões feitas pelos canais televisivos, ao passo que fortalecia o processo de espetacularização e massificação do esporte (Mezzaroba; Pires, 2011). Contudo, o advento da mídia fez do esporte um objeto de luta política, de dominação e concorrência entre instituições com interesses e valores diversificados, pluralizados, polimorfo e, por vezes, infinito, conforme analisou Valente (1997).

Até os anos 2000, “o vôlei é um fenômeno esportivo, é de longe o segundo esporte mais praticado no país, perdendo apenas para o futebol, sendo praticado em todo país, nas escolas, clubes e em projetos sociais” (Mello, 2006, p. 8). Segundo pesquisa no Datafolha (2015), o voleibol continua sendo o segundo esporte mais praticado pelos brasileiros, concentrando 9,7% dos praticantes. Desde os anos 2000 até a última pesquisa em 2015 o voleibol é a segunda opção perdendo apenas para o futebol.

Para compreender melhor essa estatística, buscamos no Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE)⁸³ visualizar de maneira ampliada o desenvolvimento do esporte no Brasil. A primeira pergunta aos entrevistados foi: “quando você pensa em esporte, qual é a primeira imagem que lhe vem à mente?”. O voleibol aparece em segundo lugar entre as modalidades esportivas, com 5,2% do total de respostas. Em primeiro lugar se encontra o futebol, com 48,3% (Oliveira *et al.*, 2016, p. 22). Ainda nesse estudo, foi revelado que o voleibol é o segundo esporte a ser praticado pelos brasileiros e representa 9,7% dos entrevistados, enquanto a primeira prática esportiva a ser apresentada ainda na infância é o futebol, com 59,8% (Oliveira *et al.*, 2016).

Mediante o exposto, essa investigação envolve justamente a frente chamada massificação e/ou escolarização da prática. O desenvolvimento do voleibol no país proporciona a seguinte reflexão: como um esporte de difícil aprendizagem técnica e que, por um longo período, foi restrito a uma parcela da sociedade, principalmente, no que se refere à profissionalização, insere-se nos projetos sociais e alcança o patamar de segundo esporte mais praticado? Em outras palavras, como foi a

⁸³ O Diesporte é conhecido por ser uma das maiores sondagens feitas sobre o esporte no Brasil. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2011 e 2014 em todas as regiões brasileiras e contou com o apoio de seis Universidades. A coleta de dados aconteceu em 2013 e a tabulação em 2014, que contaram com 8.902 entrevistados nas faixas etárias de 15 a 74 anos.

passagem do voleibol brasileiro, relativamente elitizado, para o voleibol de massa?⁸⁴ Existe equidade no desenvolvimento do voleibol praticado em clubes privados e em projetos de acesso público? Sumariamente, pode-se concluir que o voleibol nos projetos sociais ainda se estabelece como afirmou Marchi Jr (2001, p. 15), em sua tese de doutorado, “o sentido da massificação não é mais exclusivamente a prática esportiva. Os esportes estão sendo direcionados para a criação de espectadores” como ocorreu no processo de profissionalização e espetacularização dessa modalidade.

Desde a origem do voleibol, no âmbito internacional e nacional, percebe-se que a sua prática esteve condicionada às instituições e agentes específicos detentores de capital social, simbólico, econômico e cultural. Estes que representavam a elite social e utilizavam o esporte como instrumento para o alcance do entretenimento, lazer e, posteriormente, como fonte de renda (profissionalização). Houve, assim, a restrição do uso da prática aos grupos de interesse e/ou àqueles que se sujeitassem às regras consagradas. Essa situação ficou evidente no Brasil quando a instituição escolar oferecia a modalidade nas competições escolares, mas a profissionalização ocorria, restritamente, nos clubes elitistas, o que limitava a participação de todos. Esse fato nos provoca pensar, como o alcance do voleibol, além do escolar, estava ou supostamente se encontra à cargo de regras, normas e disciplinas corporais com o intuito de tornar o corpo e o comportamento eficientes aos interesses econômicos e simbólicos das classes detentoras de maior capital, ou seja, de poder na estrutura social.

No entanto, como visto a seguir, o voleibol chegou nos projetos sociais esportivos e está presente até os dias de hoje. Com a consciência que existem vários projetos distribuídos no país, recorreu-se aos que permanecem ativos atualmente (ano 2021) para analisar como essa prática tem sido incorporada na cultura brasileira de crianças e adolescentes (seus esquemas de percepção,

⁸⁴ O voleibol de massa pode ser compreendido como sendo o movimento de abertura do esporte para todas as camadas sociais. Fato ocorrido entre as décadas de 1980 e 1990, a chamada massificação esportiva se deu por intermédio dos programas e projetos socioesportivos, como veremos adiante. Analogamente, podemos pensar na relação estabelecida entre o esporte e os movimentos socialistas operários dos anos de 1880. Quando reconheceram o futebol como tradição do proletariado de massa na Inglaterra, que provocou o rompimento de uma estrutura elitizada e oportunizou a participação da burguesia, sendo denominado “culto proletário de massa” (Gebara, 2002).

apreciação e disposição). Em outras palavras, como se manifesta, qual o sentido atribuído aos projetos de voleibol (pelas instituições ou órgãos competentes), como ocorreu a sua inserção, quais foram as transformações decorrentes das demandas políticas, sociais, educacionais e/ou institucionais; e por fim, qual o seu sentido prático.

3.2 O SUBCAMPO DO VOLEIBOL SOCIAL: UM CAMINHO METODOLÓGICO POSSÍVEL PARA A ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOESPORTIVOS

Ninguém ali gostava de perder, então os jogos eram bem competitivos. Nós adorávamos jogar. Era quase um vício. E o vôlei preenchia um espaço importante nas nossas vidas. Evitava que nós nos misturássemos com certas pessoas. Nossos pais sempre nos orientaram para evitar isso, pensando mais no esporte. Tínhamos um parâmetro, uma linha a seguir. E, como a família era muito unida, conseguimos⁸⁵ (Santos; Bortoletto, 2017, p. 24).

Como visto anteriormente, o voleibol se consagrou na sociedade brasileira e ganhou espaço nos clubes esportivos, semelhante à sua origem nos EUA. Posteriormente, ingressou nas escolas, sem deixar de evidenciar características comuns, como a especificidade da técnica, das posições, do modo de agir em quadra, inculcadas por regras e normativas estruturadas por instituições que buscavam o mínimo contato físico, a técnica apurada e um grupo específico de praticantes envolvidos (Afonso, 2004; Marchi Jr, 2004).

Ao longo do tempo, esse esporte elitizado ingressou nos projetos sociais e atualmente se encontra presente na vida de crianças e adolescentes de diferentes classes sociais, sendo ofertado por instituições públicas, privadas e não governamentais. Esses projetos se associam, geralmente, a uma figura pública e conjunturam ser a oferta de um produto antes da demanda capaz de solucionar várias problemáticas sociais, por vezes planejado e desenvolvido como projeto de governo, por meio de tomadas de decisões e estratégias que evidenciam o seu sentido de existir.

O voleibol conhecido pela sua prática restrita em clubes esportivos e escolas recebe uma nova conotação, popularmente chamado de projeto social esportivo,

⁸⁵ Citação retirada do livro “Degrau por Degrau: a trajetória de Serginho de Pirituba ao Olimpo”, biografia de Serginho ex-atleta da Seleção Brasileira de Voleibol.

similarmente, projetos socioesportivos ou, como denominado neste trabalho, esporte social. Em outras palavras, é um subcampo esportivo constituído pela inter-relação com outros campos, que se estabelece e possivelmente se legitima a partir dessas relações, do diálogo entre os campos apresentados na Figura 9. Segundo Bourdieu (2019), campo é um espaço (parcialmente autônomo) estruturado por lutas de poder, com normas, regras e capitais em disputa. Os agentes ocupam posições diferentes no campo diante daquilo que está em jogo (o capital) e a partir do capital acumulado.

Para tanto, compreende-se que o subcampo do esporte social se encontra associado ao campo esportivo e, portanto, contém objetivos relacionados ao esporte em detrimento de projetos sociais que podem indicar o seu sentido de existir e os interesses não explícitos nesse subcampo específico.

FIGURA 9 - Disposições que influenciam a constituição do esporte social



FONTE: Adaptado de Rivera e Brito (2015)

Em princípio, foram investigadas as disposições⁸⁶ referentes ao contexto político, sobretudo o Art. 3º da Lei Pelé, que institui e regulamenta o esporte brasileiro; a comunidade local dos projetos socioesportivos de voleibol; e as instituições envolvidas na sua implementação dos mesmos para a construção de um

⁸⁶ Entendido como sendo as normas, regras e capitais que regem o comportamento dos agentes em determinado campo e que farão parte comum do *habitus*, sumariamente, o modo de agir ou as tomadas de decisões.

caminho metodológico que revele como as regulamentações e legislações se relacionam no funcionamento dos projetos. Nesse momento, observa-se apenas uma parte da trama que envolve o esporte social — neste caso, o voleibol — em continuação ao capítulo anterior (capítulo 2), que se aprofundou em outras disposições mencionadas. Sumariamente, segue na Figura 10 o esboço inicial da pesquisa referente ao recorte analisado:

FIGURA 10 - Disposições investigadas no voleibol social



FONTE: Adaptado de Rivera e Brito (2015)

Diante dessa breve contextualização, apresenta-se um panorama dos projetos sociais de voleibol brasileiro (aqueles que utilizam exclusivamente a prática do voleibol e que possuem site, *blog*, *Facebook*, *Instagram* ou algum meio de comunicação de acesso público)⁸⁷. Ressalta-se que foram analisados apenas alguns projetos com a intenção de compreender como o voleibol social se caracteriza e toma corpo em diferentes estados espalhados pelo país. Busca-se responder, em outras palavras, qual seria o sentido prático do voleibol nos projetos socioesportivos brasileiros.

⁸⁷ A intenção inicial era investigar todos os projetos sociais de voleibol brasileiro, porém carecemos de acesso e tempo disponível para o devido aprofundamento. Além disso, a busca ocorreu em projetos sociais que estavam com sites ativos durante a epidemia da Covid-19. No entanto, como afirmou Souza, Amstel e Marchi Jr (2023), os ambientes públicos e privados da prática esportiva foram fechados nesse tempo, o que desencadeou, supostamente, a falta de manutenção, a desativação de sites ou o redirecionamento de conteúdo das plataformas.

Após a delimitação do subcampo, se desenvolveu um roteiro de análise no qual foi possível acessar informações relacionadas aos sentidos e significados e às disputas por capitais, como pode ser observado a seguir:

- a) Como surgiram e quais as demandas que permitiram a incursão desses projetos (as problemáticas e disputas);
- b) Como era ou é ofertado (por instituição privada, pública ou não governamental);
- c) Qual o sentido atribuído pelas instituições (social, econômico, educacional, entre outros) e se converge, ou não, para os subcampos do esporte educacional, participação, rendimento ou formação (orientadas pela Lei Pelé);
- d) Quais as instituições e as políticas públicas que mantém/mantiveram a sua existência;
- e) Quais capitais em disputa (e as transformações com o passar do tempo) e o sentido prático em jogo (o valor ou seu significado atribuído).

A pesquisa exploratória realizada nos meses de agosto, setembro e outubro de 2021 na plataforma de busca do Google permitiu ingressar nos sítios eletrônicos das instituições e acessar o histórico dos projetos. Como fonte primária, investigou-se os seguintes termos: projeto de voleibol, projeto de voleibol brasileiro, projeto social de voleibol e projeto esportivo de voleibol, foram excluídos aqueles destinados ao público universitário. Em suma, identificou-se 13 projetos sociais da modalidade nas mais diversas regiões do país, contendo características, objetivos e demandas diferentes, mas com um objeto de consumo em comum: o voleibol.

3.2.1 Entre demandas e ofertas: a incursão do voleibol nos projetos sociais esportivos

A discussão dos dados encontrados iniciou pela inserção do voleibol social nas instituições. Considerou-se os objetivos e as ações encontradas nos sites que mobilizaram a abertura dos projetos; em outros termos, o aparecimento de possíveis

demandas na oferta do esporte social. Em paralelo, buscou-se compreender como o voleibol vem se transformando ao longo do tempo, se mantém ou não os mesmos objetivos e, posteriormente, houve a apresentação dos sentidos e significados; as disputas por capitais e, por fim, o sentido prático envolvendo esse subcampo viesados pela Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu.

Para isso, apresenta-se no quadro a seguir os 13 projetos dispostos no Brasil:

QUADRO 3 - Projetos de voleibol no Brasil

PROJETO	LOCAL	ANO	PÚBLICO
Projeto Bom de Bola Bom de Escola	Joaçaba/SC	1996	10 a 14 anos
VivaVôlei	40 centros pelo país.	1999	7 a 14 anos
Projeto Sada Vôlei	Minas Gerais (nas cidades de Betim, Contagem, Ibirité, Vespasiano, Ribeirão das Neves, Ouro Preto e Barão de Cocais, além de Sete Lagoas.	2006	7 a 17 anos
Escola de Vôlei Bernardino (EVB)	Uma unidade própria no Clube Hebraica no Rio de Janeiro, Niterói e em cidades como Fortaleza, Goiânia e Brasília.	2007	7 a 16 anos
Projeto Voleibol de Mauá	Mauá/SP	2009	13 a 19 anos
Projeto Ijuí Pró-Vôlei	Ijuí/ RS	2009	7 a 15 anos
Vôlei Renata	Campinas/SP	2011	14 a 20 anos
Projeto Vôlei Cidadão	Igarapava/SP Pedregulho/SP	2015	8 a 16 anos
São Bento Vôlei	São Bento do Sul/SC	2016	8 e 14 anos matriculados em rede de ensino pública.
Vôlei Herondina	Norte da Ilha de Florianópolis (Praia dos Ingleses). Na escola Professora Herondina Medeiros.	2017	Crianças e adolescentes matriculados na escola.
Vôlei Futuro	Araçatuba /SP	2019	Crianças e adolescentes
Projeto Vôlei Mania	Suzano/SP	2020	Crianças
Projeto Três Toques	Botucatu/SP	----- 88	10 a 16 anos matriculados na Escola Cristã

FONTE: A autora (2024)

⁸⁸ Não consta no site do projeto a data de início.

O primeiro projeto analisado foi o Bom de Bola Bom de Escola, criado em 1996 pela Associação Joaçabense de Voleibol, uma ONG que inicialmente justificava a existência do projeto à necessidade de desenvolver e transformar a região em um centro de excelência de voleibol. Anteriormente, o projeto era chamado Atleta 2000 e perdurou nos anos de 1994 a 1996, vinculado também a uma empresa privada. Na descrição da proposta a intenção era servir como estratégia de marketing institucional durante a comemoração dos 70 anos de sua fundação. Encerrada a campanha publicitária, a empresa retirou o patrocínio e deixou o projeto a cargo da associação (Associação Joaçabense de Voleibol, 2021).

O esporte, na perspectiva da empresa, inicialmente se apresentava como um objeto simbólico capaz de “contribuir para produzir a necessidade de seus produtos” ou de outros produtos no cenário econômico (Bourdieu, 2019, p. 178). Isso ocorreu em um contexto social propício para o investimento em projetos sociais, já que o país vivenciava o *boom* da contrapartida social, como será visto adiante. Assim, a inserção do esporte estava possivelmente vinculada à necessidade comercial de uma empresa ofertar um produto economicamente rentável.

Diferente do seu início e com a administração exclusiva da ONG, o objetivo do voleibol no projeto deixou de ser a busca pela excelência esportiva para se tornar um programa de inclusão por meio da prática social e cumpriu com outra demanda na oferta da modalidade. Contudo, não foi encontrado no site institucional uma pesquisa relativa à comunidade para o fornecimento do referido programa, nem como o projeto efetivamente se apresenta na prática. Isso denota que apenas o discurso sobre o uso do esporte como um programa de inclusão social busca justificar a manutenção e permanência do projeto, o que corrobora com Bourdieu (2004), quando se refere ao esporte como um sistema estruturado e constituído em um universo de práticas de consumo, onde existem forças que não se aplicam apenas a ele, mas resultam na relação entre uma oferta e uma procura.

O segundo projeto investigado foi o VivaVôlei. Distribuído em 40 centros pelo Brasil, iniciou suas atividades em 1999 pelo Instituto VivaVôlei com a colaboração da Confederação Brasileira de Voleibol (CBV). Consta, na proposta inicial, a necessidade de suprir a carência de diversão, movimento e integração de crianças ao meio esportivo social, de maneira participativa. Ao longo do tempo, outro

objetivo foi incorporado ao voleibol — por exemplo, investir no desenvolvimento integral e na construção de valores das crianças atendidas (VivaVôlei, 2021). Com base na Lei Pelé, a incorporação de objetivos relacionados aos valores esportivos e formação integral se relaciona com o campo educacional. De início, a sua inserção se encontrava estruturada no esporte de cunho social e participativo, mas por ser um subcampo que apresenta uma relativa autonomia, ao longo do decurso temporal, adquiriu outras formas, e envolveu espaços além do social, provavelmente com a intenção de manter a continuidade do projeto.

O terceiro projeto pesquisado, Projeto Sada Vôlei, foi fundado em 2006, quando um grande grupo empresarial chamado Sada passou a investir no voleibol de desempenho. Fundada em 1976, a organização é pioneira em transporte rodoviário do Brasil e da América Latina. No início dos anos 2000, com a união do Cruzeiro Esporte Clube, surgiu a Sada Cruzeiro de Voleibol, responsável pela formação de atletas. Nos anos subsequentes, a Sada transformou o voleibol de rendimento em projeto esportivo social e recebeu o patrocínio de outras empresas, como Serviço Social da Indústria (SESI), universidades locais, instituições privadas e até da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, visando a preparação de crianças e adolescentes para o ingresso nas categorias de base (Sada Cruzeiro, 2021).

O voleibol vinculado a uma empresa de grande porte estava associado ao desempenho esportivo, o que corrobora com Godoy (2003) ao afirmar que era a manifestação esportiva que apresentava maior investimento na época. Segundo os pressupostos de Bourdieu (2015), esse investimento parece ter repercutido em capital social, pois houve a inserção de outras empresas e agentes com o mesmo propósito no uso do voleibol social. Isso fortaleceu a continuidade do trabalho realizado inicialmente no rendimento e, posteriormente, na categoria de base, bem como do capital econômico supostamente distribuído entre as empresas durante a incursão do projeto social na contrapartida estatal do Programa de Incentivo ao Esporte (como será visto nos subcapítulos a seguir).

Esse processo de fortalecimento entre instituições estruturadas e estruturantes pareceu permitir a ampliação do esporte para outros espaços além do rendimento esportivo, denominado projeto esportivo social, porém sem alterar o seu propósito inicial e sem que precisasse suprir outras demandas na oferta da

modalidade (Ortiz, 2013). Ao que tudo indica, o sentido atribuído pelos usuários manteve/mantém a intenção do grupo de investidores.

O quarto projeto se refere a Escola de Vôlei de Bernardinho (EVB). A abertura da primeira unidade em 2007 foi no Clube Hebraica, na cidade de Rio de Janeiro e, posteriormente, se estendeu para outros clubes localizados em Fortaleza, Goiânia e Brasília. A intenção da proposta de Bernardo Rezende com a abertura da ONG, e consequentemente do projeto de voleibol, era oportunizar o acesso de crianças em vulnerabilidade social ao esporte (Escola de Vôlei Bernardinho, 2021), fomentando o interesse de empresas privadas e públicas em patrocinar o projeto social, como o Banco do Brasil (financiadora do voleibol brasileiro em grande escala).

No site institucional, menciona-se que a intenção inicial, com a abertura do projeto, era solucionar os problemas sociais locais. Posteriormente, houve a inclusão de outro objetivo, o de oportunizar o desenvolvimento pessoal e social dos participantes da modalidade. Nesse caso, a posição do voleibol social como produto capaz de transformar a realidade, principalmente de crianças em vulnerabilidade social, corrobora com o argumento que dispõe sobre a neutralidade e aparência das organizações no “desenvolvimento de uma necessidade social, ou seja, socialmente construída” (Bourdieu, 2019, p. 178). Em outras palavras, entende-se como um *habitus* enraizado no discurso do esporte de cunho social que gera a apreciação de grupos com interesses próprios, seja no capital econômico, cultural ou social.

Contrapondo a proposta de Bernardinho, o Projeto Voleibol de Mauá surgiu em 2009, recebendo o apoio do governo do estado e da Lei de Incentivo ao Desporto. Segundo descrição do site, o projeto se destacava por ser pioneiro na formação especializada de revelação de atletas nas categorias de base do voleibol masculino brasileiro. No percurso, o projeto passou a oferecer, além da prática esportiva, bolsas de estudos integrais e parciais de ensino fundamental, médio e superior, e aliou o esporte à educação (Projeto Voleibol de Mauá, 2021).

O que era para ser um projeto de rendimento esportivo se transformou em projeto social voltado à formação integral de atletas, na oferta de um produto ou capital cultural que ultrapassa a prática esportiva propriamente dita. Com base na sociologia reflexiva, essa transformação delega ao esporte uma demanda que extrapola o seu sentido prático. Além de gerenciar o ensino do esporte, é

supostamente inserido no projeto a responsabilidade de remediar uma possível desigualdade social referente ao capital cultural institucionalizado pela escola e pelo mercado de trabalho. Simbolicamente, a vinculação da imagem do esporte à educação surge como um possível caminho para o sucesso, não apenas durante a prática esportiva, mas na inserção dos indivíduos “a única via de acesso à cultura”, isto é, as instituições educacionais (Bourdieu; Passeron, p. 38, 2014b).

Ainda em 2009, no estado do Rio Grande do Sul, o chamado Projeto Ijuí Pró-Vôlei, o sexto projeto encontrado na sondagem, iniciou as atividades objetivando combater preventivamente os problemas sociais locais, como a violência, a dependência química, entre outros. O esporte foi fornecido como instrumento para a diminuição da ociosidade e da obesidade de crianças e adolescentes. O projeto foi criado pelo ex-atleta da seleção brasileira de voleibol Alex Lenz Stragliotto⁸⁹, e contou com o apoio da Universidade Regional do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e da Prefeitura de Ijuí. Segundo o site institucional, as aulas aconteciam nas escolas municipais, em contraturno escolar, com objetivo de proporcionar o desenvolvimento humano por meio da excelência da prática esportiva (UNIJUÍ, 2015).

Inicialmente, o projeto tinha a intenção de solucionar problemas sociais. Ao longo do tempo, tornou-se a busca pelo exercício da cidadania. Supostamente o ambiente escolar teria aproximado o esporte social dos objetivos educacionais, em outras palavras – o *habitus* dos agentes escolares incorporou um novo sentido ao esporte.

Com as diferenças estruturais e culturais encontradas, o sétimo projeto é o Vôlei Renata, criado em 2011 na cidade de Campinas/SP. A intenção declarada na proposta era suprir a carência de um projeto socioesportivo em uma região conhecida por possuir o maior poder econômico do estado de São Paulo (Vôlei Renata, 2021). Por meio da marca Renata e da aliança com o Instituto Compartilhar, a empresa ESM atuante no mercado esportivo desde 1999 criou o projeto, delimitado em social, categoria de base e alta performance. Sobre o projeto social

⁸⁹ Natural de Ijuí, Alex Lenz Stragliotto jogou pela seleção brasileira nos anos de 1992 e 1999 (UNIJUÍ, 2021).

em específico, tem como objetivo principal a aprendizagem dos valores esportivos, bem como da necessidade de aproximar as crianças do alto desempenho.

Diferente dos projetos supracitados, que foram direcionados para atuarem nas comunidades periféricas e de menor acesso socioeconômico, este situa-se na cidade que apresenta o 3º maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado de São Paulo. Os interesses que mobilizaram sua inserção, e que compactuam para a manifestação do esporte de rendimento e formação, envolvem uma rede de instituições privadas unidas em prol de um objetivo comum: estabelecer o posto de potência olímpica do país (Vôlei Renata, 2021).

A oferta do voleibol seguiu a lógica de mercado com a presença de empresas preparadas para investir e um público disposto a praticar a modalidade em prol da profissionalização do esporte. A posição do voleibol no espaço esportivo social, supostamente, se encaminhou para o rendimento (como uma prática distintiva) e se distanciou do objetivo principal supracitado. O envolvimento de uma empresa de grande porte, somado às demandas de um público seletivo, se encontra em conformidade com o esporte de rendimento, já que são agentes consumindo e produzindo um produto de valor significativo para o mercado econômico e profissional.

O Projeto Vôlei Cidadão surgiu em 2015 nas cidades de Igarapava e Pedregulhos, situadas no estado de São Paulo. A meta era atender algumas diretrizes da Organização das Nações Unidas (ONU), como erradicar a pobreza, ser um instrumento para o desenvolvimento educacional com práticas a favor do crescimento autossustentado e da qualidade de vida de seus praticantes. Concomitantemente, outros objetivos foram mencionados, como a melhoria da qualidade do esporte educacional e de rendimento, ações comunitárias para a geração de trabalho e renda, e a oportunidade de inserir o município na rota dos grandes eventos esportivos (Projeto Vôlei Cidadão, 2021).

Vale ressaltar que a abertura do projeto foi realizada pela Associação Pró-Esporte e Cidadania (APECI) em parceria com as Prefeituras. Essas instituições afirmam seguir o marco regulatório do atendimento socioeducativo do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e solicitam recursos públicos para a continuidade das ações realizadas. Em vista disso, no projeto implementou-se outros objetivos com o intuito de alavancar investimentos

financeiros. Supõe-se que o uso de discursos sobre possíveis benefícios com o projeto social, neste caso, foi um caminho para a ampliação do capital econômico. Cria-se, assim, possíveis demandas na oferta do esporte de cunho social (Bourdieu, 2019).

Diferente dos demais, no site do Projeto São Bento Vôlei consta a intenção de alcançar a massificação esportiva no município de São Bento do Sul/SC. As aulas são direcionadas para os alunos matriculados nas escolas municipais. Entende-se que, por meio do esporte, é possível lapidar o ser humano em seu desenvolvimento físico, social, cognitivo, afetivo e ambiental (Associação São Bentense de Voleibol, 2021).

Nesse sentido, o surgimento do projeto se inter-relaciona com o campo educacional ao produzir a crença do esporte como “produtor de práticas de acordo com o arbitrário cultural” (Bourdieu; Passeron, p. 53, 2014a). A mediação do trabalho pedagógico, pois, “contribui para produzir e para reproduzir a integração intelectual e a integração moral do grupo ou da classe em nome dos quais ele se exerce” (Bourdieu; Passeron, p. 57, 2014a). A Associação São-Bentense de Voleibol apesar de mencionar a massificação esportiva em seu objetivo principal, indica ações em prol do esporte educacional ao relacionar o ingresso dos alunos à matrícula na Educação Básica. Portanto, presume-se a existência da oferta do voleibol em contrapartida aos interesses da instituição escolar.

Já o Projeto Vôlei Herondina, criado em 2017 no Norte da Ilha de Florianópolis/SC, na praia dos ingleses, mesmo tendo iniciado suas atividades em uma instituição escolar denominada Escola Professora Herondina Medeiros, em princípio, transmite o sentido do que se entende por esporte social. Em outras palavras, sem que o interesse institucional ou comercial se sobreponha à prática esportiva como observamos nos projetos supracitados.

Sobretudo, o projeto surgiu pelo interesse da comunidade em desenvolver a prática de voleibol na região e suprir uma necessidade local por aulas de voleibol que ocorriam apenas no contexto curricular escolar. Ao perceber essa demanda, o professor (responsável pela abertura e execução do projeto) ampliou a prática e atualmente atende 300 crianças e adolescentes. A partir dos seus esquemas de percepção e apreciação, somado aos capitais cultural, social e simbólico, ele propôs um projeto e de maneira relacional com a comunidade alcançou o título de maior

projeto de voleibol de Florianópolis (UNINTER, 2019). Atualmente, recebe investimentos de empresas privadas locais e de universidade, supostamente essas parcerias permitiram alavancar o projeto para a comunidade.

Assim como o Projeto de Voleibol de Mauá, o chamado Vôlei Futuro fornece bolsas de estudos para crianças e adolescentes com o propósito de alcançar o público em vulnerabilidade social. O projeto, que visava também o entretenimento esportivo, foi criado na cidade de Araçatuba/SP no ano de 2019, com o intuito de oportunizar o crescimento físico e pessoal de crianças e jovens. Ademais, o Esporte Clube Futuro (ECF) (instituição responsável) vislumbrou parcerias regionais e, atualmente, conta com várias iniciativas da rede privada e pública (totalizando 15 parceiros). As aulas ocorrem em escolas municipais, estaduais e ginásios cedidos pelo órgão público (Esporte Clube Futuro, 2019).

Além de integrar crianças e jovens da região, consta nos objetivos do projeto promover a inclusão social, revelar atletas e desenvolver grandes profissionais. Os objetivos em relação ao esporte social se estendem para o desenvolvimento educacional e profissional. Porém, segundo o site da instituição, o voleibol é mencionado apenas quando se trata do alcance de revelação de atletas. Supõe-se, deste modo, que o esporte se torna um produto capaz de diminuir a distância social causada pelas desigualdades de acesso e, ao mesmo tempo serve de indicativo de um valor no jogo que vale a pena ser jogado.

Ainda no estado de São Paulo, na cidade de Suzano, outro projeto de voleibol tem vinculado o esporte social ao educacional. Em parceria com as escolas municipais, o Instituto Maurício de Sousa, popularmente conhecido por idealizar a “Turma da Mônica”⁹⁰, fundou o Vôlei Mania em 2020 com a intenção de relacionar o gosto pelo estudo ao aumento na taxa de concluintes do ensino fundamental. Além do objetivo educacional, menciona-se a promoção da saúde, o crescimento ético e moral, e a participação social (Instituto Maurício de Sousa, 2021). Para justificar sua existência, observa-se novamente a necessidade de criar uma demanda e, em seguida, disponibilizar um produto para o consumo.

⁹⁰ A “Turma da Mônica” são histórias em forma de gibi (revistas) que abordam questões do dia a dia, de forma divertida e lúdica para crianças, e foram criadas pelo Mauricio de Sousa e seu instituto (Instituto Mauricio de Sousa, 2021).

Neste caso, pressupõe que o voleibol surge como um facilitador para a inserção de uma instituição já relacionada ao público infanto juvenil ao ambiente escolar. Com a condição de promover a permanência de crianças e adolescente ao ensino básico, que é obrigatório. Analogamente, trata do desenvolvimento de uma necessidade social criada para oferecer um serviço em prol da manutenção de um capital, seja ele social ou simbólico, e leva a “marca” de um produto para um determinado público (Bourdieu, 2019). Novamente cria-se uma demanda para o voleibol social, possivelmente com a intenção de facilitar entradas de cunho político, social e comercial.

O último projeto estudado foi o Três Toques, à primeira vista, é um projeto recente que atende cerca de 30 crianças da Escola Cristã em Botucatu/SP, patrocinado pela Faculdade de Botucatu (UNIBR) e pela Associação Paulista de Medicina (APM). O objetivo do projeto é divulgar o voleibol na região e combater a obesidade infantil. Como as aulas acontecem em ambiente escolar, a proposta do projeto relaciona-se ao aspecto educacional: a formação para a cidadania, melhoria da disciplina, respeito, hierarquia, educação, lealdade e construção de valores morais e éticos (UNIBR, 2019). De acordo com a mesma lógica apresentada nos outros projetos mencionados, a relação do voleibol social com os objetivos institucionais amplia as possibilidades de oferta do esporte social, que passa a atender às demandas de outros campos, principalmente o educacional.

Em suma, o mundo social na perspectiva de Bourdieu (2019) envolve agentes e instituições dispostos de maneira relacional e dialética que buscam manter sua posição ou ascender no espaço a partir do acúmulo de determinados capitais. Contudo, o campo ou subcampo em que se encontram dispostos constitui-se por determinadas condições de existência: normativas, disputas e, por vezes, dependências relacionais a outros campos. Apesar de conter uma relativa autonomia, segue regras que movimentam e transformam as relações em decorrência de demandas e ofertas na estrutura (Bourdieu, 2004).

Para o autor o esporte como um produto de consumo pode, invariavelmente, proporcionar alguns benefícios aos agentes e instituições, seja para consolidar a distinção entre classes ou para produzir a necessidade de um produto (Bourdieu, 2019). Quando se trata do esporte social, observa-se os interesses que movem o subcampo, inclusive a sua inserção no campo esportivo. Em alguns momentos

supõe-se que, ao longo do tempo, tem se constituído um *habitus* que associa o esporte de cunho social a um produto capaz de facilitar o alcance das problemáticas sociais. Seus sentidos e significados aparecem ocasionalmente entrelaçados há demandas de outros subcampos, que atraem diferentes interesses e contrapartidas econômicas.

De fato, os projetos sociais de voleibol surgiram em decorrência das particularidades de cada região, alguns incentivados por empresas privadas em prol de um produto economicamente rentável, outros para manter a marca de um agente popularmente conhecido no meio esportivo e, por vezes, esteve associado a outros campos legitimados, como o educacional. Isso o fez adquirir diferentes sentidos e significados, que transpõem o senso de autonomia relativa do esporte social, seu funcionamento, significados e intencionalidades. Essas inserções do esporte social para outros espaços, nos faz indagar até que ponto o voleibol social é um subcampo legitimado, contendo sua própria história, regras e sentidos sem que esteja atrelado às outras manifestações esportivas. Considera-se que este fenômeno tem se transformado continuamente em decorrência das necessidades de agentes e instituições, nem sempre vinculados ao propósito da prática esportiva social que parece sofrer distorções quando se aproxima dos subcampos do esporte educacional, rendimento, participação, formação, entre outros.

Para a compreensão de uma possível constituição de *habitus* no voleibol social, será apresentada na próxima seção uma investigação sobre os sentidos e significados adquiridos ao longo do tempo nos 13 projetos de voleibol selecionados. Ressalta-se que, além desses projetos investigados, existem outros espalhados pelo país como o AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede situados na capital do estado do Paraná, que serão abordados com profundidade nos próximos capítulos da tese.

3.2.2 Dos sentidos e significados à possível constituição de um *habitus* nos projetos sociais de voleibol

O esporte era a esperança de dona Didi e seu Domingos (pais de Serginho) para que os filhos ficassem longe do mundo do crime. As crianças cresceram vendo corpos crivados de bala ou esfaqueados na esquina de casa. Conviveram com todo tipo de bandido. Pirituba era um local perigoso (Santos; Bortoletto, 2017, p. 21).

O subcampo do voleibol social se encontra em movimento contínuo na estrutura do esporte brasileiro e pode predispor nos agentes diferentes demandas além da prática esportiva, possivelmente em decorrência de sentidos e significados inseridos no esporte de âmbito social. Em outras palavras, seriam classificações ou conceitualizações que se impõem em possíveis crenças reconhecidas coletivamente como parte do esporte social (Bourdieu, 2017; 2019). Costumeiramente, entende-se como o hábito de associar as ações realizadas nos projetos sociais aos problemas de cunho sociopolítico e econômico do país, como a diminuição da marginalidade em regiões de vulnerabilidade social, a empregabilidade, a permanência e término do ensino básico obrigatório e até mesmo a redução da pobreza.

O voleibol social nos 13 projetos supracitados pode ser reconhecido como um mundo social de possibilidades, mesmo que a oferta não corrobore para demandas propriamente esportivas, a partir de sentidos e significados que envolvem a oferta de um produto esportivo. Observou-se que essa demanda nem sempre surge da comunidade local. Em determinados casos, parte de uma necessidade própria da instituição, que pode revelar a existência de capitais em possíveis disputas na estrutura do esporte.

A maioria dos projetos investigados envolve instituições não governamentais em parceria com órgãos públicos e privados. Nessa relação o esporte social costuma ser associado a um produto útil para a resolução de problemas sociais, integrando ações que, na maioria das vezes, repercutem em outros campos, como o educacional, assistencial, entre outros. Com o intuito de manter ativo o projeto social, hipoteticamente, a estruturação no campo esportivo cria um cenário interessante entre instituições e agentes que disputam capitais, seja econômico, social, cultural ou simbólico, para manter o valor do esporte social (e assim sua existência) conforme definido e reconhecido no jogo (Bourdieu, 2017; 2019).

Para compreender o funcionamento desse subcampo envolvido por uma estrutura, disposições e capitais em disputa, realizaram-se as leituras dos objetivos e atribuições dos projetos socioesportivos, na sequência foram destacadas as frases que se apresentam como demanda e que justificam o surgimento ou continuidade do projeto e interpretados os sentidos e significados que contribuem para a constituição de um *habitus*. A partir dessa prerrogativa, verificou-se, também, como se

posicionam, quais os capitais em disputa e os interesses que movem o subcampo chamado esporte social. Como pode ser observado no Quadro 4.

QUADRO 4 - Os sentidos e significados nos projetos sociais de voleibol

PROJETO	DEMANDA	OFERTA	OBJETIVOS	SENTIDOS E SIGNIFICADOS
Projeto Bom de Bola Bom de Escola	Inicialmente visava transformar a região em Centro de Excelência da modalidade.	Associação Joaçabense de Voleibol (ONG). Anteriormente era o projeto Atleta 2000 (marketing institucional)	Despertar princípios como: convívio em grupo, disciplina, respeito, ordem, iniciativa, liderança, formação moral e ética dos participantes; aptidão na modalidade esportiva geração de oportunidade e renda, ingressar em equipes de rendimento.	Educacional, assistência social, social, rendimento e formação.
VivaVôlei	Atividade de prevenção à violência que visava ampliar da esfera esportiva à social; contribuição no desenvolvimento integral e na construção de valores; ferramenta de educar e socializar as crianças; um direito de todos.	Confederação Brasileira de Voleibol (CBV), Instituto VivaVôlei.	Transmitir a ideia de democratização; refletir o bem-estar social em cada um dos alunos.	Educacional, social e assistência social.
Projeto Sada Vôlei	Um dos maiores grupos empresariais de Minas Gerais, o Grupo Sada, começou a investir no voleibol em 2006 (desempenho) e com o passar do tempo se transformou em projeto esportivo social.	Empresa SADA, SESI e Universidade, instituições privadas e o incentivo ao esporte.	Ingressar nas categorias de base; encaminhar para clubes profissionais.	Formação.
Escola de Vôlei Bernardino (EVB)	Desenvolvimento de crianças carentes através da inclusão no esporte.	Escola de Vôlei Bernardino (ONG) Patrocinado por empresas privadas.	Atender crianças e adolescentes em situação de risco; proporcionar oportunidade de crescimento, desenvolvimento pessoal e social.	Educacional e assistência social.
Projeto Voleibol de Mauá	Formação integral do atleta; esporte com educação; concessão de bolsas de estudo integrais.	Associação de voleibol Mauá e a Lei de Incentivo ao Esporte, Projeto de Lei 1137/2009	Especializado em formação e revelação de atletas.	Educacional e formação.

Projeto Ijuí Pró-Vôlei	Combater os problemas que já existem e se alastram assustadoramente na comunidade: a violência, a ociosidade e obesidade infantil.	A UNIJUÍ e a Prefeitura de Ijuí.	Comprometimento com a educação e formação é um dos melhores exercícios para cidadania.	Educacional, assistência social e saúde.
Vôlei Renata	Carência de um projeto social/esportivo na região.	ESM, empresa que atua no mercado esportivo paulista, marca Renata, com a parceria com o Instituto Compartilhar de Bernadinho.	Os valores do esporte; potência olímpica do país; atletas profissionais de vôlei; alta performance.	Educacional e rendimento.
Projeto Vôlei Cidadão	Melhoria da qualidade do desporto voleibol aplicado como fator de educação, cultura, esporte de alto rendimento, ação comunitária e geração de trabalho e renda; erradicar a pobreza; desenvolvimento educacional, integral e de formação da cidadania; capacidade de mobilização da comunidade.	Associação pró-esporte e cidadania (APECI) – organização sem fins lucrativos. Parceria com a Prefeitura Municipal de Igarapava.	Integração comunitária desportiva; práticas solidárias a favor do crescimento autossustentado; qualidade de vida; focada na cidadania, na sustentabilidade, educação e saúde; política socioeducativa com os demais sistemas; ações socioeducativas; garantia do esporte e lazer como direito social.	Educacional, assistência social e participação.
São Bento Vôlei	Diminuição do tempo ocioso; buscava proporcionar o desenvolvimento global nos aspectos: físico, social, cognitivo, afetivo e ambiental.	Associação São-bentense de Voleibol.	Massificar a modalidade de voleibol em nosso município, principalmente em idade escolar.	Educacional e social.
Vôlei Herondina	Aumento na busca pela prática na comunidade.	Apoio da UNINTER e empresas locais.	Projeto social que visa desenvolver o vôlei no norte da ilha de Florianópolis (massificação do esporte).	Social.

Vôlei Futuro	Bolsas de estudos; minimizar a marginalidade, a falta de perspectivas e a baixa autoestima.	Esporte Clube Futuro (ECF), vários investidores de empresas privadas. As atividades são realizadas em escolas municipais e estaduais e em ginásios.	Propósito de integrar as crianças e adolescentes; promover a inclusão social; revelar no meio esportivo ou desenvolver grandes profissionais.	Educacional, assistência social, participação e formação.
Projeto Vôlei Mania	Gosto pelo estudo e aumento na taxa de concluintes do ensino fundamental.	Escolas Municipais parceria com o Instituto Maurício de Sousa.	Educacional, promoção da saúde, crescimento ético, moral e participação social.	Educacional, social e saúde.
Projeto Três Toques Botucatu/SP	Ajudar a divulgar o voleibol; objetivo conscientizar os jovens e a população sobre a importância da prática de atividades físicas.	Patrocinado pela Faculdade de Botucatu – Unibr e pela Associação Paulista de Medicina (APM).	Estimular a prática do esporte e combater a obesidade infantil, melhora da coordenação motora, raciocínio cognitivo, construção de valores morais e éticos; estimular uma qualidade de vida saudável e formação.	Educacional, social e saúde.

FONTE: A autora (2024)

Das frases selecionadas, identifica-se palavras em comum como desenvolvimento integral, valores, cidadania, entre outras. Esses “sentidos” e “significados” foram filtrados, como sendo parte do esporte nos campos educacional, assistência social, rendimento, participação, saúde, social e formação, que serviram de categoria de análise ou conceitos/características atribuídos ao longo do tempo (Bourdieu, 2019).

Para essa interpretação, utilizou-se o conceito de esporte apresentado na Lei Pelé⁹¹, pois historicamente os esportes foram e são regidos segundo essa legislação, receberam incentivos públicos e contrapartidas privadas e constituíram

⁹¹ A Lei nº 9.615 foi sancionada em 24 de março de 1998. Conhecida como Lei Pelé, estabelece normas para diversos assuntos relacionados à condução do esporte brasileiro, inclusive repasses de recursos oriundos das loterias federais (Rede do Esporte). Além disso, reconhece o esporte em quatro manifestações, sendo a última “formação”, incluída recentemente na Lei nº 13.155, de 2015 (Brasil, 1998) — apesar de contarmos agora com a recente Lei Geral do Esporte, durante a elaboração do trabalho, esta ainda era um Projeto de Lei.

relações de interesses entre agentes e instituições. Segundo o Art. 3º Da Natureza e das Finalidades do Desporto:

O desporto pode ser reconhecido em qualquer das seguintes manifestações:

I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações;

IV - desporto de formação, caracterizado pelo fomento e aquisição inicial dos conhecimentos desportivos que garantam competência técnica na intervenção desportiva, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento qualitativo e quantitativo da prática desportiva em termos recreativos, competitivos ou de alta competição;

Contudo, apenas o conceito mencionado na lei foi insuficiente para compreender os sentidos e significados atribuídos ao esporte social, visto que as formas de manifestação do esporte descritas na legislação apresentam lacunas — e uma delas é o reconhecimento do esporte social. Isso evidencia que:

Todo projeto tem a função primária de soar eficiente e viável para suprir necessidades e anseios de uma determinada parcela da comunidade. Entretanto, existem objetivos ou metas que não necessariamente são explícitos, ou seja, eles encontram-se diluídos nas, e pelas, entrelinhas das propostas (Marchi Jr, 2001, p. 13).

Como objetivou-se estudar as “entrelinhas das propostas”, o seu sentido prático se encontra dissociado de um conceito estático. A prática esportiva mencionada nos projetos parece estar além da manifestação educacional, de participação, rendimento e formação. Diante disso, busca-se interpretar as menções encontradas na proposta dos projetos para entendê-lo também sob as dimensões da prática social, assistência social e saúde. Nesse sentido, foram compilados um total de 36 palavras distribuídas nas 7 categorias de análise, como pode ser observado no Quadro 5:

QUADRO 5 - Categorias de análise do esporte

CATEGORIA DE ANÁLISE	PALAVRAS SELECIONADAS	FREQUÊNCIA DE MENÇÕES	TOTAL
Educação	• Valores do esporte	5	21
	• Desenvolvimento integral	4	
	• Esporte com educação	3	
	• Cidadania	2	
	• Concessão de bolsas	2	
	• Crescimento pessoal e social	2	
	• Desenvolvimento educacional	1	
	• Política socioeducacional	1	
	• Ação socioeducativa	1	
Rendimento	• Atletas profissionais	1	3
	• Alta performance	1	
	• Excelência esportiva	1	
Formação	• Revelação de atletas	2	4
	• Aptidão na modalidade	1	
	• Ingressar na categoria de base	1	
Participação	• Integração comunitária	3	4
	• Crescimento autossustentado	1	
Assistência social	• Prevenção a violência	2	8
	• Geração de trabalho e renda	2	
	• Ação comunitária	1	
	• Erradicar a pobreza	1	
	• Minimizar a marginalidade	1	
	• Combater problemas sociais	1	
Saúde	• Qualidade de vida	2	4
	• Promoção da saúde	1	
	• Combater obesidade infantil	1	
Social	• Programa social	3	13
	• Inclusão social	2	
	• Democratização	1	
	• Bem-estar social	1	
	• Direito de todos	1	
	• Direito social	1	
	• Diminuição do tempo ocioso	1	
	• Massificação esportiva	1	
	• Aumento da busca pela prática	1	
	• Divulgação do esporte	1	

FONTE: A autora (2024)

Algumas palavras pertenciam a mais de uma categoria, para classificá-las foi interpretado seus sentidos e significados relacionados ao contexto mencionado. Em outras palavras, a forma que o projeto justifica a oferta do voleibol social em prol da demanda de um campo específico. Por exemplo, a menção “o VivaVôlei é um programa social que utiliza o esporte como ferramenta de educar e socializar as crianças” (VivaVôlei, 2021, n.p.) notoriamente pode ser compreendida como parte da categoria educacional.

Das 36 palavras selecionadas, houve a frequência de 56 menções. Algumas foram pronunciadas mais de uma vez nos projetos, em sua maioria, relacionadas à categoria educacional (totalizando 21 menções). Este fato reitera a análise sobre a possibilidade do campo educacional se configurar como um espaço importante para a abertura e manutenção dos projetos socioesportivos.

Em seguida, identificou-se 13 menções relacionadas ao entendimento do esporte de cunho social. A título de exemplo: “ensinar o voleibol a todos” (VivaVôlei, 2021, n.p.); “massificar a modalidade de voleibol” (Associação São Bentense de Voleibol, 2021, n.p.); “para realizar um programa de inclusão social através do esporte” (Associação Joaçabense de Voleibol, 2021, n.p.). Posteriormente, oito frases foram associadas à manifestação do esporte de assistência social com a intenção de solucionar os problemas locais, como: “promover a igualdade entre os sexos, atingir o ensino básico universal e erradicar a pobreza” (Projeto Vôlei Cidadão, 2021, n.p.); “geração de oportunidade e renda através do esporte, ingressando em equipes de rendimento” (Associação Joaçabense de Voleibol, 2021, n.p.).

Algumas categorias empataram e contém apenas quatro menções, como a formação, a participação e a saúde, possivelmente por envolverem neste momento intenções de menor impacto no subcampo do voleibol social. Isso se deu, também, na categoria de rendimento, com apenas três menções.

Mediante o exposto, o voleibol social nos diferentes projetos apresenta uma relativa autonomia, coexistindo em virtude de sentidos e significados atrelados a outros campos, principalmente o educacional. Contudo, a soma das sete categorias demonstra a existência de algumas palavras que, ao longo do tempo, têm fortalecido essa estrutura predisposta a funcionar conforme as demandas de campos específicos. A interpretação dessas palavras em sentidos e significados, indicam a existência de um *habitus* em construção (Ortiz, 2003). Ademais, supõe-se que os projetos incluem, em suas respectivas propostas, demandas que compactuam com o descrito em lei.

No contexto apresentado, o sentido prático do voleibol social funciona como suporte às necessidades de campos específicos que, para se estabelecerem, vinculam o esporte aos interesses de determinadas instituições. Estas justificam o seu funcionamento a resolução de problemáticas sociais, atribuindo não apenas

sentidos e significados, como também dispõe de um valor a ser disputado em jogo, conforme será visto a seguir.

3.2.3 Projetos sociais de voleibol: capitais, disputas e o valor no jogo

O Banespa⁹² viu o esforço de Serginho para ajudar os meninos da base. E com pouco tempo no clube já havia se transformado em embaixador do projeto. “Ele passou a representar os ideais do banco, os valores. Tinha carisma, entrega, dedicação, coragem. Era um exemplo. O cara que nunca treinaria menos do que os outros” (Santos; Bortoletto, 2017, p. 64).

A princípio, o voleibol social como subcampo possui um valor e tem sido disputado por instituições com interesses específicos. Esse valor mencionado se refere à construção simbólica de um sentido prático, o qual se torna possível compreender as ações e inter-relações que movimentam o voleibol social brasileiro nos referidos projetos.

Desde a sua origem, o Projeto Bom de Bola Bom de Escola passou por dois momentos: inicialmente como Projeto Atleta 2000 vinculado a uma empresa privada e, posteriormente, associado a uma ONG, quando adquiriu sua denominação atual. A intenção inicial era garantir um retorno financeiro para a empresa mediante a divulgação e reconhecimento do voleibol de âmbito social. De acordo com a lógica bourdieusiana, percebe-se aqui a existência de lutas por capital econômico e simbólico.

Após esse objetivo ser alcançado, menciona-se desvinculação da empresa privada ao projeto e o surgimento de novos interesses a fim de manter a prática esportiva sob a responsabilidade da ONG. Nesse sentido, observa-se a disputa pelo capital social e pelo capital cultural objetivado no subcampo, ao relacionar a prática esportiva com outras áreas institucionalizadas e de ampla repercussão sociopolítica, como o campo educacional, assistência social e social. Primariamente o sentido prático estava na relação entre a divulgação da marca e o reconhecimento do

⁹² Segundo Santos e Bortoletto (2017), o Banespa, nos anos 2000, foi um dos maiores celeiros de craques do esporte no país. Nesta época, a relação do atleta Serginho foi muito além do regime empregador-funcionário: ele era um conselheiro dos jovens jogadores. Inclusive, a denominação de “Serginho” foi uma exigência do banco que não via no apelido “Escadinha” (como era conhecido) boa repercussão.

projeto à empresa privada, posteriormente, o vínculo alterou (seu nome também), pois o interesse e o direcionamento eram outros, e ficou a cargo da ONG.

Em outro contexto, o incentivo de uma Confederação patrocinar 40 centros de prática esportiva exclusiva de voleibol, supostamente anuncia o interesse na visibilidade e no capital simbólico que o chamado Projeto VivaVôlei pode proporcionar. As diferentes demandas encontradas em cada centro, contudo, e o funcionamento do projeto influenciaram no andamento da proposta. Ao mesmo tempo, a instituição precisou vincular o esporte às mais diversas iniciativas fortalecendo o seu vínculo no espaço. Retoricamente seria conferir o sentido prático ao esporte desenvolvido nos diferentes espaços (Bourdieu, 2017), já que cada estado possui suas particularidades.

Com relação aos capitais, percebe-se o capital social nos objetivos elencados do projeto ao estabelecer relações com outras áreas. Essa “vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”, segundo Bourdieu (2015, p. 75), pode fornecer atributos que justificam a existência e permanência do projeto em diferentes regiões. O capital cultural e o simbólico aparecem em forma de capital objetivado, que pressupõe o voleibol como produto capaz de materializar um serviço em prol do esporte, simbolicamente entendido como um “direito social”. Concisamente, para manter a existência do projeto e, conseqüentemente, o envolvimento da Confederação, as ações foram ampliadas com outras áreas além da prática desportiva.

A empresa SADA, uma das principais empresas patrocinadoras de formação de atletas, se interessou pela formação de crianças e adolescentes e, com o passar do tempo, transformou o voleibol clubista em projeto socioesportivo. Considera-se, que essa mudança de sentido ocorreu pela necessidade de ampliação no número de novos atletas, posto que a oferta do voleibol no clube limitaria a participação e inserção de todas as pessoas ao esporte. Bem como, a participação de novos investidores e do programa incentivo ao esporte.

Nesse cenário, duas estratégias de conservação pressupõe o interesse principal da empresa: utilizar o slogan de Projeto Sada Vôlei para ampliar o rastreamento de futuros atletas e manter uma rede durável de relações. Em outras palavras, possíveis vínculos institucionalizados a partir do capital social e simbólico

(Bourdieu, 2004; 2015). Afinal, para aqueles atletas “destaques” haveria a oportunidade de concorrer a uma vaga na categoria de base do clube, e o capital econômico, com o ingresso de novos investidores e do benefício oferecido pelo programa incentivo ao esporte.

Já a Escola de Vôlei Bernardinho é um projeto que leva a denominação de um técnico reconhecido na área do voleibol, como mencionado na introdução dessa tese, Bernardo Rezende. Assim, acredita-se que o projeto carrega a imagem de “ter condições de impor o reconhecimento” (Bourdieu, 2004, p. 167) e a capacidade de consagrar ou revelar futuros atletas. Denominado por Pierre Bourdieu como poder simbólico, essa força implícita possibilita, neste caso, atrair o interesse de empresas de grande porte, além de crianças, adolescentes e dos próprios pais.

Nessa relação entre o voleibol social, Bernardo Rezende e o Banco do Brasil, surge uma parceria e um sentido capaz de atrair determinado capital econômico e capital cultural no seu estágio objetivado (Bourdieu, 2015). Da mesma forma, o capital simbólico que surge nessa inter-relação de sucesso.

Em contraposição, o projeto de Vôlei Mauá relaciona a prática do voleibol com a oferta de bolsas de estudos, por intermédio do capital cultural institucionalizado, que se encontra condicionado ao capital social, para estimular a busca pelo esporte. Em outras palavras, o diálogo do projeto com as instituições educacionais sinaliza um relacionamento entre a Associação de Mauá e a rede privada, que consagra o voleibol como um produto de valor simbólico relativamente interessante para os praticantes que recebem a bolsa, existindo “entre o capital cultural e o capital econômico o valor em dinheiro de determinado capital escolar” (Bourdieu, 2015, p. 87).

Similar à Escola de Voleibol de Bernardinho o projeto Ijuí Pró-Vôlei também foi idealizado por um ex-atleta da seleção brasileira e contou com o apoio de uma Universidade e da Prefeitura local. No início, o projeto associou-se a uma instituição escolar, possivelmente com o objetivo de angariar participantes ao ampliar o seu capital social com uma instituição reconhecida socialmente. Além disso, outros objetivos foram mantidos a fim de pleitear possíveis patrocínios.

Contrapondo o projeto anterior, a empresa ESM, responsável pelo Projeto Vôlei Renata, busca atender um público específico na oferta de um produto que possibilite atingir um determinado capital cultural. Contudo, esse vínculo parece

resultar em distinção, posto que a comunidade já estabelecida no voleibol desempenho, provavelmente, apresenta menos interesse ao esporte com o viés social (para todos). Ao que tudo indica, o engajamento da comunidade local (o seu sentido prático) possui forte relação com o capital econômico e com a marca (Renata). Apesar de existir uma estrutura que relaciona os projetos sociais ao alcance de todas as classes sociais ao capital cultural institucionalizado, há estratégias de conservação por um grupo específico para manter a centralidade no projeto desempenho.

A proposta do Projeto Vôlei Cidadão, articulada às diretrizes da ONU, anuncia uma possível disputa pelo capital social ao integrar um conjunto de recursos e ações com outras áreas no subcampo, em prol do bem-estar social. Como afirma Bourdieu (2015, p. 10), “é o conjunto de recursos (atuais ou potenciais) que estão ligados à posse de uma rede durável de relações” que permite ao agente permanecer em jogo. Ao mesmo tempo, o capital cultural também aparece envolvido na trama, na oferta de um produto capaz de contribuir para o estado objetivado e incorporado por meio da assimilação da aprendizagem dos valores esportivos que visam preparar o indivíduo para o mercado de trabalho. A relação entre a APECI e as Prefeituras, hipoteticamente, revela a existência de um capital simbólico na consagração do órgão público como instituição de poder capaz de reconhecer a prática esportiva e as ações realizadas pela empresa não governamental, enfim, “um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem” no contexto em que está inserido (Bourdieu, 2004, p. 167).

Analogamente ao Projeto Ijuí Pró-Vôlei, o Projeto São Bento Vôlei pela Associação inseriu-se no ambiente escolar, presumivelmente com o intuito de ofertar o capital cultural objetivado para os alunos matriculados na rede municipal de ensino e, em contrapartida, manter um relacionamento estável com o Município. Em outras palavras, seria investir em capital social.

Apesar de surgir pela iniciativa de um professor e da comunidade local, o Projeto Vôlei Herondina também precisou/precisa de apoio para continuar existindo. A ampliação do projeto para o atendimento de um número maior de crianças e adolescentes exigiu, dos agentes mencionados, a busca por capital social e econômico. O volume de capital social empregado possibilitou o ingresso da UNINTER e do patrocínio de empresas privadas no incentivo da prática esportiva

para a comunidade. Em comparação aos demais projetos, o Vôlei Herondina surgiu de uma necessidade da sociedade e não de uma instituição privada, pública ou não governamental.

A empresa ECF do Vôlei Futuro possui investidores, privados e públicos, na oferta de bolsas de estudos com o intuito de minimizar as desigualdades sociais vividas por crianças e adolescentes. Analisando sociologicamente, o esporte aparece como ferramenta para o acúmulo de capital cultural institucionalizado (escolar) (Bourdieu, 2015). Neste caso, ressalta-se que a prática esportiva ingressa como suporte da Educação Básica, enquanto essa relação entre a ECF, o voleibol e as empresas permitem a divulgação das instituições principalmente privadas que durante a exposição das “marcas” nos eventos relacionam as ações do projeto com as empresas patrocinadoras⁹³. Nesse ensejo, observa-se que a ECF buscou acumular capital social e estabeleceu relações duráveis com instituições que reconhecem ou ofertam a contrapartida social.

O envolvimento de um instituto no Projeto Vôlei Mania, consequentemente de uma marca ou produto a ser comercializado por um grupo específico que se encontra na maior parte do tempo inserido no contexto escolar, sugere a presença um capital social. Até aqui, nessa relação entre empresa, produto e escola, os interesses implícitos que possivelmente movimentam a busca pelo capital econômico parecem visíveis. Igualmente, o estímulo pela leitura no público infanto-juvenil anuncia o ingresso de um capital cultural objetivado, sob a forma de bens culturais. O envolvimento do esporte com a leitura demonstra o poder simbólico de consagração que o esporte carrega, justamente por receber o reconhecimento e o interesse dos alunos pela prática. Nessa inter-relação, a leitura adquire determinado crédito ou capital simbólico que permita conquistar o público (Bourdieu, 2004).

Em conformidade com o anterior, o Projeto Três Toques também se encontra relacionado à um produto comercializável, cujo incentivo se refere ao combate da obesidade infantil a partir do patrocínio da Associação Paulista de Medicina (APM). Contudo, a prática do voleibol ocorre na escola e o seu sentido

⁹³ A necessidade de transparência dos recursos utilizados, incluindo divulgação de marcas, em projetos sociais, fez crescer a necessidade de capital social como forma de mobilizar o capital econômico (Tondolo *et al.*, 2022).

prático envolve aspectos educacionais, corroborando com a intenção do outro patrocinador: a UNIBR.

Em suma, esse exercício analítico sobre o subcampo do voleibol nos projetos listados parece convergir para uma regularidade do sentido prático na relação entre instituições, agentes e o campo esportivo. Na maioria das vezes, as tomadas de decisão parecem almejar o patrocínio, a visibilidade de uma marca ou de um agente, sugestionando que a comercialização mobiliza o voleibol em diferentes regiões do país e por vezes colabora para sua massificação.

Ressalta-se que a massificação do voleibol ou a abertura de diversos projetos esportivos pelo país parece ter relação direta com a Lei Pelé, que regulamenta o esporte no Brasil e garante o acesso da população à prática, pois assegura o repasse de recursos financeiros aos projetos esportivos a partir de políticas públicas, porém, a ausência de definição das funções e atribuições de cada ente federativo repercute na abrangência de ações propostas nos projetos sociais. Assim como ocorreu durante a criação desse esporte em questão, os interesses que movimentam a abertura de um projeto social de voleibol e mantém a sua funcionalidade podem envolver disputas por capital político, social, econômico, entre outros.

Nesse panorama, o esporte social parece estar envolvido em uma rede de relações de interesses que superam a própria massificação esportiva ou popularização do esporte, pois esse fator parece estar resolvido já que é o segundo esporte mais praticado no Brasil. A ausência de uma especificidade em lei, nesse subcampo, torna a prática esportiva, ou aquilo que se propõe para o esporte, segundo plano nas ações e propostas a serem implementadas nos projetos esportivos.

Para tanto, como proposta de análise de projetos socioesportivos de voleibol atribui-se as seguintes categorias analíticas: disposição dos agentes; capitais em jogo; tensões e disputas; leis do campo; intencionalidades políticas, sociais e educacionais; e significados e ressignificados da prática esportiva. Ressalta-se que a categorização não é algo estanque, se refere ao contexto estudado nessa tese e que se presume estar em constante evolução. Portanto, não se pretende realizar afirmações definitivas sobre os projetos sociais, mas servir de indicativo sobre os movimentos relacionais que mantém a existência do voleibol social curitibano.

Mediante esse contexto, na sequência, aproximaremos essas questões aos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR a partir da década de 1990 até os dias atuais. Busca-se compreender a lógica desse subcampo na relação entre a teoria e o campo de pesquisa e utilizar essa proposta de análise como um potencial caminho metodológico.

4 O VOLEIBOL NOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS EM CURITIBA/PR: A DELIMITAÇÃO DE UM SUBCAMPO

O segundo ponto é que esses espaços dos esportes não são um universo fechado sobre si mesmo. Ele está inserido num universo de práticas de consumo, eles próprios estruturados e constituídos como sistemas. Há boas razões para se tratar as práticas esportivas como um espaço relativamente autônomo, mas não se deve esquecer que esse espaço é o lugar de forças que não se aplicam só a ele (Bourdieu, 2004, p. 210-211).

Como um espaço relativamente autônomo, os projetos de voleibol em Curitiba/PR funcionam mediante inter-relações dentro de um campo denominado “esporte” e no subcampo do “esporte social”. Em princípio, compreender o seu funcionamento parte da necessidade de responder algumas questões:

- a) Como surgiram e quais as demandas permitiram a incursão desses projetos (problemáticas e disputas)?
- b) Como eram ou são ofertados esses projetos (por instituição privada, pública ou não governamental)?
- c) Qual o sentido atribuído pelas instituições (assistencial, social, econômico, educacional, entre outros) e se converge, ou não, para os subcampos do esporte educacional, participação, rendimento ou formação (orientadas pela Lei Pelé)?
- d) Quais as instituições e as políticas públicas que mantém/manteve a sua existência?
- e) Quais capitais em disputa (e as transformações com o passar do tempo); e, por fim, o sentido prático em jogo (o valor ou seu significado atribuído)?

A partir dos estudos de Pierre Bourdieu e da lei que tangencia o esporte, Lei Pelé, foram elaboradas as questões supracitadas que nortearam a pesquisa bibliográfica. Como já apresentadas no capítulo anterior, essas problemáticas auxiliam na visualização das relações que ocorrem entre os agentes e as instituições que compõem o funcionamento dos projetos AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede. Para responder a essas questões foi realizada uma consulta nos

sites dos projetos e em alguns trabalhos acadêmicos que objetivaram exclusivamente o estudo dos projetos⁹⁴.

Após a contextualização desse subcampo, será apresentada a análise documental das instituições e as entrevistas que compõem o aprofundamento da temática segundo categorias de análise estruturadas em Pierre Bourdieu e desenvolvidas, anteriormente, como um possível caminho metodológico para a compreensão do chamado “voleibol social”.

4.1 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO VÔLEI EM REDE

Para compreendermos a estrutura do Projeto Vôlei em Rede, utilizou-se como referência a dissertação de Vlastuin (2008) e Caron (2018), e o site da Secretaria da Educação do Estado do Paraná e do próprio Instituto. De maneira sintética, o quadro 6 com as análises se encontra no apêndice 8, contendo as seguintes informações: as possíveis problemáticas ou disputas; os agentes e as instituições; os objetivos e/ou as transformações político-sociais e educacionais; e os significados e ressignificados da prática esportiva.

A partir de uma contrapartida do governo de estado do Paraná, em 1997, foi criado o Centro Rexona de Excelência de Voleibol (nome utilizado no início) que contribuiu para a visibilidade política do projeto de governo Vila Olímpica (Caron, 2018). Em princípio, o objetivo era disponibilizar para as atletas da seleção brasileira um espaço de treino adequado para preparação para o Campeonato Brasileiro de Voleibol, visto que até o momento nenhuma equipe do estado havia conquistado uma competição nacional (Vlastuin, 2008). Logo, o projeto foi redimensionado frente à necessidade de formação de futuros atletas e, posteriormente, para o desenvolvimento humano por meio do esporte.

Com o passar do tempo, o surgimento de diferentes demandas na oferta da modalidade permitiu o ingresso de novos agentes e, assim, novas disputas em seu funcionamento. No início, a demanda estava centrada na logística das atletas da seleção brasileira, ou seja, o sentindo do voleibol convergia para a perspectiva do

⁹⁴ As análises foram organizadas partindo do projeto mais antigo, cronologicamente, para o mais novo. Iniciamos, portanto, com o Vôlei em Rede, Leões do Vôlei e finalizamos com o AVP Social de Voleibol.

rendimento — ainda mais quando a equipe Rexona comandada por Bernardinho se consagrou campeã brasileira de voleibol na Superliga 1997/98 (Superliga, 2023).

O retorno positivo das atletas entre 1997 e 1998 incentivou a abertura de 19 núcleos pelo estado com o apoio da Secretaria de Estadual de Educação do Paraná (SEED) (Caron, 2018). Os ginásios disponibilizados para a realização dos treinos estavam concentrados nos colégios estaduais e o objetivo do projeto incluía o trabalho de formação de base para a preparação de futuros atletas da modalidade (Caron, 2018). Em relação ao ginásio principal localizado em Curitiba, no bairro Tarumã:

Com capacidade para 6.000 pessoas, a área principal do ginásio ganhou dimensões capazes de comportar três quadras oficiais. Em dias de jogo, o espaço se transformava em uma só quadra central. Nos horários de treinos, a área ganhava divisórias e passava a ter duas quadras oficiais e duas de mini-vôlei (modalidade criada para crianças menores de 12 anos). Além dessa área principal, o ginásio contava, ainda, com um outro espaço que comportava mais duas quadras de mini-vôlei e quatro quadras de baby-vôlei (modalidade criada para crianças até 10 anos) (Vlastuin, 2008, p. 66).

Apesar do vínculo com o espaço público educacional, o ingresso dos alunos ocorria por meio de “peneiras”, o que indicava uma aproximação com o esporte de formação voltado à preparação de futuros atletas, com a denominação “projeto social”. A hipótese mais provável sobre o entendimento que se tinha de esporte social estava atrelada ao fato de uma instituição não governamental proporcionar de maneira gratuita aulas de voleibol em contraturno escolar aos alunos de escolas públicas, aliado ao momento social que incentivava as instituições sem fins lucrativos associar o desenvolvimento humano de crianças e adolescentes através do esporte.

Em 25 anos de projeto, o voleibol apadrinhado pelo técnico Bernardinho passou de Centro Rexona de Excelência de Voleibol para Centro Rexona AdeS de Voleibol e, por fim, Vôlei em Rede. Essas denominações indicam possíveis mudanças no cenário institucional, principalmente diante de novas parcerias e da imagem de consagração de sucesso que Bernardo representou para a equipe Rexona.

Com relação às instituições parceiras, além da estrutura física apoiada pelo governador Jaime Lerner, a empresa Unilever investiu no esporte com o intuito de

revitalizar a marca de desodorante, conhecido pelo produto “Rexona”. A Unilever manteve o apoio e foi uma parceria de sucesso por 20 anos. A marca ficou reconhecida pelo vínculo com o segundo esporte mais praticado no país até 2017 quando encerrou o vínculo. Segundo Vlastuin (2008, p. 68-69):

Após sete anos, Rexona virou sinônimo de liderança neste segmento, pois sua posição subiu para o índice de 43% do mercado consumidor. Trata-se de um salto do oitavo lugar para o primeiro lugar na região sul em vendas de produtos.

Em virtude da administração de recursos provenientes da Unilever, foi aberta a Paraná Vôlei Clube, uma entidade jurídica responsável pelo aporte financeiro do projeto social e da equipe profissional (Caron, 2018). Além do capital econômico investido, houve necessidade da criação de uma metodologia para embasar o trabalho dos professores. De maneira simplificada, esse capital cultural objetivado considerava a progressão ideal de aprendizagem do voleibol.

Nos anos 2004 e 2005, a equipe profissional deixou a parceria com o Governo de Estado do Paraná e se estabeleceu no Rio de Janeiro, assim como a sede da empresa administrativa que recebeu o nome Rio de Janeiro Vôlei Clube, posto que a cidade de Rio de Janeiro já representava um núcleo de trabalho de Bernardinho (Vlastuin, 2008). Segundo a autora supracitada, a Unilever justificou a saída da equipe de Curitiba para o Rio de Janeiro como uma “estratégia para ampliar o trabalho social e implementá-lo em outros estados do país”, porém outras fontes indicam que a saída foi uma questão de mercado, principalmente, pela queda na média de público que frequentavam os jogos (Vlastuin, 2008, p. 86) e das mudanças na política estadual. Além do Rio de Janeiro, foram abertos núcleos em regiões carentes do estado de São Paulo pelo Instituto Esporte Educação (IEE), incluindo ações direcionadas aos filhos dos funcionários das fábricas da Unilever.

Os centros de iniciação esportiva se mantiveram no estado do Paraná, com a mudança do núcleo central para o Centro de Capacitação Esportiva (CCE), a Universidade Tuiuti e duas escolas estaduais, a fim de absorver o quantitativo de alunos (Vlastuin, 2008; Caron, 2018), compondo a ampliação do capital social institucional e do capital econômico. Até dado momento, os interesses que movimentavam as ações da iniciativa privada e da instituição tinham relação com a

equipe de rendimento acerca dos resultados positivos na competição e, conseqüentemente, do retorno financeiro.

Com a saída da equipe profissional e da administração da empresa foi criado o Instituto Compartilhar (IC), uma organização sem fins lucrativos que renomeou o projeto para Centro Rexona AdeS de Voleibol, a partir da parceria estabelecida entre Rexona e a marca AdeS:

Após a desvinculação da equipe com o projeto, não tinha sentido o mesmo continuar atrelado a um clube. Resolveu-se, então, que ele seguiria como um projeto social dentro de uma ONG, esta, o Instituto Compartilhar, que só precisou montar uma filial em Curitiba. Com titulação de OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público), fornecida pelo Ministério da Justiça, a ONG tem como objetivo o desenvolvimento humano através do esporte (Vlastuin, 2008, p. 91).

O ingresso do terceiro setor trouxe a implementação do Planejamento Estratégico para o início das atividades do IC e contratação de uma equipe administrativa de assessoria jurídica especializada, que tinha como missão vincular o projeto à proposta de “Desenvolvimento Humano por meio do Esporte” (Caron, 2018). Ainda em 2005 foram criados o Vôlei em Rede e o Esporte em Ação que aconteciam no bairro Vila Torres em Curitiba (Instituto Compartilhar, 2023).

No ano de 2011 entrou em vigor outra forma de captação de recursos financeiros. O projeto passou a contar com a ampliação do capital econômico pela Lei Federal nº11438/2006 de Incentivo ao Esporte. Ao vislumbrar a incursão de outros projetos, além dos Núcleos de Iniciação ao Voleibol e o Vôlei em Rede, outros produtos foram incorporados: o Esporte em Ação, Gibi compartilhar, Escolha Certa e Clínicas Instituto Compartilhar (Caron, 2018). Segundo Caron (2018), esses programas de cunho educacional complementavam o programa socioesportivo com outras ações, utilizando cartilhas informativas, histórias em quadrinhos e a formação de professores. É possível perceber como o ingresso do Instituto e do incentivo público trouxe outras perspectivas para o projeto — além do voleibol, houve a incorporação de diferentes ações.

Já em 2017, os projetos, exclusivos da modalidade de voleibol, foram acoplados. O Núcleo de Iniciação ao Voleibol (NIV) passou a integrar o Vôlei em Rede. Nesse momento, o chamado “Termo de Parceria” condicionado aos três parceiros sofre mudanças e recebe maior detalhamento das funções. Então, o poder

público se torna responsável pelo local e pela contratação dos professores, sendo em grande parte pertencentes aos colégios públicos. Os parceiros privados colaboram com o financiamento de materiais e o IC disponibiliza a metodologia, a coordenação e a interação entre os parceiros (Caron, 2018). Segundo a autora, o uso do ambiente escolar colabora para diminuição de custos e o melhor acompanhamento dos alunos, da mesma maneira que se apresenta como uma possível justificativa para manter a existência do projeto e a continuidade do trabalho ofertado.

Atualmente o projeto tem como núcleo central o ginásio da Paraná Esporte situado na cidade de Curitiba e conta com 16 instituições da rede pública estadual de educação distribuídos pelo estado do Paraná. Esta é uma cooperação técnica firmada entre a Secretaria de Estado de Educação (SEED), Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (SEET) e o Instituto Compartilhar (Secretaria da Educação, 2023).

Nesse percurso, as relações estabelecidas entre a empresa e seus respectivos investidores indicam o sentido do esporte associado a equipe de rendimento e à imagem de sucesso de Bernardinho. Após a saída da equipe e da sede administrativa da empresa, houve um movimento de ruptura e a necessidade de novas estratégias para a continuidade do denominado projeto social. Em um momento histórico oportuno, o esporte foi ressignificado e vinculado a uma perspectiva de desenvolvimento humano com a vertente educacional na implementação de outras ações, possivelmente para assegurar esses objetivos. O projeto ganhou proporções além do Estado do Paraná em virtude das conquistas do esporte profissional, da consagração do “padrinho” no esporte, do investimento de grandes empresas que souberam apostar no *marketing* esportivo, e da contratação de uma estrutura de profissionais voltados ao trabalho de mini vôlei em um ambiente que corroborava para a diminuição de custo, como as escolas e os ginásios públicos.

4.2 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO LEÕES DO VÔLEI

Para análise do Projeto Leões do Vôlei contamos com os autores: Pijak (2010) e Campana (2012), além do site da empresa Leões e Bebidas e do próprio

Projeto. Durante a busca nas páginas da internet, foram encontradas notícias sobre as ações realizadas e os resultados alcançados pela proposta. Com os seguintes slogans: Curitiba será palco do V Festival Leões do Vôlei (Tribuna, 2012); Projeto Leões do Vôlei transforma a vida de estudantes da rede de ensino (Bem Paraná, 2018); Projeto realiza o XI Festival Leões do Vôlei em Curitiba (Bem Paraná, 2018); Leões do Vôlei entram no jogo da Rádio Uninter (Central de Notícias UNINTER, 2021). As frases analisadas podem ser encontradas no apêndice 9.

O projeto Leões do Vôlei – Voleibol com Educação iniciou suas atividades no ano de 2008. O objetivo era tornar a capital paranaense referência nacional na formação esportiva de base a partir de modelos de sucesso e contribuir com a melhoria da educação pública de Curitiba. Essa iniciativa surgiu do ex-atleta Emanuel Rego, ao idealizar no projeto uma forma de retribuir o bem que o esporte havia proporcionado, pois “o esporte é uma ferramenta especial, que muda a vida das pessoas. Você aprende a ter responsabilidade, entende o que é disciplina, conhece o mundo. O esporte me fez uma pessoa totalmente diferente do que eu era” (Instituto Compartilhar, 2021). A proposta inicial partiu do reconhecimento e do significado de esporte na visão do ex-atleta que, diante de sua posição na sociedade, permitiu alcançar determinado capital social e econômico para a abertura do projeto. O que não difere do início do Vôlei em Rede, idealizado por Bernardinho em virtude dos sentidos do esporte em sua vida e das possibilidades de parcerias.

No início, a parceria público-privada foi estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Curitiba, pela Secretaria Municipal de Educação (SME), a empresa Matte Leão e o Instituto Esporte, Cidadania, Cultura e Educação (ECCE), com ações educacionais em contraturno escolar de 6 escolas municipais (Pijak, 2010). Segundo a própria empresa, Leão Alimentos e Bebidas (2017), a intenção com a prática esportiva era alcançar a melhoria na qualidade de vida de seus praticantes, a começar por modelos e referências modernas de sucesso. Em se tratando de referência esportiva, desde o início o padrinho do projeto Leões é o medalhista brasileiro do vôlei de praia, o que parece contribuir para o chamado capital simbólico e atrair um público específico de crianças e adolescentes interessadas em avançar nessa modalidade esportiva.

No que se refere ao acesso, o projeto socioeducacional atendeu no primeiro ano 290 crianças e adolescentes de 7 a 13 anos (Bem Paraná, 2018). Em 2012 essa

marca foi superada, com o ingresso da Secretaria Municipal de Esporte Lazer e Juventude (SMELJ) do município de Curitiba, e a participação de aproximadamente 1200 alunos (Campana, 2012). A inclusão de mais uma secretaria, a SMELJ, influenciou na denominação do projeto que passou a ser chamado Leões do Vôlei. Essa pequena alteração, de “Leões do Vôlei – Voleibol com Educação” para “Leões do Vôlei”, parece indicar que o sentido atribuído pela instituição deixou de ser o aspecto exclusivamente educacional para ser o esporte de formação, ou seja, o voleibol na perspectiva da SMELJ.

Entre 2013 e 2016, ocorreu a inauguração de mais uma sede no município de Fazenda Rio Grande. O projeto foi inserido nas escolas e atendeu no início 280 crianças e adolescentes. Notoriamente, o nome utilizado fazia referência ao primeiro codinome da instituição. Posteriormente, as relações se estabeleceram também com o Departamento de Esporte e Lazer de Fazenda Rio Grande (Blog da Secretaria Municipal de Educação de Fazenda Rio Grande (SME-FRG), 2013).

Atualmente, a parceria se encontra apenas entre o ex-atleta Emanuel Rego e a SME de Curitiba, no atendimento de dez escolas. Em 2022, houve o término da parceria privada ficando o projeto a cargo da SME e do apoio do ex-atleta.

Nesses 15 anos de projeto, a imagem de consagração do ex-atleta e as parcerias mantiveram o funcionamento do Leões do Vôlei, inclusive sua ampliação do mesmo para outras secretarias e regiões do estado do Paraná. Apesar dos esforços, o projeto se manteve apenas na capital paranaense e o seu sentido atrelado à perspectiva educacional.

A hipótese que surge, sobre a ampliação para outras cidades e o custeio do projeto, indica uma possível estratégia frente ao capital econômico e o capital social. O Município responsável pelo aporte financeiro e os idealizadores pela estrutura teórica e prática contribui para que o projeto alcance novas parcerias situadas em outras cidades.

4.3 CONTEXTO HISTÓRICO-SOCIOLÓGICO DO PROJETO AVP SOCIAL DE VOLEIBOL

A busca realizada nos *websites* sobre o Projeto AVP Social de Voleibol, de maneira geral, envolvem informações sobre as competições realizadas e títulos

conquistados. Com relação à estrutura, encontramos algumas indicações no site da AVP e em um artigo dos autores Cruz, Salvini e Marchi Jr (2020), como pode ser observado no quadro 8 disponibilizado no apêndice 10.

Diante das informações coletadas, foi possível perceber que o projeto faz parte de uma Associação responsável pelo Voleibol Master de Curitiba, instituído no ano de 2005. A maioria das publicações verificadas no site da AVP são voltadas para esse público, nas idades de 25, 30 e 40 anos. Essas publicações se referem a tabelas de jogos e competições realizadas.

Para tanto, o Projeto AVP Social se encontra vinculado a uma proposta da Associação com poucas informações disponíveis no site oficial. Pressupõe-se que a proposta surgiu de uma rede de professores envolvidos com o voleibol na capital paranaense com a intenção de permitir a participação de adolescentes e jovens às competições de rendimento esportivo. O projeto foi lançado e iniciou suas atividades no ano de 2011 e, além da participação em competição esportiva, tinha a pretensão de desenvolver o “talento” esportivo e, conseqüentemente, cidadãos mais realizados no esporte (Associação de Voleibol do Paraná, 2020).

Segundo a proposta do projeto, o que justificou a oferta do produto “voleibol” foi a carência de instituições públicas e gratuitas na preparação de futuros atletas da modalidade. Por realizar esse atendimento gratuito e público, o projeto se enquadrou no chamado projeto social esportivo e passou a receber apoio da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, do Governo do Estado do Paraná, de empresas privadas e do Instituto Compartilhar de Voleibol (Associação de Voleibol do Paraná, 2020). Essa parceria pode ser entendida como a ampliação do capital social pela necessidade de capital econômico, a partir da oferta de um serviço gratuito e público.

Além das parcerias mencionadas, em 2014 foi criada a categoria sub 19 e estreitada as relações com a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), com o intuito de adquirir recursos estruturais e científicos para o aprimoramento dos atletas (Cruz; Salvini; Marchi Jr, 2020). Em 2019 ocorreu a Primeira Copa Curitiba de Voleibol Internacional oportunizando visibilidade e a promoção do voleibol para jovens (Agora Paraná, 2019).

Em suma, o sentido atribuído pelo projeto esteve entre a formação e o rendimento com o intuito de permitir aos jovens com menor possibilidades de acesso aos clubes esportivos um local de treinamento da modalidade. Diferente dos demais

projetos, pode se observar que a proposta surgiu de uma iniciativa de profissionais vinculados ao voleibol, sem o auxílio de “padrinhos” para se estabelecer e receber um capital econômico e social. Talvez por esse motivo existem poucas postagens e publicações na internet. As relações mantidas entre os professores, os patrocínios e o incentivo público permitem a existência e permanência do projeto que surgiu por uma demanda da sociedade.

5 VÔLEI EM REDE, LEÕES DO VÔLEI E AVP SOCIAL DE VOLEIBOL: O SENTIDO PRÁTICO DOS PROJETOS SOCIOESPORTIVOS

O trabalho do pesquisador consiste simplesmente em desenhar esse espaço [...] por mais imperfeito que seja esse quadro provisório, sabe-se ao menos que ele deve ser preenchido, e que os próprios trabalhos empíricos que ele orienta contribuirão para preenchê-lo (Bourdieu, 2004, p. 211-212).

Seguindo com a proposta apresentada nesta tese, após o reconhecimento prévio das instituições, analisou-se os documentos institucionais e as entrevistas. Com relação aos documentos, foi disponibilizado o acesso aos projetos, propostas de formação docente, relatórios, plano de trabalho e planejamentos. Para as entrevistas, após a aprovação no CEP/UFPR, contou-se com a disponibilidade dos professores em seus respectivos locais de trabalho, como observado nos subcapítulos a seguir.

5.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

A partir do roteiro de análise documental foi realizada a transcrição, codificação, análise e interpretação dos dados encontrados, com uso das seguintes categorias de análise à luz da Teoria de Pierre Bourdieu:

- a) Disposição dos agentes (Quem são os agentes? Qual a sua importância no campo?);
- b) Capitais em jogo (Quais os capitais? Social, econômico, cultural ou simbólico?);
- c) Tensões e disputas (o que está em disputa? Conversão ou subversão?);
- d) Leis do campo (Quais as formas ocultas, ou não, de dominação?);
- e) Intencionalidades políticas, sociais e educacionais (Quais as demandas do projeto público, privado e não governamental? Qual a oferta? Converte para qual manifestação esportiva? Qual o valor social?);
- f) Significado e ressignificado da prática esportiva (O que está sendo reproduzido? Qual o significado de esporte social?);

Para a análise documental, no primeiro momento foi realizada a transcrição das informações contidas nos documentos em formato de resposta das perguntas encontradas no roteiro. No segundo momento, ocorreu a leitura das respostas e a codificação, em que se realizou a seleção de frases que atendessem à proposta. No terceiro momento, efetivou-se a análise e a interpretação das frases em destaque com as categorias de análise de acordo com o caminho metodológico desenvolvido anteriormente.

Nesse sentido, nos próximos subcapítulos serão apresentadas as instituições partindo de um olhar analítico sobre os dados computados em sintonia com a proposta bourdieusiana.

5.1.1 Dados documentais do Projeto Vôlei em Rede

Entre os diversos documentos ofertados pela instituição, utilizou-se com afincos o chamado Plano de Trabalho, visto que apresentava os objetivos e as metas, — dados considerados relevantes para essa pesquisa. Em se tratando desse documento e da codificação das frases, chegou-se ao quadro de análise situado no apêndice 11.

De acordo com a categoria “disposição dos agentes”, o Instituto Compartilhar, organização não governamental, se destaca como instituição proponente responsável pelo Projeto Vôlei em Rede. A gestão pessoal, financeira, administrativa e a busca por patrocinadores se encontra dentro das atribuições do Instituto. Existe, porém, uma cooperação técnica assinada com o governo do estado do Paraná que possibilita a utilização do espaço público para a realização das aulas, sendo o “Ginásio 2 do Campus Avançado da Paraná Esporte, disponibilizado exclusivamente para o IC de segunda a quinta-feira”. Essa parceria, como mencionado no documento, existe há 23 anos.

No que concerne os “capitais em jogo”, o capital social parece evidente quando se trata de uma parceria de longa data. Ao se utilizar os termos de Bourdieu (2015), percebe-se que existe uma rede durável de relações já institucionalizada. Além disso, os pares aparentam reconhecer as suas funções, como expresso na frase “o Compartilhar não recebe recursos públicos”, mas não deixa de receber apoio do órgão estatal que se encontra na disponibilidade de espaço, logo, às

demais demandas são do Instituto. Portanto, o uso do espaço público denota que as relações entre o público e a iniciativa privada balizam o funcionamento do projeto desde o início. Já o capital cultural incorporado pode ser observado na menção sobre a capacitação constante de professores na metodologia do Compartilhar, bem como na oferta de materiais pedagógicos aos alunos inseridos no projeto — uma proposta que fideliza os professores e os alunos. No início do projeto, o capital simbólico se torna visível na figura de Bernardinho e o seu sucesso frente ao voleibol. Posteriormente, ocorre a conversão para o capital cultural com o ingresso do IC. A preocupação dos profissionais deixa de ser exclusivamente a formação de atletas para o desenvolvimento humano através do esporte.

Acerca das possíveis “tensões e disputas”, no item do documento “Contrapartida Social e Financeira” existem algumas indicações sobre o reconhecimento do trabalho conduzido pelo projeto ao longo dos anos, quando mencionam uma pesquisa realizada pelo Instituto: “Ex-aluno, por onde você anda? Realizada em 2013 para ver o impacto do projeto na vida dos alunos egressos”. Por meio desta pesquisa, é possível perceber um movimento institucional no subcampo com o propósito de revelar o denominado “Efeito Esporte”, reiterando que “desde 1997, os resultados alcançados são muito efetivos e marcaram a vida de mais de 25 mil crianças e adolescentes”. Para manter o funcionamento, isto é, a existência e permanência do projeto — talvez com a intenção de justificar o investimento e parceria das entidades privadas e pública —, se produz uma crença acerca de um produto com um valor social por meio do conhecimento da história do projeto. Na perspectiva do Instituto, são os chamados “valores aprendidos através do projeto” que podem ser transferidos de geração para geração, perpetuando-se e fazendo história. Ainda que o Instituto realize essa pesquisa, na prática não existe um acompanhamento dos alunos egressos para avaliar os impactos dos valores aprendidos e, consequentemente, o denominado “Efeito Esporte”.

Em relação às “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”, os interesses que mobilizam a proposta do projeto se aproximam do sentido de esporte educacional, social, participação e formação. Quanto ao esporte educacional, é possível observar semelhanças nas frases: “visa o desenvolvimento humano por meio do esporte associado à educação de valores para com o trabalho com o esporte” e “o formato de festival de participação onde todos saem vitoriosos de

diferentes formas”. Segundo o caminho metodológico proposto anteriormente, o esporte social e de assistência social surge ao mencionarem “favorecendo a igualdade de oportunidade entre pessoas, atendendo prioritariamente crianças e adolescentes da rede pública de ensino e junto a comunidades menos favorecidas”. Ressalta-se que neste documento, e em outros disponibilizados, não foi possível observar como são realizados o mapeamento e o tratamento das comunidades menos favorecidas — a sede do núcleo central não se encontra em região vulnerável da cidade de Curitiba.

O esporte de participação se encontra na proximidade da seguinte frase “as ações complementares surgiram com o objetivo de contribuir com o dia a dia das aulas, de acordo com as necessidades dos professores e a realidade de cada núcleo, por isso, sua participação é facultativa”. Por fim, o esporte de formação pode ser visualizado quando relatam sobre possibilidade de “crianças e adolescentes demonstrar a evolução técnica e tática na modalidade”.

O “significado e ressignificado da prática” revelado nesse Plano de Trabalho tem relação com a rotina escolar. Essa semelhança surge quando correlacionam, por exemplo, o uso do uniforme, a pontualidade, a apresentação do boletim escolar, a premiação dos melhores alunos do ano e o calendário esportivo do Instituto que acompanha o ano letivo. Em adição a isso, existe prioridade de ingresso dos alunos de escolas públicas ao projeto, o que pode ter relação com a parceria entre o IC e o governo do estado paranaense.

Ainda sobre essa categoria, o argumento que se tem da prática esportiva trabalhada no projeto compreende a ideia de permitir o acesso de todas as crianças e adolescentes ao esporte — prioritariamente, daquelas que frequentam as escolas públicas de regiões vulneráveis — através da qualidade do serviço prestado. Isso compreende a necessidade de capacitações permanentes de professores e o oferecimento de materiais adequados para as faixas etárias, além da realização de eventos inclusivos e alusivos aos valores esportivos. Para tanto, existe uma relação público-privado que movimenta a permanência do projeto e ressignifica o seu sentido entre esporte formação, educacional, participação e social. Essa relação é mantida por profissionais fidelizados na metodologia do Compartilhar que carrega, simbolicamente, o sucesso de Bernardinho no voleibol.

5.1.2 Dados documentais do Projeto Leões do Vôlei

Foi disponibilizado pela SME da Prefeitura Municipal de Curitiba apenas 2 documentos, o primeiro denominado “Leões do Vôlei Emanuel Rego: um patrimônio histórico do esporte”, que faz referência à gestão 2017 a 2020, e o segundo, chamado “Veredas Formativas 2022”, que se encontra em construção. Para tanto, foram delineados os seguintes quadros de análise situados no apêndice 12 e 13.

Primeiramente, analisa-se o quadro 10, apêndice 12, com relação a categoria “disposição dos agentes”. A posição das instituições no subcampo pode ser elencada na seguinte ordem: privada, pública e não governamental. Sendo elas: Leão Júnior, atual Leão Alimento e Bebidas; Prefeitura Municipal de Curitiba e Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande; e o Instituto ECCE do ex-atleta Emanuel Rego. Os agentes posicionados no subcampo e mencionados no documento são: a coordenação de projetos (SME e ECCE); os ex-atletas Emanuel Rego e Giba; e os professores. Diferente do projeto anterior, no Leões do Vôlei existe uma relação permanente entre os “padrinhos” e o setor público. Essa relação versa não apenas pela utilização do espaço, mas também pelo envolvimento de professores e crianças pertencentes às escolas públicas. A presença dos ex-atletas, mais precisamente de Emanuel Rego, é necessária para a manutenção da relação com a SME e, portanto, da existência do projeto.

Diante das posições que se encontram nessa cooperação técnica, a função da empresa privada envolve a implementação de recursos financeiros para materiais esportivos, materiais administrativos e de divulgação, e apoio ao evento de final de ano. A empresa pública se torna responsável pela mobilização de professores e estudantes, espaços para as atividades, lanches e transporte, e a organização de eventos. Por fim, a empresa não governamental ingressa com a formação de docente e apoio aos eventos. Portanto, sincronicamente ocupadas as posições das instituições, é possível prever que as tomadas de decisões dos agentes envolvidos serão norteadas pelas suas funções (Bourdieu, 2015).

Segundo a categoria “capitais em jogo”, o capital simbólico pode ser facilmente identificado pela imagem de consagração e sucesso dos ex-atletas olímpicos Emanuel Rego — que desde o início foi um dos apoiadores do projeto e criador do Instituto, levando a sua imagem nos meios de divulgação e em algumas

ações — e Giba, que ingressou apenas no ano de 2010 e junto dele alguns patrocinadores do voleibol. Com o ingresso do Giba, percebe-se a conversão de um capital social em simbólico. Embora a intenção seja utilizar a imagem dos ex-atletas para mobilizar a prática esportiva de crianças e adolescentes, existe também o envolvimento de um capital econômico retroalimentado pela imagem dos ex-atletas que agregam ao projeto patrocinadores e empresas investindo no esporte social, afinal, o valor do esporte depende também da sua “marca social”. Aqui foi possível observar um ponto de convergência com o Projeto Vôlei em Rede, no qual a existência de um ex-atleta pôde contribuir para a visibilidade do esporte e, conseqüentemente, para atrair patrocínios.

O capital cultural aparece no formato objetivado e institucionalizado. O objetivado se encontra na oferta de bens de consumo para os participantes do projeto, como os brindes e os cadernos com imagens do esporte entregues nos festivais. Já o institucionalizado pode ser observado nas formações com a presença de docentes pagos pela instituição privada. Essas são estratégias que podem corroborar para a perpetuação do projeto.

Por fim, neste documento fica evidente o capital social na rede de relações institucionalizada pelo Termo de Cooperação Técnica assinado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, Secretaria Municipal de Fazenda Rio Grande, Instituto ECCE e Leão Alimento e Bebidas, bem como o apoio de outros patrocinadores que mantém o funcionamento do projeto.

No que tange as “tensões ou disputa no campo”, a intenção no início era alcançar um determinado número de escolas municipais de Curitiba atendidas pelo projeto, o que não aconteceu no decorrer dos anos. Diante desse fato, algumas estratégias foram utilizadas, como a abertura de aulas na SMELJ de Curitiba e, inclusive, na região metropolitana. Concomitantemente, no ano de 2010 houve a inclusão do ex-atleta olímpico Giba, do Banco do Brasil e da Olympikus como parceiros do projeto. Essa disposição parece ter influenciado a oferta do voleibol na prática e trouxe mais investimentos para o projeto.

Nessa linha de raciocínio, as “intencionalidades políticas, sociais e educacionais” relacionadas ao voleibol social, na maioria das menções apresentadas no quadro, aproximam-se do esporte educacional, de formação e social. Em princípio, a denominação “Voleibol com Educação” faz referência direta

ao ambiente onde foi projetada a execução prática do projeto: nas escolas municipais. O esporte de formação pode ser observado quando o interesse se encontra na formação esportiva de base e o esporte social na aproximação da prática para todos de maneira democrática.

Ao considerar o “significado e ressignificado da prática esportiva”, notoriamente se acredita em um esporte capaz de transformar a realidade social a partir de valores e princípios aprendidos no contexto escolar. Segundo Bourdieu (2014), o Sistema de Ensino tem essa função social de legitimação da cultura, das regras e do conteúdo a serem aprendidos na prática diária educacional.

Nas análises do quadro 11, apêndice 13, é relevante mencionar que o documento, denominado Veredas Formativas, se encontrava em processo de construção. Segundo a coordenadoria de projetos da SME de Curitiba, no ano de 2022 houve a descontinuidade da parceria com a empresa Leão Alimentos e Bebidas e com o Instituto ECCE. O Termo de Cooperação Técnica foi revisto e a parceria estabelecida apenas entre a SME e o ex-atleta Emanuel Rego que passou a apoiar as formações de professores disponibilizando um docente voluntário do Instituto, como informado: “A capacitação faz parte da parceria que está sendo realizada com o atleta Emanuel para o desenvolvimento do projeto e, desta forma, o docente será voluntário, não acarretando custos à SME”. Diferente do documento apresentado anteriormente, as funções e atribuições aparecem centralizadas apenas na SME com o apoio de um voluntário do Instituto.

No que concerne a “disposição de agentes e instituições”, a SME de Curitiba passa a incorporar a função de organizadora e executora da formação de docentes em sua totalidade, com o apoio de um professor voluntário do Instituto e do ex-atleta Emanuel Rego. A aproximação com o contexto educacional é notória ao mencionarem um dos princípios da Cidade Educadora, assim, o “significado e ressignificado da prática” evidenciam o ambiente escolar como transformador social.

Os “capitais em jogo” se referem ao capital cultural incorporado, transmitido através do conhecimento do docente voluntário sobre a Metodologia 3D’s para os professores do projeto, que têm a oportunidade de ampliar o repertório de ações durante o ensino do voleibol — uma estratégia que possibilita o engajamento dos professores ao projeto.

As possíveis “tensões ou disputas” parecem convergir para uma problemática central: o interesse da SME em manter o projeto em funcionamento apesar do término das parcerias. Os apoiadores que deixaram o projeto tinham atribuições importantes e davam o suporte necessário para a existência do Leões do Vôlei, inclusive de ordem econômica. Terminada a cooperação técnica e contando apenas com o apoio durante as formações docentes, a instituição pública se torna responsável por toda a logística financeira, administrativa e de funcionamento do projeto, o que pode suscitar a necessidade de replanejamento das demandas de ordem financeira no orçamento da SME.

Sobre a categoria “intencionalidades políticas, sociais e educacionais” o esporte de formação e o esporte educacional podem ser observados, segundo consta na Lei nº 9.015/98 – Lei Pelé. As aproximações encontradas seguem as características apresentadas no documento, sobre o esporte para a formação esportiva de base, em termos competitivos, e o esporte com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do aluno para o exercício da cidadania. Em suma, há variações nos objetivos para com o esporte, uma vez que, além da perspectiva educacional, se tem a ideia de formação esportiva de base.

5.1.3 Dados documentais do Projeto AVP Social de Voleibol

A Associação de Voleibol do Paraná (AVP) disponibilizou o acesso aos relatórios dos anos 2018, 2019, 2020 e 2021. Esses relatórios são documentos necessários para o benefício do Incentivo ao Esporte de Curitiba. Ademais, tivemos acesso ao calendário esportivo, visto que os treinamentos são planejados a partir das competições programadas ao longo do ano, bem como do documento referente ao Estatuto social da instituição. Contudo, foram os relatórios que proporcionaram responder às questões constantes no roteiro de análise. As frases analisadas se encontram disponíveis no apêndice 14.

Na categoria “disposição dos agentes”, o Projeto AVP Social de Voleibol conta com diversos parceiros de ordem privada, pública, não governamental e voluntária. A contrapartida se encontra, possivelmente, na divulgação das marcas através do esporte. Os parceiros privados observados foram: Dental Uni, Contax Contabilidade e Abbatour transporte e turismo, com o propósito de investirem nos

atletas, nos eventos e na própria AVP. Já os parceiros públicos ingressantes no projeto surgem com outra finalidade: a SMELJ de Curitiba com a Lei de Incentivo ao Esporte e a Secretaria de Esportes do Paraná com a disponibilidade de espaço para os treinamentos. Em adição, para o funcionamento do projeto na prática foi mencionada a participação voluntária de professores de Educação Física.

O capital social convertido em capital econômico mantém o funcionamento do projeto. A rede de relações institucionalmente duráveis permite a existência burocrática, administrativa, financeira e prática do voleibol, assim como a divulgação das marcas dos patrocinadores.

Sobre as possíveis “tensões e disputas”, o quantitativo de vagas parece ter sido um desafio para a instituição ao longo dos anos. Foi possível perceber um movimento do projeto para áreas centrais da cidade com o intuito de angariar atletas da modalidade. Devido a fatores externos, porém, passou a manter o mesmo quantitativo e local de treinos do projeto e o ginásio da Paraná Esporte tem sido o local central das ações — mesmo que nos anos de 2019 e 2020 tenham contado com a parceria e ampliação do projeto para outros bairros de Curitiba, atualmente os treinamentos se encontram apenas no ginásio situado no bairro Capão da Imbuia. O quantitativo de vagas e a descentralidade do projeto para outros bairros são fatores que podem influenciar na proposta de acesso ao esporte social, porém não houve continuidade na parceria.

Na categoria “intencionalidades políticas, sociais e educacionais” existe o interesse com a prática esportiva de rendimento e com o esporte de cunho social. Ao mencionarem a lacuna existente no processo de formação e rendimento esportivo, principalmente de adolescentes que não possuem acesso aos estabelecimentos privados, a intenção se encontra na ideia de democratizar e garantir a prática esportiva como um direito de todos.

Com relação ao “significado e ressignificado da prática esportiva”, parece existir um discurso relacionado ao esporte social pela participação voluntária de professores de Educação Física que permite o funcionamento do projeto, mesmo que na prática se efetive o voleibol de rendimento esportivo.

5.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Com base nas categorias de análise e nas informações obtidas através da investigação bibliográfica e documental, analisou-se as entrevistas dos professores e coordenadores. As frases examinadas foram aquelas que se relacionavam com o problema de pesquisa. Foram selecionadas, portanto, nos quadros 13, 14, 15 e 16, apenas algumas frases, que são recortes da entrevista. Por vezes podem existir diferenças entre perguntas e respostas, posto que o roteiro de entrevista semiestruturado foi construído de maneira a permitir liberdade ao entrevistado expressar suas opiniões.

A partir das transcrições, entrou-se em contato com dados extraídos diretamente de profissionais envolvidos com o projeto em sua essência, na prática, analisou-se como os agentes e instituições se inter-relacionam e constroem juntos, no dia a dia um subcampo em processo de legitimação. Ao mesmo tempo que demonstram um campo de concorrência implícito, com acúmulo de capitais e relações entre dominados e dominantes no desenvolvimento de um *habitus*.

5.2.1 Das entrevistas com os professores do Projeto Vôlei em Rede

Conforme mencionado anteriormente, as entrevistas foram realizadas na sede principal do Projeto Vôlei em Rede, na chamada Paraná Esporte, no horário destinado ao planejamento dos professores, de maneira individual e na sala de reunião. Após realizadas as entrevistas houve a transcrição e a codificação segundo as categorias de análise utilizando o apoio do software Atlas Ti. 22, como pode ser observado no quadro 13, apêndice 15.

Segundo a categoria “disposição dos agentes”, nas menções, nota-se a percepção dos profissionais sobre a progressão na carreira, de estagiário para assistente, de assistente para instrutor de vôlei e assim por diante, principalmente quando P1(A) relata: “eu comecei como estagiária em 2005 aí depois eu fui contratada como assistente e instrutora de vôlei [...] quem sabe um dia uma coordenação”.

Segundo Bourdieu (2019), existem valores interiorizados que direcionam a conduta dos agentes, a partir de percepções incorporadas que resultam em sentidos

ou significados, nem sempre correspondente às decisões institucionais, faz parte da *doxa* compartilhada por todos, um conjunto de crenças tácitas que regem o campo, sem as quais o campo não poderia existir. Apesar dessa progressão não ser documentada ou oficializada, ela se faz presente na fala dos professores e pode ser considerada uma regra implícita que faz parte desse jogo.

Ao observarmos as dinâmicas de profissionais mais experientes e mais recentes nas instituições, à luz da teoria de Bourdieu, existem diferentes formas de acumular capitais nesse campo. No discurso de P2(N), o capital cultural incorporado foi identificado através da referência à metodologia e ao planejamento disponibilizados pela instituição: “a gente recebe meio que um esqueleto do nosso planejamento anual e em cima disso a gente vai trabalhando nossas aulas”, bem como quando P1 (A) menciona o planejamento e traz indícios desse capital em seu estado incorporado e até mesmo como um capital simbólico, visto o reconhecimento dos demais participantes do campo:

[...] Como eu estou aqui a algum tempo, a gente criou a metodologia, a gente fez alguns estudos relacionados aos fundamentos. Então a gente, como que eu posso falar, a gente estudou cada fundamento para saber o que deveria ser cobrado na iniciação desportiva [...] (P1 (A)).

Outro capital que surge em três menções, sendo duas de P1(A), se refere ao capital institucionalizado, ao relatarem a realização de cursos formativos dos professores e a formação acadêmica inicial exigida para a função exercida: “os professores sempre estão fazendo cursos e se aprofundando e atualizando, então a aula é de qualidade”. Esse capital em forma de título acadêmico mantém a relação entre funcionário e instituição. Corroborando com um dos objetivos do projeto ao proporcionar formação de qualidade aos docentes para o melhor desenvolvimento das práticas.

Sobre as “tensões e disputas”, verificou-se quatro citações que demonstram como os agentes respondem à instituição. P2(N), ao mencionar a existência de padrões e normativas, revela como as regras institucionais são incorporadas: “A gente tem algumas normativas e alguns padrões para manter tudo bem nivelado”. Parte da conformação de um *habitus*, em sua objetividade, pode ser visualizada a partir do estabelecimento de regras e normativas, que se desenvolvem a partir dos objetivos da instituição, que após serem incorporadas, tendem a se instituir como

princípio gerador estruturador das práticas. Assim como, incorporar os objetivos ou regras institucionais faz parte do desenvolvimento de um *habitus*, expressar a importância dessa prática em relação a outras pode ser uma estratégia importante para a continuidade e manutenção no jogo. Como pode ser observado na fala de P1(A) ao ressaltar a importância do projeto em comparação a outros: “eu acho que é um projeto excelente para a comunidade, é, ..., em vista de outros projetos que até mesmo a gente tem no Campus”, denota-se a existência de um elemento distintivo que justifica a permanência do projeto.

Na categoria “leis do campo”, há apenas duas menções, que apontam como P1(A) e P2(N) percebem o funcionamento institucional em relação àquilo que se encontra implícito. Diante da menção de P1(A) sobre a hierarquia existente para possível mudança de cargo, percebe-se um discurso próprio de um profissional experiente na função em busca de ascensão na carreira: “aqui a gente sabe que fui voluntária, estagiária e professora, como aqui tem cargo de coordenação, quem sabe um dia uma coordenação”. Isso se difere do profissional mais recente, P2(N), que parece incorporar as regras e normativas institucionais como algo capaz de contribuir para a sua formação profissional, ainda iniciante: “as normativas só incentivam a gente a fazer alguma coisa, evoluir como profissional”. Apesar das práticas serem objetivamente reguladas e regulares, as ações que o *habitus* produz são determinadas pela antecipação implícita de suas consequências. Portanto, a atuação dos docentes não ocorre apenas devido ao respeito às normas, mas é objetivamente organizada como estratégias, sem ser, de forma alguma, o resultado de uma intenção estratégica consciente (Bourdieu, 2019). Nessas observações, a relação entre instituição e instrutor envolve a inculcação de ações capazes de influenciar a conduta e o desenvolvimento de um perfil profissional, mesmo em diferentes fases profissionais.

Apenas dois discursos se aproximam da categoria “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”. Para P2(N), a manifestação esportiva se relaciona com o esporte educacional, tendo sua ação o objetivo de promover o desenvolvimento do aluno em sua integralidade, incluindo a instilação de valores como a autonomia. Por outro lado, de acordo com P1(A), o interesse com o uso da metodologia se aproxima do esporte formação: “a gente consegue observar as crianças que atingem ou não atingem para que se precisar de mais aulas para

atingir aquele fundamento a gente consiga fazer”. Isso destaca como as intenções podem variar e dependem do valor atribuído pelo agente, o que resulta das experiências vivenciadas e do estágio profissional que se está na instituição.

No que diz respeito ao “significado e ressignificado da prática esportiva”, foram observadas duas menções de cada professor que se enquadram nesta categoria. Segundo P2(N), a sua formação e atribuição na instituição se aproxima dos argumentos sobre o esporte de formação: “tenho curso de Iniciação ao alto rendimento no voleibol e outros cursos de outras áreas. Mas do vôlei é mais esse da Iniciação ao alto rendimento”. Ao passo que, o profissional acredita no “impacto que o projeto tem na vida das crianças”, o que corrobora dizer que o agente contribui para reproduzir o argumento incorporado pela instituição que se encontra entre o esporte educacional e a formação esportiva. Da mesma maneira, P1(A) evidencia o projeto que, além do voleibol, oferta outros serviços para a comunidade, como um esporte com um valor social. Quando o profissional descreve a construção da metodologia compartilhar, revela a importância da aprendizagem inicial dos fundamentos, próximo ao esporte de formação.

Em suma, os agentes incorporam a proposta institucional de maneira diferente. O profissional experiente demonstra conhecimento aprofundado nas questões metodológicas por ter participado do processo de construção que parece influenciar os argumentos sobre a importância do projeto para a comunidade. Já o profissional recente busca articular a sua prática com os pressupostos institucionais, principalmente frente aos valores esportivos.

A relação mantida entre os profissionais e a instituição envolve o interesse de ascensão na carreira, que depende do engajamento profissional à metodologia e às formações exigidas para o desenvolvimento de um perfil profissional. Observa-se que fazer parte do projeto é entender a sistemática de progressão da carreira, que movimenta o acúmulo de capitais entre os profissionais e segue os pressupostos da instituição que visa atender ao esporte educacional e de formação.

5.2.2 Das entrevistas com os professores do Projeto Leões do Vôlei

As entrevistas com os professores atuantes no projeto foram realizadas nas Escolas Municipais de Curitiba, situadas no bairro Uberaba e Cajuru, após

agendamento prévio. Durante as transcrições, foi possível identificar as frases situadas no apêndice 16.

Na categoria “disposição dos agentes”, foram encontradas apenas duas menções de P3(A). Quando afirma fazer “parte do quadro de professores da secretaria de educação”, se presume que haja uma tendência para que o profissional atue de acordo com a rotina escolar, onde o esporte educacional é “praticado no sistema de ensino e em formas assistemáticas” (Brasil, 1998). Na sequência, ele relata como costuma abordar os valores esportivos em aula com indicações que reafirmam a sua intervenção como agente público em prol da prática educacional.

Dessa forma, podemos compreender como o campo dos projetos sociais esportivos está ligado ao campo da Educação. Essa relação de homologia entre os campos nos permite visualizar a formação do *habitus* ao longo da vida do agente, destacando que os agentes desenvolvem suas disposições subjetivas à medida que transitam por diferentes contextos de produção (Miraldi, 2022), como no caso de ser professor(a) em escolas e em instituições diversas.

No que concerne à categoria “capitais em jogo”, três menções de P3(A) e de P4(N) indicam a existência de um capital cultural incorporado. Elas estão presentes no discurso de P3(A), sobre o profissional responsável pela capacitação: “pra gente, ele é ..., bem chão de escola”; e na menção de P4(N): “aquilo que o C2 passou para a gente, produções dele de como trabalhar o fundamento ‘X’”, o capital cultural incorporado se refere ao agente criador da metodologia específica do projeto, evidenciando o desenvolvimento da proposta institucional. Esse reconhecimento do agente evidencia a existência de um capital cultural convertido em capital social.

Na relação entre o profissional formador e os professores, foi observado o simbólico atribuído ao profissional responsável pela capacitação dos envolvidos na iniciativa. Isso fica evidente quando P3(A), afirma que o mesmo “é bem chão de escola”, o que caracteriza também o seu capital cultural incorporado, adquirido por meio de suas experiências no ambiente escolar.

O sentido atribuído pelos agentes em relação ao projeto é resultado de uma *doxa* e uma *illusio* efetiva nesse campo: de o esporte fazer parte constitutiva da formação cidadã, que envolve o ensino, além da técnica e tática, valores como respeito, amizade, disciplina e trabalho em equipe. P3(A) evidencia essa percepção

e compreensão do projeto ao salientar que “a máxima das diretrizes do projeto é o voleibol e a educação. É transformar essas crianças em cidadãos melhores, com um olhar para o futuro”. Mais ligada a parte técnica e tática, P4(N) aponta a importância sobre pensar: “o que exige em tal fundamento, como dividir o aluno em iniciante, intermediário e avançado” (P4(N)). Mas P4(N) também avança, ao apontar o sentido do que é desenvolvido no projeto: “o vôlei não é só fundamento e tática, tem a questão do respeito, amizade e trabalho em equipe”. São frases compatíveis com a proposta metodológica do projeto. A professora demonstra o quanto se mantém engajada na proposta — supõe-se que seja o motivo para a escola manter o projeto ativo todos esses anos.

Sobre as possíveis “tensões e disputas”, foram observados apenas dois discursos. Segundo P3(A) e P4(N), o projeto apresenta potencial para expandir seu alcance para além do atual público-alvo, que compreende os alunos até o 5º ano do Ensino Fundamental: “eu acho que é um projeto que é muito positivo sim, mas ele não está, como eu posso dizer, não está usufruindo de toda a potencialidade que ele tem”. A possibilidade de incluir outras faixas etárias poderia abrir caminho para a continuidade da iniciativa, porém, isso exigiria a colaboração de outras secretarias ou órgãos públicos. A falta de envolvimento de outras secretarias em uma abordagem intersetorial, considerando que o projeto está vinculado à Secretaria Municipal de Educação, é uma das tensões identificadas, e está diretamente relacionada a conflitos nos campos da educação e político, bem como às dinâmicas de demanda e oferta dessa prática.

Ao que tange possíveis menções sobre as “leis do campo”, quando P3(A) relata a sua participação desde o início do projeto, ao mencionar: “eu acho que o que me habilita são meus anos de carreira”. Isso justifica a sua participação com o tempo de carreira, que indica a existência de um valor proporcionado por uma lei no campo conferida por um capital cultural incorporado e simbólico construídos historicamente. Isso fica evidente quando aponta que seu vínculo com o projeto se deu porque é professora da rede e que a escola “foi a escola que o projeto deu o pontapé inicial”. Sendo a primeira escola a adotar o projeto, supõe-se que haja um reconhecimento e uma valorização distintiva, destacando a importância do tempo e do pioneirismo na iniciativa. Ademais, o tempo de serviço é um aspecto considerado

relevante tanto pela instituição quanto pelos colegas de trabalho. Ainda segundo P3(A), o voleibol no projeto apresenta um elemento distintivo:

O voleibol veio como um carro de frente, como um suporte para alavancar todas essas estruturas sociais, o nosso projeto tem o voleibol com educação, a sua diretriz máxima é educar essas crianças para serem alunos, pais, filhos, cidadãos, chefes melhores.

De maneira semelhante, P4(N) afirma que a adesão dos alunos no projeto está diretamente relacionada ao histórico positivo geracional, como quando menciona: “tem criança que fala ‘ah, minha mãe já participou do Leões, sabia que a minha mãe me ensinou a sacar assim’”. A partir dessa observação, supõe-se que exista um elemento distintivo — a conexão entre o voleibol e a educação — transmitido de geração em geração. A forma como a professora percebe o projeto indica a importância significativa para a comunidade local.

Em relação às “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”, o interesse ou o valor social no projeto surge em várias menções. Em cinco relatos de P3(A), o voleibol é capaz de “transformar essas crianças em cidadãos melhores, com um olhar para o futuro”, discurso que versa para uma perspectiva educacional. Esse esporte com educação, mencionado diversas vezes, também se relaciona com o esporte social e de assistência social. Segundo a professora, “no momento do final de ano, nessa ação social, que a gente faz com eles, trazemos outras atividades também, o mais importante é o contato deles com as atividades físicas” e “a gente se dedicando para eles o retorno é para gente”.

Assim como a professora antiga, P4(N) discursa sobre o voleibol desenvolvido no projeto: “o vôlei não é só fundamento e tática, tem a questão do respeito, amizade e trabalho em equipe”. O vínculo com o esporte, portanto, também apresenta um cunho educacional e são discursos que retroalimentam as relações mantidas com a SME.

Em termos de “significado e ressignificado da prática esportiva”, ao P3(A) expressar a gratidão “de fazer parte todos os anos do projeto” e como percebe que “a gente se dedicando para eles o retorno é para gente”, é possível observar a existência de uma marca social produzida pela sociedade sobre o esporte em projetos sociais, destacando-o como uma atividade capaz de “fazer o bem”. Por outro lado, na fala de P4(N), o argumento da comunidade e das crianças sobre o

projeto é o que mantém seu funcionamento — os alunos participam porque conhecem a história e, dessa forma, contribuem para a preservação da memória coletiva relacionada à iniciativa, auxiliando na manutenção da prática. Essas perspectivas mostram como o esporte em projetos sociais pode ser percebido e valorizado tanto como uma ferramenta para o bem social quanto como uma tradição cultural importante.

Com relação à metodologia e ao objetivo do projeto, as percepções das professoras são diferentes. O modo como P3(A) discursa demonstra o seu conhecimento aprofundado sobre a proposta, sendo capaz de associar a metodologia com os valores institucionais. Diferente de P4(N), que direciona o discurso para a sua prática docente, a maneira como conduz as aulas e como lida com as expectativas dos alunos. No entanto, uma fala comum entre as professoras foi a ampliação do projeto, P4(A) com um olhar para possíveis interlocuções entre secretarias e P3(N) para o melhor uso do espaço público pela a comunidade local.

Durante os discursos, existiu uma constância e um esforço para descreverem a importância de suas ações na prática docente, o argumento que justifica a existência do projeto de voleibol social parece ser a relação permanente com os objetivos educacionais.

5.2.3 Das entrevistas com os professores do Projeto AVP Social de Voleibol

As entrevistas com os professores do Projeto AVP Social de Voleibol foram realizadas no Ginásio da Paraná Esporte. Suas narrativas estiveram relacionadas às categorias de análise, que serão vistas nesse subcapítulo e podem ser consultadas no apêndice 17.

Ao observar a posição dos agentes e os respectivos acúmulos de capitais, primeiramente P5(A) salienta: a fala “a minha função é técnica de voleibol, eu sou técnica de voleibol há 22 anos”. Aqui, visualiza-se a valorização da trajetória profissional, salientando-a como um capital simbólico, algo reconhecido na instituição e pelo próprio agente. Enquanto P6(N), não munido de trajetória tão longínqua na instituição, menciona aspectos relacionados ao capital cultural institucionalizado: “sou bacharel em Educação Física pela UFPR e sou técnico de voleibol nível I pela CBV”.

Ainda sobre a categoria “disposição dos agentes”, a trajetória profissional é um elemento valorativo na prática desses agentes, e o tempo de serviço na instituição desempenha um papel fundamental na progressão de suas carreiras. Diante do tempo desempenhado, parece existir uma tendência dos professores associarem o tempo na instituição com a progressão na carreira — de atleta para estagiário, de estagiário para técnico: “eu passei por todo o processo no projeto, porque eu fui atleta, estagiário e hoje eu sou um dos técnicos” (P6(N)). Apesar da função de P6(N) na instituição ter se alterado ao longo do tempo, se encontra em constante mudança, fazendo com que adquirisse “disposições duravelmente inculcadas pelas possibilidades e impossibilidades, liberdades e necessidades, facilidades e impedimentos” que a própria estrutura engendra como condições objetivas à exigência (Bourdieu, 2009, p. 177). Essa experiência acumulada desempenha um papel significativo em sua compreensão e atuação dentro do projeto (mesmo que ocorra de maneira não perceptível por parte do próprio agente).

Em relação aos “capitais em jogo”, identificou-se quatro menções de P5(A) e três de P6(N). De maneira similar aos objetivos da instituição que é a promoção do voleibol, na organização e participação em torneios e competições, bem como no estímulo a projetos voltados para a formação de atletas (AVP Paraná, 2023). Esses objetivos se refletem na prática, onde as ações dos agentes estão intimamente ligadas a eles em forma de capital cultural incorporado, como destaca P5(A) ao enfatizar que “a gente trabalha muito em cima do calendário competitivo” e P6 aponta que “cada professor tem o seu planejamento visando a competição e estrutura conforme o seu calendário”. Ainda sobre os capitais identificados, no discurso de P5(A) e P6(N) sobre a Lei de Incentivo ao Esporte, o capital econômico se encontra no envolvimento entre os benefícios oportunizados pela instituição pública para a organização não governamental Associação de Voleibol do Paraná (AVP): “a gente tem essa lei e através dela que esses uniformes, todo mundo de bermudinha e camisetinha igual, isso tudo é doado para eles através da Lei de Incentivo Municipal”. Por fim, na menção de P6(N), “nós todos somos voluntários no regime voluntariado”, presume-se que há um ganho de um capital simbólico na relação entre os profissionais e o projeto: um possível valor atribuído àquele que faz parte da AVP Social de Voleibol. Observa-se uma possível conversão de capital social em simbólico. Quando P6(N) comenta sobre o regime voluntariado, em certa

medida expressa o quanto valoriza o trabalho realizado com o voleibol mesmo que não exista uma remuneração. A maneira de agir, pensar e sentir, ou seja, o *habitus* instituído, se manifesta tanto em aspectos objetivos quanto subjetivos da prática desses agentes.

Na categoria “tensões e disputas” foram encontrados dois discursos de P6(N), e o primeiro se difere de P5(A) quanto à existência de uma coordenação. Para o professor mais experiente todos os profissionais são encarregados pelas demandas administrativas e pedagógicas. Não existe uma função específica de coordenação como mencionado por P6(N): “A gente tem o C4 que estrutura todas as normativas e regimentos internos e tudo mais, até protocolos”. O segundo discurso versa sobre a percepção de P6(N) ao projeto, como uma iniciativa que oferece acesso gratuito ao mesmo serviço disponibilizado pelos clubes privados: “o projeto acaba sendo esse meio deles terem acesso a essas possibilidades, por não precisar arcar com custos”.

No que consiste às “leis do campo”, apenas uma menção indica a existência de forma distintiva atribuída ao projeto. Segundo P5(A), o projeto faz uso do espaço cedido pelo governo para a realização dos treinos sistemáticos, proporcionando uma abordagem social e gratuita à comunidade: “aqui com a Paraná Esportes eles liberam o espaço, como é um projeto social, não é cobrado nada, eles liberam o espaço para gente poder ministrar os treinamentos”. O uso do espaço público denota a existência de um elemento distintivo originário da relação entre atores institucionais e o poder público, oficializado por um Termo de Cooperação Técnica. Esse arranjo evidencia a importância da parceria entre a instituição e o governo para viabilizar o acesso ao esporte de forma acessível e inclusiva para a comunidade.

Sobre as “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”, dois discursos se referem a P5(A) e dois a P6(N). Para a professora mais antiga, o voleibol na AVP Social vai além das quadras: “o que eu te digo é que eu tive 99% de felicidade de tirar essas crianças da rua, da ociosidade ou ajudar dentro da família. Em algum contexto a gente acaba ajudando”. Nota-se uma aproximação ao esporte de assistência social e social. O contato com questões sociais e situações de vulnerabilidade frequentemente leva os voluntários a assumirem responsabilidades além das suas funções originais. Isso fica mais evidente quando P6(N) ressalta “nós todos somos voluntários no regime voluntariado” parece associar a sua ação a uma

perspectiva social, ainda mais quando relata que “o projeto acaba sendo importante por ser um projeto social gratuito totalmente. Aqui as crianças têm acesso a coisas que talvez elas não tivessem a possibilidade”. Além disso, enfatiza a importância de “trazer um pouco desse lado dos valores humanos por ser um projeto social”, o que se aproxima do esporte educacional.

No que diz respeito ao “significado e ressignificado da prática esportiva”, dois enunciados foram identificados sobre o argumento que se tem no trabalho com o voleibol. A partir da afirmativa de P5(A), sobre o esporte que “acaba sendo rendimento, apesar de ser social a gente vai competir e acaba tendo essa questão do ganhar e perder”. No entanto, esse ambiente também proporciona uma formação abrangente que vai além da competição. P6(N) argumenta que todos devem “seguir as normas como a utilização do uniforme, respeito entre eles, todas essas questões a gente tem um regimento interno” — são normativas e valores aprendidos que auxiliam a relação técnico e atleta para um bom andamento do trabalho, o que corresponde ao esporte educacional. Dessa maneira, compreende-se que a ambiência proporciona uma formação diversificada que transcende o desenvolvimento técnico e tático do voleibol, focando também no desenvolvimento social dos alunos, enfatizando o respeito, trabalho em equipe e a socialização.

Diante do histórico da AVP, o projeto surgiu para suprir uma demanda socioeconômica frente à dificuldade de atletas potenciais acessarem os clubes privados. Nota-se que o voleibol social se encontra interseccionado por diversas manifestações esportivas, inclusive na perspectiva do rendimento esportivo, desde que contemple uma problemática social além das quadras.

5.2.4 Das entrevistas com os Coordenadores dos Projetos

As entrevistas com as coordenações dos projetos Vôlei em Rede e AVP Social de Voleibol foram realizadas na Paraná Esporte. Utilizou-se como codinome do responsável pelo Vôlei em Rede “C1” e para a coordenação da AVP Social de Voleibol “C4”. No caso dos coordenadores do projeto Leões do Vôlei, a investigação aconteceu em dois locais distintos: no prédio da SME conversamos com a Coordenadora de Projetos, denominada “C2”, e na sequência com o representante do Instituto Esporte, Cidadania, Cultura e Educação (ECCE), identificado como C3,

no Centro de Esporte e Lazer Dirceu Graeser (antes do treino da equipe Curitiba Vôlei). A partir das entrevistas, chegou-se nas seguintes frases codificadas e analisadas conforme apêndices: 18, 19 e 20.

Segundo a “disposição dos agentes”, no discurso de C1 é possível observar que a função de coordenação exige tomadas de decisões importantes em prol da manutenção da proposta. Isso fica visível quando expressa que “o meu trabalho aqui é fazer com que os professores que entram no projeto, sejam eles, daqui nosso, que a gente tem um controle maior, tanto aqueles que entram em qualquer núcleo é, ..., é manter a metodologia, o método de trabalho”. Em termos bourdieusianos, o argumento corrobora com a estratégia de conservação de um campo. Quando um agente com maior acúmulo de capital age de acordo com as regras para manter o funcionamento institucional.

No que se refere aos “capitais em jogo”, ficou visível no discurso de C1 a presença de um capital institucionalizado, diante da formação acadêmica da coordenação; do capital social, na articulação da metodologia em todo o estado; do capital simbólico, pela representatividade de sucesso de Bernardinho; e por fim, de um capital incorporado convertido em capital social pelo reconhecimento da metodologia em outros núcleos espalhados pelo estado do Paraná.

As possíveis “tensões e disputas” foram identificadas em apenas uma frase de C1, quando mencionou a dificuldade encontrada em dissociar a imagem de sucesso de Bernardinho com o objetivo da proposta. Diferente do início do projeto, atualmente a instituição acredita em um esporte acessível a todos, porém a imagem de sucesso do padrinho por vezes ocasionou divergências no entendimento do voleibol, principalmente por alunos e pais envolvidos. O capital simbólico passa a se tornar um obstáculo para a compreensão do objetivo central do projeto pela comunidade que acredita no voleibol para o rendimento esportivo. Neste contexto, percebe-se a conversão de um capital simbólico para o capital cultural.

Sobre as “leis do campo”, surgiram dois discursos. O primeiro se refere a um elemento distintivo — a metodologia compartilhar unificada entre os núcleos —, o segundo diz respeito ao processo de ingresso do profissional na instituição que inicia, geralmente, pela função de estagiário até alcançar a função de instrutor de voleibol, como uma possível regra não explícita, mas praticada pela instituição. São

regras que surgem ao longo do tempo por intermédio das relações entre os profissionais e as experiências adquiridas na prática corporativa.

Com relação às “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”, na menção de C1, os interesses que movimentaram a instituição indicam a presença de um valor social conquistado pelas mudanças de direcionamento das empresas mantenedoras. O interesse acerca do serviço ofertado deixou de ser a formação e o rendimento esportivo para um viés de esporte social. Consequentemente, a proposta que se tinha do voleibol também foi alterada. Diante disso, os “significados e ressignificados da prática esportiva” estiveram presentes em três narrativas, todas relacionadas às mudanças ocorridas no entendimento do voleibol na instituição. Com o passar do tempo, houve a ressignificação da prática esportiva, o que corrobora com Bourdieu (2004) ao esclarecer que o sentido social atribuído ao esporte é passível de mudanças. Atualmente, a perspectiva que se tem é na manutenção da metodologia como norteadora do projeto social.

A partir do discurso de C1 é possível notar pontos de convergência com o processo sócio-histórico do projeto, desde o início até o momento atual. As relações mantidas com o poder público, a imagem de Bernardinho e a metodologia incorporada pelos pares alavancaram o Vôlei em Rede na capital paranaense, sendo replicada para outras cidades do estado do Paraná. É importante observar a transição do projeto de formação esportiva para projeto social. Com o ingresso do Instituto Compartilhar outras ações passaram a ser realizadas além do voleibol. Neste ponto, há a ressignificação do entendimento de esporte como aquele capaz de fazer a diferença a partir do acesso para todos.

Como apresentado anteriormente, partimos para análise das frases codificadas e relacionadas ao Projeto Leões do Vôlei apresentada no quadro do apêndice 19.

No que tange a “disposição dos agentes”, surgiram duas menções referentes a C2 e três a C3. A maneira como C2 respondeu às questões indica o quanto permanece atuante nas tomadas de decisão, inclusive no desenvolvimento da metodologia que embasa o trabalho dos professores “a parte pedagógica acabava que eu ajudava, porque também ele não tem muita prática com escola. Então, acabava a gente conciliando as duas coisas”. Além do Leões, a coordenadora relatou que gerencia todos os projetos esportivos inseridos nas 165 escolas

municipais. C3 relatou sobre a sua função e formação para o cargo que exerce no Instituto e, em paralelo, informou a atual atribuição da instituição no projeto “sou eu que respondo por toda a parte técnica do projeto, toda a capacitação, toda a parte técnica do voleibol”. Nesse contexto apresentado, são distintas as posições dos agentes no campo, bem como a instituição a qual representam. Deste modo, entende-se que a conduta e as formas de ação no projeto são diferentes. A coordenadora como agente público vinculada ao contexto educacional e o coordenador do Instituto com um viés técnico do esporte.

Em relação aos “capitais em jogo”, nos quatro discursos de C3 foram observados: o capital cultural incorporado, pela experiência vivida com a modalidade, convertido em capital objetivado para o acesso dos professores à metodologia; o capital em seu estado institucionalizado, consolidado nos títulos; o capital simbólico atribuído ao reconhecimento de sua função como técnico da modalidade; e o capital social e político que movimenta as relações mantidas no Instituto.

Já a fala de C2 denota a existência dos seguintes capitais: capital econômico, estabelecido na relação entre professores e o projeto, com acréscimo financeiro no salário dos servidores; capital objetivado, ofertado pela secretaria em forma de metodologia desenvolvida pelo professor do Instituto; o capital simbólico, pelo reconhecimento dos pares ao professor do Instituto (responsável pelas formações); e o capital social, que mantém o interesse por parte da instituição pública no funcionamento do projeto. Esses capitais acumulados diferenciam os agentes nos espaços sociais, tornando-os capazes de adquirir determinadas posições e ações.

Na categoria “tensões e disputas”, apareceram dois relatos de C2 e três de C3. Segundo C2, a ampliação do projeto para outra secretaria seria uma maneira de garantir a continuidade da proposta que beneficiaria os alunos participantes, o que não levaria ao abandono da prática. De maneira hipotética, é possível observar no discurso um interesse em manter a marca e o reconhecimento do projeto. Em contrapartida, C3 versa sobre a existência de um capital político que instiga a necessidade de se utilizar uma estratégia de conservação para a posição ocupada pelo ex-jogador Emanuel no Instituto:

O Mano continua sendo o cara, o cabeça e tudo. Mas por essa questão legal a Leila Senadora e ele também envolvido na CBC (Comitê Brasileiro de Clubes), a gente achou melhor tirar ele da presidência, só por conta disso (C3).

Ainda, em outra menção de C3:

Antigamente não podia fazer torneio hoje a educação já entendeu que pode fazer, a gente não podia usar o termo treinamento teria que ser usado o termo aula. Tem muita coisa que a gente teve que se adaptar no início e depois a gente foi mostrando para a educação que não era isso que iria interferir no desenvolvimento da criança.

É visível a existência de um movimento contestatório do Instituto com a Educação, envolvendo determinado entendimento do esporte. Aos poucos, parece que o esporte vinculado ao contexto escolar aderiu alguns termos destinados ao esporte de formação ou rendimento, algo que, provavelmente, causava certo desconforto para a SME, que busca conservar a prática esportiva de âmbito educacional.

Sobre as “leis do Campo”, apenas uma menção de C3 foi identificada. Devido ao ganho subjetivo e objetivo proporcionado pelos capitais acumulados, somado às relações mantidas entre o Instituto e a SME ao longo dos anos, C3 assumiu a responsabilidade de assinar o Termo de Cooperação Técnica. Supõe-se que nessa relação exista um interesse em manter a parceria, tanto do agente quanto da instituição.

Das “intencionalidades políticas, sociais e educacionais”, uma menção de C2 denota a existência de um valor no esporte desenvolvido no projeto a partir de uma metodologia criada por um professor e um ex-atleta — as pessoas envolvidas com a modalidade, sendo uma delas detentora de um reconhecimento capaz de impor o reconhecimento (Bourdieu, 2015). Já em C3, o esporte aparece de maneiras distintas: com um valor educacional, que envolve o crescimento pessoal e social; relacionado à diminuição do tempo ocioso de crianças e adolescentes; e algumas vezes relacionado ao esporte de formação ou rendimento.

No que diz respeito aos “significados e ressignificados da prática esportiva”, seis discursos se aproximaram dessa categoria de análise. Nas menções de C2 é possível supor que a intenção seja aproximar a proposta do Leões com o entendimento que se tem de projetos sociais de cunho educacional — a

coordenadora acredita na importância do vínculo permanente do projeto com as escolas. Ressalta-se que a resposta de C2 sobre esporte social parece corroborar com a citação de Bourdieu (2019, p. 111): "o *habitus* do profissional previamente ajustado às exigências do campo vai funcionar como um instrumento de tradução". Já C3 acredita no esporte como agente transformador capaz de combater problemas sociais: "qualquer projeto social que seja feito com carinho e dedicação é um agente transformador". Esse entrevistado também comentou que "o projeto é um trampolim para a gente mostrar para essas crianças que o mundo é muito maior e eles podem muito mais do que onde eles estão inseridos".

Em seguida, apresenta-se as frases codificadas da coordenação do Projeto AVP Social de Voleibol, como pode ser observado no quadro em apêndice.

Quanto às "disposições dos agentes", sua posição e o tempo de trabalho com a modalidade indicam que C4 possui um valor interiorizado que direciona a sua ação. Nas palavras de Bourdieu (2019), seria o chamado *ethos* vivenciado na relação com o voleibol ao longo dos anos. Em relação aos "capitais em jogo", visivelmente nota-se a presença de um capital social e econômico que mantém o funcionamento do projeto por meio do envolvimento de diversas iniciativas, públicas e privadas, bem como o capital cultural em seu estado objetivado responsável por direcionar a conduta dos agentes – "todas as normativas que a gente segue são baseados em cima do próprio estatuto da AVP" (C4).

Na categoria "leis do Campo", a menção de C4 indica a existência de uma abordagem que contribui para o desenvolvimento do esporte no projeto:

Então, se eu não deixar bem claro o que é necessário no sub 18 para todas as categorias que vem abaixo o projeto começa a se fragmentar. Então, assim, o que acontece, eles têm que entender que o atleta não tem que ser campeão sub 13, entendeu? Ele tem que se desenvolver para que ele comece a aprender a vencer (C4).

Essa abordagem, que parece conter um elemento distintivo da vivência do coordenador, envolve a relação de profissionais com determinado capital cultural acumulado que acreditam na proposta institucional.

Dentre as "intencionalidades políticas, sociais e educacionais", quatro menções indicam o esporte convergindo para a perspectiva social, formação e rendimento. Segundo o coordenador, o interesse inicial com a proposta era vincular

o voleibol a uma perspectiva social, mas com a proposta de permitir o acesso indiscriminado e a permanência de atletas em ascensão na modalidade, o que parece incorporar a ideia de esporte social, como sendo um direito de todos ao espaço público.

Em relação aos “significados e ressignificados da prática esportiva”, para C4 o significado de esporte social parece envolver o fato de o projeto ser desenvolvido de maneira voluntária para um público com difícil acesso à formação de rendimento esportivo.

6 SOBRE O *MODUS OPERANDI* DOS PROJETOS DE VOLEIBOL SOCIAL

À medida que progridem o reconhecimento e a ajuda do Estado, e, ao mesmo tempo, as aparências de neutralidade das organizações esportivas e dos responsáveis por essas organizações, o esporte é um dos desafios da luta política: a concorrência entre as organizações é um dos fatores mais importantes do desenvolvimento de uma necessidade social, ou seja, socialmente constituída (Bourdieu, 2019, p. 178).

Nas décadas de 1970 a 1990, a inserção do esporte nas agendas e nas políticas públicas brasileiras ocorreu principalmente em decorrência do processo de redemocratização do país e da necessidade de ampliação do acesso de crianças e adolescentes à prática esportiva em contraturno escolar, o que o transformou em uma ferramenta educacional. Além das escolas, houve o ingresso do terceiro setor no desenvolvimento do esporte fora do ambiente escolar. O terceiro setor tinha o intuito de ocupar o tempo livre de crianças e adolescentes, combater o uso de drogas, ensinar lições de disciplina e formar verdadeiros cidadãos. Nota-se nas políticas públicas e na legislação da época a aproximação do esporte ao contexto escolar, ambos vistos como uma ferramenta capaz de transformar vidas. Com a proposta de descentralização estatal e inclusão do terceiro setor, o esporte foi redimensionado para fora da escola sem descartar a ideia enraizada pelo contexto educacional — “o que é adquirido na e pela experiência escolar, uma espécie de retiro fora do mundo” e onde “o esporte é capaz de “formar caráter” e de inculcar a vontade de vencer” (Bourdieu, 2019, p. 170).

Em princípio, na prática em si desses projetos se evidenciava o esporte de rendimento esportivo, por vezes complementar às diversas iniciativas recreativas e artesanais que distanciavam o aluno da essência da prática esportiva social. O que define, porém, a essência dessa prática? Qual o sentido e significado atrelado a ela, já que não existe uma definição em lei? Essas reflexões incorporadas, que fazem parte da obra de Pierre Bourdieu e direcionadas para a modalidade de voleibol, mobilizaram a investigação ao ponto de hipotetizar que o valor do esporte social depende, em grande parte, da marca social e dos objetivos engendrados por instituições, por ser um subcampo em processo de desenvolvimento de um *habitus* próprio, influenciado pelo contexto sociopolítico.

É importante destacar que o esporte é um fenômeno sociocultural universal expresso de diversas maneiras e em diferentes contextos (Marchi Jr, 2015). Ele está

constantemente em evolução e pode ser transformado de acordo com o cenário e a intenção da prática, o que resulta em um "efeito de apropriação social", como discutido por Bourdieu (2004). Isso significa dizer que o esporte é marcado na objetividade e nas representações, pelas apropriações de que foi objeto e pelas especificações que recebeu na "realização" concreta operada pelos agentes dotados de disposições socialmente constituídas de uma forma particular.

Ao longo da história brasileira dos projetos socioesportivos, os sentidos e significados estiveram atribuídos às mãos do Estado e ao poder que legislava na época. As discussões sobre o esporte na Educação Física entre os anos de 1980 e 1990 foram influenciadas por posições e ideologias de ordem política. Como não se pretendia ingressar nessa esteira de discussão, o que encontramos sobre esporte social foi o seu significado para a sociedade civil e para o Estado, para a rede privada e não governamental, associado a um caminho possível em direção à resolução de problemáticas sociais. O esporte social seria capaz de combater as consequências de uma sociedade desigual, embora tenha permitido a abertura de um espaço propício para a disputa de diferentes iniciativas, seja para o engajamento de uma marca ou de um agente popularmente conhecido, ou até mesmo para o benefício de um determinado campo, como o educacional, como veremos mais adiante.

Com o intuito de construir um caminho metodológico possível para análise de projetos sociais esportivos, investigamos projetos de voleibol situados no território brasileiro utilizando como aporte teórico alguns conceitos de Pierre Bourdieu. A partir da elaboração de um roteiro de análise baseado nas obras de Pierre Bourdieu, foram definidas categorias analíticas capazes de desvelar as posições dos agentes e os interesses e valores institucionais — a tomada de decisão ou as estratégias utilizadas pelos agentes.

A intenção foi visualizar a estrutura e as relações que norteiam o engajamento dos projetos sociais de voleibol em Curitiba: a criação; o desenvolvimento; os patrocínios; a marca; os profissionais, entre outros fatores que revelassem a teoria da prática que movimenta toda essa rede de agentes e instituições. Os projetos Vôlei em Rede, Leões do Vôlei e AVP Social de Voleibol, foram contextualizados e analisados por meio dos documentos institucionais. Percebe-se a existência de determinados capitais durante a interpretação dos

documentos que indicavam, em supremacia, a necessidade de responder algumas demandas de cunho social e justificar o funcionamento do projeto, seja para estreitar relações e, conseqüentemente, investidores, ou para incentivar os beneficiários da prática. Além disso, nota-se que os projetos ganharam novos rumos e/ou significados. Conforme os objetivos ou interesses eram superados, as estratégias para se manter no campo se alteraram e, assim, os capitais.

De fato, o uso de determinadas estratégias se torna compreensível quando se investiga os capitais e a rede de relações institucionais, como foi possível verificar durante as análises: a construção de um elemento distintivo, como a ampliação da rede de relações entre instituições; a associação entre os “padrinhos” e os projetos; o ingresso de uma metodologia própria para o atendimento da oferta do voleibol educacional e formativo; e o oferecimento de produtos e ações que superam a prática esportiva. Ressalta-se que não se propôs atribuir juízo de valor, mas de revelar que nesse processo de transformação social o esporte também é ressignificado.

De maneira geral, encontra-se nas propostas institucionais a vinculação do esporte social a um universo de possibilidades e práticas onde se reporta: o esporte educacional, rendimento, lazer e formação, conforme prevê a Lei 9.615 conhecida como Lei Pelé, entre outras manifestações não mencionadas na legislação, como: social, de assistência social e saúde, justificando, muitas vezes, a manutenção desses projetos e/ou os financiamentos recebidos dissociados daquilo que se efetiva na prática pedagógica.

Diferentemente da ordem proposta por Camargo, Santos e Silva (2022) sobre a importância de se estabelecer relação entre a prática em si, os efeitos que vão além da prática e os significados gerados por ela, pressupõe que os projetos sociais foram propostos partindo dos significados gerados pela prática. Em suma, o esporte social pode ser compreendido como aquele praticado nos projetos sociais contemplando diferentes sentidos, significados que refletem em diversas manifestações esportivas reportadas pelas instituições não governamentais.

Nesse contexto, se propôs redimensionar o olhar para a estrutura e visualizar o subcampo do esporte social como um espaço dotado de um sentido e de uma história. Mais do que buscar um conceito isolado, compreende-se que o esporte social envolve relações, estratégias, por fim, um *habitus* a ser investigado.

Quando se pensa, entretanto, na efetivação prática desses projetos e no seu funcionamento, para compreendermos como os profissionais recebem esses discursos engendrados por instituições e constroem a sua prática, questiona-se o sentido prático atribuído ao voleibol nos projetos socioesportivos brasileiro. Para responder a essa questão, foram realizadas entrevistas com seis professores e quatro coordenadores, totalizando dez agentes. As análises foram pautadas na experiência dos entrevistados, que são profissionais envolvidos diretamente com a execução prática dos projetos de voleibol social e se deparam com outras demandas além do gerenciamento do esporte.

Durante as entrevistas, observou-se que a incorporação das perspectivas no serviço ofertado na instituição, principalmente nos benefícios sociais, é o que mantém a relação entre professores, coordenadores e o projeto. Existe um *habitus* de classe, um *ethos*, uma propensão para agir segundo os objetivos estabelecidos pela instituição, como se fosse incorporada a ideia de demonstrar o quanto são socialmente responsáveis por “fazer o bem” e transformar a realidade de crianças e adolescentes. Nota-se que os profissionais, de maneira proativa e solidária, muitas vezes extrapolam suas atribuições como docentes com o intuito de suprir parte dos problemas sociais.

Ao analisar o significado da prática esportiva pelos professores observa-se a relação com o capital institucionalizado e, também o capital em seu estado incorporado, mesmo quando afirmam ter total autonomia para conduzir suas aulas e treinos. Em alguns casos, o esporte atrelado à educação surge nas menções e contém um determinado valor social, em que a relação da prática esportiva com os valores educacionais justifica a permanência e existência do projeto. Isso também se manifesta quando reverberam a ideia de combate à violência, de um direito para todos e de um efetivo trabalho em prol da inclusão e diminuição do tempo ocioso de crianças e adolescentes. Esse aspecto refere à análise do discurso de professores sem se dissociar dos interesses institucionais, posto que a maioria dos relatos se inter-relacionam com os descritos nos documentos oficiais. A análise das normas circunscritas nos discursos, sejam elas explícitas ou implícitas, dentro dessas instituições, trouxe à tona a importância dessas regras na orientação dos projetos e nas ações dos professores. As normas não apenas fornecem um quadro de referência, mas também moldam a cultura e o funcionamento das organizações,

desempenhando um papel fundamental na garantia da coesão e da eficácia dos projetos sociais de voleibol.

O que se observou em alguns relatos foi a necessidade de mudanças no funcionamento dos projetos, um discurso proferido por agentes que vivem o dia a dia da prática esportiva, mas que dificilmente expõe suas ideias em decorrência das diversas atribuições como professores, que se orientam para a execução e prática do projeto. Foi possível, também, observar a existência de uma Lei no Campo incorporada pelos professores em relação ao tempo de carreira, como algo distintivo que colabora para a progressão no projeto e ascensão para outras funções.

Diante desse caminho metodológico possível, as diferenças entre os profissionais mais experientes e recentemente incorporados nas instituições ficaram evidentes, principalmente quando o professor mais experiente demonstrou fazer parte da construção das normativas, diretrizes e planejamentos e, em contrapartida, o mais recente ainda se encontrava em busca da apropriação dos conhecimentos institucionais pré-estabelecidos.

Com relação aos interesses institucionais, a busca pela profissionalização de futuros professores de voleibol parece ser um valor interiorizado na conduta dos agentes. O diferencial ou o interesse parece ser a aquisição de conhecimentos que estes adquirem na relação com a estrutura e funcionamento do projeto – de atleta para estagiário, de estagiário para técnico/professor e assim por diante. Essa dinâmica impacta e influencia a conduta de atletas, alunos e professores frente às regulamentações institucionais, e facilita o desenvolvimento de um perfil profissional condizente com a instituição.

Nas entrevistas com os coordenadores, foi possível observar a existência de uma lógica interna que conduz o funcionamento das instituições. Parte da função coordenativa parece assegurar a efetivação desse funcionamento para a oferta do produto esportivo. A partir das normativas e regulamentações, a incorporação da função é algo naturalizado e quase inerente ao comportamento. É apenas no Projetos Leões do Vôlei que se encontram divergências nos relatos das coordenações, provavelmente por pertencerem a instituições diferentes que almejam objetivos distintos para com o esporte.

A oferta do voleibol parece ser alterada ao longo dos anos nas instituições devido à mudança de direção das empresas mantenedoras que incluem em suas

atribuições ações sociais vinculadas ao esporte, e devido às mudanças sociopolíticas que passaram a inserir uma perspectiva social nos projetos. Logo, o projeto absorve essa nova direção para efetivar na prática ações que se aproximem do sentido ligado ao atendimento das diversas necessidades da sociedade. E não é só isso, algumas coordenações parecem indicar a existência de objetivos para com o esporte, aqui no caso o voleibol e envolve uma série de problemáticas sociais que entendem serem abordadas com e na prática esportiva.

Contudo, o esporte social vinculado à formação e ao rendimento esportivo também é entendido como aquele que permite o acesso, a permanência e a qualidade de um serviço gratuito de maneira equivalente ao privado. Este fato permite uma reflexão sobre a existência de uma lacuna entre o esporte educacional, implementado em diversos espaços públicos, e o esporte de rendimento ofertado em grande parte na rede privada, talvez pela suposta tendência de vincular o esporte à educação como um possível caminho para o sucesso.

No caso do voleibol, esses aspectos foram marcantes e se encontram enraizados no desenvolvimento sócio-histórico da modalidade. Estas características podem ser visualizadas no acesso restrito de uma classe socioeconômica aos clubes esportivos, a existência de projetos de acesso público que buscam equilibrar essa balança social — como foi observado no projeto AVP Social de Voleibol — e a equidade daquilo que é ofertado nesses ambientes.

Cada instituição acaba por desenvolver o esporte à sua maneira, quando se trata de uma política pública, de órgãos não governamentais se relacionando com o poder público. Um dos fatores a ser considerado é a ausência de um meio legal, que estruture de maneira integrada ações coordenadas.

Os projetos Vôlei em Rede e Leões do Vôlei têm em comum a relação estabelecida e mantida com os “padrinhos”. Os ex-atletas da modalidade, ao passo que mobilizam a prática esportiva de crianças e adolescentes, agregam ao projeto patrocinadores e empresas engajadas para investirem no esporte social. Em um momento propício para esses investimentos, tanto no aspecto econômico como sociopolítico. No entanto, a imagem de sucesso do “padrinho”, por vezes, dificulta o entendimento do objetivo do esporte desenvolvido para a formação de crianças e adolescentes, envolvendo o ensino de valores.

Em relação à atuação dos professores, de maneira geral, no Vôlei em Rede o ensino parece convergir para uma perspectiva formativa; no Leões do Vôlei para o esporte educacional; e, por fim, no projeto AVP Social o voleibol se direciona para o viés do rendimento esportivo. Em seus respectivos contextos, o sentido do voleibol perpassa as diferentes manifestações esportivas, sendo o objetivo em comum atender às demandas de cunho social. A estrutura estruturada e estruturante dos projetos sociais esportivos segue uma determinada regularidade apresentando uma perspectiva de maior amplitude no atendimento da sociedade no que se refere especificamente a oportunidades de participação no aprendizado do voleibol e suas respectivas potencialidades.

Ressalta-se que o objetivo desse estudo não foi identificar qual dos projetos é mais ou menos social, porém é notável que tanto o Projeto Herondina como o AVP Social de Voleibol surgiram em decorrência de uma necessidade local da comunidade e de professores de Educação Física engajados na promoção do voleibol para um determinado público-alvo.

Algumas possibilidades para futuros estudos foram encontradas durante a pesquisa. Em princípio, as análises foram pautadas na Lei Pelé, porém em junho de 2023 foi aprovada Lei nº 14.597 que institui a Lei Geral do Esporte pelo Legislativo Federal. A partir dessa lei, futuramente, será possível analisar e acompanhar o desenvolvimento das propostas, planejamentos e intencionalidades que compõem os projetos socioesportivos.

Ressalta-se que a necessidade de conceitualização, conforme disposto na Lei Pelé, pode ser um fator limitante que fragmenta o entendimento do esporte quando se relaciona com o processo de ensino aprendizagem de crianças e adolescentes. No entanto, foi necessária a existência dessa lei para nortear o funcionamento da prática esportiva no país, que se encontrava sem direcionamento nas escolas, nos parques, nas ruas, nos clubes e nos projetos sociais esportivos, com envolvimento de parcerias, instituições e incentivos públicos e privados.

A partir da atual Lei Geral do Esporte recém aprovada pelo Legislativo Federal, será possível analisar como o esporte será administrado nas propostas, planejamentos e intencionalidades dos profissionais envolvidos com o funcionamento de projetos sociais esportivos. Será que recorreremos a segregação de conceitos que limitam e pouco se relacionam com a realidade? Ou então, sem

uma definição de esporte em cada segmento esportivo estaremos propícios a relacionarmos as diversas possibilidades que ultrapassam o seu próprio funcionamento?

Outras possibilidades investigativas surgiram durante o percurso da pesquisa, o que instiga a continuidade do estudo, quanto:

- A projeção do olhar da criança para os “padrinhos” de projetos sociais esportivos, e o confronto entre o sonho de ser atleta e a proposta prática desenvolvida nos projetos;
- A carreira do professor de Educação Física em projetos de voleibol social em Curitiba, os capitais e *habitus* existentes que movimentam a trajetória profissional (de aluno do projeto para professor e coordenador);
- A localização geográfica de projetos sociais esportivos, por vezes, distantes das regiões menos favorecidas da cidade, e como seria feita a adesão desses cidadãos aos bens culturais de direito;
- Ao discurso sobre ausência de financiamentos públicos para manutenção de projetos e o uso do espaço público, e o desenvolvimento da relação público-privada de projetos sociais esportivos;
- A interdependência entre instituições privadas e públicas na manutenção de projetos sociais esportivos. A quem interessa os financiamentos públicos? Como ocorre a consagração do órgão público como instituição de poder capaz de reconhecer a prática esportiva e as ações realizadas pelas empresas não governamentais?

Em síntese, e para além dessas possíveis inquietudes investigativas geradas no decorrer do estudo, pode-se finalizar a presente tese ao concluir que a discussão sobre o uso do esporte ainda persiste no âmbito acadêmico e profissional. Compreender o seu sentido prático no contexto educacional, rendimento, ou no social colabora para a melhor orientação dos profissionais envolvidos no seu funcionamento nas diferentes instituições. Entre as décadas de 1970 e 1980 a discussão circundava a existência do esporte escolar em benefício do esporte rendimento. Atualmente, observa-se a existência de um esporte social em paralelo ao esporte educacional e rendimento. Esse intercâmbio demonstra os interesses não explícitos e as relações que movimentam o subcampo na intencionalidade de acumulação de capitais, principalmente no campo político do esporte e lazer.

O esporte social descrito na recente legislação direciona-se para as pessoas em vulnerabilidade social, com deficiência, em regime prisional, idosas e em instituições de acolhimento para crianças e adolescentes, entre outros segmentos de demanda de atenção social especial, porém, se relacionarmos a prática dos diferentes projetos socioesportivos espalhados pelo Brasil, como neste estudo, é possível ver um retrato diferente desse apresentado. Corroborando com Camargo, Santos & Silva (2022), ao argumentar sobre o distanciamento existente entre os efeitos da prática em si, os efeitos que vão além da prática e os significados gerados por ela. A atenção para esses fatores mencionados, sugere a necessidade de novas pesquisas sobre a promoção de políticas sociais e a realidade de profissionais engajados na prática de projetos socioesportivos.

Os resultados revelaram que os professores e coordenadores possuem um *habitus* que se coaduna com a estrutura e os valores das instituições em que atuam, expressando discursos que estão alinhados com os objetivos desses projetos sociais. Como observado nos documentos oficiais, os objetivos para o esporte surgem das organizações não governamentais, ao passo que as legislações e os interesses estatais não são mencionados nesses documentos. Por fim, como observado o poder público oferta os espaços e as estruturas, cabendo às instituições não governamentais gerir o funcionamento dos projetos. Pouco se relata sobre as atribuições do Estado ou da existência de uma avaliação de gestão dessas políticas públicas na prática. Portanto, o entendimento de esporte social e as atribuições de cada ente envolvido se apresenta como uma lacuna a ser resolvida na relação público privada e, conseqüentemente na efetivação prática do esporte a ser empregado. Para isso, se faz necessário, ampliar os estudos relacionados aos demais envolvidos, dentre eles: os alunos; a comunidade local, que participa dos projetos; e a carreira do profissional de Educação Física. Em seguida, discutir os financiamentos públicos e as relações entre os entes na construção de políticas públicas que favoreçam o gerenciamento dos projetos junto às instituições não governamentais.

REFERÊNCIAS

AFONSO, G. F. **Voleibol de praia**: uma análise sociológica da história da modalidade (1985-2003). 2004. 233 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2004.

AFONSO, G. F. **A reinvenção do voleibol de praia**: agentes e estruturas de uma modalidade espetacularizada (1983 – 2008). 2011. 214 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Curitiba, 2011.

AGORA PARANÁ. **Copa Internacional de Voleibol Movimenta a Oswaldo Cruz**, 2019. Disponível em: <https://www.agoraparana.com.br/noticia/copa-internacional-de-voleibol-movimenta-a-oswaldo-cruz>. Acesso em 1 de setembro de 2020.

ANDRADE, M. Atlântica-Boavista, um seguro para o atleta. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**. 1981. 2 fotografias.

ANTUNES, S. E. **Projetos esportivos de caráter social**: um estudo de caso com jovens em conflitos com a lei. 2018. 186 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação Física e Desportos, Vitória, 2018.

ASSOCIAÇÃO DE VOLEIBOL DO PARANÁ (AVP). **Quem Somos**, 2020. Disponível em: <https://www.avp.org.br/quemsomos>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

ASSOCIAÇÃO JOAÇABENSE DE VOLEIBOL. **Bom de Bola, Bom de Escola**, 2021. Disponível em: <http://www.ajov.com.br/projetos>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

ASSOCIAÇÃO SÃO BENTENSE DE VOLEIBOL. **Sobre**, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/Associa%C3%A7%C3%A3o-S%C3%A3o-Bentense-de-Voleibol-1116402575045243/>. Acesso em 24 de abril de 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BATISTA, L. **Lei da Anistia completa 40 anos**, 2019. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,lei-da-anistia-completa-40-anos,70002985356,0.htm>. Acesso em 7 de outubro de 2020.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BEM PARANÁ. **Projeto Leões do Vôlei transforma a vida de estudantes da rede municipal**, 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/projeto-leoes-do-volei-transforma-a-vida-de-estudantes-da-rede-municipal/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

BEM PARANÁ. **Projeto realiza o XI Festival Leões do Vôlei em Curitiba**, 2018. Disponível em: <https://www.bemparana.com.br/noticias/parana/projeto-realiza-o-xi-festival-leoes-do-volei-em-curitiba/>. Acesso em 15 de janeiro de 2023.

BIZZOCCHI, C. C. **O voleibol de alto nível: da iniciação à competição**. Barueri: Manole, 2004.

BLOG DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE FAZENDA RIO GRANDE (SME-FRG). **Representantes do projeto Leões do Vôlei reúnem-se na SMECE**, Fazenda Rio Grande, 20 fev. 2013. Disponível em: <http://educacaoemfrg.blogspot.com/2013/02/representantes-do-projeto-leoes-do.html>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade: para uma teoria geral da política**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**, Porto Editora, 1994.

BONALUME, C. R. O paradigma da intersectorialidade nas políticas públicas de esporte e lazer. **LICERE**, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2011.782>. Acesso em 16 de dezembro de 2022.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; São Paulo: Difel, 1989.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Editora Schwarcz, 2012.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 7. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014a.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis, Editora da UFSC, 2014b.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. 16 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2 ed. Porto Alegre: Zouk, 2017.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2019.

BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, p. 69-88, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cce/v19n48/v19n48a05.pdf>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 69.459, de 1 de novembro de 1971. Regulamenta o artigo 22 da Lei número 4.024, de 20 de dezembro de 1961, e alínea do artigo 40 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 03 de nov. 1971. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 6.251, de outubro de 1975. Política Nacional de Educação Física e Desporto, Institui Normas Gerais sobre Desporto, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 09 de out. 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6251.htm. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 91.452, de 19 de julho de 1985. Institui Comissão para realizar estudos sobre o desporto nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 22 de jul. 1985. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91452-19-julho-1985-441587-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 28 de janeiro de 2020.

BRASIL. Artigo nº 217, de 5 de outubro de 1988. Do Desporto. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_217_.asp. Acesso em: 28 de setembro de 2020.

BRASIL. Artigo nº 227, de 5 de outubro de 1988. Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 de out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 28 de setembro de 2020.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Física e Desporto. Esporte na escola: os XVIII jogos escolares brasileiros como marco reflexivo. Brasília: MEC/SEED, 1989. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me001644.pdf>. Acesso em 6 de outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais para os desportos e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 06 de jul. 1993. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8672.htm. Acesso em 24 de setembro de 2020.

BRASIL. Decreto nº 1.437, de 4 de abril de 1995. Aprova a estrutura regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 de abr. 1995. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/112686/decreto-1437-95>. Acesso em 24 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.615, de março de 1998. Institui normas sobre desporto e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de mar. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.615%2C%20DE%2024%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%201998&text=Institui%20normas%20gerais%20sobre%20desporto%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=Art.,do%20Estado%20Democr%C3%A1tico%20de%20Direito. Acesso em 14 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015. Lei de responsabilidade fiscal do esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 de ago. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13155.htm#art38. Acesso em 9 de novembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 14.597, de junho de 2023. Lei Geral do Esporte. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 de jun. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14597.htm. Acesso em: 1 de agosto de 2023.

BRITES, I. A centralidade de Vigiar e Punir: História da violência nas prisões, na obra de Michel Foucault. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, v. 10, n. 10, p. 167-184, 2007. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/638>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; SALDANHA FILHO, M. F. Repensar a gestão das políticas públicas de esporte e lazer: o caso de Santa Maria/RS. **Motrivivência**, Porto Alegre, nº 27, p. 179-192, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2271/3860>. Acesso em: 16 de dezembro de 2022.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Registros das sessões**: década de 70. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendo-historia/visitantes/panorama-das-decadas/copy_of_decada-de-70. Acesso em: 1 de outubro de 2020.

CAMARGO, L. P.; SANTOS, L. J. M.; SILVA, O. G. T. Revisão sobre projetos sociais esportivos no Brasil: atualização de revisão, metanálise qualitativa e percepção de lacuna de pesquisa. **Retos**, Espanha, v. 46, 2022. <https://doi.org/10.47197/retos.v46.91091>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

CAMPANA, F. **Projeto Leões do Vôlei atende mais 1.200 adolescentes em Curitiba**. Curitiba, 2012. Disponível em: <https://www.fabiocampana.com.br/2012/03/projeto-leoes-do-volei-atende-mais-1-200-adolescentes-em-curitiba/>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

CANALES-LACRUZ, I.; CAO, A. R. A Função Socializadora do Desporto nos Manifestos Eleitorais dos Partidos Políticos Espanhóis: Eleições Gerais 2011. **Retos**,

Espanha, v. 33, 2018. <https://doi.org/10.47197/retos.v0i33.57711>. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

CANTARINO, M. Comunidade e Desporto. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, janeiro/março de 1976. Ano 8, nº 29.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da escola**. São Paulo: Autores Associados, 2005.

CAPARROZ, F. E.; BRACHT, V. O tempo e o lugar de uma didática da Educação Física. **Revista Brasileira de Ciência do Esporte**. p. 21-37, 2007. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/53>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2020.

CARDOSO, J. C. P. S. **Curitiba e desigualdade: sentidos de bairro e de cidade tecidos por crianças de regiões e contextos socioeconômicos diferentes**. 2018. 194 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação, Curitiba, 2018.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE, UNICAMP, 2002.

CARON, A. E. G. **“Ataques e defesas” no ensino dos valores por meio do esporte: metodologia compartilhar de iniciação ao voleibol**. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Paraná - Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2018.

CASTANHEIRA, M. A. V. **Capital Social, sustentabilidade e esporte: elementos para a construção de uma educação em valores a partir do esporte voleibol**. 2008. 250 f. Dissertação (Mestrado) - Centro Universitário Franciscano, Programa de Pós-Graduação em Organizações e Desenvolvimento, Curitiba, 2008.

CASTOR, B. V. F. **O Brasil não é para amadores: estado, governo e burocracia na terra do jeitinho**. Curitiba: EBEL: IBQP-PR, 2000.

CASTRO, C.; DE ARAÚJO, M. C. **Militares e política na Nova República**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

CENTRAL DE NOTÍCIAS UNINTER. **Leões do Vôlei entram no jogo da Rádio Uninter**, 2021. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/leoes-do-volei-entram-no-jogo-da-radio-uninter>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

CENTRO ACADÊMICO E DOS ESTUDANTES DO CURSO (CAEF). Universidade Estadual de Londrina (UEL). **O Movimento de Estudante de Educação Física (MEEF) e a ExNEEF: a História do Movimento Estudantil de Educação Física**, 2020. Disponível em: < [https://caef.wordpress.com/atas-das-reunioes/#:~:text=O%20Movimento%20de%20Estudante%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20\(MEEF\)%20e%20a%20ExNEEF,-A%20Hist%C3%B3ria%20do](https://caef.wordpress.com/atas-das-reunioes/#:~:text=O%20Movimento%20de%20Estudante%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20(MEEF)%20e%20a%20ExNEEF,-A%20Hist%C3%B3ria%20do) &text=A%

20organiza%C3%A7%C3%A3o%20dos%20estudantes%20de,UFRJ%2C%20no%20Rio%20de%20Janeiro>. Acesso em 28 de setembro de 2020.

CECHINE, S. **Arthur Antunes Coimbra**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/artur-antunes-coimbra>. Acesso em: 19 de março de 2021.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Bernardinho/Vôlei**, 2020. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/atletas/bernardo-rocha-de-rezende>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Emanuel Rego/Vôlei de Praia**, 2020. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/atletas/emanuel-fernando-scheffer-rego/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Giba/Vôlei**, 2020. Disponível: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/atletas/gilberto-amauri-de-godoy-filho/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

COB, Comitê Olímpico Brasileiro. **Serginho/Vôlei**, 2022. Disponível: <https://www.cob.org.br/pt/cob/time-brasil/atletas/sergio-dutra-dos-santos/>. Acesso em: 31 de janeiro de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE DESPORTOS. Órgão normativo e disciplinador do sistema desportivo brasileiro – Deliberações. **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**, Brasília, Distrito Federal, janeiro/março de 1980. Ano 12, nº 46.

CORDOVIL, V. R. S.; FRANCELIN, M. M. Organização e representações: uso de mapa mental e mapa conceitual. *In*: XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2018, Londrina. **Anais Organização e Representação do Conhecimento**. Londrina: UEL, 2018, p. 938-956.

CUNHA, T. S. C. **Pobreza, desigualdades e projetos sociais esportivos dirigidos a crianças e adolescentes**: estudo de uma experiência no município de São Gonçalo. 2017. 108 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social, Niterói, 2017.

CRUZ, K. S. C.; SALVINI, L.; MARCHI JR, W. O jogo dos três toques: apontamentos históricos-sociais da estrutura do voleibol em Curitiba (1932-2015). **Motrivivência**, Porto Alegre, v. 32, n 61, p. 01-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e62787>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

DA COSTA, L. (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**: Atlas do Esporte, Educação Física, Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Brasil. Rio de Janeiro: CONFEF, 2006.

DANTAS, E. R. **A Produção biopolítica do corpo saudável: mídia e subjetividade na cultura do excesso e da moderação.** 2007. 211 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte -Programa de Pós-Graduação em Educação, Natal, 2007.

DATAFOLHA. **Brasileiros tornam-se sedentários antes dos 34 anos.** Folha de São Paulo, 2015. Disponível em: <https://search.folha.uol.com.br/search?skin=datafolha&q=voleibol+esporte+mais+praticado&site=datafolha%252Fesportes>. Acesso em: 9 de abril de 2021.

DIEESE. **Observatório do trabalho de Curitiba:** Estudo Temático 2 Perfil demográfico e socioeconômico dos bairros agregados de Curitiba, 2016. Disponível em: <https://www.coreconpr.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/bairros.pdf>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

DOMINGOS, P. V. **Projeto Navegar**, 2014. Disponível em: <https://memoriaspst.wordpress.com/2014/04/24/projeto-navegar/>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação.** Lisboa: Difel, 1992.

ELIAS, N. **A sociedade de corte:** investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ESCOLA DE VÔLEI BERNARDINHO. **Social**, 2021. Disponível em: <https://www.escoladevoleibernardinho.com.br/social>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

ESPORTE CLUBE FUTURO. **Vôlei Futuro**, 2021. Disponível em: <https://www.voleifuturo.com.br/sobre>. Acesso em: 17 de abril de 2021.

FERRARI, M. **Pierre Bourdieu, o investigador da desigualdade**, 2008. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/1826/pierre-bourdieu-o-investigador-da-desigualdade>. Acesso em: 1 de junho de 2021.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAZÃO, D. **Biografia de Pierre Bourdieu**, 2020. Disponível em: https://www.ebiografia.com/pierre_bourdieu/. Acesso em: 1 de junho de 2021.

FREITAS, G. S. *et al.* O esporte para o desenvolvimento e paz nas revistas acadêmicas brasileiras: uma revisão de literatura integrativa. **Revistas Movimento**, Porto Alegre, v. 28, 2022. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.121670>. Acesso em: 8 de janeiro de 2023.

GALATTI, L. R. **Esporte e clube sócio-esportivo:** percurso, contextos e perspectivas a partir de um estudo de caso em clube esportivo espanhol. 2010. 305

f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Campinas, 2010.

GEBARA, A. História do esporte: novas abordagens. In. PRONI, M. W.; LUCENA, R. de F. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. São Paulo: Autores Associados, 2002. p. 7-27.

GODOY, L. **O Sistema Nacional de Esporte no Brasil: revelações e possíveis delineamentos**. 2013. 165 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2013.

GONÇALVES, E. F. M.; FERREIRA, G. G. As lutas sociais no Brasil: da ditadura ao governo Lula. **Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, “Revoluções nas Américas: passado, presente e futuro”, 2013, Londrina. Disponível em: https://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v3_em%EDlia_e_grabrielle_GV.pdf. Acesso em: 9 de novembro de 2020.

GONZÁLEZ, F. J. *et al.* Sentidos e significados do ensino do esporte na educação física escolar: deslocamentos históricos e proposições contemporâneas. In: MARINHO, A. *et al.* **Legados do esporte brasileiro**. Florianópolis: Editora UDESC, 2014. Cap. 1.

GUEDES, S. *et al.* **Projeto Sociais Esportivos: Notas de pesquisa**. ‘Usos do Passado’ — XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006, Botafogo. Disponível em: <http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Simoni%20LGuedes,%20Julio%20Davies,%20Michelle%20ARodrigues%20e%20Rafael%20MSantos.pdf>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

HECKTHEUER, L. A.; SILVA, M. R. S. Projetos sociais esportivos: vulnerabilização e governo. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 17, n. 3, p. 115–132, 2011. <https://doi.org/10.22456/1982-8918.18150>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

HODKINSON, P.; BIESTA, G.; JAMES, D. Understanding Learning Culturally: Overcoming the Dualism Between Social and Individual Views of Learning. Vol 1, Nº 1, p. 27-47, 2008. **Vocations and Learning**. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s12186-007-9001-y>. Acesso em: 20 de março de 2022.

INSTITUTO BUTANTAN. **Como surgiu o novo coronavírus? Conheça as teorias mais aceitas sobre sua origem**, 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/como-surgiu-o-novo-coronavirus-conheca-as-teorias-mais-aceitas-sobre-sua-origem>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

INSTITUTO COMPARTILHAR. **Aprendizados do Esporte para a Vida**. Live (1h21min). 2021. Disponível em: <https://compartilhar.org.br/bate-papo-com-emanuel-rego-ressalta-o-poder-de-transformacao-do-esporte/>. Acesso em: 18 de janeiro de 2023.

INSTITUTO COMPARTILHAR. **Sobre nós**, 2023. Disponível em: <https://compartilhar.org.br/sobre-nos/>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

INSTITUTO MAURÍCIO DE SOUSA. **Projeto Vôlei Mania**, 2021. Disponível em: <http://www.institutomauriciodesousa.org.br/fazendo-a-diferenca/projetos-e-programas/projeto-volei-mania/>. Acesso em: 13 de abril de 2021.

JACCORD, M.; MAYER, R. A observação direta e a pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

KRAVCHYCHYN, C. *et al.* Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: antecedentes históricos e reflexividade social. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, v. 10, n. 1, p. 53-68, 2019. DOI: <https://dx.doi.org/10.5380/jlasss.v10i1.59415>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

KRAVCHYCHYN, C. **Projetos e programas sociais esportivos no Brasil: histórico, estado da arte e contribuições do programa segundo tempo**. 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação Associado em Educação Física, Maringá, 2014.

LIMA, R. V. A. **O programa mais educação: uma análise sobre o *habitus* do professor coordenador dentro do contexto da prática**. 2015. 146 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2015.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. 1996. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de pós-graduação em Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 1996.

LEÃO ALIMENTOS E BEBIBAS. **Emanuel Rego agita Curitiba com alunos do Leão do Vôlei – Voleibol com Educação**, 2017. Disponível em: <https://www.leaoab.com.br/jun2017a.php>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

MAHEU, R. Desporto e Educação. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, julho/agosto de 1973. Ano 5, nº 16, p. 7-23.

MARCHI JR, W. O esporte “em cena”: perspectivas históricas e interpretações conceituais para a construção de um modelo analítico. **The Journal of the Latin American Socio-cultural Studies of Sport**, Curitiba, p. 46 – 67, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/alesde/article/view/43890>. Acesso em: 20 de julho de 2018.

MARCHI JR, W. **“Sacando” o Voleibol**. São Paulo: Hucitec; Ijuí, Rio Grande do Sul: Unijuí, 2004.

MARCHI JR, W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000)**. 2001. 267 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2001.

MARQUES, E. T. O tempo de colher. **Revista Brasileira de Educação Física, Brasília**, n. 12, 1972.

MARQUES JR, N. K. História do voleibol no Brasil e o efeito da evolução científica da educação física brasileira nesse esporte. **EFDesportes**, Buenos Aires Ano 17, nº. 170, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Nelson-Marques-Junior/publication/237067327_Historia_do_voleibol_no_Brasil_e_o_efeito_da_evolucao_cientifica_da_educacao_fisica_brasileira_nesse_esporte/links/00b7d51b25ca209809000000/Historia-do-voleibol-no-Brasil-e-o-efeito-da-evolucao-cientifica-da-educacao-fisica-brasileira-nesse-esporte.pdf. Acesso em: 15 de novembro de 2020.

MARQUES JR, N. K. A contribuição norte-americana para o voleibol. **EFDesportes**, Buenos Aires, Ano 20, nº 203, 2015. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd203/a-contribuicao-norte-americana-para-o-voleibol.htm>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2022.

MELO, V. A. de. **História da educação física e do esporte no Brasil: panorama e perspectivas**. São Paulo: IBRASA, 1999.

MELLO, D. C. S. de. **O impacto do Centro Rexona-Ades de Voleibol em crianças de escolas públicas de Curitiba**. 2006. 36 f. Monografia (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Departamento de Educação Física, Curitiba, 2006.

MEMÓRIAS DA DITADURA. **Panorama da Resistência**. Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/panorama-da-resistencia/>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

MENDONÇA, L. A. PEME, um projeto esportivo acima de qualquer política. **Revista Brasileira de Educação Física e desportos**, Brasília, Distrito Federal, janeiro/março de 1981. Ano 10, nº 48.

MESQUITA, I. *et al.* Modelos de abordagem progressiva ao jogo no ensino do voleibol: concessão, metodologia, estratégias pedagógicas e avaliação. In: TAVARES, F. **Jogos Desportivos Coletivos: ensinar a jogar**. Portugal: Editora FADEUP, 2013. Cap. 3.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais**. 2000. 169 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, 2000.

MEZZADRI, F. M.; SONADA-NUNES, R. J. (Org.). **Gestão e governança do esporte brasileiro**. 1. ed. Francisco Beltrão, PR: Berzon, 2021.

MEZZAROBBA, C.; PIRES, G. de L. Breve panorama histórico do voleibol: do seu surgimento à espetacularização esportiva. **Ativ. Fis., Lazer & Qual. Vida.** v. 2, n.2, p. 3-19, 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/11629/2/PanoramaHistoricoVoleibol.pdf>. Acesso em: 7 de março de 2022.

MINUZZI DE SOUZA, D.; ASTRA, V. A. N.; MARCHI JR, W. El deporte durante la pandemia de COVID-19: reflexiones desde el Modelo Analítico de las 5 E's. **Retos**, Espanha, v. 48, p. 927–936, 2023. DOI: 10.47197/retos. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/96276>. Acesso em: 1 de agosto de 2023.

MIRALDI, J. Limites da teoria dos campos: tensões em sua autonomia relativa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, n. contínuo, p. 254991, 2022. DOI: 10.1590/S1678-4634202248254991. Acesso em: 18 de novembro, 2023.

MOURA, M. E. L. **Diretas Já**. Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diretas-ja>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.

NAVARRO, R. T. **A política de esporte para todos no Brasil: do governo militar ao advento da nova república (1967-1988)**. 2020. 369 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2020.

NAÇÕES UNIDAS. **O esporte para o Desenvolvimento e a Paz**: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio. Relatório da Força Tarefa entre agências das Nações Unidas sobre o esporte para o desenvolvimento e a paz, 2003. Disponível em: <http://arquivo.esporte.gov.br/arquivos/publicacoes/esporteParaDesenvolvimentoPaz.pdf>. Acesso em: 13 de abril de 2022.

OLIVEIRA, M. A. T de. **A Revista Brasileira de Educação Física e Desportos (1968-1984) e a experiência cotidiana de professores da Rede Municipal de Ensino de Curitiba**: entre a adesão e a resistência. 2001. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, São Paulo, 2001.

OLIVEIRA, A. F. S. de. *et al.* (Org.). **Diagnóstico Nacional do Esporte (DIESPORTE)**. Caderno 2. Ministério do Esporte, 2016. Disponível em: https://edisdisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3322270/mod_resource/content/1/Diesporte%20Minist%C3%A9rio%20do%20Esporte%202015%202.pdf. Acesso em: 3 de fevereiro de 2022.

OLIVEIRA, F. M. de. **Tendências Pedagógicas Progressistas Brasileiras**: concepções e práticas. 2017. 224 f. Dissertação (Mestrado) - Politécnico do Porto, Estudos Profissionais Especializados em Educação, Portugal, 2017.

OLIVEIRA, A. W. F de. **Voleibol na adolescência e o desenvolvimento do autodomínio emocional: dilemas dos contextos curriculares e extracurriculares na ação pedagógica do professor de educação física**. 2019. 129. Dissertação (Mestrado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Curitiba, 2019.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Folha informativa sobre COVID-19**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19>. Acesso em: 22 de abril de 2022.

ORTIZ, R. (Org). **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

OURIQUES, N. O gol contra do rei: a lei Pelé e suas consequências. **Motrivivência**, Porto Alegre, nº 12, maio de 1999. DOI: <https://doi.org/10.5007/%25x>. Acesso em: 8 de abril de 2021.

PARANÁ RPC. **Estudo aponta informações do perfil econômico das regionais de Curitiba**, 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2013/11/estudo-aponta-informacoes-do-perfil-economico-das-regionais-de-curitiba.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

PATTON, M. **Qualitative evaluation and research methods**. 2. ed. Newbury Park: SAGE, 1990.

PIERON, M. Participação dos jovens na administração desportiva. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, novembro/dezembro de 1973. Ano 5, nº 18.

PEREIRA, A. R. **Expectativas de participantes, professores de Educação Física e Assistentes Sociais de um projeto social esportivo de pólo aquático**. 2015. 55 f. Monografia (Licenciatura em Educação Física) - Universidade Estadual Paulista, Departamento de Educação Física, Bauru, 2015.

PEROVANO-CAMARGO, L.; MATARUNA DOS SANTOS, L. J.; TAVARES DA SILVA, O. G. Revisão sobre projetos sociais esportivos no Brasil: atualização de revisão, metanálise qualitativa e percepção de lacuna de pesquisa. **Retos**, Espanha, v. 46, p. 24–35, 2022. Disponível em: <https://recyt.fecyt.es/index.php/retos/article/view/91091>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PLENARINHO. O jeito criança de ser cidadão. **As crianças na Constituinte**, 2018. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2018/11/as-criancas-na-constituente/>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

PIJAK JR, C. E. **Diagnóstico dos projetos esportivos da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba**. 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2010.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTO. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, janeiro/março de 1976. Ano 8, nº 29.

PIRES, A. P. **Amostragem e pesquisa qualitativa**: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J. *et al.* A pesquisa qualitativa: enfoque epistemológico e metodológico. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PORTAL ESTUDOS DO BRASIL REPUBLICANO (Arquivo Nacional). **MOBRAL**, 2019. Disponível em: <http://querepublicaeessa.an.gov.br/temas/66-filme/191-mobral.html>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

PROJETO VÔLEI CIDADÃO. **Sobre o projeto**, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/Projeto-V%C3%B4lei-Cidad%C3%A3o-865465606901044/>. Acesso em: 10 de abril de 2021.

PROJETO VOLEIBOL DE MAUÁ. **Projetos**, 2021. Disponível em: <http://www.voleimaui.org.br/historico/projetos/>. Acesso em: 11 de abril de 2021.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO. **A verdadeira riqueza das nações**: vias para o Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, New York: USA, 2010. Disponível em: https://idris.org.br/wp-content/uploads/2014/05/PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO. **Iniciação esportiva**: um trabalho de massificação. Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, dezembro de 1976, nº 101.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO. **Esporte**: uma forma de aproveitamento do tempo de lazer no SESC. Fortaleza de São João, Rio de Janeiro, dezembro de 1976, nº 101.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO. **A XIV Olimpíada comerciária de porto alegre, desfile de abertura**. 1976. 1 fotografia, 12 x 8cm.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA - ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO EXÉRCITO. **Propaganda serviço do SESC**. 1977. 1 fotografia, 18 x 11cm.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS. **SEED**: mudanças, seminários e mais verba. Brasília, Distrito Federal, outubro/dezembro de 1981. Ano 10, nº 48.

RIBEIRO, J. S. G.; JANNUZZI, P. de M. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas: uma análise crítica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5139/513951699006.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2020.

RIVERA, A. S. P.; BRITO, M. J. de. A pesquisa como prática social: um estudo sob a perspectiva Bourdieusiana. **Revista Organizações e Sociedade**, Bahia, v. 22, n. 75, p. 561-582, 2015. DOI: 10.1590/1984-9230755. Acesso em: 15 de julho de 2021.

RODRIGUES, A. L. **A desportivização das políticas sociais para a juventude: discursos salvacionistas e práticas compensatórias**. 2008. 155 f. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Porto Alegre, 2008.

SABOT, P. O que é uma sociedade disciplinar? Gênese e atualidade de um conceito, a partir de Vigiar e Punir. **Dois pontos: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade de São Carlos**, Curitiba, v. 14, n. 1, p. 15-27, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/dp.v14i1.56536>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

SADA CRUZEIRO. **História**, 2021. Disponível em: https://www.sadacruzeiro.com.br/?page_id=65#:~:text=O%20Sada%20Cruzeiro%2C%20time%20criado,esportivos%20mais%20vitoriosos%20da%20atualidade.&text=E%20com%20a%20energia%20das,se%20%E2%80%9CCampe%C3%A3o%20de%20tudo%E2%80%9D. Acesso em: 3 de maio de 2021.

SANTOS, A. R. R. Espírito esportivo: Fair Play e a prática de esportes. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, ano 4, n. 4, p. 13-28, 2005. Disponível em: <http://escolasaojorge.com.br/site/wp-content/uploads/2018/05/Etica-nos-Esportes.pdf>. Acesso em: 30 de junho de 2021.

SANTOS, S.; BORTOLETTO, D. **Degrau por degrau: a trajetória de Serginho, de Pirituba ao Olimpo**. 1 ed. São Paulo: Planeta, 2017.

SAUT, Roberto D. O aspecto social da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, novembro/dezembro de 1974. Ano 6, nº 24.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, Dia a dia da Educação. **Projeto Vôlei em Rede – Núcleos do Paraná**, 2023. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1527>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, P. Q. de. **Educação Física escolar e esporte: balanço bibliográfico pós movimento renovador**. 2021. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Brasília, 2021.

SOUZA, O. S. Munique 72 culpados e inocentes. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, 1973. Ano 4, nº 12.

SOUZA, J. de; MARCHI JR, W. Bourdieu e a sociologia do esporte: contribuições, abrangência e desdobramentos teóricos. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n 2, p. 243-286, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.106962>. Acesso em: 22 de novembro de 2020.

SOUZA, D. M.; AMSTEL, N. A.; MARCHI JR, W. El deporte durante la pandemia de COVID-19: reflexiones desde el Modelo Analítico de las 5 E's. **Retos**, Espanha, v. 48, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47197/retos.v48.96276>. Acesso em: 10 de agosto de 2023.

SUPERLIGA. **História & Campeões**, 2023. Disponível em: <https://superliga.cbv.com.br/16-17/historia-campeoes>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.

STAREPRAVO, F. A. **Caracterizando o subcampo político/burocrático do esporte e lazer no Brasil**. In: MEZZADRI, F. M. Políticas Públicas e esporte. 1. ed, Várzea Paulista, SP: Fontoura, 2014.

STIGGER, M. O.; THOMASSIM, L. E. Entre o “serve” e o “significa”: uma análise sobre expectativas atribuídas ao esporte em projetos sociais. **Licere**, Belo Horizonte, v.16, n 2, 2013. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.656>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

TANI, G. **Leituras em Educação Física: retratos de uma jornada**. São Paulo: Phorte, 2011.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K.; SILVERMAN, S. J. **Métodos de pesquisa em atividade física**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

TIO ODA, **O Programa Esporte Solidário foi lançado pelo Pelé**, 2016. Disponível em: <https://tioda.com.br/index.php/governo-federal/5561-o-programa-esporte-solidario-foi-lancado-pelo-pele>. Acesso em: 24 de setembro de 2020.

TONDOLO, R. da R. P. *et al.* Efeito da transparência e do capital social na intenção de mobilizar recursos. **Cadernos EBAPE.BR**, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/86802>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.

TRIBUNA. **Curitiba será palco do V Festival Leões do Vôlei**, 2012. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/esportes/curitiba-sera-palco-do-v-festival-leoes-do-volei/>. Acesso em: 19 de janeiro de 2023.

TRINDADE, N. V. **A “caixa-branca” dos projetos sociais esportivos: o caso do Instituto Compartilhar – Curitiba/PR**. 2017. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2017.

TRINDADE, N. V.; ALMEIDA, B. S.; MARCHI JR, W. Esporte para o desenvolvimento e a paz: leituras a partir da teoria dos processos sociais de Norbert Elias. **Campos dos Saberes da História da Educação no Brasil 3**, Ponta Grossa, 2019. DOI: 10.22533/at.ed.5661905077. Acesso em: 13 de setembro de 2022.

TUBINO, M. J. G. As tendências internacionais da Educação Física. **Revista Brasileira de Educação Física e Desportos**, Brasília, Distrito Federal, abril/junho de 1975. Ano 7, nº 26.

TUBINO, M. J. G. **O que é o esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TUBINO, M. J. G. **Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação**. Maringá: Eduem, 2010.

UNIBR. **Projeto Três Toques atende crianças através do vôlei**, 2019. Disponível em: <https://unibrbotucatu.com.br/projeto-tres-toques-atende-criancas-atraves-do-volei/>. Acesso em: 6 de maio de 2021.

UNIJUI. **Projeto Ijuí Pró-Vôlei estimula crianças por meio do esporte**, 2015. Disponível: <https://www.unijui.edu.br/comunica/cursos/164-presencial/educacao-fisica-bacharelado/21599-projeto-ijui-pro-volei-estimula-criancas-por-meio-do-esporte>. Acesso em: 6 de maio 2021.

UNIJUI. **Museu recebe peças de ex-jogador da seleção brasileira de vôlei**, 2021. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/museu/destaques-museu/1832-museu-recebe-pecas-de-ex-jogador-da-selecao-brasileira-de-volei>. Acesso em: 3 de agosto de 2021.

UNINTER. **Quantos sonhos cabem na quadra de uma escola?**, 2019. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/quantos-sonhos-cabem-na-quadra-de-uma-escola>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

VALENTE, E. F. **Esporte ... para todos?**. Maceió: Edufal, 1997.

VLASTUIN, J. **O caso da equipe de voleibol feminino Rexona (1997-2003): um estudo das inter-relações com a mídia esportiva**. 2008. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação Física, 2008.

VIVAVÔLEI. **Descrição do programa**, 2021. Disponível em: <https://vivavolei.cbv.com.br/o-programa/descricao-do-programa>. Acesso em: 8 de abril de 2021.

VÔLEI RENATA. **Vôlei Renata: mais de uma década de sucesso**, 2021. Disponível em: <https://www.voleirenata.com.br/projeto/historia>. Acesso em: 4 de abril de 2021.

ZALUAR, A. O esporte na educação e na política. **Educação e Sociedade**, nº38, 1991. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/115599/o%20esporte%20na%20educa%c3%a7%c3%a3o.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 de setembro de 2020.

ZALUAR, A. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Editora Escuta; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

WESTIN, R. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para fim da ditadura.** 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

WESTIN, R. **Há 40 anos, Lei da Anistia preparou caminho para o fim da ditadura.** 2019. 2 fotografias, color. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-40-anos-lei-de-anistia-preparou-caminho-para-fim-da-ditadura>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

APÊNDICE 1 - ROTEIRO PARA ANÁLISE DE DOCUMENTO INSTITUCIONAL

A intenção com a análise dos documentos é conhecer como a instituição estrutura o projeto social de voleibol, as diretrizes, normativas e planejamentos: como o voleibol social se encontra disposto no projeto ou nas diretrizes que normalizam as ações na instituição, quais as problemáticas e disputas para o alcance dos objetivos durante as transformações (sociais, educacionais ou políticas); quais os objetivos pleiteados pela instituição; quais são a estrutura, agentes e instituição envolvidos na sua elaboração; quais os significados e ressignificados do voleibol. O objetivo principal é responder o primeiro e segundo objetivos específicos. Deste modo, nortearemos nossa observação nas seguintes questões:

- a) Identificar os documentos importantes e correspondentes ao projeto sociais de voleibol (diretrizes, normativas e planejamentos).

Para o conhecimento da instituição investigada, pública, privada ou não governamental.

- b) Como é construída as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quem são os agentes envolvidos?

Nesta questão, identificaremos a disposição de alguns agentes no campo e o capital social, cultural e simbólico envolvidos. Além disso, buscaremos compreender as intenções que levaram à construção dos projetos, se está relacionado a uma estrutura já estruturada contendo um *habitus* de classe enraizado ou uma estrutura em desenvolvimento de um *habitus*.

- c) Qual a relação entre os agentes responsáveis pela construção dos documentos oficiais e o projeto de voleibol na prática?

Os agentes envolvidos com a construção dos documentos oficiais e detentores de capitais (social, simbólico, cultural, entre outros) convivem com a rotina prática dos projetos, influenciam a ação do professor a partir das leis do campo (regras ditas e não ditas) e do *habitus* de classe.

d) Quais as leis e/ou decretos podem ser encontrados nos documentos oficiais?

A regulamentação do projeto social converge para uma perspectiva privada, pública ou não governamental, o que orienta a efetivação do projeto consta em lei, ou seja, deriva de uma ordem Estatal.

e) Quais os objetivos e/ou o sentido do voleibol social? Eles convergem para outros campos (educacional, participação, formação e rendimento)? O que é ofertado ao público e as empresas parceiras?

Os objetivos encontrados respondem as leis e/ou decretos, envolvem interesses que convergem para uma perspectiva privada, pública ou não governamental. Os objetivos compactuam com as dimensões dispostas na legislação ou busca uma outra direção para o esporte de cunho social.

f) Verificar se o projeto de voleibol consta como projeto social esportivo ou projeto social educacional, como foi definido e estruturado, qual demanda social pretende suprir?

A partir dessa questão, o objetivo é verificar se a construção dos projetos envolveu outros campos, se as intenções estiveram atreladas às demandas além do esporte propriamente dito, por exemplo, demandas de cunho social, político ou educacional.

g) Identificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do projeto e as problemáticas que conduziram para o alcance de outros objetivos ou propostas.

Entendemos que o *habitus* enraizado e estruturado pode mudar caso ocorram alterações na estrutura, por esse motivo buscaremos compreender se houveram mudanças e quais foram as consequências para o projeto.

A partir dessas questões, buscaremos relevar os agentes (e seus capitais) que representam e constroem os documentos que norteiam as ações de todos os envolvidos (coordenação, professores, alunos e etc.) para que tenhamos a dimensão do diálogo entre as normativas, diretrizes e conteúdos propostos no projeto e a sua efetivação na prática docente, nos discursos e comportamentos, ou seja, se nessa relação dialética entre os agentes e instituição ocorre a incorporação do *habitus* de classe (do meio). Além dos objetivos e intencionalidades que podem,

ou não, envolver outros campos e disputas de ordem Estatal ou institucional, influenciando o trabalho de todos os envolvidos no processo de manutenção ou transformação das disposições e o *habitus*.

APÊNDICE 2- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nós, Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior do Departamento de Educação Física e Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná estamos convidando o (a) Senhor (a) **professor (a) de Educação Física** a participar de um estudo intitulado “O valor do jogo no subcampo do esporte social: uma análise de projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR”, aprovado no Comitê de Ética SCS/UFPR, sob o número CAAE: 56215421.5.0000.0102 e número do parecer: 5.444.436. Entendemos que investigar o voleibol nos projetos sociais, arrisca ser um meio para a compreensão dos movimentos estruturais internos que orientam a prática pedagógica do professor e o gerenciamento da coordenação/chefia imediata, influenciados pelo contexto social.

- a) O objetivo principal dessa investigação é analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR e qual papel exercem na construção do sentido do voleibol no subcampo investigado.
- b) Caso o (a) senhor (a) concorde em participar da pesquisa, será necessário que o senhor (a) responda 10 perguntas de uma entrevista. A primeira etapa corresponde a 6 perguntas referentes às suas funções e atribuições no desenvolvimento do projeto que trabalha, incluindo, a sua formação acadêmica e o seu ponto de vista sobre o projeto ofertado para a comunidade. A segunda etapa se refere a 4 perguntas sobre as aulas lecionadas pelo senhor (a), isto é, como conduz a prática, planeja e ensina o voleibol.
- c) Para tanto o (a) Senhor (a) deverá dispor de um horário em seu local de trabalho para responder ao roteiro de entrevista que será gravado o áudio, o que levará aproximadamente 40 minutos.
- d) É possível que o (a) Senhor (a) experimente algum desconforto, principalmente relacionado à constrangimento ou quebra de confidencialidade, pois algumas questões da entrevista revelam características pessoais de sua função. Visando diminuir essa possibilidade, o anonimato será preservado.
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser, por exemplo, o fato de não se sentir à vontade com algumas questões propostas.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

- f) Como benefícios o (a) Senhor (a) poderá refletir sobre as suas ações e atribuições, visto que será disponibilizado para o seu uso os dados após o término da pesquisa.
- g) Os pesquisadores Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior e Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Novo Edifício do Departamento de Educação Física, telefone: (41) 3361-3072, e-mail: wmarchijr@gmail.com e/ou e-mail: alewfo@hotmail.com. Endereço institucional: Avenida Coronel Francisco Heráclito dos Santos, 100, caixa postal:19061, Campus Centro Politécnico, CEP 81531-980, no horário das 8:30 ao 12:00 nas sextas-feiras para esclarecer eventuais dúvidas que o (a) Senhor (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Em caso de emergência o (a) Senhor (a) também pode me contatar, Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira, neste número, em qualquer horário: (41) 99524-9922.
- h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o (a) Senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado, sem nenhum prejuízo ou constrangimento. Também é possível receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Bem como, evidenciar a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização.
- i) O material obtido nos áudios será utilizado, unicamente, para essa pesquisa e será destruído/descartado a gravação ao término do estudo, dentro de 5 a 8 anos.
- j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas como o orientador do estudo, sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida a confidencialidade.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

l) Ressalta-se que o (a) Senhor (a) não terá custos financeiros para fazer parte da pesquisa, pois a mesma será realizada em seu local e horário de trabalho. As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como deslocamento, impressão e etc., são de recursos próprios dos pesquisadores e não são de sua responsabilidade. Portanto, o (a) Senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação, bem como não há previsão orçamentária para o seu deslocamento. Entretanto, caso seja necessário seu deslocamento até o local do estudo os pesquisadores asseguram o ressarcimento dos seus gastos com transporte (Item II.21, e item IV.3, sub-item g, Resol.466/2012).

m) Se o (a) Senhor (a) tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo e-mail cometica.saude@ufpr.br e/ou telefone 41 -3360-7259, das 08:30h às 11:00h e das 14:00h às 16:00h. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Fui informado que serei atendido sem custos para mim se eu apresentar algum dos problemas relacionados no item I.

Eu concordo, voluntariamente, em participar deste estudo.

Local, ____ de _____ de _____

[Assinatura do Participante de Pesquisa]

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COORDENAÇÃO/ CHEFIA IMEDIATA

Nós, Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior do Departamento de Educação Física e Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, estamos convidando o(a) Senhor (a) **coordenador(a)/chefia imediata** a participar de um estudo intitulado “O valor do jogo no subcampo do esporte social: uma análise de projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR”, aprovado no Comitê de Ética SCS/UFPR, sob o número CAAE: 56215421.5.0000.0102 e número do parecer: 5.444.436. Entendemos que investigar o voleibol nos projetos sociais, arrisca ser um meio para a compreensão dos movimentos estruturais internos que orientam a prática pedagógica do professor e o gerenciamento da coordenação/chefia imediata, influenciados pelo contexto social.

- a) O objetivo principal dessa investigação é analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR e qual papel exercem na construção do sentido do voleibol no subcampo investigado.
- b) Caso o (a) senhor (a) concorde em participar da pesquisa, será necessário que o senhor (a) responda 10 perguntas de uma entrevista. A primeira etapa corresponde a 6 perguntas referentes às suas funções e atribuições no desenvolvimento do projeto que trabalha, incluindo, a sua formação acadêmica e o seu ponto de vista sobre o projeto ofertado para a comunidade. A segunda etapa se refere a 4 perguntas sobre as ações mediadas pelo senhor (a) com os professores no desenvolvimento das aulas de voleibol.
- c) Para tanto o (a) Senhor (a) deverá dispor de um horário em seu local de trabalho para responder ao roteiro de entrevista que será gravado o áudio, o que levará aproximadamente 40 minutos.
- d) É possível que o (a) Senhor (a) experimente algum desconforto, principalmente relacionado à constrangimento ou quebra de confidencialidade, pois algumas questões da entrevista revelam características pessoais de sua função. Visando diminuir essa possibilidade, o anonimato será preservado.
- e) Alguns riscos relacionados ao estudo podem ser, por exemplo, o fato de não se sentir à vontade com algumas questões propostas.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

- f) Como benefícios o (a) Senhor (a) poderá refletir sobre as suas ações e atribuições, visto que será disponibilizado para o seu uso os dados após o término da pesquisa.
- g) Os pesquisadores Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior e Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira responsáveis por este estudo poderão ser localizados na Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Biológicas, Novo Edifício do Departamento de Educação Física, telefone: (41) 3361-3072, e-mail: wmarchi jr@gmail.com e/ou e-mail: alewfo@hotmail.com. Endereço institucional: Avenida Coronel Francisco Heráclito dos Santos, 100, caixa postal:19061, Campus Centro Politécnico, CEP 81531-980, no horário das 8:30 ao 12:00 nas sextas-feiras para esclarecer eventuais dúvidas que o (a) Senhor (a) possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Em caso de emergência o (a) Senhor (a) também pode me contatar, Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira, neste número, em qualquer horário: (41) 99524-9922.
- h) A sua participação neste estudo é voluntária e se o (a) Senhor (a) não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento e solicitar que lhe devolvam este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado, sem nenhum prejuízo ou constrangimento. Também é possível receber esclarecimentos em qualquer etapa da pesquisa. Bem como, evidenciar a liberdade de recusar ou retirar o seu consentimento a qualquer momento sem penalização.
- i) O material obtido nos áudios será utilizado, unicamente, para essa pesquisa e será destruído/descartado a gravação ao término do estudo, dentro de 5 a 8 anos.
- j) As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pessoas autorizadas como o orientador do estudo, sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida a confidencialidade.
- k) Quando os resultados forem publicados, não aparecerá seu nome, e sim um código.

Participante da Pesquisa e/ou Responsável Legal [rubrica]
Pesquisador Responsável ou quem aplicou o TCLE [rubrica]
Orientador [rubrica]

- l) Ressalta-se que o (a) Senhor (a) não terá custos financeiros para fazer parte da pesquisa, pois a mesma será realizada em seu local e horário de trabalho. As despesas necessárias para a realização da pesquisa, como deslocamento, impressão e etc., são de recursos próprios dos pesquisadores e não são de sua responsabilidade. Portanto, o(a) Senhor (a) não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação, bem como não há previsão orçamentária para o seu deslocamento. Entretanto, caso seja necessário seu deslocamento até o local do estudo os pesquisadores asseguram o ressarcimento dos seus gastos com transporte (Item II.21, e item IV.3, sub-item g, Resol.466/2012).
- m) Se o (a) Senhor (a) tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa poderá contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo e-mail cometica.saude@ufpr.br e/ou telefone 41 -3360-7259, das 08:30h às 11:00h e das 14:00h às 16:00h. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (Resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde).

Eu, _____ li esse Termo de Consentimento e compreendi a natureza e o objetivo do estudo do qual concordei em participar. A explicação que recebi menciona os riscos e benefícios. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem qualquer prejuízo para mim. Fui informado que serei atendido sem custos para mim se eu apresentar algum dos problemas relacionados no item I.

Eu concordo, voluntariamente, em participar deste estudo.

Local, ____ de _____ de _____

[Assinatura do Participante de Pesquisa]

Eu declaro ter apresentado o estudo, explicado seus objetivos, natureza, riscos e benefícios e ter respondido da melhor forma possível às questões formuladas.

Prof.^a Ma. Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira

APÊNDICE 4 - TERMO DE SOLICITAÇÃO DE USO DE SOM DE VOZ PARA PESQUISA

Título do Projeto: “O subcampo do esporte social: uma análise de projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR.

O pesquisador Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior responsável pelo projeto “ O subcampo do esporte social: uma análise de projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR”, solicita a utilização de som de voz do participante adulto para este estudo, com garantia de proteção de identidade.

Tenho ciência que a guarda e demais procedimentos de segurança são de inteira responsabilidade dos pesquisadores. Os pesquisadores comprometem-se, igualmente, a fazer divulgação dessas informações coletadas somente de forma anônima com proteção de imagem do participante.

Este documento foi elaborado em duas (2) vias, uma ficará com o(s) pesquisador(a/es) e outra com o(a) participante da pesquisa.

Curitiba, ____ de _____ de _____

Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior
Pesquisador responsável

Autorizo o uso de meu som de voz exclusivamente para esta pesquisa.

Participante da pesquisa

APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA (PROFESSOR(A))

Primeira etapa (compreensão da estrutura pelo olhar do(a) professor(a)):

- a) Qual o vínculo empregatício e o tempo de trabalho do professor no projeto social? Qual é o regime de trabalho? (disposição do agente)

O vínculo de trabalho e o tempo que se encontra no projeto são informações importantes para identificarmos o envolvimento e o comportamento do professor em seu ambiente de trabalho, o quanto está adaptado e estável ao funcionamento da instituição, ou seja, se o comportamento está incorporado à estrutura social.

- b) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?

Compreender a distribuição de poder e os capitais acumulados do(a) professor(a) atuante.

- c) Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente o(a) professor(a) almeja outra posição na instituição?

Para entender o que é disputado e o que as pessoas almejam no campo.

- d) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática? (*habitus*)

Nesta questão será interessante notar a percepção e esquemas de pensamento do professor em relação à sua função no projeto, a sua disposição adquirida com o meio e o *illusio* (crença e o sentido naquilo em que está envolvido).

- e) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)? (compreensão das leis do campo)

É importante conhecermos como o professor opera em relação à apropriação do conhecimento instituído nos documentos oficiais que orientam a sua prática (o saber

em si mesmo, o capital cultural incorporado e objetivado), pode revelar interesses, pensamentos e motivações (o próprio *habitus* ou o *habitus* de classe).

- f) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo professor (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)

É importante observar se existe alguma tensão entre a maneira como professor visualiza o projeto, seus objetivos e resultados, e as leis do campo. Ademais, permite analisarmos a legitimidade do voleibol social na esfera do esporte social e não apenas do esporte educacional, lazer e rendimento.

Segunda etapa (compreensão da relação entre professor e instituição (coordenação ou chefia imediata)):

- a) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?

A maneira como o professor conduz a aula pode, ou não, ter influência das leis do campo e do *habitus* de classe incorporado.

- b) O que acontece na prática docente é influenciado pelas ordens da coordenação ou chefia imediata? Se sim, como? (*doxa* e o paradoxo da *doxa*)

Nesta questão, o interesse é identificar a relação que se estabelece entre o professor e as leis do campo orientadas pela coordenação ou chefia imediata, a existência, ou não, da *doxa* ou do paradoxo da *doxa*.

- c) Como o(a) professor costuma planejar suas aulas? Seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?

A intenção é traçar uma comparativa entre os objetivos orientados em aula e aquilo que está proposto nos documentos oficiais para analisar se os objetivos condizem com o meio.

- d) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?

O ensino converge com a *doxa* do campo ou representa as experiências e vivências próprias do professor, afinal, o comportamento naturalizado revela o meio e/ou o indivíduo.

APÊNDICE 6 – ROTEIRO DE ENTREVISTA (COORDENAÇÃO/CHEFIA IMEDIATA)

- a) Qual o vínculo empregatício do coordenador ou chefe imediato ao projeto social? Qual é o regime de trabalho? (disposição do agente)

O vínculo de trabalho e o tempo que se encontra no projeto é importante para identificarmos o envolvimento do coordenador em seu ambiente de trabalho, o quanto está adaptado e estável ao funcionamento da instituição, visto que a sua posição pode inferir no comportamento de outros envolvidos no projeto.

- b) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?

Compreender a distribuição de poder e os capitais acumulados do(a) coordenação(a) atuante.

- c) Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente o(a) coordenação(a) almeja outra posição na instituição?

Para entender o que é disputado e o que as pessoas almejam no campo.

- d) Qual a participação do coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo? (*habitus* individual)

Nesta questão será interessante notar a percepção do coordenador ou chefe imediato em relação à sua função no projeto, a sua disposição adquirida com o meio, e a *illusio*. Além disso, o capital acumulado para a função que exerce.

- e) Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? (compreensão das leis do campo e o capital específico)

A hierarquia proporcionada pela função, os capitais acumulados, permitem que os coordenadores ou chefia imediata alterem, ou não, os documentos oficiais. É importante conhecermos a influência desses agentes com relação os documentos que norteiam as ações dos envolvidos no projeto, podendo revelar interesses, pensamentos e motivações (o próprio *habitus* ou o *habitus* de classe).

- f) Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo coordenador. (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)

Será importante observar se existe alguma tensão entre a maneira como coordenador ou chefia imediata visualiza o projeto, seus objetivos e resultados, e as leis do campo. Ademais, permite analisarmos a legitimidade do voleibol social na esfera do esporte social e não apenas do esporte educacional, lazer e rendimento.

Segunda etapa (compreensão da relação entre coordenação ou chefia imediata e professores):

- a) A coordenação ou chefia imediata orienta os professores conduzirem as aulas conforme as normativas da instituição?

As leis do campo e do *habitus* de classe incorporado parte ou não das ações da coordenação.

- b) Os planejamentos das aulas dos professores seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?

A intenção é traçar uma comparativa entre os objetivos orientados em aula e aquilo que está proposto nos documentos oficiais para analisar se os objetivos condizem com o meio.

- c) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?

O ensino converge com a *doxa* do campo ou representa as experiências e vivências próprias do professor, afinal, o comportamento naturalizado revela o meio e/ou o indivíduo.

- d) Qual a relação entre aquilo que é ensinado pelo professor e a atuação da coordenação ou chefia imediata?

A chefia valoriza a *doxa* do campo e busca um comportamento desejável ou prefere que o professor construa o processo de ensino-aprendizagem à sua maneira (diante da sua história, de seu *habitus*).

APÊNDICE 7 – PARECER CONSUBTÂNCIADO DO CEP SCS/UFPR



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O VALOR DO JOGO NO SUBCAMPO DO ESPORTE SOCIAL: UMA ANÁLISE DE PROJETOS SOCIOESPORTIVOS DE VOLEIBOL EM CURITIBA/PR

Pesquisador: Wanderley Marchi Júnior

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 56215421.5.0000.0102

Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação Física

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.444.436

Apresentação do Projeto:

Projeto de pesquisa, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná sob a orientação do Prof. Dr. Wanderley Marchi Júnior e colaboração de Alessandra Weiss Ferraz de Oliveira. A pesquisa irá analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura e no funcionamento dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR. A metodologia utilizada tem característica qualitativa e como estratégia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A investigação será realizada em quatro momentos que correspondem aos objetivos específicos dessa tese: pesquisa bibliográfica para a contextualização dos projetos socioeducacionais e socioesportivos brasileiros; pesquisa documental para a identificação dos agentes e das instituições que compõe a estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR; entrevista com os agentes atuantes na execução prática dos projetos (professores e coordenadores ou chefias imediatas), de modo que seja possível compreendermos alguns aspectos do habitus; e, simultaneamente, a análise, discussão e interpretação dos dados, correlacionando com a Teoria Reflexiva de Bourdieu. A pesquisa será realizada nos projetos socioesportivos de voleibol situados na cidade de Curitiba/PR, são eles: o Projeto AVP Social de Voleibol, Projeto Leões do Vôlei e Vôlei em Rede. As entrevistas serão realizadas em momento oportuno do participante em seu local de trabalho, isto é, nas instalações dos projetos, nas escolas da Rede

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.444.436

Municipal de Ensino de Curitiba e no Ginásio de Esportes da Secretaria do Esporte do Paraná. Critérios para participar da pesquisa, dois professores, independente do gênero, de cada projeto socioesportivo de voleibol em Curitiba/PR (AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede), o professor mais antigo do projeto (se encontra inserido no campo) e o professor mais novo (busca uma colocação no campo), além de três coordenadores ou chefia imediata responsáveis pela execução dos projetos na prática. Como resultados esperados espera-se com a pesquisa permitir a compreensão da mediação que há na relação entre os agentes e as instituições na estrutura social dos projetos socioesportivos, as disputas, as dependências, os interesses específicos, a rede de relações, o “sentido do jogo”, os capitais em jogo e o entrelaçar de informações no campo que podem indicar os princípios geradores da prática e o funcionamento desse sistema de distribuição de capital cultural. O período de realização da pesquisa será da aprovação do comitê de ética até agosto de 2022.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral

Analisar como os agentes e as instituições (privada, pública, não governamental) se inter-relacionam e interferem na estrutura e no funcionamento dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR.

Objetivos Específicos

- a) identificar os agentes e as instituições que compõe a estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol no Brasil, especificamente, em Curitiba/PR;
- b) descrever o processo histórico e legislativo de desenvolvimento dos projetos socioesportivos no país (no âmbito municipal, estadual e/ou federal);
- c) verificar as relações que se estabelecem entre os agentes e as instituições na estrutura social do voleibol em Curitiba/PR, nos seguintes projetos: AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede, a fim de, compreender o sentido, o significado e a funcionalidade, ou seja, a lógica interna do voleibol social nos projetos, os capitais disputados em jogo (capital específico), as leis do campo (regras ditas e não ditas que regem o comportamento – os mecanismos ocultos), a disposição dos agentes (colocação no espaço pela estrutura), a hexis corporal (a maneira de se comportar e se relacionar), o habitus individual e de classe incorporados (comportamento “naturalizado” condizente com o espaço).

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.444.436

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Algumas questões da entrevista revelam características pessoais da função dos professores e coordenação. Nesse sentido, a equipe de pesquisa considera um risco sentirem-se constrangidos. Como benefícios aos participantes da pesquisa, os mesmos poderão refletir sobre as suas ações e atribuições, já que, cada participante poderá fazer uso dos dados, os quais serão devolvidos ao término da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia utilizada tem característica qualitativa e como estratégia de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A investigação será realizada em quatro momentos que correspondem aos objetivos específicos dessa tese: pesquisa bibliográfica para a contextualização dos projetos socioeducacionais e socioesportivos brasileiros; pesquisa documental para a identificação dos agentes e das instituições que compõe a estrutura dos projetos socioesportivos de voleibol em Curitiba/PR; entrevista com os agentes atuantes na execução prática dos projetos (professores e coordenadores ou chefias imediatas), de modo que seja possível compreendermos alguns aspectos do habitus; e, simultaneamente, a análise, discussão e interpretação dos dados, correlacionando com a Teoria Reflexiva de Bourdieu.

A pesquisa será realizada nos projetos socioesportivos de voleibol situados na cidade de Curitiba/PR, são eles: o Projeto AVP Social de Voleibol, Projeto Leões do Vôlei e Vôlei em Rede. Com relação aos participantes, serão randomicamente selecionados de acordo com sua área de atuação profissional e participarão desta pesquisa de forma voluntária com a garantia de anonimato das suas respostas.

Após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFPR, o professor e a coordenação/chefia imediata serão convidados a participar do estudo. No primeiro momento serão agendados com o professor e com a coordenação/chefia imediata uma conversa inicial para a apresentação da proposta de pesquisa e possível realização do estudo em seu ambiente de trabalho.

No segundo momento, conforme a disponibilidade de tempo, o professor e a coordenação/chefia imediata receberão o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de Solicitação de uso de Som de Voz para Pesquisa, contendo os procedimentos, objetivos do estudo e, os riscos e benefícios. Ao concordar e assinar os termos supracitados, os participantes serão encaminhados para o terceiro momento que corresponde a entrevista propriamente dita. O tempo estimado para responder as questões propostas no roteiro é de 40 minutos podendo se estender.

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.444.436

Ressalta-se que, a participação será em uma entrevista formulada e dirigida pela pesquisadora sem que exista a obrigatoriedade de responder as questões ou, até mesmo, de continuar participando da pesquisa após iniciada.

Critérios de inclusão dois professores, independente do gênero, de cada projeto socioesportivo de voleibol em Curitiba/PR (AVP Social de Voleibol, Leões do Vôlei e Vôlei em Rede), o professor mais antigo do projeto (se encontra inserido no campo) e o professor mais novo (busca uma colocação no campo). Portanto, entrevistaremos seis professores de Educação Física durante as aulas de voleibol. Além desses profissionais, realizaremos a entrevista com três coordenadores ou chefia imediata responsáveis pela execução dos projetos na prática. Para a participação na pesquisa o(a) participante será randomicamente selecionado(a) de acordo com sua área de atuação profissional. Após o consentimento institucional, para que a coleta de dados seja realizada, o professor(a) será previamente convidado(a) a participar de maneira voluntária da pesquisa em seu local de trabalho e considerando a sua disponibilidade de tempo. Ressalta-se que, a participação será em uma entrevista formulada e dirigida pela pesquisadora sem que exista a obrigatoriedade de responder as questões ou, até mesmo, de continuar participando da pesquisa após iniciada.

As fontes para a pesquisa de campo foram definidas como: documentos oficiais da instituição (diretrizes, normativas e planejamentos), partindo de um roteiro que permita extrair as informações sobre a estrutura dos projetos sociais de voleibol em Curitiba/PR e, posteriormente, um roteiro de entrevista semiestruturado seguindo a lógica metodológica proposta pelo autor Pierre Bourdieu.

No primeiro momento, após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/SD), entraremos em contato com a autoridade responsável pelo projeto para apresentarmos a proposta de investigação do estudo e a assinatura da Declaração de Ciência de Campo de Pesquisa e/ou Concordância dos Serviços Prestados. Na sequência, marcaremos um horário com os coordenadores ou chefia imediata dos espaços esportivos para iniciarmos o processo de leitura e análise dos documentos, identificando: Quais os principais objetivos do projeto, isto é, o sentido atribuído (social, político, econômico e/ou educacional)? Como é construída as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quais leis e/ou decretos podem ser encontrados (a oferta do esporte)? Quais objetivos e/ou intencionalidades do voleibol social (as demandas)? Os objetivos convergem para outros campos (educacional, lazer e/ou rendimento)? Assim como, todas outras informações pertinentes que possam colaborar para atingir o segundo objetivo específico.

Após esse processo de reconhecimento dos participantes e do local de pesquisa, serão iniciadas as

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.444.436

entrevistas com o levantamento de informações referente ao objeto, mapeando e delimitando como a problemática se apresenta no dia a dia dos participantes, verificando a disposição dos agentes, as leis do campo, os capitais em jogo, entre outros fatores.

A entrevista será realizada após o consentimento dos participantes, em momento oportuno para professor e coordenador, com duração média de 30 a 40 minutos podendo se estender. O roteiro de entrevista foi desenvolvido a partir da Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, de modo a possibilitar a identificação dos princípios de funcionamento do jogo (campo), como: a disposição dos agentes (posição que ocupa no campo e o capital acumulado); habitus individual e o habitus de classe (a partir da ilusão, ou seja, a crença ou sentido atribuído pelo agente e classe ao projeto); a compreensão sobre as leis do campo (o saber em si mesmo sobre o conhecimento institucionalizado); a doxa (ponto de vista universal do dominante); os capitais em jogo (capital cultural, econômico, social e simbólico) e o capital específico (o peso relativo do seu capital na estrutura); as tensões e as leis do campo (formas ocultas de dominação e reprodução), as demandas e ofertas, e assim responder ao quarto objetivo específico dessa tese.

As transcrições em relação aos objetivos do estudo serão identificadas, relacionadas, comparadas e analisadas as semelhanças e diferenças dos dados encontrados nos documentos oficiais e nas entrevistas, utilizando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1977) e, como suporte para a análise das entrevistas o processo de codificação do software ATLAS.TI.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados.

Recomendações:

Nenhuma recomendação.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Os pesquisadores fizeram as correções no projeto de pesquisa e no TCLE.

Favor inserir em seu TCLE e TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa aplicar aos participantes de sua pesquisa, conforme decisão da Coordenação do CEP/SD de 13 de julho de 2020.

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais(a cada seis meses de seu parecer de aprovado) e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento, encerramento e destino dos conhecimentos obtidos,

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 5.444.436

através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO.

Para o próximo relatório, favor utilizar o modelo atualizado, (abril/22), de relatório parcial.

Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_1822195.pdf	25/05/2022 09:57:07		Aceito
Outros	corrigidoTCLECOORDversao2.docx	25/05/2022 09:55:35	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	corrigidoTCLEPROFversao2.docx	25/05/2022 09:54:43	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	ProjetoDetalhadoversao2.doc	25/05/2022 09:53:56	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	RESPOSTAASPENDENCIASversao2.docx	25/05/2022 09:52:51	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	RESPOSTAASPENDENCIAS.docx	23/04/2022 10:37:39	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	corrigidoTCLEPROFESSOR.docx	23/04/2022 10:35:55	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	corrigidoTCLECOORDENACAO.docx	23/04/2022 10:34:12	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDetalhadoAlessandra.doc	25/02/2022 08:06:38	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	Declaracaoausenciadecustos.pdf	23/02/2022 10:25:16	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	REQUERIMENTOSMSSME.pdf	23/02/2022 10:24:23	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	Solicitacaodeacessoaosdadosdearquivo AVP.pdf	14/02/2022 10:52:48	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	AutorizacaoManipulacaodadosAVP.pdf	14/02/2022 10:51:59	Wanderley Marchi Júnior	Aceito

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br



**UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR**



Continuação do Parecer: 5.444.436

Outros	ConcordanciadeCoparticipacaoAVP.pdf	14/02/2022 10:51:08	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	AutorizacaoManipulacaodosDadosInstitu toCompartilhar.pdf	14/02/2022 10:48:11	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	SolicitacaodeAcessoaosDadosInstitutoC ompartilhar.pdf	14/02/2022 10:47:24	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	ConcordanciadeCoparticipacaoInstitutoC ompartilhar.pdf	14/02/2022 10:46:15	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Declaração de concordância	DeclaracaodeCienciaeinteressedecam podepesquisa.PDF	14/02/2022 10:43:12	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	1CheckListDocumentalAlessandra.pdf	14/02/2022 10:41:00	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Declaração de Pesquisadores	5DeclaracaodeCompromissodaEquipede Pesquisa.pdf	27/10/2021 10:38:14	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	4AnalisedeMerito.pdf	27/10/2021 10:37:34	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	3ExtratodaATA215HomologacaoAlessan draWeissFerrazdeOliveira.pdf	27/10/2021 10:36:10	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Outros	2CartadeEncaminhamentoaoCEP.pdf	27/10/2021 10:35:11	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
Folha de Rosto	1folhaDeRosto.pdf	27/10/2021 10:29:56	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECOORDENACAO.docx	23/10/2021 14:23:36	Wanderley Marchi Júnior	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLEPROFESSOR.docx	23/10/2021 14:22:49	Wanderley Marchi Júnior	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 01 de Junho de 2022

**Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador(a))**

Endereço: Rua Padre Camargo, 285 - 1º andar

Bairro: Alto da Glória

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-7259

CEP: 80.060-240

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

APÊNDICE 8 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO VÔLEI EM REDE

QUADRO 6 - Vôlei em Rede traços sociologicamente pertinentes

PERÍODO	DEMANDA (problemáticas e disputas)	OFERTA (agentes e instituições)	OBJETIVOS E/OU TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS E EDUCACIONAIS	SIGNIFICADOS E RESSIGNIFICADOS DA PRÁTICA ESPORTIVA
1997	Jogadoras de Vôlei que precisavam de um local para se preparar para o Campeonato Brasileiro de Voleibol.	Bernardinho, CBV , uma empresa de marketing esportivo (Unilever) e a Secretaria de Educação do Paraná (SEED).	Governo do Jaime Lerner criou o Centro de Excelência de Voleibol , se tornando “vitrine” do projeto de governo Vila Olímpica. Unilever investiu no voleibol para revitalizar a marca de desodorantes.	Esporte rendimento.
1997 1998	Campeonato Brasileiro de Voleibol , a Superliga. Retorno de imagem e investimentos.		Equipe consagrou-se campeã	Esporte rendimento.
1997	Abertura de núcleos de iniciação para manter a qualidade das aulas por parte dos parceiros (escolas públicas e privadas).	Ginásio Almir Nelson de Almeida e Sede do Núcleo Regional de Educação ou Centro Regional da Paraná Esporte (colégios estaduais).	Abertura de 10 núcleos que expandiram para 19 em todo o Paraná. Servir como um trabalho de formação de base para preparar futuros atletas da modalidade e assim encaminhá-los para os clubes e posteriormente para seleções estaduais e nacionais. Ingresso de alunos a partir de “peneiras”. Era um esporte social para a formação de futuros atletas.	Esporte formação.
1997	Abertura de uma entidade Jurídica que atendesse ao	Paraná Vôlei Clube.	Administrar os recursos provenientes do patrocínio da	Esporte rendimento

	projeto.		Unilever para a equipe profissional e para o projeto social.	Esporte social.
1997	Aperfeiçoamento dos professores.	Professores conhecedores do Mini vôlei poderiam aplicar a metodologia em diferentes locais de atuação.	Mini vôlei a progressão ideal de aprendizagem da modalidade. Todos os professores recebiam a formação.	Esporte educacional.
2004	Transferência da equipe de Curitiba para o Rio de Janeiro.	Unilever. Criação do Rio de Janeiro Vôlei Clube.	Estratégia de desenvolver a marca em outros mercados e criação de outra entidade jurídica.	Esporte rendimento.
2005	Mudanças nos direcionamentos dos núcleos de iniciação esportiva (espaço físico e administrativo).	Centro de Capacitação Esportiva (CCE) como núcleo central e Universidade Tuiuti.	Atendimento dos 900 alunos mais a lista de espera.	Esporte social.
2001 2005	Substituição do Paraná Vôlei Clube pelo Rio de Janeiro Vôlei Clube. Término na parceria entre a equipe profissional Rexona e o Governo Estadual. A resolução oficial da saída da equipe de Curitiba foi veiculada no dia 9 de março de 2004 na sede da Paraná Esporte.	Centro Rexona AdeS de Voleibol.	Nova estratégia, criação do Instituto Compartilhar, organização sem fins lucrativos. Em São Paulo, o projeto foi implantado através de clínicas de Vôlei, uma delas destinada a uma comunidade carente na capital paulista, e outras para os filhos dos funcionários das fábricas da Unilever em três cidades: Indaiatuba, Valinhos e Vinhedo.	Esporte rendimento Esporte social.
2003 2004	Planejamento estratégico para o início das atividades do IC. Missão de	Ingresso do terceiro setor.	Contratação de equipe administrativa e assessoria jurídica	Esporte social.

	vincular o esporte com “Desenvolvimento Humano por meio do Esporte” .		especializada.	
2011	Outras formas de captação de recursos financeiros.	Lei Federal nº11438/2006 de Incentivo ao Esporte .	Captação de recursos via incentivo ao esporte Federal.	
2013 2014	Novo planejamento estratégico envolvendo outros programas e projetos.	Instituto Compartilhar e o poder público.	Ingressam três projetos socioesportivos: Esporte em Ação (oferece outros esportes), Núcleos de Iniciação ao Voleibol no Paraná e o Vôlei em Rede , mais três programas educacionais: Gibi Compartilhar é , Escolha Certa e Clínicas Instituto Compartilhar (os programas educacionais são uma iniciativa complementar ao programa socioesportivo com outras ações, utilizando cartilhas informativas, histórias em quadrinhos, e a formação de professores).	Esporte educacional.
2017	Acoplamento de dois projetos .	Instituto Compartilhar e o poder público.	O Núcleo de Iniciação ao Voleibol (NIV) alterou o nome para Vôlei em Rede (VR) , unindo dois projetos com as mesmas características.	
2016 2017	Readequação com “Termo de Parceria” condicionada a três parceiros .	Instituto Compartilhar, poder público e a iniciativa privada.	Nova relação é estabelecida. O poder público oportuniza o local e os professores da própria escola (dos 40 núcleos em atividade, 85% dos núcleos estão nas	Esporte educacional.

			escolas). Os parceiros privados colaboram com os financiamentos dos materiais. O IC disponibiliza a metodologia de iniciação, a coordenação e a facilitação da interação entre os parceiros.	
2022 2023		Firmado por meio do convênio de cooperação técnica entre o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado da Educação (Seed), Secretaria de Estado do Esporte e do Turismo (Seet) e Instituto Compartilhar.	Visa ao desenvolvimento humano, por meio do esporte associado à educação de valores, dentro dos princípios da Metodologia Compartilhar de Iniciação ao Voleibol.	Esporte educacional.

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 9 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO LEÕES DO VÔLEI

QUADRO 7 - Leões do Vôlei traços sociologicamente pertinentes

Período	DEMANDA (problemáticas e disputas)	OFERTA (agentes e instituições)	Objetivos e/ou Transformações político-sociais e educacionais	Significados e ressignificados da prática esportiva
2008	Foi no ano de 2008 que o medalhista olímpico Emanuel Rego sentiu com mais força o desejo de devolver para a sociedade o bem que o voleibol havia feito para sua vida. Tornar Curitiba referência nacional na formação esportiva de base e ampliar as ações e as atividades educativas complementares de contraturno aos estudantes. Dar alicerce a modelos modernos e de sucesso, focados na comunidade e voltada à melhoria da qualidade de vida. Dessa forma, o projeto nasceu para contribuir com a melhoria da educação pública de Curitiba, de forma que a prática esportiva é o agente de promoção estímulo escolar e de formação pessoal (valores de cooperação, convivência e respeito; autoestima e bem-estar).	Prefeitura municipal de Curitiba, pela Secretaria Municipal de Educação (SME) e Empresa Matte Leão. Criação do Projeto Leões do Vôlei – Voleibol com Educação (6 Escolas atendidas). Este projeto também utiliza como recursos humanos para seu desenvolvimento os professores de Educação Física lotados na unidade escolar.	Esporte e a Educação promove nas ações de cidadania dos indivíduos. O projeto é destinado aos estudantes matriculados nas escolas municipais na faixa etária de nove a quatorze anos, de ambos os sexos. Os mesmos frequentam as atividades preferencialmente três vezes na semana com aulas de no mínimo uma hora e trinta minutos de duração, com turmas de até trinta alunos.	Esporte educacional Esporte formação.

2009	Continuidade das ações do projeto.	290 crianças e adolescentes atendidos (7 a 13 anos).	Esporte e educação.	Esporte educacional.
2012	Inserção de mais uma secretaria para o atendimento de 1200 crianças e adolescentes.	Parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude (SME LJ).	Ampliação do projeto para outras idades (8 a 17 anos). Agora denominado Leões do Vôlei . Outro grande passo do Leões do Vôlei é a permanência dos alunos após a conclusão do ensino fundamental . Com a expansão para os centros de esporte, os alunos podem continuar no projeto, desde que comprovem matrícula em uma escola do ensino médio.	
2013 2016	Inserção do Projeto Leões do Vôlei – voleibol com educação no município de Fazenda Rio Grande.	Parceria com Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte e o Departamento de Esporte e Lazer de Fazenda Rio Grande e a Leão Alimentos e Bebidas.	Beneficiar aproximadamente 280 crianças e adolescentes em Fazenda Rio Grande. Inicialmente serão atendidas nas Escolas Municipais (8 a 13 anos).	Esporte educacional.
2021 2023	O educador físico Marcelo Ribaski, um dos idealizadores do Leões do Vôlei, lembra que o projeto pode vir a ser realizado em outras cidades , e que tem recebido propostas de municípios interessados . Porém, para que isso aconteça é necessário que a secretaria de educação do município dê o aporte	Parceria entre SME de Curitiba e o ex-atleta .	Utilizar o esporte como ferramenta de educação e socialização , bem como estimular o aprimoramento de aptidões e vida ativa nos alunos participantes à medida que vincula a permanência dos mesmos ao bom desempenho e comportamento escolar . Além disso, o Leões do Vôlei passou a ser um	Esporte educacional.

	financeiro. Os idealizadores oferecem toda a estrutura teórica e prática de orientação sobre a metodologia, enquanto o município fica responsável pelo custeio.		exemplo de sucesso de parceria intersetorial, estimulando outras empresas a adotarem essa postura e contribuirão positivamente para a comunidade em que atuam.	
--	---	--	--	--

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 10 – CONTEXTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS DO PROJETO **AVP SOCIAL DE VOLEIBOL**

QUADRO 8 - AVP Social de Voleibol traços sociologicamente pertinentes

Período	DEMANDA (problemáticas e disputas)	OFERTA (agentes e instituições)	Objetivos e/ou Transformações político-sociais e educacionais	Significados e ressignificados da prática esportiva
2011	Promoção do voleibol para jovens dentro do estado e com o apoio de parceiros. Após a verificação de poucas opções que nossos jovens possuem, em desenvolverem e aprimorarem de forma eficaz o seu “Talento”, oportunizando desta forma, que este jovem se torne além de um cidadão mais em Curitiba e região, detectada, realizado, um futuro atleta do esporte.	Parceria com a Prefeitura Municipal de Curitiba, pela Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, Governo do Estado do Paraná, com o Instituto Compartilhar e algumas empresas privadas.	Propiciar a toda essa juventude uma oportunidade de desenvolverem as suas potencialidades dentro das quadras do voleibol. Suprir uma lacuna que existe na prática esportiva de rendimento no esporte	Esporte formação Esporte rendimento.
2014	Criação da equipe sub-19.	Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR).	Recursos estruturais e científicos para aprimorar o desempenho dos atletas pertencentes a equipe.	Esporte formação.
2019	Visibilidade e promoção do voleibol para jovens.	AVP (Associação de Voleibol do Paraná) e a SMELJ.	Primeira Copa Curitiba de Voleibol Internacional.	Esporte formação.

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 11 – ANÁLISE DOCUMENTAL VÔLEI EM REDE

QUADRO 9 - Análise documental plano de trabalho Vôlei em Rede

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Identificar os documentos importantes e correspondentes ao projeto social de voleibol (diretrizes, normativas e planejamentos).	PLANO DE TRABALHO	
Como são construídas as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quem são os agentes/ instituições envolvidas?	O Instituto Compartilhar é responsável pelo pagamento do corpo docente (coordenadores e professores) e da administração do Núcleo Central, assim como de todo o apoio nas áreas de gerenciamento, comunicação, financeira, jurídica e contábil feito diretamente pelo escritório central . O Compartilhar não recebe recursos públicos , portanto é sua função buscar parceiros privados .	Disposição de agentes e instituições
	A manutenção do ginásio esportivo é uma responsabilidade do Governo do Paraná conforme estabelecido no Acordo de Cooperação Técnica assinado entre as partes. O espaço usado para as aulas de voleibol e atividades complementares com as crianças e adolescentes é o Ginásio 2 do Campus Avançado da Paraná Esporte, disponibilizado exclusivamente para o Instituto Compartilhar de segunda a quinta-feira entre 8h00 e 18h00.	Tensões ou disputas
Qual a relação entre os agentes responsáveis pela construção dos documentos oficiais e o projeto de voleibol na prática?	O objeto é a conjugação de esforços para a execução do Núcleo Central Curitiba do projeto Vôlei em Rede que juntamente com outros 16 núcleos de iniciação esportiva espalhados pelo Estado fazem parte de uma parceria de 23 anos com o Governo do Paraná que visa o desenvolvimento humano por meio do esporte associado à	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ► Esporte educacional.

	educação de valores dentro do conceito da Metodologia Compartilhar de Iniciação ao Voleibol. O Compartilhar investe constantemente na capacitação dos professores.	Capitais em Jogo: ➤ Social; ➤ Cultural objetivado;
Quais as leis e/ou decretos podem ser encontrados nos documentos oficiais?	Nenhuma lei ou decreto informado.	
Quais os objetivos e/ou o sentido do voleibol social? Eles convergem para outros campos (educacional, participação, formação e rendimento)? O que é ofertado ao público?	Oferecer a prática esportiva de qualidade favorecendo a igualdade de oportunidade entre pessoas, atendendo prioritariamente crianças e adolescentes da rede pública de ensino e junto a comunidades menos favorecidas. Proporcionar anualmente o acesso à prática esportiva do voleibol a 400 crianças e adolescentes entre 9 a 15 anos que estejam matriculadas na rede de ensino no estado do Paraná, preferencialmente em escolas públicas, através duas aulas semanais. Capacitar permanentemente os professores de educação física que participam do projeto através de credenciamento e/ou aperfeiçoamento na Metodologia Compartilhar de Iniciação ao Voleibol. Este aperfeiçoamento pode acontecer em encontros, clínicas ou visitas técnicas e ser aberto a outros profissionais do esporte da região ou do Brasil Realizar eventos esportivos e sociais inclusivos de voleibol levando em conta os valores.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social e de assistência social.
		Capitais em Jogo: ➤ Cultural incorporado; ➤ Social;

Verificar se o projeto de voleibol consta como projeto social esportivo ou projeto social educacional, como foi definido e estruturado, qual demanda social pretende suprir?	Além das aulas, os eventos esportivos e sociais fazem parte do processo de aprendizagem dos alunos e são momentos fundamentais para que as crianças e adolescentes possam demonstrar a evolução técnica e tática na modalidade e os valores vivenciados nas aulas. A maioria dos eventos tem o formato de festival de participação onde todos saem vitoriosos de diferentes formas, além de estabelecer um valor da metodologia (cooperação, responsabilidade, respeito e autonomia) como foco principal. As ações complementares surgiram com o objetivo de contribuir com o dia a dia das aulas, de acordo com as necessidades dos professores e a realidade de cada núcleo, por isso, sua participação é facultativa. No Compartilhar Fidelidade, por meio de uma carteirinha, a garotada participante acumula pontos conforme têm atitudes positivas relacionadas ao trabalho de valores da metodologia como, por exemplo, ser pontual, usar o uniforme e apresentar o boletim com boas notas. No final do ano, os alunos com melhor pontuação são premiados. “Acredito que o valor responsabilidade foi o que mais apresentou resultados. Os alunos passaram a se preocupar mais com as faltas, com o uniforme e em entregar as atividades pontuais”, depoimento de professora do núcleo. Compartilhando um Ideal é voltado aos ex-alunos e alunos mais experientes que auxiliam os professores durante as aulas e eventos. Sou voluntário e, assim como outros me ajudaram e tive exemplos a seguir, também gosto de ajudar, ainda mais este projeto que sempre me acolheu” depoimento de um ex-aluno e voluntário. As aulas acontecem duas vezes por semana com duração de 60 minutos cada, sempre no contraturno escolar, e acompanham o ano letivo.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional, participação e formação. Significado e ressignificado da prática esportiva: ➤ Características relacionadas a rotina do ambiente escolar.
Identificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do projeto e as problemáticas que conduziram para o alcance de outros objetivos ou	Desde 1997, os resultados alcançados são muito efetivos e marcaram a vida de mais de 25 mil crianças e adolescentes no Paraná, o que ficou ainda mais claro após a pesquisa “Ex-aluno, por onde você anda?”	Tensões ou disputas ➤ Manutenção do projeto.

propostas.	A contrapartida social está na oportunidade para milhares de crianças de vivenciarem uma experiência esportiva positiva em um projeto inclusivo e de excelência com professores atenciosos em um ambiente acolhedor. Isto gera transformações para a vida toda, o que chamamos de Efeito Esporte. E o mais incrível: 99% dos egressos gostariam que seu filho ou filha participasse de um projeto com o que ele participou, ou seja, credibilidade e confiança com a perspectiva de transferir entre gerações os valores aprendidos através do projeto.	
------------	--	--

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 12 – ANÁLISE DOCUMENTAL LEÕES DO VÔLEI

QUADRO 10 - Análise documental Leões do Vôlei e Emanuel Rego

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Identificar os documentos importantes e correspondentes ao projeto social de voleibol (diretrizes, normativas e planejamentos).	Leões do Vôlei Emanuel Rego: um patrimônio histórico do esporte	
Como são construídas as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quem são os agentes/ instituições envolvidas?	O projeto foi idealizado pela empresa Leão Júnior, atual Leão Alimentos e Bebidas . É desenvolvido na Secretaria Municipal de Educação (SME) , especificamente pela coordenação de Projetos em parceria com outros departamentos. Pela Secretaria Municipal de Fazenda Rio Grande .	Disposição de agentes e instituições
	Apoio do Instituto Esporte, Cidadania, Cultura e Educação (E.C.C.E. Instituto) do ex-atleta olímpico Emanuel Rego. Na prática o projeto é efetivado por professores da SME.	Capitais em Jogo: ➤ Social. ➤ Simbólico.
Qual a relação entre os agentes responsáveis pela construção dos documentos oficiais e o projeto de voleibol na prática?	Para o desenvolvimento do projeto os docentes do curso de formação são pagos pela empresa Leão Alimentos e Bebidas.	Capitais em Jogo: ➤ Cultural institucionalizado revertido em econômico.
	A SME é responsável pela mobilização de estudantes e professores, determinação dos espaços, definição dos professores de Educação Física e estagiários, transporte dos estudantes, lanche e alimentos para os eventos e realização do festival de encerramentos. Toda a logística para que o projeto tenha possibilidades de ser executado na prática.	Disposição de agentes e instituições
	Empresa Leão Bebidas e Alimentos é responsável : pelos materiais esportivos; uniformização; formação dos professores; realização do festival de encerramento em parceria com a SME; manutenção de equipamentos; material de divulgação do	Disposição de agentes e instituições

	projeto.	
Quais as leis e/ou decretos podem ser encontrados nos documentos oficiais?	Nenhuma lei ou decreto informado.	
Quais os objetivos e/ou o sentido do voleibol social? Eles convergem para outros campos (educacional, participação, formação e rendimento)? O que é ofertado ao público?	O foco do projeto é contribuir com a melhoria da educação e socialização de crianças e adolescentes , estudantes da rede pública de ensino e com idade entre 09 e 13 anos.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.
	Com o objetivo de motivar e sociabilizar os participantes, além de ensinar o esporte como ferramenta do aprendizado da cidadania , este projeto procura oportunizar experiências e atividades únicas que somente o esporte com a educação podem trazer às crianças e adolescentes.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.
	Festival Leões do Vôlei que reúne todos os estudantes; realiza diversas oficinas e também o memorial do atleta com troféus, medalhas, uniformes, vídeos entre outros materiais para os estudantes vivenciarem a carreira do atleta Emanuel Rego e o esporte na sua trajetória mundial. Todos os estudantes do projeto participam do Festival e recebem como brindes uma sacola, uma mini bola e um caderno com imagens do esporte. A visita do atleta Emanuel às escolas, aos torneios e ao Festival. Uma videoaula gravada para estudantes do sexto ao nono ano e também disponibilizada no Canal do YouTube, relatando um pouco sobre a vida do Emanuel, o projeto e algumas atividades práticas de Voleibol.	Capitais em Jogo: ➤ Simbólico; ➤ Cultural objetivado;
	O esporte democrático , a oportunidade da prática por todos preceitos básicos educativos e disciplina , ética, moral e cidadania , o entusiasmo, emoção e formação de condutas cidadãs.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional e social.
Verificar se o projeto de voleibol consta como projeto	O projeto “Voleibol com Educação – Leões do Vôlei”, visa a cooperação técnico –	Intencionalidades políticas, sociais e

social esportivo ou projeto social educacional, como foi definido e estruturado, qual demanda social pretende suprir?	institucional entre as partes para a formação esportiva de base desta modalidade. Focando na educação e na sustentação do esporte. As metas pretendidas no início era alcançar em dois anos, dezoito escolas municipais de Curitiba atingindo dois núcleos em cada regional da cidade, e projetar em até dois anos o município como modelo estadual e nacional, em projetos desse tipo e tornar Curitiba referência nacional na formação esportiva de Voleibol de base.	educacionais: ➤ Esporte educacional e formação.
	Não existe uma fórmula exata para o sucesso quando se trata de desenvolver campeões olímpicos. Mas, por outro lado, o esporte pode ser um dos caminhos de transformação social para a formação de jovens cidadãos. “Acreditamos que o esporte e a educação podem perfeitamente unir forças em ações de cidadania, como é o Leões do Vôlei. Mais do que consagrar o campeão do torneio, queremos que os jovens cidadãos assimilem valores importantes ao desenvolvimento pessoal, qualidade vida, estímulo, retenção e desenvolvimento escolar, além de aprenderem a lidar com derrotas e vitórias e com espírito de equipe”, explica Fabiano Rangel, gerente Institucional e de Desenvolvimento Sustentável da Leão Alimentos e Bebidas.	Significado e ressignificado da prática esportiva: ➤ Argumento relacionado ao vínculo com o ambiente educacional.

Identificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do projeto e as problemáticas que conduziram para o alcance de outros objetivos ou propostas.	O projeto iniciou no ano de 2008 em quatro escolas municipais, em 2009 foi desenvolvido em seis escolas, e em 2010 foi ampliado para mais duas unidades de ensino, totalizando oito escolas municipais. Em 2011, o projeto foi ampliado e atendeu dez escolas municipais. No ano de 2010 houve a inclusão do atleta olímpico Giba, do Banco do Brasil e da Olympikus como parceiros do projeto. Em 2011 o projeto foi estendido também aos centros de esporte da SMELJ Curitiba. No ano de 2013 o projeto atendeu oito Núcleos Regionais de Educação e dez unidades escolares. Em 2014 foram contemplados oito Núcleos Regionais de Educação e dez unidades escolares. No ano de 2015, foram atendidos oito Núcleos Regionais de Educação e dez unidades escolares. No ano de 2016, o projeto contemplou oito Núcleos Regionais de Educação e dez unidades escolares. Nos anos de 2020 e primeiro semestre de 2021, em virtude da pandemia, as aulas do projeto não foram realizadas, pois as escolas e centros de esporte e lazer estavam fechados.	Capitais em Jogo: ➤ Econômico; ➤ Simbólico;
		Tensões ou disputas

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 13 – ANÁLISE DOCUMENTAL VEREDAS FORMATIVAS LEÕES DO VÔLEI

QUADRO 11 - Análise documental Veredas Formativas Leões do Vôlei

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Identificar os documentos importantes e correspondentes ao projeto social de voleibol (diretrizes, normativas e planejamentos).	Veredas Formativas - Leões do Vôlei	
Como são construídas as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quem são os agentes/ instituições envolvidas?	Coordenadoria de Projetos , Gerência de Projetos Educacionais SME de Curitiba , durante a exceção e organização da formação.	Disposição de agentes e instituições
Qual a relação entre os agentes responsáveis pela construção dos documentos oficiais e o projeto de voleibol na prática?	Nesse caso, por se trata de um documento sobre formação de professores, o envolvimento da SME é permitir instalações adequadas para o processo de ensino-aprendizagem, bem como uma bagagem de conhecimentos teórico-prático para os professores. O Projeto Leões do Vôlei oportuniza aos professores uma capacitação com atividades práticas e estudo teórico da modalidade. • Exposição verbal, discussão e intervenção prática do conteúdo exposto. • Práticas com a modalidade no voleibol. • Visita às Escolas Municipais para acompanhamento do projeto. • Controle de frequência dos participantes. • Reunião de avaliação com entrega de relatório.	Disposição de agentes e instituições
		Capitais em Jogo: ➤ Cultural incorporado.

	A capacitação faz parte da parceria que está sendo realizada com o atleta Emanuel para o desenvolvimento do projeto e, desta forma, o docente será voluntário, não acarretando custos à Secretaria Municipal da Educação. Vídeo Conferência com o Atleta Emanuel e trocas de experiência.	Tensões ou disputas
Quais as leis e/ou decretos podem ser encontrados nos documentos oficiais?	Nenhuma lei ou decreto informado.	
Quais os objetivos e/ou o sentido do voleibol social? Eles convergem para outros campos (educacional, participação, formação e rendimento)? O que é ofertado ao público?	O projeto “Leões do Vôlei” tem como objetivo tornar Curitiba referência nacional na formação esportiva de base. Está previsto o atendimento a 10 unidades escolares com a possibilidade de inclusão de mais 10 escolas que se encontram em lista de espera. A formação dos professores está incluída no quarto objetivo de desenvolvimento sustentável, Educação de Qualidade, bem como, os Princípios da Cidade Educadora e da Aprendizagem Criativa. Com recursos humanos motivados e capazes, as escolas poderão transmitir aos seus estudantes os princípios de cidadania global, valorização de diversidades e a educação para o desenvolvimento sustentável.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte formação e educacional.
		Significado e ressignificado da prática esportiva: ➤ Argumento relacionada ao vínculo com o ambiente educacional.
Verificar se o projeto de voleibol consta como projeto social esportivo ou projeto social educacional, como foi definido e estruturado, qual demanda social pretende suprir?	É estruturado: Metodologia 3D’s (Desejo, Determinação e Domínio) do minivoleibol, a qual tem por base a filosofia adotada pelo atleta Emanuel no decorrer de sua carreira esportiva: Desejo em descobrir os anseios e mostrar os espaços na sociedade; Determinação em programar direções e definir as etapas da vida e Domínio em formar um caráter e personalidade distinta, com propósito de fraternidade e paz para com as necessidades do próximo. Atendendo estudantes no contraturno escolar e extensão de carga horária. A demanda é a formação esportiva de base.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional e formação.
		Capitais em Jogo: ➤ Cultural incorporado.
Identificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do projeto e as problemáticas que	Para 2022, está previsto o atendimento a 10 unidades escolares com a possibilidade de inclusão de mais 10 escolas que se encontram em lista de espera.	Tensões ou disputas

conduziram para o alcance de outros objetivos ou propostas.		
---	--	--

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 14 – ANÁLISE DOCUMENTAL AVP SOCIAL DE VOLEIBOL

QUADRO 12 - Análise documental Projeto AVP Social de Voleibol

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Identificar os documentos importantes e correspondentes ao projeto social de voleibol (diretrizes, normativas e planejamentos).	Projeto – relatório 2018, 2019, 2020 e 2021.	
Como são construídas as diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Quem participa da elaboração? Quem são os agentes/ instituições envolvidas?	A construção do projeto ocorre pela Associação de Voleibol do Paraná (associação civil sem fins econômicos), construída em 2005 por um grupo de admiradores e praticantes de voleibol. Na prática, o projeto é efetivado por: 01 Instrutora voluntária, especializada em Voleibol para o grupo de alunos/atletas até 13 anos; 01 Instrutor voluntário, especializado em Voleibol para o grupo de alunos/atletas até 15 anos; 01 Instrutor voluntário, especializado em Voleibol para o grupo de 80 alunos/atletas até 17 anos. Parceria institucional realizada entre a AVP e a Dental Uni , com o objetivo de dar suporte para o desenvolvimento do Projeto de Voleibol da AVP, beneficiando todos os atletas integrantes do projeto com os planos odontológicos da Dental Uni, bem como, o repasse financeiro para auxiliar nos custos logísticos da equipe AVP/Dental Uni/Curitiba. Parceria com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, através da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte . Parceria esportiva para o suporte	Disposição de agentes e instituições.
		Capitais em Jogo: ➤ Social.

	técnico de desenvolvimento e preparação da Seleção Municipal Masculina de Voleibol que participa dos Jogos da Juventude do Paraná. Parceria com a Secretaria de Esportes do Paraná, para a utilização de suas dependências esportivas – quadras de voleibol do Ginásio 02, do Campus situado no bairro Capão da Imbuia em Curitiba. Parceria com a Contax Contabilidade que fornece gratuitamente todos os serviços contábeis da Associação de Voleibol do Paraná. Parceria com a Abbatour Transporte e turismo, para o traslado de atletas e equipes do Projeto AVP Social de Vôlei em seus jogos e competições de forma gratuita e/ou com valores reduzidos.	Significado e ressignificado da prática esportiva: ➤ Esporte social.
Qual a relação entre os agentes responsáveis pela construção dos documentos oficiais e o projeto de voleibol na prática?	A Associação de Voleibol do Paraná é responsável pela estruturação jurídica, administrativa, organizacional, logística, pessoal, etc. do Projeto de Voleibol para o seu perfeito desenvolvimento e funcionamento. Com o intuito de: defender os interesses dos praticantes do Voleibol Master nas competições que venham a participar; fomentar o Voleibol em todo o Estado do Paraná, de federados ou não; organizar, fora do calendário promovido pela CBV, torneios ou competições esportivas divulgando ao mesmo tempo o Voleibol do Paraná; promover eventos de caráter social, cultural e recreativo junto aos seus associados; atuar efetiva e eficazmente junto aos patrocinadores em relação ao calendário oficial dos eventos esportivos anuais.	Disposição de agentes e instituições.
Quais as leis e/ou decretos podem ser encontrados nos documentos oficiais?	Lei Municipal de Incentivo ao Esporte.	Disposição de agentes e instituições. Capitais em Jogo: ➤ Econômico.

Quais os objetivos e/ou o sentido do voleibol social? Eles convergem para outros campos (educacional, participação, formação e rendimento)? O que é ofertado ao público?	Propiciar a toda essa juventude uma oportunidade de desenvolverem as suas potencialidades dentro das quadras do voleibol [...], criando assim as condições necessárias para que este jovem se torne além de um cidadão mais realizado, um futuro atleta do esporte. Considerando que a prática do aperfeiçoamento e rendimento do Voleibol em Curitiba é realizada na sua grande maioria por clubes e colégios privados, este projeto de voleibol abriu uma nova perspectiva, para que os adolescentes de Curitiba e região possam ter as mesmas ou até melhores condições deste aperfeiçoamento. O Projeto “AVP de Voleibol” tem como princípio de seu desenvolvimento, a promoção de treinamentos especializados de rendimento, amistosos e participação em competições de voleibol para todos os seus participantes. Cada grupo de treinamento tem o acompanhamento de um profissional da área de educação física, especializado em voleibol, que ministrará no mínimo 02 treinamentos por semana com duração de 2 horas cada um e no máximo 04 treinamentos por semana com duração de 2 horas cada um, podendo chegar a uma duração de 3 horas na categoria infanto-juvenil.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte de rendimento e social.
Verificar se o projeto de voleibol consta como projeto social esportivo ou projeto social educacional, como foi definido e estruturado, qual demanda social pretende suprir?	O Projeto Esportivo da AVP, veio suprir uma lacuna que existe na prática do esporte de formação e rendimento em Curitiba e região, que foi verificada, através da identificação de poucas opções esportivas que nossos jovens possuem, para desenvolverem e aprimorarem de forma eficaz os seus “Talentos”.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
Identificar as mudanças ocorridas no desenvolvimento do projeto e as problemáticas que conduziram para o alcance de outros objetivos ou propostas.	Em 2019, além das citadas no projeto 2018, os treinos também são realizados no ginásio de Esportes da Praça Oswaldo Cruz do município. Capacidade máxima de 700 atletas. De um ano para outro houve alteração na capacidade máxima de atletas, de 80 para 700. Em 2020, além das citadas no projeto 2019, os treinos também são realizados no ginásio de esportes do Centro Esportivo Dirceu Graeser para treinamentos das equipes do Projeto AVP Social de Voleibol e no ginásio do Quartel do Comando Geral da PMPR. Em 2021, adolescentes e jovens do sexo	Tensões ou disputas.

	masculino entre 12 e 18 anos de idade. Capacidade máxima de 70 atletas. Devido a pandemia causada pela “COVID-19” e a não promoção de competições pela Federação Paranaense de Voleibol ou outras promotoras do Voleibol em nossa cidade e estado.	
--	--	--

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 15 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS VÔLEI EM REDE

QUADRO 13 - Análise das entrevistas Vôlei em Rede

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIAS DE ANÁLISE
P1(A) Qual o vínculo empregatício e o tempo de trabalho do professor no projeto social? Qual é o regime de trabalho?	Desde 2006, eu comecei como estagiária em 2005 aí depois eu fui contratada como assistente e instrutora de vôlei, passou alguns anos e fiquei como instrutora de vôlei.	Disposições dos agentes
P1(A) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Para o cargo acredito que seria o Bacharelado em Educação Física, seria o suficiente.	Capitais em jogo ➤ Cultural institucionalizado
P1(A) Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente o(a) professor(a) almeja outra posição na instituição?	Aqui a gente sabe que fui voluntária, estagiária e professora, como aqui tem cargo de coordenação quem sabe um dia uma coordenação.	Leis do campo
P1(A) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	Eu participei dessa fase, então a gente destrinchou cada fundamento, cada ponto chave que seria importante. Então, fica um pouco mais tranquilo na hora da gente trabalhar. A gente sabe os pontos chaves que são cobrados, a gente tem uma avaliação também, uma avaliação técnica que a gente consegue observar as crianças que atingem ou não atingem para que se precisar de mais aulas para atingir aquele fundamento a gente consiga fazer.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
		Disposições dos agentes
P1(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Eu acho que é um projeto excelente para a comunidade, é, ..., em vista de outros projetos que até mesmo a gente tem no Campus	Tensões e disputas

P1(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Material de qualidade, elas ganham uniformes, tem aulas de qualidade, os professores sempre estão fazendo cursos e se aprofundando e atualizando, então a aula é de qualidade. É um projeto que abrange toda a comunidade e um pouquinho mais e sempre com excelência.	Capitais em jogo: ➤ Cultural objetivado; ➤ Cultural institucionalizado;
P1(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Eu acho que é um projeto excelente para a comunidade, é, ..., em vista de outros projetos que até mesmo a gente tem no Campus, é um projeto gratuito onde as crianças tem material de qualidade, elas ganham uniformes, tem aulas de qualidade, os professores sempre estão fazendo cursos e se aprofundando e atualizando, então a aula é de qualidade. É um projeto que abrange toda a comunidade e um pouquinho mais e sempre com excelência.	Disposições dos agentes
		Significado e ressignificado da prática esportiva
P1(A) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	Sim, a gente segue a nossa metodologia, os três momentos: o momento inicial com o aquecimento, de forma mais lúdica para as crianças; a parte principal, que é a parte do jogo que a gente modela para fazer os exercícios; e no final o jogo. As três partes da aula.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P1(A) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	Como eu estou aqui a algum tempo, a gente criou a metodologia, a gente fez alguns estudos relacionados aos fundamentos. Então a gente, como que eu posso falar, a gente estudou cada fundamento para saber o que deveria ser cobrado na iniciação esportiva, por exemplo: tem os fundamentos do toque e manchete que tem os pontos chaves que a gente consegue trabalhar com uma quantidade de aulas para saber se a criança, com aquela quantidade de aulas vai conseguir realizar aquele fundamento.	Significado e ressignificado da prática esportiva
		Disposições dos agentes
		Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte formação.
P2(N) Qual o vínculo empregatício e o tempo de trabalho do professor no projeto social? Qual é o regime de trabalho?	Eu sou professor do projeto, sou contratado pelo instituto, não é professor e sim instrutor contratado pela CLT.	Disposições dos agentes

P2(N) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Eu atuo como instrutor de vôlei no Instituto Compartilhar, sou formado pela Universidade Positivo, bacharel. Eu coleí grau no início de 2020, tenho curso de Iniciação ao alto rendimento no voleibol e outros cursos de outras áreas. Mas do vôlei é mais esse da Iniciação ao alto rendimento	Capitais em jogo: ➤ Cultural institucionalizado. Significado e ressignificado da prática esportiva
P2(N) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	A gente recebe meio que um esqueleto do nosso planejamento anual e em cima disso a gente vai trabalhando nossas aulas, nossos objetivos mensais, semanais. É muito detalhado, ..., é entregue na mão o que eu tenho que fazer, claro que cada professor tem que fazer a sua adaptação. Mas eu gosto bastante, porque a gente recebe esse planejamento e não é algo que tem só aqui para o núcleo central, para todos os núcleos é a mesma coisa, a gente segue uma linha de planejamento em todos os lugares.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P2(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	O impacto que tem na vida das crianças, por exemplo a gente tem alunos que entram com 9 anos daí chega os 14, 15 anos e já precisam sair por causa da idade e eles perguntam “professor não tem mais vôlei aqui, o que a gente pode fazer? Não tem uma turma de mais velhos?” Porque eles gostam, ainda têm vontade de continuar mesmo depois de 5 ou 6 anos dentro do projeto.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado. Significado e ressignificado da prática esportiva
P2(N) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	A gente tem algumas normativas e alguns padrões para manter tudo bem nivelado.	Tensões e disputas
P2(N) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	Mas com relação as diretrizes e normativas que a gente recebe são bem diretas e não me prendem a fazer alguma coisa, ..., as normativas só incentivam a gente a fazer alguma coisa, evoluir como profissional.	Tensões e disputas Leis do campo

P2(N) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	100%, ..., 100%. Tudo que a gente leva para quadra tem a ver com as diretrizes do projeto, nem tanto só com a parte do vôlei, mas com a parte social também, aonde a gente trabalha a responsabilidade, respeito, autonomia, todas as nossas, ..., os nossos valores que a gente tem no projeto temos que levar para dentro da aula.	Tensões e disputas
P2(N) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	Eu tenho a minha turma do vôlei chamada autonomia, que o carro chefe é a autonomia com eles. Então, por exemplo, chegou um aluno novo, não sou eu que vou apresentar o aluno para a turma normalmente eles já têm a autonomia de ir e cumprimentar o aluno e falar “olha nessa turma a gente faz isso”. Tem aluno que vem e faz a chamada, tem o aluno responsável pelo aluno novo, então, a gente tem um cronograma, na quinta-feira o aluno “tal” é o responsável se chegar o aluno novo e terá que ter a autonomia de chamar o aluno “vem cá, ingressa na turma e venha fazer aula com a gente”, durante os exercícios, eles terem, ..., a noção do que estão fazendo e não ficar perdidos pela quadra, pulando, atacando bola.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 16 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS LEÕES DO VÔLEI

QUADRO 14 - Análise das entrevistas Leões do Vôlei

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIA DE ANÁLISE
P3(A) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	A gente se dedicando para eles o retorno é para gente. A gente percebe o brilho no olhar, a evolução de como começaram e como eles terminaram. Então, eu me sinto gratificada de fazer parte todos os anos do projeto.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte de assistência social Significado e ressignificado da prática esportiva
P3(A) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	A minha função é professora de Educação Física, eu faço parte do quadro de professores da secretaria de educação.	Disposições dos agentes
P3(A) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	Encontrar todas aquelas crianças reunidas no mesmo lugar se divertindo e não usando, aliás, não praticando só o voleibol, porque no momento do final de ano, nessa ação social que a gente faz com eles trazemos outras atividades também. O mais importante é o contato deles com as atividades físicas.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
P3(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Então, eu vejo que ele tem potencialidade para crescer, parece que eles já têm 13 anos o que capacita ele para alçar voos mais altos. Mais para isso teria que existir mais envolvimento, mas acho que é um projeto fantástico.	Tensões e disputas
P3(A) Qual o vínculo empregatício e o tempo de trabalho do professor no projeto social? Qual é o regime de trabalho?	Estou desde o início do projeto, ..., desde 2008 quando começou. O meu vínculo com o projeto é porque sou professora da rede e essa escola foi a escola que o projeto deu o pontapé inicial.	Leis do campo

P3(A) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)	Eu acho que o que me habilita são meus anos de carreira.	Leis do campo
P3(A) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	Fomentador a pessoa que traz toda a capacitação pra gente, ele é, ..., bem chão de escola mesmo, então ele atua dentro da escola, ele trouxe a metodologia voltada para a escola	Leis do campo Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P3(A) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	O voleibol veio como um carro de frente, como um suporte para alavancar todas essas estruturas sociais, o nosso projeto tem o voleibol com educação a sua diretriz máxima é educar essas crianças para serem alunos, pais, filhos, cidadãos, chefes melhores.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional. Leis do campo
P3(A) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	Porque eu acho que a máxima das diretrizes do projeto é o voleibol e a educação, é transformar essas crianças em cidadãos melhores com um olhar para o futuro aonde eles percebam que não é só isso, que todas as suas ações vão gerar consequências depois. Então, esse projeto tem como base a educação através do voleibol, mas a gente não tira deles como a transformação social mesmo de pessoas.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional. Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P3(A) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	Vendo o projeto crescer junto com ele a gente percebe que sempre foi esse almejar de fazer com que eles sejam melhores do que eles forem antes, que é o que eu sempre digo para eles: “você não tem que ser melhor que o outro tem que ser melhor que você”, se hoje o seu toque não é bom, amanhã ele pode ser melhor, mas melhor de quem? De você mesmo, a sua luta é com você e não com o outro, o outro é outro e só	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional. Disposições dos agentes

P3(A) Como o(a) professor costuma planejar suas aulas? Seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?	O C2 nesses anos desenvolveu uma planilha de treinamento para a gente. Então, a gente conduz de acordo com as temporadas. Ele fez um macro ciclo para gente, uma planilha organizada, aonde a gente só de acordo com o momento que estamos vivendo em nosso ano a gente desenvolve os treinamentos.	Capitais em jogo: ➤ Cultural objetivado.
P4(N) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	Aquilo que o C2 passou para a gente, produções dele de como trabalhar fundamento “X”, o que exige em tal fundamento, como dividir o aluno em iniciante, intermediário e avançado, isso e ponto.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P4(N) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	É aquilo que eu conversei com eles no início, que o vôlei não é só fundamento e tática, tem a questão do respeito, amizade e trabalho em equipe eu tento conversar com eles todas as aulas. É um trabalho demorado, mas a gente vai percebendo a diferença no decorrer das aulas porque eu tento conversar com eles quando ocorre algum conflito.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.
P4(N) Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	Eu acredito que a minha metodologia seja parecida sim com as diretrizes, baseado nos cursos que eu fiz do Leões. Fazendo uma comparação com a metodologia, a forma que o professor divide a aula e, ..., que ele explicou no curso é como eu já fazia anteriormente. Então, eu penso que deva ser parecido.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P4(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Eu acredito que é um projeto que... só tende a agregar mesmo para as crianças e comunidade, tanto que tem crianças que fala “ah minha mãe já participou do Leões, sabia que a minha mãe me ensino a sacar assim”. Então, tem uma adesão grande e como tem uma história de bastante tempo na escola, eles gostam de fato, como eu posso te dizer, ..., não é algo novo, é algo esperado “opa, vou fazer o Leões”.	Leis do campo
		Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.

P4(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Mas eu acho que ele poderia ser mais amplo, pensa, ..., aqui na escola inteira eu trabalho apenas com uma turma, eu poderia trabalhar com mais turmas, poderia ter esse projeto depois do horário, poderia estar acontecendo em um sábado com maior envolvimento da família, nós só temos os sábados letivos e ponto, nós não temos uma sistemática do projeto Leões para a escola e comunidade, não existe. Lógico que falta verba para isso, para contratar os professores, mas eu tenho certeza que se fizesse um sábado no mês com a comunidade, teria adesão. Eu acho que seria muito produtivo e significativo para as crianças também, né, imagina estar jogando vôlei com a mãe, com o pai ou com a tia. Eu sinto falta disso, eu acho que é um projeto que é muito positivo sim, mas ele não está, como eu posso dizer, ..., não está usufruindo de toda a potencialidade que ele tem.	Tensões e disputas
P4(N) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	O que eu percebo, talvez seja até pelo histórico da escola que tem a muitos anos, desde o primeiro dia de aula eu percebo que as crianças esperavam muito por isso, como a diretora veio me falar. Elas esperam participar do Leões porque elas já viram os veteranos fazendo as aulas, com a camisetinha do Leões, participando dos jogos, então eles viam os alunos maiores como exemplos	Significado e ressignificado da prática esportiva
P4(N) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	Olha, o que eu faço já fazia antes de participar do curso do Leões, é o que eles passaram lá: como a gente divide uma aula, faz a parte da introdução e explicar o que vai ser feito para os alunos se localizarem no tempo e espaço	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 17 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS AVP SOCIAL DE VOLEIBOL

QUADRO 15- Análise das entrevistas AVP Social de Voleibol

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIA DE ANÁLISE
P5(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	A gente não tem sede, temos um contrato com o Governo, aqui com a Paraná Esportes eles liberam o espaço, como é um projeto social, não é cobrado nada, eles liberam o espaço para gente poder é... ministrar os treinamentos.	Leis do campo
P5(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	A gente tem a Lei de Incentivo ao Esporte de Curitiba, então a gente tem essa Lei e através dela que esses uniformes, todo mundo de bermudinha e camisetinha igual, isso tudo é doado para eles através da Lei de Incentivo Municipal. O transporte, geralmente, a AVP paga, a alimentação a AVP paga, as... inscrições a AVP paga, a taxa de arbitragem a AVP paga é... filiação na CBV a AVP paga, tudo é custeado pela Lei de Incentivo.	Capitais em jogo: ➤ Econômico.
P5(A) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	A minha função é técnica de voleibol , eu sou técnica de voleibol a 22 anos. Eu comecei em 2000, e tenho 2 pós-graduações, uma em Ciência do Movimento Humano e outra em Treinamento Esportivo na própria Federal.	Capitais em jogo: ➤ Institucionalizado
		Disposições dos agentes
P5(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Além da parte da quadra tem o extra quadra que a gente sempre busca ajudar, os meninos aqui são auxiliados em tudo assim... tudo que a gente pode ajudar a gente vai ajudar, tanto dentro da quadra quanto fora dela. Então, o que eu te digo é que eu tive 99% de felicidade de tirar essas crianças da rua, da ociosidade ou ajudar dentro da família, em algum contexto a gente acaba ajudando.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte de assistência social. ➤ Esporte social.

P5(A) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	As normativas, na verdade está dentro disso e o planejamento nosso é em cima do calendário competitivo, a gente trabalha muito em cima do calendário competitivo. Então, o nosso planejamento é mais em cima disso.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P5(A) Como o(a) professor costuma planejar suas aulas? Seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?	Cada técnico aqui tem a liberdade de planejar é... conforme... sua aprendizagem, o que acha que está certo ou errado. A única coisa que a gente segue realmente é a questão do calendário competitivo, isso a gente vai bem certinho porque a gente sabe os ciclos e onde temos que chegar naquele momento da competição.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P5(A) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	Então o nosso projeto é bem... coração mesmo, se 1 dos professores abandonar vai sobrecarregar os outros 2, porque daí terá que pegar a outras equipes e cada 1 ficar com 3, hoje a gente está bem tranquilo porque temos 3 professores, o XXXX está com 2, eu estou com 2 e o XXXX está com 2, então está bem tranquilo para trabalhar. Mas é mais ou menos essa divisão, é 33% cada professor, é bem diferente de qualquer outra situação que você verá por aí.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte de assistência social.
P5(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Eu deva ter tido nessa questão competitiva uns 1000, vamos colocar 100 atletas por ano e 22 anos, ah dá mais né, vamos chutar, 2200 alunos, olha que eu me lembre eu só perdi 1 aluno, só 1 aluno que eu perdi para a bandidagem e isso porque ele saiu antes do projeto. Então, todos esses meninos que estão no projeto social, que a gente acompanha a vida deles pós vôlei é... eu não vou te dizer 100% porque eu tive 1 aluno que eu não consegui salvar, mas tudo porque ele saiu da nossa instituição antes, se não, se ele tivesse ficado teria seguido uma carreira, pelo menos 1 pai de família desce né. Então, projeto social é isso, formação do ser humano.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte de assistência social

P5(A) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Hoje eu avalio que eu deva já ter atendido assim... em rendimento, porque acaba sendo rendimento, apesar de ser social a gente vai competir e acaba tendo essa questão do ganhar e perder.	Significado e ressignificado da prática esportiva
P6(N) Qual o vínculo empregatício e o tempo de trabalho do professor no projeto social? Qual é o regime de trabalho?	Nós todos somos voluntários no regime voluntariado.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais ➤ Esporte social.
P6(N) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	A gente tem a coordenação que é o C3 que estrutura todas as normativas e regimentos internos e tudo mais, até protocolos.	Capitais em jogo ➤ Simbólico.
P6(N) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	A gente tenta trazer um pouco desse lado dos valores humanos, justamente, por ser um projeto social, a gente tenta equilibrar nesse sentido de suprir as expectativas das crianças que vem até nós e querem aprender o voleibol, querem crescer, mas também passar um pouco disso... é... dessa metodologia inserida nos valores humanos também.	Tensões e disputas
P6(N) Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Eu sou bacharel em Educação Física pela UFPR e sou técnico de voleibol nível I pela CBV.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.
P6(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Lei de Incentivo ao Esporte. Assim como, todas as viagens federadas são custeadas pela instituição, os uniformes, materiais de treino e uniformes de jogo, alimentação, transporte, tudo isso é custeado pela instituição.	Disposições dos agentes
P6(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?		Capitais em jogo ➤ Econômico.

P6(N) Qual a participação do professor no projeto social? Como se sente pertencente à instituição? Como percebe a sua ação na prática?	Na verdade, eu passei por todo o processo no projeto, porque eu fui atleta, estagiário e hoje eu sou um dos técnicos. Então assim... a responsabilidade em relação ao projeto social é justamente porque eu sei quais são as expectativas das crianças quando vem aqui, a maioria delas obviamente quer se tornar um jogador que é a premissa do projeto	Disposições dos agentes
P6(N) O professor tem acesso às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? Como o professor lida com esse saber (com o saber em si mesmo, como lida com o conhecimento institucionalmente estruturado)?	O nosso objetivo são as competições, muitas vezes as minhas competições são determinadas datas e as competições das outras categorias são em outras datas, então a gente cadencia em relação a isso. O meu planejamento eu tento trabalhar por blocos, um planejamento de no máximo seis semanas porque geralmente se eu faço um planejamento macro as datas mudam e enfim não tem como estruturar. Mas, cada professor tem o seu planejamento visando a competição e estrutura conforme o seu calendário que alterar várias vezes no ano.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado.
P6(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	O projeto acaba sendo importante por ser um projeto social gratuito totalmente, ..., aqui as crianças têm acesso a coisas que talvez elas não tivessem a possibilidade de arcar com os custos que é treinar em uma quadra de qualidade, material de qualidade, professores capacitados, viagens que muitas as vezes eles não teriam a possibilidade de viajar.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
P6(N) Qual o ponto de vista do professor sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Para essas crianças que não tem acesso, não tem essa condição financeira de estar em um clube, estar em uma instituição privada e ter que arcar com esses custos e aqui o projeto acaba sendo esse meio deles terem acesso a essas possibilidades, por não precisar arcar com custos e, principalmente, por eles terem a oportunidade de vivenciar aquilo que muitas vezes, por conta do valor, eles não teriam essa possibilidade.	Tensões e disputas
P6(N) O que acontece na prática docente é influenciado pelas ordens da coordenação ou chefia imediata? Se sim, como?	Por mais que eu tenha passado por todo o processo é diferente agora, é uma posição diferente.	Disposições dos agentes

P6(N) O que acontece na prática docente é influenciado pelas ordens da coordenação ou chefia imediata? Se sim, como?	Por ser o mais novo acontecem situações que tenho um pouco de dificuldade de lidar, daí muitas vezes eu recorro ao C3 ou a P5(A) que é a outra professora para me auxiliar. Diariamente eu tento ter essa troca com eles para que possam me auxiliar e para que entenda um pouco melhor a instituição.	Disposições dos agentes
P6(N) Como o professor conduz a aula (segue as normativas da instituição)?	Seguir as normas como a utilização do uniforme, respeito entre eles, todas essas questões a gente tem um regimento interno para a aplicação no dia a dia do treinamento.	Significado e ressignificado da prática esportiva

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 18 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DO COORDENADOR VÔLEI EM REDE

QUADRO 16 - Análise das entrevistas coordenador Vôlei em Rede

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIA DE ANÁLISE
C1 Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente você/senhor (a) coordenador(a) almeja outra posição na instituição?	Hoje eu me vejo dentro da instituição, eu não tenho mais onde ir, eu teria que ser gestor ou alguma coisa assim, mas não tenho a menor intenção, acho que onde estou esse tempo todo me deixa satisfeito profissionalmente e financeiramente também, não almejo outra função.	Disposições dos agentes
C1 Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	A minha função hoje é fazer o acompanhamento desse projeto. Quanto a formação acadêmica, eu sou formado em Educação Física e, ..., tenho especialização em Educação Física escolar e depois a gente foi se especializando aí na área do voleibol, né, como técnico nível 3 da CBV e demais cursos	Capitais em jogo: ➤ Cultural institucionalizado.
C1 Qual a sua participação como coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo? (<i>habitus</i> individual)	O meu trabalho aqui é fazer com que os professores que entram no projeto, sejam eles, daqui nosso, que a gente tem um controle maior, tanto aqueles que entram em qualquer núcleo é, ..., é manter a metodologia, o método de trabalho.	Disposições dos agentes
		Significado e ressignificado da prática esportiva
C1 Os planejamentos das aulas dos professores seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?	Esse é nosso grande fator de desenvolvimento da metodologia né, e que hoje a gente conseguiu unificar o planejamento para todos os projetos	Leis do campo
C1 Os planejamentos das aulas dos professores seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?	Quando a gente sai para a visita, por exemplo, eu vou lá para Cascavel, cara, no planejamento tem que estar lá aula 32, vamos lá, aula 32 é passe de manchete, então a gente consegue controlar, se eu chego lá ele está dando outra coisa que não seja aquilo, alguma coisa está errada naquele planejamento, então a gente consegue acompanhar é..., mesmo que distante todas as ações que os professores realizam.	Capitais em jogo: ➤ Incorporado; ➤ Social.

C1 Qual a relação entre aquilo que é ensinado pelo professor e a atuação da coordenação ou chefia imediata?	Não adianta nada ser o coordenador, estar coordenando e ter uma equipe de trabalho que não compreenda e não entenda aquilo que, não só eu quero, aquilo que a instituição quer. Tanto é que pra gente contratar um professor aqui a porta de entrada principal é o... estagiário que fica aqui com a gente e consegue entender esse processo da metodologia né, a gente não quer um profissional aqui que venha reproduzir um movimento e não tenha esse olhar socioesportivo para a criança que está ali precisando de outras coisas a mais do que aprender vôlei.	Leis do campo
C1 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? (compreensão das leis do campo e o capital específico)	Então a gente vem bem pra dentro dele e toda a possibilidade que a gente observa de mudar alguma coisa a gente tem total autonomia, junto com esses, outros coordenadores, a gente tem total possibilidade de estar mudando.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
C1 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo coordenador. (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)	A instituição foi olhando para esse viés né, e tem dois lados aí, as próprias mantenedoras, as empresas que patrocinam o projeto, elas estavam buscando esse foco e esse olhar mais social e com a chegada do instituto, porque o instituto veio depois do projeto né, o instituto mergulhou de cabeça nisso, então hoje a gente procura abrir núcleos, geralmente onde tem o IDH bem baixo para que a gente possa realmente fazer a diferença, para que as pessoas sejam inseridas nesse processo.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
C1 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo coordenador. (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)	A gente tem uma situação bem delicada, porque as pessoas olham o Bernardo como uma pessoa, assim, como se fosse uma descobridora de talentos e tal, multicampeão e que as coisas vão acontecer desse jeito e a gente não, dentro do projeto é gerar possibilidades para aqueles que não tem condições de participar de alguma ação esportiva, sócio esportiva, se você vai para um clube hoje muito pouca gente tem acesso né, e aqui a gente tem acesso a todo mundo, gratuito e que gera a possibilidade de todo mundo participar.	Capitais em jogo: ➤ Simbólico. Tensões e disputas

C1 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo coordenador. (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)	Nós já fomos muito carrascos em uma época, porque antes nós selecionávamos e era aquele olhar que eu falei para você, fazíamos peneira, olhava tecnicamente, a estatura, e agora já estamos aqui com 15, 18, quase 20 anos que o ingresso da criança e do adolescente é através de lista de espera. Se tem vaga a gente coloca e aí não importa a classe social, cor, credo, estatura, a performance técnica, nada.	Significado e ressignificado da prática esportiva
--	--	---

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 19 – ANÁLISE DAS ENTREVISTAS DOS COORDENADORES LEÕES DO VÔLEI

QUADRO 17 - Análise das entrevistas coordenadores Leões do Vôlei

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIA DE ANÁLISE
C2 Aquilo que é ensinado pelo professor tem relação com as diretrizes, normativas e planejamento do projeto social?	Quando a gente fala que é um projeto social a gente entende que, claro, tem um dos objetivos que é diagnosticar talentos, detectar talentos e encaminhar os alunos com o seu potencial quando necessário, mas eu acho que a principal questão é ocupar o tempo desses alunos no horário do contraturno para que eles não façam coisas que não devem e até mesmo perdendo tempo com a tecnologia que não é o caso, acho que acaba substituindo um pouco, e essa questão dos valores, da amizade, da disciplina, do respeito e tudo isso né.	Significado e ressignificado da prática esportiva
C2 Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente o(a) coordenação(a) almeja outra posição na instituição?	Eu vejo que mesmo que eu tenha saído da escola a muitos anos e de estar aqui, na função que eu estou hoje, acho que a gente não pode perder esse vínculo. Até para não fugir da realidade, da prática da escola. Até por isso que eu acho interessante.	Significado e ressignificado da prática esportiva
C2 Qual a participação do coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo?	A gente faz o pagamento de gratificações para os professores que desenvolvem no final da tarde, que tem a extensão da carga horária então a própria secretaria de educação paga a mais, como se fosse uma hora treinamento, não se chama hora treinamento, mas é o pagamento de extensão de grade horária que a gente chama aqui na secretaria de educação. Então a gente faz, essa parte dessa liberação até porque a gente tem que encaminhar para a superintendência para ela aprovar já que exige pagamento a mais.	Capitais em jogo: ➤ Econômico.

C2 Qual a participação do coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo?	A gente dá formação continuada todo ano para os professores, que é o C3 o docente. Ele foi um dos percursos do projeto junto com o Emanuel e ele trabalha com o vôlei, como técnico de vôlei a muitos anos, então a gente pega sempre ele para fazer essa parte de formação continuada, Veredas Formativas que a gente chama aqui na secretaria de educação. Então, anualmente, no início do ano os professores fazem curso, mesmo aqueles que já continuam no projeto como aqueles novos que estão entrando.	Capitais em jogo: ➤ Cultural objetivado; ➤ Simbólico.
C2 Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Eu coordeno os projetos esportivos que tem nas 165 escolas municipais de Curitiba, não só do vôlei, mas também de outras modalidades.	Disposições dos agentes
C2 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social?	O C3, junto com o Emanuel criaram essa metodologia, vamos dizer assim, uma metodologia do mini vôlei que seria um voleibol adaptado para a faixa etária dos nossos estudantes de 1º ao 5º ano.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais
C2 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social?	Apesar do C3 ser técnico de voleibol ele se preocupa muito com essa parte pedagógica, então a parte pedagógica acabava que eu ajudava, porque também ele não tem muita prática com escola e tal. Então, acabava a gente conciliando as duas coisas.	Disposições dos agentes
C2 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social?	A parte de disciplina, de respeito; vários valores; educação, amizade; isso é uma coisa que o Emanuel fala muito, o Emanuel é muito querido, então ele sempre vem, fez visita esse ano em todas as escolas, ele participou do nosso festival online lá de Brasília, fez o início e o encerramento do festival, conversou com as crianças, então, foi muito legal assim. Ele está sempre muito próximo, ele fala muito disso que o esporte propicia novas amizades, ele foi para o vôlei dessa forma, ele começou o vôlei na escola, então é muito legal esse depoimento dele.	Capitais em jogo: ➤ Simbólico; ➤ Social.
		Significado e ressignificado da prática esportiva

C2 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	A gente tem uma deficiência muito grande com relação a interrupção do projeto quando as crianças saem do município e vão para o estado, isso é uma parceria que a gente quer com a Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude para tentar ampliar essa modalidade nos espaços da SMELJ, aonde tem as escolas próximas que tem o projeto para a gente garantir que esses alunos possam continuar. Porque a nossa grande deficiência e nossa grande preocupação é essa, as crianças saem da escola no 5º ano e não tem mais onde eles desenvolverem o vôlei.	Tensões e disputas
C2 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Não são todos que dão continuidade, porque às vezes a própria família não tem condições, então a gente vê que é meio difícil. Essa é uma angústia minha, assim, e acho que até dos professores em relação a isso porque a gente fica chateado que acaba perdendo aqueles alunos bons, mas eles não têm mais onde desenvolver a modalidade quando saem da escola.	Tensões e disputas
C3 A coordenação ou chefia imediata orienta os professores conduzirem as aulas conforme as normativas da instituição?	Essa relação entre professor e aluno, tirar o aluno da rua e dentro de casa e estar com eles dentro da escola.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais ➤ Esporte social
C3 Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente o(a) coordenação(a) almeja outra posição na instituição?	O Mano continua sendo o cara, o cabeça e tudo. Mas por essa questão legal a Leila Senadora e ele também envolvido na CBC (Comitê Brasileiro de Clubes), a gente achou melhor tirar ele da presidência, só por conta disso.	Capitais em jogo: ➤ Social; ➤ Político. Tensões e disputas

C3 Os planejamentos das aulas dos professores seguem as orientações dos documentos oficiais da instituição (são compatíveis com a proposta nos documentos oficiais)?	A gente pede um planejamento, mas isso não acontece efetivamente. Eu até tentei fazer um planejamento efetivamente que eles deveriam escrever e não deu certo e eu não tinha como cobrar dos professores, pois faz parte da educação. Eu fiz uma outra planilha que deveriam só marcar "X" do que eles deveriam ter trabalhado e eles também não conseguiam fazer. E eu fico refém porque é a educação que tem de cobrar deles e não sou eu. Na verdade, essa questão do planejamento era uma coisa que eu me preocupava muito, porque eu sempre achei que se você estuda mais vai ter um pouco mais de conhecimento para poder aplicar, mas eu não tive êxito.	Tensões e disputas
C3 Qual a relação entre aquilo que é ensinado pelo professor e a atuação da coordenação ou chefia imediata?	É muito claro, eu acabo sendo mais uma referência para eles, de acolhimento mesmo de eu apoiar o projeto, talvez do nome que eu tenha do que praticamente eu ser esse agente de cobrança para eu ver se eles estão aplicando a metodologia corretamente. Eles têm toda a liberdade de desenvolver da forma que eles querem, se você me perguntar sobre a parte técnica eu digo que fica muito a desejar. Mas a parte do desenvolvimento das crianças para ser um trampolim para uma oportunidade melhor a gente consegue fazer.	Disposições dos agentes
C3 Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Eu sempre fui coordenador técnico de todo o projeto. Eu sou formado em Educação Física né, bacharel e licenciado. Hoje a gente mudou todo o estatuto do Instituto, hoje sou presidente do Instituto. O Mano acabou saindo da presidência, por um problema político mesmo, ele continua no projeto e todos os pro formes. Mas se colocasse hoje, se fosse hoje, eu sou o presidente. Mas sou eu que respondo por toda a parte técnica do projeto, toda a capacitação, toda a parte técnica do voleibol.	Disposições dos agentes
		Capitais em jogo: ➤ Cultural institucionalizado; ➤ Simbólico.
C3 Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	E a gente ficou só como apoiador, só que daí hoje não é o Instituto que está com o nome lá, ..., é o XXXX, então hoje quem é o responsável pelo Termo de Cooperação Técnica não é mais o Instituto, e sim, o XXXX.	Leis do campo

C3 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social?	Todo o conhecimento da parte técnica do voleibol, toda a metodologia do projeto sou eu que escrevo, sou eu que faço tudo. É uma metodologia com uma, ..., avaliação e uma reformulação constante e ..., eu acho que é isso. Claro, daí tem a minha parte pessoal perante os professores, que eles tenham consideração, então além da parte técnica, eu faço também uma parte motivacional com os professores, porque eu acho que a gente tem que contribuir com alguma coisa.	Capitais em jogo: ➤ Cultural incorporado; ➤ Cultural objetivado.
C3 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social?	A metodologia não é fechada, a gente está estudando sempre eu estou observando sempre e durante todo esse período a gente já fez várias reformulações na metodologia. Antigamente não podia fazer torneio hoje a educação já entendeu que pode fazer, a gente não podia usar o termo treinamento teria que ser usado o termo aula. Tem muita coisa que a gente teve que se adaptar no início e depois a gente foi mostrando para a educação que não era isso que iria interferir no desenvolvimento da criança. Então, durante todos esses 15 anos já tivemos várias alterações.	Tensões e disputas
		Significado e ressignificado da prática esportiva
		Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte formação; ➤ Esporte rendimento.
C3 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Qualquer projeto social que seja feito com carinho e dedicação é um agente transformador para as crianças.	Significado e ressignificado da prática esportiva
C3 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Na verdade, a gente tem como objetivo principal mostrar para as crianças que eles podem muito mais do que naquele meio que eles estão só inseridos	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte educacional.
C3 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	O projeto é um trampolim para a gente mostrar para essas crianças que o mundo é muito maior e eles podem muito mais do que onde eles estão inseridos, naquele ambiente hostil, de vulnerabilidade.	Significado e ressignificado da prática esportiva
C3 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade?	Durante 4 anos a gente tocou Fazenda Rio Grande a um pedido da Matte Leão que tinha uma fábrica em Fazenda Rio Grande, então a gente tinha 4 grupos em Fazenda Rio Grande também.	Capitais em jogo: ➤ Social.

C3 Qual o vínculo empregatício do coordenador ou chefe imediato ao projeto social? Qual é o regime de trabalho?	A gente não tem um vínculo empregatício. A educação entra com o espaço físico, os professores e as crianças das escolas. O Instituto entra com todo o projeto, a logística de organização, capacitação e material. E a Leão na época era a patrocinadora. Então a gente tinha a Leão patrocinadora, o Instituto intermediário fazendo todas essas ações e a educação com o espaço e os professores.	Disposições dos agentes
---	--	---------------------------------------

FONTE: A autora (2024)

APÊNDICE 20 – ANÁLISE DA ENTREVISTA DO COORDENADOR AVP SOCIAL DE VOLEIBOL

QUADRO 18 - Análise das entrevistas coordenador AVP Social de Voleibol

ROTEIRO	FRASES ANALISADAS	CATEGORIA DE ANÁLISE
C4 Em relação à distribuição de funções no projeto, atualmente você/senhor (a) coordenador(a) almeja outra posição na instituição?	O projeto ele veio junto comigo e a professora P5(A) de um outro lugar que nós treinávamos, a gente trouxe na época para a presidência que era que administrava toda a situação, e a gente trouxe como um vínculo social	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte social.
C4 Qual a relação entre aquilo que é ensinado pelo professor e a atuação da coordenação ou chefia imediata?	Um projeto que não tem casa todos os locais que usamos são cedidos pelos poderes públicos, tanto do município como do estado, as nossas atuações são voluntárias, então dizer que eu tenho que dar rendimento pelo salário que ganho isso não existe e muitas vezes os atletas precisam colaborar com alguma situação financeira, tem todo o empenho da família para ter o material de treino para deslocar, para alimentar o atleta, então assim, ..., tem todo um movimento que poderia dar tudo errado, mas é o contrário acaba dando certo porque todo mundo sabe o foco do que está lá na frente, e lá na frente a gente tem que criar um foco para que alguns atletas entendam que eles podem mais.	Capitais em jogo: ➤ Social.
C4 Qual a relação entre aquilo que é ensinado pelo professor e a atuação da coordenação ou chefia imediata?	Eu tenho uma equipe sub18 como a gente chama, é o final de todo o ciclo, então se eu não deixar bem claro o que é necessário no sub 18 para todas as categorias que vem abaixo o projeto começa a se fragmentar. Então, assim, o que acontece, eles têm que entender que o atleta não tem que ser campeão sub 13, entendeu? Ele tem que se desenvolver para que ele comece a aprender a vencer no que for necessário ou no que for capaz de vencer, para que lá no final ele tenha a mesma capacidade que muitos tem.	Significado e ressignificado da prática esportiva Leis do campo

C4 Qual a sua função na instituição e a formação acadêmica realizada para o cargo que exerce (especializações, cursos ou aperfeiçoamentos)?	Estou fechando 27 anos lidando com adolescentes, mas com o voleibol já trabalho a mais de 30 com equipes mais velhas e tal. Mas com a juventude eu comecei no Colégio Bardal a 27 anos atrás. Daí veio vindo outras instituições e hoje estamos aqui, o projeto tem 11 anos, então eu estou a 11 anos com o projeto.	Disposições dos agentes
C4 Qual a sua participação como coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo? (habitus individual)	Digamos assim, seria muito mais um projeto de ascensão social do que aquele projeto que você tira da vulnerabilidade, que você tira do risco, não é a nossa função dentro do que se estabelece. Outra coisa que a gente fala aqui é que o nosso projeto a partir do momento que você entra nele você tem a mesma, vamos dizer assim, todos os benefícios, todas as condições que do jogador A até o jogador Y é igual, não tem nada mais e nada menos, o que a gente verifica são as capacidades técnicas, táticas e assim por diante. Então, dentro da minha coordenação, vamos dizer assim, a função principal é manter esse projeto ativo com todas as possibilidades dele, também de treinamento e de competição.	Significado e ressignificado da prática esportiva
		Intencionalidades políticas, sociais e educacionais ➤ Esporte social.

C4 Qual a sua participação como coordenador no projeto social? Quais competências adquiridas envolvem o cargo? (habitus individual)	Nós temos hoje a Dental Uni que nos ajuda com um aporte pequeno financeiro e plano odontológico para todos os atletas, aí a gente tem hoje uma empresa que é a Renova Green de energia solar que é também um aporte financeiro por mês, mas todos os valores baixos, essa a Renova Green para você ter uma ideia é meu ex atleta meu da geração 87 que entrou em contato comigo, ele tem uma empresa, vamos dizer assim, é uma pessoa de sucesso dentro da área que ele escolheu e ele falou assim “só quero dar o retorno que o esporte me deu”, daí ele entrou para nos patrocinar, daí temos a Lei de Incentivo a municipal, nós estamos pleiteando a estadual também, temos outras administrações que vamos tentar mais recursos assim, mas nós basicamente dependemos disso, de recursos financeiros para manter o projeto em sua estrutura básica e às vezes a gente tem que abrir mão de um recurso que vem da própria família para pode viabilizar a participação do atleta	Capitais em jogo: ➤ Social. ➤ Econômico.
C4 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? (compreensão das leis do campo e o capital específico)	Um terceiro passo são os objetivos gerais do projeto, como a questão de formação do atleta, de detectar talentos de promover essa ascensão do atleta, de promover o cidadão	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte formação; ➤ Esporte rendimento.
C4 Qual é o acesso da coordenação ou chefia imediata às diretrizes, normativas e planejamentos do projeto social? (compreensão das leis do campo e o capital específico)	Todas as normativas que a gente segue são baseados em cima do próprio estatuto da AVP, a qual nos permite hoje promover esse projeto, aí em cima dele nós criamos a dinâmica chamada de termo de responsabilidade, esse termo de responsabilidade é assinado pela parte da presidência da AVP, pelo atleta e pelo pai do atleta ou o responsável legal, e ali diz todas as normativas que todos devem cumprir para a manutenção desse projeto, deveres e obrigações, funções, documentações necessárias	Capitais em jogo: ➤ Cultural objetivado.

C4 Qual o ponto de vista do coordenador ou chefia imediata sobre o projeto social ofertado para a comunidade? O sentido e significado dado pelo coordenador. (formas ocultas de dominação e reprodução, conversão e subversão)	Então hoje o que a gente quer com o projeto é formação, todos que estão aqui não tem visão nenhuma de ascensão profissional em relação a querer algo a mais, isso está dentro dessa concepção nós já tivemos também, tirando o P6(N) que chegou agora, a gente já foi componente das seleções de Curitiba, já compomos seleções do estado, então alguma coisa assim ..., fazemos aí cursos a nível nacional, mas hoje como projeção é cada vez formar mais atletas.	Intencionalidades políticas, sociais e educacionais: ➤ Esporte formação. Significado e ressignificado da prática esportiva
--	--	--

FONTE: A autora (2024)